



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FABIO PADUA DOS SANTOS

**Vida Material e Economia de Mercado: introdução ao
estudo do mito do capitalismo domesticado no
Brasil**

CAMPINAS
2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FABIO PADUA DOS SANTOS

Vida Material e Economia de Mercado: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FABIO PADUA
DOS SANTOS E ORIENTADA PELO PROF. DR.
EDUARDO BARROS MARIUTTI.

Orientador

CAMPINAS
2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES; CAPES, PDSE
99999.004568/2014-01
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1240-3208>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Santos, Fabio Padua dos, 1985-
Sa59v Vida material e economia de mercado : introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil / Fabio Padua dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Eduardo Barros Mariutti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Capitalismo. 2. Sistema-mundo. 3. Desenvolvimento econômico - Brasil.
I. Mariutti, Eduardo Barros, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Material Life and Market Economy : an introduction to the myth of regulated capitalism in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Capitalism

World-system

Economic development - Brazil

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eduardo Barros Mariutti [Orientador]

Pedro Antonio Vieira

João Antonio de Paula

Milena Fernandes de Oliveira

Marco Antonio Martins da Rocha

Data de defesa: 05-12-2016

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

FABIO PADUA DOS SANTOS

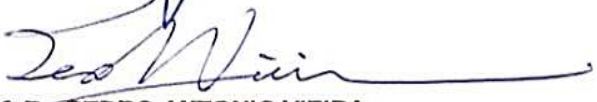
Vida Material e Economia de Mercado: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil

Defendida em 05/12/2016

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO ANTONIO VIEIRA
Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC



Prof. Dr. JOÃO ANTONIO DE PAULA
Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG



Profa. Dra. MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP



Prof. Dr. MARCO ANTONIO MARTINS DA ROCHA
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

*Ninguém é tão ignorante que não tenha algo a ensinar.
Ninguém é tão sábio que não tenha algo a aprender.*

Blaise Pascal

À minha mãe, Arlete
(*in memoriam*)

Agradecimentos

Há pessoas para quem a vida se resume a tese. E há pessoas para quem a tese é parte da vida. Incluo-me neste segundo grupo. Sem o companheirismo de Leonardo Dias Nunes, Ana Paula Colombi, Henrique Braga, Ulisses Rubio, Eduardo Martins Ráo, Douglas Campanini Maciel, Thiago Fernandes Franco, Lucas Andrietta, Rafael Silva, Valter Palmieri Jr., Lucas Corazza, Ana Luíza Matos de Oliveira, Victor Young, Bruno Marchetto, Patrícia Andrade, Lilian da Rosa, Leandro Ramos Pereira, Robson Gabioneta, Ricardo Lopez Fernandes, Vagner Silva de Oliveira, Carlos Rodrigues, Pedro Costa Júnior, Roberto Simiqueli, Vanessa Jurginfeld, Luiz Matheus da Silva Ferreira, José Aldoril dos Santos Jr., Roberto Dokonal, Felipe Vivi, Thiago de Souza Santos, e muitos outros, a vida teria sido bem menos divertida e serena.

Sem a compreensão e as preciosas dicas de Fátima Dias e Andréa Tonhatti, a burocracia acadêmica teria me sufocado e inviabilizado a conclusão deste trabalho. Também sou grato à Mirian Clavico Alves, Alexandra M. de Andrade e Clayton W. Moreira por deixarem o ambiente do Instituto mais alegre e por serem prestativos no acesso à informação. Sou grato também à Gabriela Salcedo pela amizade e pelo auxílio na revisão textual.

Entre as contribuições efetivas à elaboração deste trabalho, não poderia deixar de agradecer especialmente aos colegas do Grupo de Estudos sobre Nacionalismo, Ideologia e Imperialismo (GENII) e do Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM). Nestes dois grupos encontrei interlocutores com os quais o diálogo estabelecido foi indispensável à formulação da minha tese. Sou grato também à professora Ligia Maria Osorio da Silva que, em seu curso sobre as Teorias do Imperialismo, ensinou-me, através do exemplo, que a sabedoria deve estar sempre acompanhada da humildade. Registro também meu agradecimento a Banca de Qualificação. Nela os professores Carlos Alberto Cordovano Vieira e José Manuel Flores Lópes foram contundentes em suas críticas, muitas das quais certamente reverberarão por muito tempo em meus pensamentos. Reconheço também minha dívida intelectual com a Banca de Defesa, formada pela professora Milena Fernandes de Oliveira e pelos professores João Antônio de Paula, Pedro A. Vieira, Marco Antônio Rocha e Eduardo Mariutti. Eles não apenas foram rigorosos em suas avaliações, mas também souberam ser construtivos em suas críticas lançando luz sobre desdobramentos futuros da minha pesquisa. Também foi decisivo para a realização deste trabalho o professor Roberto Patricio Korzeniewicz. Patricio que, além de me receber de maneira muito gentil e calorosa na

Universidade de Maryland-EUA para o estágio sanduíche, sua generosidade e estímulo à criatividade sempre foram muito instigantes. Especial agradecimento também merece Pedro A. Vieira. Grande responsável pela minha opção pela docência, seu companheirismo e suporte muito me honram. Ao meu orientador, professor Eduardo Barros Mariutti, sou igualmente grato. Não apenas por sua orientação, mas, sobretudo, pelo estímulo e respeito às ideias em formação. Seu apoio moral e institucional para que o trabalho fosse concluído em circunstâncias especiais também deve ser reconhecido.

No núcleo mais elementar eu não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos Jarbas e Vagner Pádua dos Santos por se fazerem presente nos momentos difíceis. Ao meu pai Joel, faltam palavras. Em um dos momentos mais difíceis de nossas vidas, continuou a ensinar através de suas atitudes o valor do amor e do companheirismo. Na dor ele me fez enxergar o belo. Mais importante ainda, reconheço aqui minha dívida de gratidão com minha mãe Arlete. Durante todo meu período em Campinas, ela sempre deu asas aos meus sonhos. Grande incentivadora, ela sempre me acolheu carinhosamente em sua casa, reestabelecendo meu equilíbrio para que eu pudesse seguir adiante. Quis a vida que ela não pudesse estar presente na etapa de conclusão, mas estou certo que, aonde quer que ela esteja continuará a iluminar docemente meu caminho.

Por fim, gostaria de agradecer ao Instituto de Economia da Unicamp por me acolherem respeitosamente nestes últimos sete anos e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte completo à pesquisa, tanto pela bolsa de estudos como pela bolsa sanduíche (processo PDSE 99999.004568/2014-01).

Resumo

No debate brasileiro sobre o desenvolvimento, a importância do Estado para a construção do Brasil contemporâneo é inquestionável. Diversas correntes de pensamento destacam a importância do Estado para a superação do subdesenvolvimento e da dependência. Acredita-se que, mediante um projeto nacional de desenvolvimento, é possível encaminhar reformas estruturais que alcem a sociedade brasileira aos padrões modernos da civilização europeia. Contudo, quando se analisa a história do Brasil, verifica-se uma nítida discrepância entre o horizonte de expectativa desenvolvimentista, a construção de um país apoiado no capitalismo domesticado pelo Estado, e o que de fato ocorreu, a formação de um país excludente e desigual. Embasado nesta constatação, revisita-se o caráter do Estado nas interpretações sobre a formação do nosso país. Argumenta-se que o Estado nacional jamais esteve apto a domesticar o desenvolvimento capitalista no Brasil. A hipótese central deste trabalho é que, contrariamente, no longo processo de transição da sociedade colonial ao Brasil contemporâneo, o Estado que surgiu após a emancipação política de Portugal tem engendrado historicamente condições para ascensão da economia de mercado como mecanismo de regulação social na periferia. Sendo assim, o objetivo desta tese é estabelecer um marco analítico para o estudo da formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno, de forma que se possa *impensar* o estudo da mudança social no Brasil. Para tanto, o trabalho está organizado em duas partes. Na primeira, “Mudança Social e Construção da Nação”, realiza-se um balanço historiográfico das principais obras que constituíram o debate brasileiro sobre o desenvolvimento. Prioriza-se na análise a relação entre o horizonte de expectativa, o método e a narrativa histórica dos autores. Argumenta-se que a aposta no Estado como agente domesticador do capitalismo é um produto da cultura liberal da época que estabeleceu a construção da nação como marco do debate sobre o desenvolvimento. Sugere-se que as diferentes maneiras pelas quais a economia foi considerada na sociedade colonial e o seu papel no processo de formação do Brasil contemporâneo eclipsaram o real caráter do papel do Estado liberal e de sua relação com desenvolvimento capitalista. Na segunda parte, “Capitalismo Histórico e Formas de Sociabilidade”, esboça-se uma perspectiva analítica alternativa para o estudo da formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno, partindo do conceito de mercantilização da vida, conforme apresentado por Immanuel Wallerstein. Recuperam-se contribuições de Marx, Luxemburg, Polanyi, Gramsci e Hobsbawm para discutir a relação entre desenvolvimento capitalista e formas de sociabilidade, atribuindo-se especial atenção ao papel do Estado liberal no processo de destruição de formas pretéritas de sociabilidade e a instituição do modo de vida capitalista. Após essa discussão, sugere-se pensar a transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno, analisando o processo de desenraizamento da economia nos diferentes modos de produção da vida existentes na colônia, tanto na fazenda escravista exportadora como também no habitat do caipira.

Palavras-chave: Capitalismo, Sistema-Mundo, Desenvolvimento econômico - Brasil.

Abstract

In the Brazilian debate on development, the great significance of the State for building contemporary Brazil is unquestionable. Several currents of thought highlight the State's centrality in overcoming underdevelopment and dependency. It is believed that through a national development project, it is possible to address structural reforms that bring Brazilian society to the modern standards of European civilization. However, when analyzing the history of Brazil, there is a clear discrepancy between the developmentalist horizon of expectation, which was the construction of a country supported by capitalism domesticated by the state, and what actually occurred, namely, the formation of an exclusive and unequal country. Based on this observation, the character of the State is revisited in the interpretations about the formation of our country. I argue that the national state was never able to domesticate capitalist development in Brazil. The central hypothesis of this work is that, in contrast, in the long process of transition from colonial society to contemporary Brazil, the State, which emerged after the political emancipation from Portugal, has historically engendered conditions for the rise of the market economy as a mechanism of social regulation in the periphery. Thus, the aim of this thesis is to establish a framework for the study of the formation of contemporary Brazil in the context of the modern world-system, *unthinking* the study of social change in Brazil. In order to support my argument, I split the dissertation into two parts. In the first, "Social Change and Construction of the Nation", a historiographic balance of the main works that constituted the Brazilian debate on development is carried out. The analysis prioritizes the relationship between the expectation horizon, the method, and the historical narrative of the authors. It is argued that betting on the State as a domesticating agent of capitalism is a product of the liberal culture of that time, which established the building of nations as a subject-matter in the development debate. It is suggested that the different ways in which the economy was considered in colonial society and their role in the process of formation of contemporary Brazil eclipsed the real role of the liberal State and its relation to capitalist development. In the second part, "Historical Capitalism and Forms of Sociability", starting from the concept of mercantilization of life, as presented by Immanuel Wallerstein, an alternative analytical perspective is outlined for the study of the formation of contemporary Brazil. Also, contributions from Marx, Luxemburg, Polanyi, Gramsci and Hobsbawm are discussed in order to explore the relationship between capitalist development and forms of sociability, with special attention paid to the role of the liberal State in the process of destroying past forms of sociability, and the institution of the capitalist mode of life. After this discussion, it is suggested to think of the transition from colonial society to contemporary Brazil in the context of the modern world-system, analyzing the process of unembeddedness of the economy in the different modes of life production existing in the colony, both in the export slave farm and the *caipira* habitat.

Key words: Capitalism, World-system, Economic development - Brazil.

Resumen

En el debate del desarrollo en Brasil, la importancia del Estado para la construcción de Brasil contemporáneo es incuestionable. Distintas escuelas de pensamiento ponen de relieve la importancia del Estado para superar el subdesarrollo y la dependencia. Se cree que a través de un proyecto nacional de desarrollo, puede encaminar reformas estructurales que alcen la sociedad brasileña a los estándares modernos de la civilización europea. Sin embargo, al considerar la historia de Brasil, existe una clara discrepancia entre lo que el horizonte de expectativa desarrollista, la construcción de un país apoya el capitalismo domesticado por el estado, y lo que realmente ocurrió, la formación de un país excluyente y desigual. Sobre la base de esta constatación, se decidió volver a revisar el papel del Estado en las interpretaciones de la formación de nuestro país. Se argumenta que el Estado-nación jamás ha sido capaz de dominar el desarrollo capitalista en Brasil. La hipótesis central es que en el largo proceso de transición de la sociedad colonial para el Brasil contemporáneo, el Estado que surgió, después de la emancipación política de Portugal, ha generado históricamente las condiciones para el surgimiento de la economía de mercado como mecanismo de regulación social en la periferia. Por lo tanto, el objetivo de esta tesis es establecer un marco analítico para el estudio de la formación de Brasil contemporáneo en el contexto del sistema-mundo moderno, de modo que se pueda impensar el estudio del cambio social en Brasil. Por lo tanto, el trabajo se organiza en dos partes. En la primera, “el cambio social y la construcción de una nación”, se lleva a cabo una revisión historiográfica de las principales obras que constituían el debate del desarrollo en Brasil. El análisis prioriza la relación entre el horizonte de expectativa, el método y la narrativa histórica de los autores. Se argumenta que el enfoque en el Estado como agente domesticador del capitalismo es un producto de la cultura liberal de la época que estableció la construcción nacional como un punto de referencia del debate. Se sugiere que las diferentes formas en que la economía fue considerada en la sociedad colonial y su papel en el proceso de formación de Brasil contemporáneo eclipsaron el carácter real del Estado liberal y su relación con el desarrollo capitalista. En la segunda parte, “El capitalismo histórico y formas de sociabilidad”, se delinea un enfoque analítico alternativo para el estudio de la formación de Brasil contemporáneo en el contexto del sistema-mundo moderno, basado en el concepto de mercantilización de la vida, tal como se presenta por Immanuel Wallerstein. Se Recupera contribuciones de Marx, Luxemburgo, Polanyi, Gramsci y Hobsbawm para discutir la relación entre el desarrollo capitalista y formas de sociabilidad, asignando especial atención al papel del Estado liberal en el proceso de destrucción de formas pretéritas de sociabilidad y la institución del modo de vida capitalista. Después de esta discusión, se sugiere pensar en la transición de la sociedad colonial para el Brasil contemporáneo en el contexto del sistema-mundo moderno, analizando el proceso de desenraizamiento de la economía en los diferentes modos de producción de la vida existente en la colonia, tanto en la hacienda exportación esclavistas como en el hábitat de *caipira*.

Palabras clave: Capitalismo, Sistema-mundo, Desarrollo económico - Brasil.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade.	241
Figura 2 - Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade do Brasil através do tempo.	241

Lista de Abreviaturas e Siglas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

LEMA – Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile

HPEB – História do Pensamento Econômico Brasileiro

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

TMD – Teoria Marxista da Dependência

Índice

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 – MUDANÇA SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO	32
1. TRÊS NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	36
2. A CULTURA LIBERAL	50
3. A CULTURA LIBERAL E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL	66
4. PERSPECTIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	79
4.1. <i>À Direita do Reformismo: Roberto Campos</i>	81
4.2. <i>O Reformismo e suas variantes:</i>	87
4.2.1. Celso Furtado e o estruturalismo latino-americano	87
4.2.2. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: a Teoria Weberiana da Dependência	97
4.2.3. A Escola de Campinas e o Capitalismo Tardio	103
4.3. <i>À Esquerda do Reformismo</i>	127
4.3.1. Caio Prado Jr. e a Revolução Brasileira	127
4.3.2. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência	134
5. BALANÇO	143
PARTE 2 – CAPITALISMO HISTÓRICO E FORMAS DE SOCIABILIDADE	149
6. MUDANÇA SOCIAL E A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO	159
6.1. <i>O processo de mercantilização e os limites da Economia Política</i>	163
6.2. <i>As formas da luta política e os limites da Ciência Política</i>	166
6.3. <i>Geocultura e os temas negligenciados</i>	171
7. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O SISTEMA-MUNDO MODERNO	176
7.1. <i>Desenvolvimento capitalista e a desestabilização de estruturas sociais</i>	178
7.2. <i>Violência como meio da acumulação capitalista</i>	183
7.3. <i>Economia de mercado como processo instituído</i>	188
8. ECONOMIA DE MERCADO E DESCONTINUIDADE SOCIAL	200
9. EXPANSÃO DA ECONOMIA DE MERCADO E A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	210
9.1. <i>Paisagem colonial: a economia de mercado à margem da regulação social</i>	215
9.2. <i>Formação do Estado nacional e o desenraizamento da economia</i>	224
9.3. <i>O fim dos parceiros do Rio Bonito</i>	242
CONCLUSÃO: O MITO DO CAPITALISMO DOMESTICADO NO BRASIL	248
BIBLIOGRAFIA	255

Introdução

O estudo do desenvolvimento capitalista no Brasil há muito tempo está refém dos termos em que o próprio debate foi estabelecido. Na medida em que o capitalismo transforma os nexos de sociabilidade no Brasil, a polêmica entre (neo)liberais e desenvolvimentistas desde a década de 1930 tem se revelado, cada vez mais, um debate limitado do ponto de vista da emancipação humana.¹ Ambas correntes não questionam o processo de mercantilização da vida, apenas divergem em torno do grau de penetração da economia de mercado nas diferentes esferas da existência social e do grau de intervenção do Estado como possível regulador social da racionalidade capitalista. Isto se torna claro se deslocarmos a perspectiva convencional de análise e redefinirmos em outro marco a problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A redefinição se apresenta como um desafio ao pensamento social em geral e ao brasileiro em particular. Primeiro porque existe uma herança não questionada no pensamento social brasileiro que estabelece o estudo da mudança social no Brasil como a problemática do desenvolvimento nacional, segundo o qual se apreende o Brasil partir do prisma dos obstáculos à construção da nação. Investigam-se sob este enfoque as condições para a realização do ideal moderno de criação de uma sociedade nacional fundada nos princípios de liberdade e igualdade a partir da condição colonial.² Segundo porque as tentativas mais recentes de questionamento desta tradição, cujas profecias não foram cumpridas, têm encaminhado o debate para apreensões fragmentadas do Brasil contemporâneo. Em geral elas são acompanhadas por uma tematização estéril dos aspectos centrais da vida sem o devido realinhamento com o processo mais geral. Consequentemente, isto tem dado vazão ou a

¹ Por emancipação humana estamos entendendo aquelas condições nas quais homens e mulheres podem ser considerados livres e iguais sem estarem sujeitos à mecanismos estranhos de dominação e opressão.

² A forma como a construção da nação emerge como um consenso ao pensamento social brasileiro e se formaliza na problemática do desenvolvimento nacional será retomada mais adiante no capítulo 3. Como tentaremos demonstrar, o consenso em torno da construção da nação permite articular em termos histórico-mundiais a consolidação da geocultura liberal no interior do sistema-mundo capitalista, no qual o liberalismo ascendeu como ideologia dominante, bem como estabelecer o marco para o debate público sobre a instituição e a regulação social nos marcos do Estado Nacional. Além disso, a questão da construção da nação permite também articular ao debate a perspectiva marxista, que, diferentemente dos neoliberais e desenvolvimentistas, encarou a questão de um ângulo radicalmente oposto. Ao reconhecermos a problemática da formação de uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno admitimos implicitamente que a questão nacional é um fato histórico e que, enquanto tal, ela se apresenta como objeto de reflexão e disputa tanto ao pensamento conservador, como (neo)liberal, reformista e socialista. Contudo, não buscamos aqui explicar a questão nacional como questão substantiva. Nosso problema é outro: buscamos discutir as implicações analíticas para o estudo da mudança social que derivam da ótica da construção da nação.

interpretações setorializadas e desconexas ou a interpretações pós-modernas que, enquanto crítica da Modernidade, ainda não conseguiram produzir reações concretas de caráter emancipatório.

O fato de o pensamento social brasileiro ter se estruturado em torno da questão da construção da nação não é evidente. Explica-se em grande medida pela necessidade de fabricação dos elementos de identidade nacional no processo de formação do Estado nacional brasileiro, bem como pelo momento em que se consolidaram as ciências sociais no Brasil e seus objetivos no contexto de formação da Universidade Moderna no Brasil.³ Embora um balanço geral dos desdobramentos desta tradição seja urgente, não é sobre esta questão que pretendemos nos debruçar diretamente.

Nossa atenção se restringe, no interior dessa tradição, a um grupo de autores que se dedicaram ao estudo da formação do Brasil contemporâneo à luz da problemática do desenvolvimento nacional no segundo e no terceiro quartis do século XX, pois foi naquele momento que se produziram os principais ensaios de interpretação do Brasil, os quais ainda são muito influentes no atual debate sobre o desenvolvimento.

Acreditamos que um ponto de partida privilegiado para nos aproximarmos criticamente desse conjunto de ensaios é considerá-los a partir da tensão entre o universal e o particular. Este ponto de partida nos permite não só alinhar as diferentes obras do debate sobre o desenvolvimento em torno de um eixo comum, como também estabelece as bases teóricas à exposição dos limites do estudo da mudança social como problemática do desenvolvimento nacional, uma vez que não assume teoricamente o caráter nacional ou internacional do desenvolvimento do capitalismo, mas sim sua forma geral e, consequentemente, seu caráter histórico-mundial.⁴

À luz desta oposição, no período em análise, distinguem-se no debate brasileiro sobre o desenvolvimento basicamente dois grupos. De um lado estão os (neo)liberais, cujo processo de tradução⁵ do universalismo europeu⁶ para a periferia visa dissimular o caráter

³ Para uma apreciação recente e sugestiva sobre o tema ver, por exemplo, NOBRE, M. Da “formação” às “redes”: filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, SP. Nº 19, Jan-Jun. 2012, p. 13-36.

⁴ Cf. HOPKINS, T. K. The study of the capitalist world-economy: some introductory considerations. In: GOLDFRANK, W. L. (Ed.) *The World-System of capitalism: past and present*. Beverly Hills, Calif: Sage Publications, 1979, p. 26.

⁵ No sentido gramsciano do termo tradução, ou seja, da maneira como um determinado conceito formulado para uma realidade ou problemática específica é apropriado por interpretações produzidas a partir de realidades distintas.

⁶ De acordo com Wallerstein, o universalismo europeu consiste em um “[...] conjunto de doutrinas e pontos de

singular da formação social brasileira a fim de justificar a forma de integração à ordem capitalista mundial e seu padrão de dominação correspondente. Consequentemente, isto não implica negar necessariamente o caráter subdesenvolvido do Brasil, mas em afirmar através de sua singularidade o caráter universal do capitalismo, justificando, deste modo, o “atraso” pela falta do aprofundamento da economia de mercado como regulador social. Roberto Campos expressou como ninguém essa posição.

Em discurso proferido à sociedade Pan-Americana em 1962, intitulado *Sobre a necessidade de perspectiva histórica*, Campos, após expor alguns pontos em que tenta reverter a subavaliação da “performance” brasileira realizada pelos Estados Unidos, conclui que “esses comentários não constituem, de maneira alguma, uma defesa da inflação, nem se pretende que a inflação tenha exercido papel causal no processo de crescimento.” O que, obviamente, seria ir de encontro ao *mainstream* econômico. “Pelo contrário”, continua Campos, “é lícito supor que, num contexto político adequado e presumida uma administração fiscal mais eficiente que a habitualmente encontrada em países subdesenvolvidos o desenvolvimento econômico poderia ser alcançado com pressões inflacionárias apenas moderada”. E na sequência, a dissimulação: “Constituem eles [os devaneios, ou seja, o processo inflacionário e a má administração pública], contudo, um apelo em favor de uma visão equilibrada do problema, em que se dê o devido crédito ao desempenho brasileiro em relação a outros importantes objetivos sociais e políticos [a estrutura de uma sociedade aberta e democrática]”.⁷

De outro lado, situam-se os desenvolvimentistas e os socialistas. Críticos do universalismo europeu, ambos reivindicam o caráter *sui generis* da formação social brasileira⁸ e assumem a construção da nação como estratégia político-teórica para influenciar o processo de integração (ou desintegração) à ordem capitalista mundial como forma de afirmar a soberania nacional.

Raúl Prebisch, no clássico *Informe da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* de 1949, ilustra a questão do ponto de vista desenvolvimentista. Ele afirma:

Son bien conocidas las dificultades que se oponen en Latinoamérica a una tarea de

vista éticos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais – aquilo que muito de seus defensores chamam de lei natural – ou como tal são apresentados”. WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007, p. 60.

⁷ CAMPOS, R. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Apec Ed., 1964, p. 189.

⁸ É exatamente sobre este ponto que o debate da formação do Brasil se concentra. Nele as divergências ocorrem em torno de como acessar o caráter singular que dá especificidade ao Brasil. Este ponto será retomado mais à frente quando forem abordadas as clivagens teóricas que informam o debate. Ver, em especial, os capítulos 4 e 5.

esta naturaleza. [De promover o desenvolvimento]. Acaso la principal de ellas sea el número exiguo de economistas capaces de penetrar con criterio original en los fenómenos concretos latinoamericanos. Por una serie de razones, no se logra suplir su carencia con la formación metódica de un número adecuado de hombres jóvenes de alta calificación intelectual. El enviarlos a las grandes universidades de Europa u Estados Unidos representa ya un progreso considerable, pero no suficiente. Pues una de las fallas más conspicuas de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad. Mal podría pretenderse, en verdad, que los economistas de los grandes países, embargados en muy serios problemas propios, vayan a dedicar preferentemente su atención al estudio de los nuestros. Conciérne primordialmente a los propios economistas latino-americanos el conocimiento de la realidad económica de América Latina. Sólo si se llega a explicarla racionalmente y con objetividad científica será dado alcanzar fórmulas eficaces de acción práctica. No se interprete, sin embargo, que este propósito está animado de un particularismo excluyente. Por el contrario, sólo se sabrá cumplirlo mediante un sólido conocimiento de las teorías elaboradas en los grandes países, con su gran caudal de verdades comunes. No hay que confundir el conocimiento reflexivo de lo ajeno con una sujeción mental a las ideas ajenas, de la que muy lentamente estamos aprendiendo a librarnos.⁹

O problema da relação entre o universal e particular também aparece no interior do núcleo socialista. Caio Prado Jr. explicita a questão quando formula sua crítica à Teoria da Revolução Brasileira do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para ele,

A teoria revolucionária brasileira, que é a resposta a ser dada às questões propostas na atual conjuntura do país, não se inspira assim de um ideal expresso na “natureza” da revolução para a qual se presumiria *a priori* que marcha ou deve marchar a evolução histórica brasileira - revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer. **Revolução essa a que se trataria, na mesma ordem de idéias, de ir aproximando e afeiçoando as instituições do país, e ajustando assim os fatos com a finalidade de alcançar um modelo preestabelecido.** Nada há de mais irreal e impraticável que isso. A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente, - mas não simplisticamente - a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos.¹⁰

A divergência entre socialistas e desenvolvimentistas ocorre quando os últimos aceitam a posição subalterna no interior da civilização capitalista e aceitam construir a nação nos marcos de um capitalismo dependente, apostando na força da institucionalidade do Estado liberal como possível diluidor das desigualdades do sistema capitalista através da industrialização e do planejamento. Os socialistas, por outro lado, adotam como horizonte de expectativas a criação de uma nação não-dependente, através da superação do próprio capitalismo por meio de uma teoria revolucionária.

Ainda hoje os termos do debate sobre o desenvolvimento estão impregnados por

⁹ PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, p. 479–502, 1986 [1949], p. 482, grifo nosso.

¹⁰ PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004 [1966], p. 19, grifo nosso, itálico do autor.

essa tradição, sobretudo aqueles que se apresentam como “críticos”, especialmente no campo econômico do debate. Pode-se identificar, grosso modo, três grandes *horizontes de expectativas*¹¹, que remontam ao debate sobre o desenvolvimento travado ao longo do segundo e do terceiro quartis do século XX e que têm sido transplantadas recentemente ao debate atual: o nivelamento e superação das desigualdade através do aprofundamento de uma ordem social plenamente competitiva;¹² a superação do subdesenvolvimento, não só através da consolidação plena do modo de produção capitalista, mas também da concretização de um estado de bem-estar social à semelhança de algumas experiências históricas consideradas bem sucedidas;¹³ ou ainda os defensores da revolução socialista, que resistem e têm buscado se reorganizar após a década de 1990, convictos de que a superação do capitalismo é o único caminho para eliminar as maleficências do subdesenvolvimento e da dependência.¹⁴

Na atual etapa do debate, em nosso entender, é o segundo horizonte de expectativa

¹¹ Para Koselleck, “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006, p. 331.

¹² GIAMBIAGI, Fábio, et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. GIAMBIAGI, F. *Brasil, raízes do atraso. Paternalismo x produtividade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. GIAMBIAGI, F.; BARROS, O. (Org.) *Brasil pós-crise: agenda para a próxima década*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. GIAMBIAGI, F.; GARCIA, M. (Org.) *Risco e regulação: por que o Brasil enfrentou bem a crise e como ela afetou a economia mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. FERREIRA, Pedro. et al. *Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. GIAMBIAGI, F.; FRANCO, G. *Antologia da Maldade: um dicionário de citações, associações ilícitas e ligações perigosas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

¹³ FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. FIORI, J. L. (Org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. PAULA, J. A.; PAULANI, L.; COUTINHO, M. (Org.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. atual. São Paulo, SP: Ed. 34, 2003. Ver em especial nesta edição o capítulo final intitulado “Retomada da revolução nacional e o novo desenvolvimentismo”. FIORI, J. L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. PAULA, J. A. (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro, RJ: Manole: Fundação Konrad Adenauer, 2005. MEDEIROS, C. A.; FIORI, J. L.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008. CARNEIRO, R.; MATIJASCIC, M. (Org.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Campinas: IPEA, IE-Unicamp, 2010.

¹⁴ CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Pão e Rosas, 2010. AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, nov. 2009. LUCE, M. S. *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. (Tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2011. AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2012. PRADO, F. C. e CASTELO, R. O Início do Fim? Notas sobre a Teoria Marxista da Dependência no Brasil Contemporâneo. *PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*. V. 3, n. 1, ano 3, p.10-29. 2013. PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

que está protagonizado e dando fôlego à discussão, tanto pelo volume e difusão de sua produção como pela sua penetração nos governos Lula e Dilma. Sob a denominação de novo-desenvolvimentismo tem se agrupado um conjunto heterogêneo de pensadores brasileiros insatisfeitos com os rumos da sociedade brasileira e dispostos a pensar alternativas para o Brasil. Recolocar o debate sobre o desenvolvimento tem exigido dos desenvolvimentistas dois tipos de esforços. Primeiro, no plano ideológico, a tarefa tem sido ocupar o vazio ideológico deixado com o desencanto da utopia global.¹⁵ É neste sentido que a ideologia desenvolvimentista tem sido resgatada, porém, à luz de um acerto de contas com as teorias do desenvolvimento e de uma interpretação das transformações do capitalismo contemporâneo. Segundo, no plano do político, o esforço tem residido na criação de alianças políticas capazes de levar à prática um projeto nacional de desenvolvimento.¹⁶

Entre os novos-desenvolvimentistas, entretanto, ainda não estão claras as diferenças fundamentais. Os esforços coletivos, organizados em forma de compêndios, apresentam-se de forma entrelaçada, o que dificulta distinção entre as diferentes correntes que os compõem. Contudo, o argumento central que perpassa todos os esforços “novo”-“neo”-“social”-desenvolvimentistas é a ideia de que a nação brasileira ainda não atingiu a maturidade, assegurando-lhe o status de país desenvolvido frente à economia mundial e ao sistema interestatal, motivo pelo qual a construção da nação persiste enquanto um objetivo a ser perseguido.¹⁷ É consenso também entre os autores que, para inserir o Brasil plenamente na Modernidade, liquidando as heranças do seu passado colonial de desigualdades econômicas, políticas e sociais, é necessário a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. A

¹⁵ Cf. FIORI, J. L. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 14.

¹⁶ Conforme a tese defendida por Aloizio Mercadante, “O programa [do governo Lula] procurava articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. Orientado para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Uma parte dessas mudanças visava desmontar as armadilhas deixadas pela agenda neoliberal. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. Ademais, o programa propunha a articulação de três níveis de políticas públicas: a sustentabilidade ambiental; a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e **reconstituir em novas bases o pacto federativo**; e, sobretudo, a inclusão social, com a garantia dos direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania” OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Campinas, SP: 2010 (tese de doutorado), p. 3, grifo nosso.

¹⁷ Bresser-Pereira exprime o sentimento que procuramos destacar: “O novo desenvolvimentismo é a estratégia para promover o progresso ou o desenvolvimento, para alcançar aqueles grandes objetivos políticos definidos nos últimos 300 anos e para, assim, garantir direitos: os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais e os direitos republicanos, estes definidos como o direito de cada cidadão de que o patrimônio público não seja capturado por interesses privados”. BRESSER-PEREIRA, L. C. República e Desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/2014/02/1409833-republica-e-desenvolvimentismo.shtml>>. Acessado em: 13 fev. 2014.

elaboração deste projeto requer, segundo eles, contemplar diferentes interesses de modo a se tornar hegemônico no bloco do poder e, desta forma, conduzir o processo de mudança social. Para tanto, os novos-desenvolvimentistas postulam o crescimento econômico como condição prévia para a articulação dos interesses e, deste forma, a construção de alianças políticas. É neste sentido que o Estado ganha relevo e centralidade na visão novo-desenvolvimentista, como indutor do crescimento, na medida em que as políticas econômicas podem ser convertidas em mecanismos de aglutinação de interesses em direção à acumulação capitalista e à afirmação da soberania nacional no interior do sistema-mundo moderno.¹⁸

Visto deste modo, e como pretendemos demonstrar mais adiante, a construção da nação não apenas é transversal às diferentes matizes do pensamento social brasileiro, envolvendo e organizando o debate sobre o desenvolvimento. Ela também persiste através do tempo, recolocando-se de maneira modificada a cada geração de pensadores, conforme exemplifica Celso Furtado:

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais — como o Brasil — são os que mais sofrerão com a globalização. Isso porque poderão desagregar-se ou deslizar para regimes autoritários de tipo fascista como resposta às tensões sociais crescentes. Para escapar a essa disjuntiva **temos que voltar à idéia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia**. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização social. Temos que preparar a nova geração para enfrentar grandes desafios, pois se trata de, por um lado, preservar a herança histórica da unidade nacional, e, por outro, **continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas**. Como as possibilidades de crescimento do mercado interno são grandes, há espaço para uma colaboração positiva da tecnologia controlada por grupos estrangeiros. Numa palavra, podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar em uma sociedade mais justa e preservar a sua independência política.¹⁹

Com isso, torna-se explícito aquilo que está subjacente ao pensamento desenvolvimentista: o pressuposto do Estado nacional como agente da transformação social em direção à consolidação de uma ordem social capitalista menos hierárquica e menos desigual. Este pressuposto traz consigo a ideia segundo a qual seria possível controlar o ritmo da mudança social por meio do Estado, e que o sentido da mudança poderia ser definido mediante a construção de alianças políticas que estariam condensadas em um projeto nacional de desenvolvimento.

¹⁸ Ver, por exemplo, CALIXTRE, A. (Ed.); BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (Coord.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, DF: IPEA, 2014.

¹⁹ FURTADO, C. Opções para o Brasil. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 3(2): 9-15, jul./dez. 1999, p. 15, grifo nosso.

Não obstante, ocorre que a construção da nação teve origem nas revoluções liberais que marcaram o século XIX e que avançaram sobre o século XX. De acordo com Eric Hobsbawm, ao longo do século XIX construir a nação significava basicamente instituir um corpo de cidadãos, vinculado a um determinado território que reivindicava sua soberania. A constituição deste corpo de cidadãos ganhava expressão política na forma de um Estado nacional, cujo interesse comum era o ataque ao privilégio da ordem social anterior. Deste modo, a condição plena de cidadania e a formação de uma economia nacional tornavam-se os elementos de expansão e unificação nacional. Não obstante, construir uma nação requeria legitimar-se tanto para dentro como para fora. No primeiro caso, o princípio do ponto crítico era uma condição fundamental na medida em que, até por volta da década de 1870, acreditava-se que cada Estado deveria possuir tamanho suficiente para se tornar uma unidade viável de desenvolvimento. Ao passo que, para fora, o princípio de nacionalidade era o elemento central da política internacional. Neste caso, não se tratava de um princípio incondicional, como observa o historiador inglês,

[...] para compreender a ‘nação’ da era liberal clássica é portanto essencial ter em mente que a ‘construção das nações’, por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações. E, de fato, a demanda pelo ‘princípio de nacionalidade’ também não era universal. Como problema internacional e como problema político doméstico, o ‘princípio de nacionalidade’ atingia um limitado número de povos ou regiões, mesmo em Estados multilíngues e multiétnicos como o império Habsburgo, onde dominava claramente a política.²⁰

Contudo, lembra Hobsbawm, entre a década de 1870 e o final da Primeira Guerra Mundial, tanto o princípio do ponto crítico foi abandonado como o princípio de nacionalidade deixou de ser a base para a organização do sistema interestatal. Consequentemente, três foram as mudanças. Em primeiro lugar, as nações passaram a ser definidas a partir de critérios étnicos ou linguísticos. Isto levou, em segundo lugar, qualquer nação em potencial a demandar o direito à autodeterminação nacional. Por fim, alterou-se também o direito político à nação. Na tentativa de reestabelecer a ordem mundial do pós-Primeira Guerra Mundial, o ideal de nação de princípios do século XIX foi resgatado, porém, com base em outro princípio “wilsoniando-leninista” de política internacional. Toda nação passava a ter o direito de reivindicar a autodeterminação nacional. No entanto, o princípio do ponto crítico foi recuperado parcialmente. Cada Estado não precisava necessariamente ter um tamanho mínimo suficiente para ser viável economicamente, bastava-se integrar-se ao mercado mundial e estabelecer a cidadania como direito político à nação. É neste contexto, pois, que o debate

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990, p. 53-4.

sobre o desenvolvimento está inscrito.²¹

Nós acreditamos que o Brasil possa ser incluído neste pequeno grupo de países em que a construção da nação é essencial à compreensão de sua história. Todavia, para o caso do Brasil, é fundamental levar em consideração as condições sobre as quais se deram as reivindicações pelo ‘princípio de nacionalidade’ no contexto do sistema-mundo moderno. Dito de uma forma mais direta: formação do Estado nacional e do mercado interno em tensão com o sistema- interestatal e a expansão do mercado mundial.²²

Com base nesta ponderação, colocamos em mira o pressuposto desenvolvimentista e sua crítica à suposta autorregulação capitalista, a qual insiste continuamente em reafirmar o papel do Estado enquanto possível regulador social do modo de vida capitalista ao invés da economia de mercado. Este pressuposto aparece com toda sua força, por exemplo, na afirmação de Maria da Conceição Tavares quando argumenta que “o real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua ‘razão’ teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado”.²³

É essa aposta desenvolvimentista *no* Estado e *pelo* Estado como agente igualador que gostaríamos de colocar, por ora, em suspenso para que possamos desenvolver nossa reflexão. Para nós parece haver um dilema com relação ao papel que historicamente os desenvolvimentistas têm atribuído ao Estado nacional no processo de mudança social. Como veremos mais adiante, historicamente a economia de mercado foi instituída pelo próprio Estado como mecanismo de regulação social. Na verdade, trata-se do pressuposto político da “autorregulação” que, curiosamente, é constantemente atacada pelo discurso (neo)liberal.

Nossa tese sugere que o encantamento com o Estado e, conseqüentemente, a crítica desenvolvimentista ao capitalismo, decorrem do estudo da mudança social ter sido realizado a partir da problemática da construção da nação. Esta maneira de estudar a mudança social ofusca dois fenômenos distintos, porém interconectados, que, quando tornados inteligíveis, questionam a compreensão usual do papel do Estado no processo de mudança

²¹ Cf. HOBBSAWM, 1990. Ver, em especial, capítulo 1.

²² Este ponto, que será elaborado na Parte 2 desta tese, apoia-se em nossa hipótese segundo a qual a formação do mercado interno no Brasil reflete, na verdade, a própria expansão do mercado mundial. Decorre daí a dificuldade do Estado em estender os direitos de cidadania, pois vão contra as condições de reprodução ampliada do capital na periferia do sistema-mundo moderno. Não obstante, estamos cientes que esta relação orgânica entre o mercado interno e o mercado mundial é difícil de demonstrar porque estamos habituados a sempre pensar da perspectiva que estabelece a polarização interno e externo.

²³ TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978], p. 74.

social: o desenraizamento da economia e a formação do mercado interno. Ainda que a formação do mercado interno corresponda simultaneamente ao desenraizamento da economia, este último, entendido como a disjunção institucional do sistema econômico do restante das relações sociais²⁴, envolve uma transformação estrutural mais profunda e de longa duração, redefinindo a maneira como se articulam as diferentes esferas da existência – economia, política, cultura, religião, etc. Segundo a nossa tese, no Brasil, os processos por meio dos quais ocorreu esse desenraizamento tiveram início no século XIX e estão relacionados com a formação do Brasil contemporâneo. No entanto, à medida que o lugar do econômico foi sendo redefinido no interior da sociedade colonial, apontando o sentido da mudança, estabeleceram-se ao mesmo tempo os limites estruturais às mudanças sociais para além do alcance das teorias do desenvolvimento que, no século XX, propuseram-se a investigar a formação do mercado interno enquanto um sistema econômico que se constituiria em base material para a nação.²⁵

Do nosso ponto de vista, embora alguns autores do debate sobre o desenvolvimento percebam o desenraizamento do econômico e o mercado interno como processos distintos, eles parecem não levar a últimas consequências as implicações de tal constatação.

²⁴ POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012b. Ver, em especial, o artigo “A economia enraizada na sociedade”.

²⁵ Este tema será retomado e desenvolvido mais adiante no capítulo 7. Por ora, gostaríamos apenas de indicar a ideia central: o desenraizamento da economia ou da produção material da vida. Partindo da leitura que o professor Fernando Novais fez do materialismo histórico de Marx, ou seja, da ideia de que o modo de produção da vida se define pela forma como se apresentam articuladas as esferas da existência em cada espaço-tempo, podemos pensar a transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo como um conjunto de processos que conduziram à rearticulação dessas esferas em direção à configuração que elas assumem no modo de vida capitalista. Deste modo, podemos assumir que, nos diferentes modos de vida que formavam a colônia, os lugares da economia foram redefinidos no sentido de subordinar o conjunto da vida colonial à lógica da economia de mercado, cuja motivação fundamental é a fome ou o lucro. Merecem atenção os elementos envolvidos no processo de desenraizamento. De acordo com Karl Polanyi (2012a [1944]), a subordinação do sistema econômico à lógica do mercado formador de preço é engendrada pelo Estado através da instituição dos mercados de terra, trabalho e dinheiro. Para ele, a formação desses mercados garante apenas a possibilidade de disjunção do sistema econômico da sociedade. Para que o processo se complete, redefinindo a posição da esfera do econômico com relação às demais esferas da existência, requer-se ainda a introdução da máquina no seio da sociedade. Daí a importância da industrialização. É preciso, portanto, uma combinação específica de fatores para que o desenraizamento da econômica se complete, provocando uma mudança estrutural e de longa duração. Agora, se confrontamos isso com o debate brasileiro sobre o desenvolvimento o problema aparece invertido. A industrialização era considerada como meio para completar a formação do mercado interno. Mais que isso, ela permitiria a superação da heterogeneidade estrutural, do subdesenvolvimento e da dependência, entendida como condições necessárias para instauração do Estado liberal (estender os direitos de cidadania a todos os cidadãos). Sendo assim, quando falamos “para além do alcance das teorias do desenvolvimento” queremos dizer que estas teorias estão discutindo o modo de funcionamento da esfera do econômico assumindo a condição em que a economia já se encontra rearticulada com as demais esferas. Desse modo, a discussão assume mais um caráter instrumental, no sentido de gestão da dinâmica de funcionamento da economia, do que verificar o lugar que ela ocupa no conjunto das relações sociais.

Na historiografia dedicada à formação da economia brasileira segundo a problemática do desenvolvimento nacional há um consenso em torno da caracterização da esfera econômica como sistema econômico, equiparando logicamente economia a mercado interno, e da preocupação em avaliar se este sistema econômico específico favorece ou restringe a realização do “ideal moderno”, a nação. Independente do projeto político, o diagnóstico geral é comum: a economia brasileira, isto é, o *mercado interno*, integrou-se de maneira heterogênea, subdesenvolvida e dependente, e sua dinâmica peculiar impossibilitava oferecer condições materiais dignas a todos os cidadãos. Consequentemente, tinha-se a percepção de que consolidação da nação – ou a superação do subdesenvolvimento e da dependência – passava pela homogeneização e autonomização da estrutura econômica brasileira, seguindo os moldes – mas não necessariamente a mesma via – das sociedades ditas “desenvolvidas”. Em alguns casos, esta mesma questão era posta nos termos de uma aceleração no sentido banal de queimar etapas.²⁶

Acreditamos, portanto, que o dilema com relação ao papel do Estado no processo de mudança social também deriva do estilo de pensamento dos autores. Em geral, optou-se por um raciocínio lógico-dedutivo, que adotada a priori uma definição que corresponderia à verdadeira essência do capitalismo, temporalizando-a sobre o espaço equivalente à jurisdição do Estado.

Nossa observação é compatível com o modo de pensar de Roberto Campos e Celso Furtado. No caso de Campos, como sugere Perez,

o pensamento de Campos pode e deve ser tomado como uma unidade. O elemento axial é a racionalidade, sedimentadora dos conteúdos do órgão decisor e do mercado. No primeiro caso, a razão é instalada no poder público e, a partir dele, propõe-se sua disseminação pelo tecido social; no segundo, com a experiência da crise fiscal do Estado e o encorpamento da vida privada, reposiciona-se a *ratio* nos indivíduos e em suas microrrelações. A razão no Estado perdura até meados da década de 70; a razão no mercado inaugura-se na primeira metade dos anos 80.²⁷

Celso Furtado se aproxima de Campos quando enfatiza a questão da racionalidade. Isto fica claro na observação feita por Plínio de Arruda Sampaio Jr.:

A contribuição de Celso Furtado para o estudo do desenvolvimento consiste em desvendar as bases técnicas e econômicas de uma sociedade nacional. Seu principal objetivo é definir parâmetros éticos para a intervenção do Estado na economia. Partindo de uma metodologia que combina a noção de excedente da economia política clássica; a teoria das decisões de Max Weber e Karl Mannheim; e o enfoque estruturalista da relação centro-periferia, de Prebisch, o objetivo de Celso Furtado é

²⁶ Voltaremos a este ponto mais adiante.

²⁷ PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 252-3.

elucidar a "racionalidade econômica" que preside o processo de industrialização - a espinha dorsal dos sistemas econômicos nacionais. Sua abordagem privilegia um aspecto particular das descontinuidades históricas que caracterizam a civilização burguesa: as relações de causa e efeito entre expansão das forças produtivas e modernização dos padrões de consumo. Logo, a quintessência de sua teoria é qualificar a natureza dos nexos de mútuo condicionamento entre: (a) incorporação de progresso técnico; (b) expansão das forças produtivas; e (c) ampliação das necessidades sociais submetidas à esfera da troca.²⁸

Este problema também se colocou no polo socialista da discussão e foi um dos motivos da ruptura de Caio Prado Jr. com as teses do PCB. Em *A Revolução Brasileira*, Prado Jr. explicita o problema:

no estabelecimento das bases em que assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, já lá vão para mais de quarenta anos, não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país - coisa aliás que na sua maior e principal parte era por eles ignorada, como logo veremos - mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido a priori e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular - o Brasil naturalmente aí incluído - haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo.²⁹

Visto em conjunto, tende-se a atribuir para cada Estado nacional um sistema econômico e uma sociedade correspondentes. O caráter singular de cada economia nacional define-se, costumeiramente, em relação às outras economias nacionais com base na distribuição relativa dos pesos dos parâmetros segundo os critérios estabelecidos a priori pelas teorias que orientam as análises.

Aqui se revela outro problema e de ordem anterior, que deriva da identidade estabelecida entre esfera do econômico e sistema econômico: a discussão sobre o *lugar* que ocupa a economia na sociedade colonial fica em segundo plano. Por exemplo, em *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado procurou avaliar os ciclos da economia colonial a partir do processo de formação da renda e de acumulação de capital em função da possibilidade de constituição de um mercado interno autossustentado.³⁰ Daí sua ênfase na explicação da

²⁸ SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado a crítica do capitalismo dependente*. 1997. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, p. 78-9.

²⁹ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 32.

³⁰ Cf. Furtado, "Retornemos a nosso problema inicial: que possibilidades de expansão e evolução estrutural apresentava o sistema econômico escravista? É evidente que, se o mercado externo absorvesse quantidades crescentes de açúcar a um nível adequado de preços, o sistema poderia crescer - sempre que a oferta externa de força de trabalho fosse elástica - até ocupar todas as terras disponíveis. Dada a relativa abundância destas últimas, é de admitir que as possibilidades de expansão eram ilimitadas por este lado. Também já vimos que, ao nível de preços que prevaleceu na segunda metade do século XVI e primeira do seguinte, a rentabilidade era suficientemente elevada para permitir que a indústria autofinanciasse uma expansão ainda mais rápida do que a efetivamente ocorrida. Tudo indica, portanto, que o aumento da capacidade produtiva foi regulado com vista a

dinâmica da economia colonial por meio de hipóteses contra-factuais ao invés de explicar por que historicamente foram economicamente viáveis as formas de produção pré-capitalistas ou por que a estrutura da economia açucareira resistiu por séculos à letargia do desarranjo do mercado do açúcar. Por outro caminho, Caio Prado Jr. não escapa da mesma dificuldade. Ela se explicita nas repetidas vezes em que o autor sugere que a vida social e política da colônia refletem sua infra-estrutura econômica.³¹ As implicações de ambas as formas de falácia economicista para a análise do “presente-passado” refletiram em seus diagnósticos sobre a construção da nação brasileira, sobretudo, na adoção dos critérios morais e éticos que estabeleciam os parâmetros para avaliação dos rumos em direção à boa sociedade. Isto se torna visível quando o êxito da industrialização passou a ser julgado pelo modo como o indivíduo se aproxima ou se afasta dos caracteres fundamentais pressupostos *idealmente* para a vida moderna – por exemplo, os modelos europeus de cidadania.

Para nós, ao contrário, a singularidade do brasileiro e da economia brasileira não deve ser definida a partir de um suposto modelo ideal de indivíduo moderno, como sugerem os modelos de cidadania, ou das economias “desenvolvidas”, tomadas como exemplo: França, Inglaterra e Estados Unidos. Interessa esclarecer como, quando e em quais condições as várias formas de sociabilidade que compunham a vida colonial – ou nos termo de Darcy Ribeiro o mulato, o caboclo, o sertanejo, o caipira e o gaúcho – foram sendo convertidas, por um longo e violento processo, em tipo muito específico de sociabilidade, na qual as relações humanas

evitar um colapso nos preços, ao mesmo tempo que se realizava um esforço persistente para tornar o produto conhecido e ampliar a área de consumo do mesmo. Como quer que seja, o crescimento foi considerável-particularmente se o observamos do ponto de vista da colônia - e persistiu durante todo um século. Contudo, esse crescimento se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos da manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente. Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão.” FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003 [1959], p. 57-8.

³¹ Cf. Caio Prado Jr., “já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil-Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas, às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. A repercussão deste fato no terreno político - a revolução da Independência - não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais, ligados ao desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo distintos dos da metrópole e contrários a eles.” PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001 [1933], p. 51-52.

pouco a pouco foram sendo empurradas para a esfera do valor de troca.³² Consequentemente, como tentaremos demonstrar ao longo do trabalho, discutir o lugar da economia na sociedade colonial permite avançar em algumas lacunas existentes nas explicações sobre a transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo.

Portanto, o ponto que está aberto e em discussão no debate brasileiro sobre o desenvolvimento é justamente as condições para a consolidação de uma sociedade nacional soberana no interior do sistema interestatal moderno vazado pela economia-mundo capitalista. Como tentaremos esclarecer mais adiante, é neste momento que a perspectiva da construção da nação passa a dominar os estudos sobre a formação do Brasil, tendendo a explicar tudo a partir de uma suposta “lógica interna” em oposição a uma “lógica externa”. Como consequência, apesar da dimensão sistêmico-mundial que é esboçada nas análises dos autores, tende-se a hipostasiar o movimento do conjunto,³³ ou seja, ao invés de se levar em consideração a maneira pela qual o sistema-mundo se integra como um sistema social histórico, assumem-se as experiências “bem-sucedidas” como forma mais desenvolvida do sistema.

Buscando contribuir para o debate sobre a formação do Brasil contemporâneo, nossa tese pretende estabelecer, no decurso da Parte 2, um caminho teórico alternativo para a formulação de uma nova narrativa. Esse caminho tem como ponto de partida a formação do Brasil contemporâneo no contexto de expansão do capitalismo tomando como fio condutor da

³² Deste ponto de vista, Jessé Souza tem procurado formular hipóteses alternativas à tradição do pensamento social brasileiro. Por mais que tendamos discordar de suas formulações, compartilhamos com a seguinte crítica: “Em países como o Brasil, onde a institucionalização em larga escala das ciências sociais se dá a partir da década de 1970, refletindo a tendência mundial da disseminação dos modelos de divisão do conhecimento, a fragmentação dos esquemas explicativos tendem a perder sua relação com qualquer realidade mais ampla. Este fato, associado à propagação paralela de teorias de médio alcance, que renunciam a esclarecer ou tematizar seus próprios pressupostos e escolhas de categorias, tende a inibir a reflexão acerca da realidade que não tenham vínculo imediato como realidades pragmáticas e conjunturais. Por mais bem-sucedidos e interessantes que sejam vários desses esforços, que recuperam contextos e sentidos históricos e ajudam a mapear empiricamente dados relevantes acerca da realidade, eles não contribuem para renovar a compreensão mais totalizadora acerca dos princípios estruturantes básicos que perfazem a singularidade da modernidade periférica, dado que seu horizonte categorial rejeita, de plano, qualquer preocupação com esta dimensão mais abstrata da reflexão teórica”. SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, RJ: UFMG; IUPERJ, 2006, p. 14.

³³ Neste ponto, nosso esforço tem sido o de evitar aquilo que Karel Kosik denomina falsa totalidade. “A falsa totalidade manifesta-se sob três aspectos fundamentais: 1) como totalidade vazia, à qual falta, os reflexos, a determinação dos momentos isolados e a análise; a totalidade *vazia* exclui o reflexo, isto é, a apropriação da realidade sob a forma de momentos isolados, e a atividade do pensamento analítico; 2) como totalidade *abstrata*, na qual o todo foi formalizado face às partes e se atribui uma ‘realidade superior’ às ‘tendências’ hipostasiadas. A uma totalidade assim entendida faltam a gênese e o desenvolvimento, a criação do todo, a estruturalização e a desestruturalização. A totalidade é um todo *fechado*; 3) como totalidade *má*, na qual o autêntico sujeito foi substituído pelo sujeito mitologizado”. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1969, p. 53.

análise o desenraizamento da economia.³⁴ Como demonstraremos ao longo do trabalho, seguir esse caminho requer antes recuperar a questão comum a todas as formas de existência social (o caboclo, o sertanejo, o caipira, o gaúcho, matuto e gringos) que formaram a colônia portuguesa na América: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida. O processo de ruptura fundamental, que moldará o Brasil contemporâneo na história do capitalismo, consiste justamente no processo de mercantilização dos meios de subsistência, isto é, o processo de transformar em mercadoria a terra e o trabalho. Este foi um processo lento, de longa duração, e extremamente violento, em que o Estado Nacional em formação ajudou a engendrar e assegurar a penetração da lógica mercantil nas estruturas do cotidiano colonial, revolucionando-a. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, deste ponto de vista, tem correspondido historicamente à destruição dessas formas de vida não capitalistas e a instituição de uma nova ordem social supostamente moderna em que se opuseram, entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX, projetos alternativos à constituição de uma sociedade de mercado na periferia do sistema-mundo moderno.³⁵

Apesar de estarem cientes de que a disputa se dava em torno da definição do caráter da sociedade brasileira, é neste ponto que os intérpretes do desenvolvimento capitalista no Brasil acabam se vendo diante ou do inconformismo ou do reformismo ou da revolução, porém sem se libertar dos marcos estabelecidos pela construção da nação, ou seja, da mentalidade liberal.

Em nosso entender, a singularidade do Brasil contemporâneo deve ser buscada no modo como se estabelece uma determinada “coesão” social a partir dos diferentes modos de vida que se encontravam no período colonial e que foram sendo articuladas por meio de uma divisão social e técnica do trabalho. Ainda que o Brasil seja produto da empresa colonial, a fazenda não foi o único núcleo de organização social, como atestam o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos; ou o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente; ou ainda o gaúcho, os matutos e gringos que povoaram o sul colonial. A estrutura social destes diferentes núcleos em nenhum caso foi regulada com base em uma economia de mercado, sobretudo o latifúndio exportador no qual, apesar de estar vinculado às cadeias mercantis globais, à instituição da escravidão e do caráter autárquico da fazenda asseguravam a

³⁴ Esforço semelhante foi iniciado por PAULA, João Antônio. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História econômica & história de empresas*. No. 5, Vol. 1, 2002, p. 7-39. Suas ideias serão retomadas em momento mais oportuno, na seção 9.2.

³⁵ Como vemos no capítulo 2, trata-se de uma oposição que reflete, na verdade, a tensão da própria cultura liberal em uma perspectiva contratualista e a perspectiva do mercado.

reprodução material – a produção dos meios de vida – de todos os envolvidos na atividade exportadora sem que fosse necessário estabelecer uma mediação *pelo* mercado.³⁶ A sociedade colonial tinha, por definição, condições de assegurar a subsistência de seus membros.

A configuração das fazendas, como elemento dominante na sociedade colonial, não implicou, portanto, a não existência de outras formas de organização social sedimentadas em outros sistemas de dominação e de status no interior da colônia. Também não significa que esses núcleos não intercambiassem bens necessários às suas respectivas reproduções. O comércio, de fato, existia. Foi sobre esses núcleos distintos que se formou um mercado interno. Não podemos, no entanto, pressupor que o curso natural do Brasil seria a consolidação de uma economia de mercado e uma sociedade de mercado. Este ponto parece crucial para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a questão que precisa ser esclarecida é: *quando, como e por que se conseguiu construir uma economia de mercado e uma sociedade mercado no Brasil a partir da desarticulação dos diferentes núcleos de organização social que formavam o Brasil colonial?* Esta pergunta precede qualquer interrogação sobre o caráter singular da dinâmica da economia brasileira.

Na medida em que não se faz esta pergunta, admite-se que toda relação de intercâmbio constitui um elo de um mercado interno em germe, o qual, ao atingir uma densidade relativa considerável, procura determinar sua especificidade a partir dos elementos que carecem para a sua homogeneização. A partir desta análise, a industrialização surge como estratégia de homogeneização da economia nacional, condição necessária à superação do subdesenvolvimento que, por sua vez, era pré-requisito à consolidação da nação.

Ao não se levar em consideração o desenraizamento da economia, criou-se a imagem de que Estado e mercado são forças opostas. Mais que isso, engendrou-se a expectativa de que o Estado representaria a possibilidade do controle social sobre o mercado. Incorreu-se ainda na formulação de uma falsa identidade entre economia nacional e sistema econômico, o que permitiu reivindicar a autonomia da economia nacional como estratégia de desenvolvimento e como meio para a inserção nacional soberana.

Deste ponto de vista, enquanto a esquerda radical despende muita energia para tentar desconstruir o discurso desenvolvimentista, seu efeito indireto tem sido alargar os espaços de domínio do pensamento (neo)liberal, o qual tem a seu favor os arranjos

³⁶ Para uma descrição destes diferentes modos de vida ver RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 269-444. Para o caso específico do caipira, ver o clássico estudo de CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida*. 8ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1997 [1964].

institucionais das estruturas do saber que permitem maior difusão e penetração de sua ideologia no senso comum. Por este motivo, parece-nos urgente a esquerda *impensar* o modo como ela historicamente enfrentou desenvolvimentistas e neoliberais no terreno ideológico. Desconstruir a ideologia desenvolvimentista, produzida por um setor supostamente “progressista” da elite e que se vale da “aristocracia operária” como base de apoio em sua disputa pela liderança no bloco do poder, requer um enquadramento capaz de demonstrar que “neo”-“novo”-“social”-desenvolvimentismo e (neo)liberalismo são ambos variantes do liberalismo realmente existente e cuja polêmica central gira em torno do mercado como regulador social.

A dificuldade em demonstrar que desenvolvimentistas e neoliberais são variações do liberalismo realmente existente, sem incorrer na atitude dos socialistas em estabelecer um confronto no mesmo terreno que se procura criticar, está fundada em alguns estereótipos que precisam ser quebrados. Primeiro, do ponto de vista desenvolvimentista, a autoimagem que produzem de si mesmos como progressistas ao passo que caracterizam os (neo)liberais como conservadores e os socialistas como radicais. Ou, do ponto de vista socialista, autoimagem que fazem de si como revolucionários do bem e que tanto (neo)liberais como desenvolvimentistas são ambos conservadores e retrógrados. Ou ainda os (neo)liberais apresentando-se como portadores do progresso, acusando os desenvolvimentistas de comunistas e ambos, desenvolvimentistas e socialistas, de autoritários. Aceitar este tipo de desqualificação, que não passa de uma estratégia discursiva deselegante, faz com que as vozes do debate girem em círculos como se fosse o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Segundo, organizar a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) a partir de uma genealogia das influências teóricas também não parece um caminho muito promissor, ainda que necessário, pois o ecletismo é uma característica perene dos principais intelectuais brasileiros. A favor do discurso, mobilizam-se, em geral, matrizes de pensamentos diversas, cujas, muitas vezes, as principais referências são escamoteadas. Terceiro, organizar o debate econômico a partir de uma matriz temática, ainda que nos permita um conhecimento mais profundo acerca da posição teórico-política de cada corrente de pensamento, não necessariamente permite a reconstrução da visão global de sociedade que fundamenta tal posição debate. Acreditamos, diferentemente, que se o debate brasileiro sobre o desenvolvimento for alinhavado pelo *consenso* subjacente ao debate, isto é, a partir da perspectiva da construção da nação, conseguiremos por em evidência alguns dilemas sobre os quais o mesmo se ergueu e que ainda persistem no debate atual.

Parte 1 – Mudança social e a construção da nação

Procurando delimitar um marco analítico para o estudo da formação do Brasil contemporâneo nos marcos do sistema-mundo moderno, nesta primeira parte da tese, nosso objetivo consiste em compreender como a mudança social no Brasil foi abordada no debate sobre o desenvolvimento.

Com este intuito, voltamos nossa atenção para algumas interpretações da transição da sociedade colonial da América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Para tanto, mergulhamos sobre interpretações do Brasil formuladas por Roberto Campos, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Escola de Campinas, Caio Prado Jr., e Ruy Mauro Marini. Faremos isso para identificar os sentidos de conceitos e categorias singularizantes da formação do Brasil em relação à história geral do capitalismo. Por exemplo, buscamos explorar as semelhanças e diferenças de conceitos como subdesenvolvimento, dependência, heterogeneidade estrutural, dualismo, capitalismo tardio, superexploração e subimperialismo. Em nosso entender, o surgimento desses diferentes conceitos e categorias ao longo do século XX indica uma realidade em transformação, cuja compreensão exige historicizar o debate sobre o desenvolvimento.

Com a questão da formação do Brasil contemporâneo na história geral do capitalismo em mente, no primeiro capítulo recuperamos as diferentes narrativas sobre a evolução do pensamento econômico brasileiro. Como veremos adiante, essas diferentes historiografias, apesar dos consideráveis esforços de sistematização, não elucidam nossa dúvida sobre as diferenças e semelhanças entre os conceitos e categorias que singularizam a história econômica do Brasil porque se constituem em exposições desenvolvimentistas da evolução das ideias econômicas no Brasil. Enquanto sistematizações desenvolvimentistas do debate brasileiro sobre o desenvolvimento, e aqui se coloca nossa hipótese inicial, tais historiografias ficaram reféns dos termos em que o próprio debate foi colocado. Em outras palavras, elas *não levam em consideração o liberalismo como mentalidade que permeia toda época contemporânea* e que estabeleceu os limites dentro dos quais o debate sobre o desenvolvimento foi travado.³⁷

³⁷ Esta observação também é válida para o pensamento que se coloca à esquerda no debate sobre o desenvolvimento. No anseio de tentar resgatar o programa de pesquisa da vertente marxista da dependência, o professor Nildo Ouriques afirma que “[...] se efetivamente queremos construir um projeto nacional-popular para

Diante desta dificuldade, sentimos a necessidade de ir buscar apoio em um tipo de história do pensamento que permitisse estabelecer certo distanciamento da linguagem usual do debate econômico. Nossa intenção foi olhar através do véu que divide as ciências econômicas e as demais ciências sociais, e, assim, avaliar de maneira aberta as diferentes contribuições ao debate sobre o desenvolvimento em função do sentido da mudança social apontado naquela época. Para tanto, foi necessário elaborar uma *estrutura significativa global* para analisar a história das ideias, conforme a sugestão de Lucien Goldmann em seu livro *The Hidden God*.

Goldmann parte da ideia segundo a qual “os fatos relativos ao homem sempre se constituem em estruturas significativas globais, que são imediatamente e ao mesmo tempo prática, teórica e emotiva.” De acordo com o autor, estas estruturas podem ser “[...] explicadas e compreendidas somente dentro de uma perspectiva prática baseada sobre a aceitação de um certo conjunto de valores”.³⁸ Segundo ele, o reconhecimento destas estruturas significativas globais permite aos historiadores da ideia “[...] trazer à luz e compreender a essência de muitos fenômenos teológicos, ideológicos, filosóficos e literários, e, além disso, analisar a relação entre estes fenômenos que não haviam sido percebido anteriormente.”³⁹

Embora algumas das histórias das ideias econômicas no Brasil se apoiem no materialismo histórico para elaborar suas respectivas narrativas, como é o caso recente do

o Brasil - que eu defendo socialista -, a tarefa intelectual decisiva é a superação do ‘apagão mental’ que tantas limitações impôs ao ambiente universitário e político brasileiro. Neste contexto, podemos ou não compartilhar o ceticismo em relação às insuficiências teóricas nos programas destinados a superar a dependência e o subdesenvolvimento, **mas não temos o direito de esquecer e menos ainda alterar os termos do debate de décadas passadas**. Dai o caráter surpreendente do artigo de Fiori, pois ele reforça velhos preconceitos e não capta a nova correlação de forças que já está criando uma nova América Latina sob o lema do ‘socialismo do século XXI’. Afinal, diante do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ não era o socialismo a única alternativa indicada por Frank e Marini?” OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 198, grifo nosso. Ocorre que, ao acusar a Sociologia Paulista de abandonar os termos do debate, Ouriques propõe recuperar os teóricos da vertente marxista da dependência a partir da crítica ao “figurino francês”, metáfora que representa o caráter eurocêntrico do pensamento social brasileiro e sua possível desvinculação da realidade brasileira. Não obstante, o problema da metáfora do figurino francês é que ela não capta os elementos essenciais que lhe deu origem, isto é, a cultura do liberalismo, sem a qual, como nos lembra Richard Morse (1988), não poderíamos compreender a própria abertura ao marxismo na ibero-américa.

³⁸ GOLDMANN, Lucien. *The Hidden God: a study of tragic vision in the Pensées of Pascal and the Tragedies of Racine*. London: Routledge, 2013 [1964], p. ix, tradução nossa.

³⁹ Ibid., p. ix, tradução nossa. Ainda para Goldmann (2013, p. 7), “the ideas and work of an author cannot be understood as long as we remain on the level of what he wrote, or even of what he read and what influenced him. Ideas are only a partial aspect of a less abstract reality: that of the whole, living man. And in his turn, this man is only an element in a whole made up of the social group to which he belongs. An idea which he expresses or a book which he writes can acquire their real meaning for us, and can be fully understood, only when they are seen as integral parts of his life and mode of behavior. Moreover, it often happens that the mode of behavior which enables us to understand a particular work is not that of the author himself, but that of a whole social group; and, when the work with which we are concerned is of particular importance, this behavior is that of a whole social class”.

Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA)⁴⁰, não observamos em nenhuma dessas narrativas a construção de uma estrutura significativa global no sentido proposto por Goldmann.

Com base nessa sugestão, exploramos no segundo capítulo a cultura liberal como estrutura significativa global. Neste passo, nós abandonamos o caráter doutrinário do liberalismo para enfatizar o seu aspecto cultural, isto é, exploramos a visão de mundo liberal do ponto de vista das questões da instituição e da regulação social. Por este caminho, estabelecemos o fio condutor que permite conectar o pensamento econômico com o pensamento social em geral. Deste modo, deslocamos o eixo estruturante do debate sobre o desenvolvimento. Ao invés de sistematizá-lo a partir do conceito de desenvolvimentismo, conforme Bielschowsky, ou pelo próprio conceito de desenvolvimento, conforme sugerido pelo LEMA, propomos reorganizar o debate pela mentalidade dominante e que organiza as estruturas do conhecimento do sistema-mundo moderno desde o século XIX, o liberalismo.

Uma vez caracterizada a mentalidade liberal, no capítulo 3, avançamos no sentido de estabelecer as mediações sucessivas para contextualizar o pensamento econômico brasileiro. Para explorar os argumentos do debate a partir da relação entre autor e contexto mediado pela cultura liberal, foi necessário esclarecer o significado da construção da nação. Muitos autores justificaram seus argumentos com base na ideia da construção da nação, mas raramente explicitaram qual nação pretendiam construir. Nós argumentamos que a construção da nação reflete, na verdade, um momento da história política e cultural do Ocidente em que o liberalismo se consolidou como forma de organização política e ideológica dominante no interior do sistema-mundo moderno, definindo o marco para o debate público sobre a mudança social. Sugerimos também que o Brasil não escapou a essa tendência sistêmica, muito embora a sociedade colonial na América portuguesa fosse fechada ao liberalismo. Deste modo, propomos que o debate sobre o desenvolvimento, que se estruturou a partir da década de 1930, corresponde a um momento do processo anterior de construção da nação brasileira, cuja origem remete ao século XIX. Com base neste panorama, acreditamos ser possível colocar em perspectiva as vozes neoliberais e desenvolvimentistas, avançando em relação às estéreis oposições entre ortodoxia e heterodoxia, planejamento e mercado, e assim por diante.

⁴⁰ MALTA, Maria Mello de (Coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: IPEA, 2011.

Tendo em mente a proposta liberal de ordem social e os problemas práticos para a construção da nação, podemos então revisar os participantes no debate brasileiro sobre o desenvolvimento, confrontando suas posições com relação à cultura liberal. Este é o objetivo no capítulo 4. Nele confrontamos as diferentes posições através da maneira pela qual cada autor apreendeu e expôs, em suas respectivas narrativas, o processo de transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Na esfera de ação reformista, exploramos as ideias de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, bem como da Escola de Campinas. À Direita do reformismo, analisamos as ideias de Roberto Campos. E à esquerda, no âmbito revolucionário, dedicamos atenção às ideias de Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini. Com isso, cobrimos de maneira genérica as diferentes visões de mundo em confronto no processo de formação do Brasil contemporâneo.

Por fim, no capítulo 5, estabelecemos um balanço das obras discutidas anteriormente e cujas contribuições ao debate brasileiro sobre o desenvolvimento são inquestionáveis. Em nosso balanço, exploramos os fios condutores sobre os quais as principais narrativas foram construídas com o intuito de identificar algumas falácias centrais ao entendimento da formação do Brasil contemporâneo. Deste modo, priorizamos a relação entre o horizonte de expectativa dos autores, o método – a unidade de análise adotada, o temporalidade social considerada, a forma de apreensão do fenômeno do desenvolvimento e a relação entre o econômico e político –, e a narrativa da história. Argumentamos que a aposta no Estado como agente domesticador do capitalismo é um produto da cultura liberal à época, na medida em que se estabeleceu a construção da nação como o marco do debate sobre o desenvolvimento. À luz desta problemática, as diferentes maneiras pelas quais a economia foi considerada na sociedade colonial e o seu papel no processo de formação do Brasil contemporâneo eclipsaram o real caráter do papel do Estado liberal e de sua relação com o econômico.

1. Três narrativas historiográficas sobre o pensamento econômico brasileiro

Guido Mantega, em *Economia Política Brasileira*, propôs uma sistematização do pensamento econômico brasileiro a partir do que chamou *modelos de interpretação*. Nesta forma de organização da produção bibliográfica econômica brasileira as principais obras sobre a formação da economia brasileira foram organizadas segundo suas respectivas afinidades teóricas – como, por exemplo, as origens teóricas e as fontes de inspiração – e segundo a complementariedades das teses em análise – ou seja, as hipóteses básicas e as proposições fundamentais.⁴¹ Com base neste princípio e nos limites da bibliografia selecionada para sistematização, Mantega identificou quatro modelos de interpretação: Substituição de Importações, Democrático-Burguês, Subdesenvolvimento Capitalista e o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Embora produtos da mesma realidade, a consolidação de uma sociedade urbano-industrial, esses modelos se diferenciam entre si porque cada um tem uma visão muito própria sobre o tipo de integração do sistema econômico nacional, sua dinâmica de funcionamento, as possibilidades de transformação e o modo de como induzir a transformação.

Uma leitura atenta do esforço de sistematização de Mantega sugere que sua reconstituição está circunscrita ao período entre as décadas de 1950 e 1960, momento de consolidação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Não é possível identificar um argumento teórico no qual Mantega apoie sua periodização. O que é verificável é sua hipótese de que, com o livro *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, o pensamento econômico Brasileiro atingiria sua maturidade constituindo um marco para o nascimento da Economia Política Brasileira.⁴² Para este período, não obstante, ele não fez um esforço de

⁴¹ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984, p. 18.

⁴² Ibid., p. 11. Mais adiante, o autor justifica sua posição com relação a Furtado. Para Mantega (1984, p. 86-7, grifo nosso), “não é exagero atribuir-lhe [Celso Furtado] o mérito de ter lançado os alicerces do Modelo de Substituição de Importações, que abriu caminho para as posteriores gerações de economistas brasileiros. Coube aos seus trabalhos, particularmente a *Formação Econômica do Brasil*, concretizar a primeira análise em profundidade da economia brasileira, alinhavando as principais determinantes de sua dinâmica por meio de uma abordagem que não se limitou apenas a um ou outro aspecto dessa problemática, mas abarcando-a por inteiro. Houve, certamente, antes de *Formação*, outros trabalhos de relevo para a economia política brasileira, como os de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e outros pensadores do mesmo quilate. Porém, **nenhum deles, com exceção de Caio Prado Jr., avançou como Furtado na elaboração de uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro**. Em decorrência, pode-se dizer que a economia política brasileira passa a existir efetivamente, enquanto ciência sistemática e abrangente, munida de um arcabouço teórico específico para interpretar a dinâmica da economia brasileira, com a obra de Celso Furtado”.

reconstrução completa do debate,⁴³ como fez R. Bielschowsky.⁴⁴ Mantega limitou-se a estudar os principais trabalhos publicados no período, dando maior ênfase às correntes reformista e socialista. É interessante destacar ainda que sua análise tem forte caráter genealógico na medida em que tentou traçar as conexões entre as principais ideologias e correntes teóricas que constituíram as bases de cada modelo de interpretação. Apesar de todos esses recortes que, em princípio, deveriam conferir mais precisão à sistematização, o trabalho perde força pelo “[...] caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação”,⁴⁵ como reconhece o próprio autor.

No caso de Mantega, portanto, não se pode dizer que há um método orientando o seu esforço de sistematização. Na verdade, há alguns critérios a partir dos quais ele organizou uma certa bibliografia com a finalidade de demonstrar a existência de uma Economia Política Brasileira. Embora o esforço de Mantega seja louvável, não está isento de limitações que, em nossa opinião, merecem ser enunciadas para que possamos fomentar o debate.

Em primeiro lugar, é um livro que não apresenta a síntese de Mantega com relação às implicações que podem ser extraídas dos modelos de economia política do ponto de vista dos limites à compreensão da mudança social no Brasil. Em segundo lugar, e esta é uma questão importante, o autor identifica a história da teoria do subdesenvolvimento com a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Trata-se de uma simplificação que mais reforça do que dilui os muros que dividem as ciências sociais em geral e as ciências econômicas em particular. Este ponto se conecta com a crítica mais fundamental: a taxonomia de Mantega não foi definida a partir da tensão entre visão de mundo, método e práxis que, em última instância, condicionam a produção do conhecimento dos autores envolvidos no debate sobre o desenvolvimento.⁴⁶ Mantega deixa, com isso, sua argumentação exposta à crítica.

Ricardo Bielschowsky, ao contrário, tem um método a partir do qual ele sistematiza a literatura econômica produzida entre 1945 e 1964. Bielschowsky, ao tentar escapar de qualquer critério arbitrário, buscou apoio e inspiração teórica no trabalho *História da Análise Econômica* de J. Schumpeter. Em sua revisão, Bielschowsky concluiu que o

⁴³ MANTEGA, 1984, p. 19.

⁴⁴ Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000 [1988].

⁴⁵ MANTEGA, op. cit., p. 21.

⁴⁶ Mantega (1984, p. 159) ainda lembra que “[...] o objeto primordial deste trabalho é a formação da Economia Política Brasileira, ou seja, a história da formação das correntes de pensamento que deram uma versão consistente do processo sócio-econômico brasileiro, e não a história dos partidos, grupos e instituições ou indivíduos que utilizaram ou empunharam essas ideias. [...] Aliás, a própria identificação entre autores e partidos obedece a critérios meramente teóricos, pouco importando se houve ou não uma vinculação efetiva entre eles”.

estudo da evolução das ideias econômicas no Brasil requer integrar de forma muito peculiar aquilo que Schumpeter chamou de “história de sistemas de economia política”⁴⁷ e “história do pensamento econômico”.⁴⁸ Para ele, a linha mestra da sistematização deve ser a dimensão histórica das ideias econômicas, que “[...] é tratada através da avaliação de seu conteúdo político, a qual, por sua vez, concentra-se na posição dos autores a respeito das principais questões da economia da época, isto é, no problema da industrialização, do planejamento, do capital estatal e do capital estrangeiro, da distribuição da renda, da reforma agrária, e assim por diante.”⁴⁹ Em função da posição ocupada por cada autor em relação a estas questões, em especial a questão da industrialização, Bielschowsky estabelece as principais correntes do pensamento econômico brasileiro: o desenvolvimentismo e suas três variações, do setor privado, do setor público não-nacionalista e do setor público nacionalista; o neoliberalismo; e o socialismo. Em seu esquema, portanto, o conceito-chave que organiza toda a sua sistematização é o conceito de *desenvolvimentismo*, que para ele é:

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.⁵⁰

Deste ponto de vista, a centralidade do conceito de desenvolvimentismo justifica-se para Bielschowsky porque o “sistema desenvolvimentista” dominava tanto o quadro analítico da produção teórica, como também tinha forte penetração nas políticas econômicas aplicadas durante o período, neste caso, o grande exemplo foi o Plano de Metas em 1956.

Se, por um lado, o conceito de desenvolvimentismo é o marco a partir do qual Bielschowsky define o quadro conceitual em torno do qual ele estruturou o debate sobre o desenvolvimento no Brasil, permitindo-lhe estabelecer as semelhanças e diferenças entre as

⁴⁷ Os sistemas de economia política consistem na “... exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, socialismo, etc.”. SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Vol.1 Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1964.

⁴⁸ O pensamento econômico compreende “... a soma total de todas as opiniões e desejos relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público. É necessário lembrar, porém, que o espírito público não é nunca algo homogêneo e sem diferenciações, mas o resultado da divisão da comunidade correspondente em grupos e classes de várias naturezas”. Ele lembra ainda que, “uma história deste tipo mostrará, na verdade, a estreita associação que existe entre o espírito público no sentido definido, com a espécie de problemas que em determinada época interessam aos analistas e formam a atitude geral ou espírito no qual abordam seus problemas”. *Ibid.*, p. 64-5

⁴⁹ BIELSCHOWSKY, 2000 [1988], p. 9.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 7.

principais correntes do debate, por outro, a ideia de ciclo ideológico desenvolvimentista permitiu a ele produzir uma narrativa da evolução das ideias econômicas no Brasil. Apoiado na noção de ciclo, o autor procurou articular as diferentes controvérsias – financiamento, capital estrangeiro, empresa estatal, planejamento, protecionismo, déficit externo, inflação, salário, lucro e distribuição de renda, reforma agrária – que marcaram o período em análise com as conjunturas econômicas e políticas, tentando extrair daí algum significado histórico do pensamento econômico brasileiro. Deste modo, ele sugere que no Brasil o pensamento econômico evoluiu por meio de ciclos ideológicos. O primeiro ciclo ideológico desenvolvimentista teve quatro fases: nascimento (1930-45); amadurecimento (1945-55); auge (1956-1960) e crise (1961-64). Após sua exaustiva revisão da literatura econômica do período, Bielschowsky reafirma que seu objetivo não era tirar lições da história, mas “[...] recuperar o patrimônio cultural de um período crítico da história brasileira, aperfeiçoando dessa forma, o entendimento da formação econômica e social do país.”⁵¹ Com isso ele conclui, que do ponto de vista do significado histórico do pensamento econômico brasileiro, “a sensação é a de que o debate econômico cumpriu sua função social fundamental, ou seja, permitiu o aprofundamento e a socialização de uma consciência crítica sobre a problemática econômica e social do país, enriquecendo e democratizando o processo político decisório.”⁵² Em sua opinião isto fica evidente com a incorporação ao debate das questões sociais. Entretanto, o Golpe de 1964 representou a derrota tanto do projeto reformista como socialista. Para Bielschowsky, “[...] o projeto de vanguarda que se afigurou como historicamente viável era o da realização de uma industrialização pura e simples.”⁵³

Mais recentemente, em parceria com Carlos Mussi,⁵⁴ Bielschowsky escreveu as primeiras anotações estendendo a análise até os dias mais recentes. Sem fazer qualquer reconsideração sobre o método, Bielschowsky e Mussi sugerem que a periodização adequada para compreender a evolução das ideias econômicas no Brasil é composta por três grandes fases: a primeira corresponde ao ciclo desenvolvimentista original que vai de 1930 até 1964, objeto de sua tese; a segunda fase seria o ciclo desenvolvimentista sob o regime autoritário, que se estende de 1964 até 1980. As duas primeiras fases compõem o que ele denominou de “era desenvolvimentista”. Por sua vez, os anos 1980 inauguram uma nova fase, a da

⁵¹ BIELSCHOWSKY, 2000 [1988], p. 433.

⁵² Ibid., p. 433.

⁵³ Ibid., p. 434.

⁵⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: *SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*, Santiago de Chile, 2005.

instabilidade macroeconômica inibidora, na qual o desenvolvimentismo perde a centralidade e o neoliberalismo torna-se a ideologia dominante.

O que nos parece mais pertinente é destacar alguns limites metodológicos já indicados por Bielschowsky em sua tese. Ao privilegiar o que chamou de dimensão histórica do pensamento, Bielschowsky queria compreender como a história econômica e política do Brasil condicionou o pensamento econômico e, a partir disso, tentar reconhecer a lógica de pensamento das diferentes correntes. Como o próprio autor enuncia, “[...] não se trata de um trabalho sobre ideologias econômicas das classes sociais no Brasil”.⁵⁵ Na verdade, seu enfoque queria justamente evitar esta abordagem na medida em que procurou homogeneizar o discurso desenvolvimentista no contexto da redemocratização na década de 1980. Desde modo, se por um lado Bielschowsky avança em relação à Mantega no sentido de tentar desenvolver um método para o estudo das ideias econômicas no Brasil, por outro ele se esquivava daquilo que é o mais fundamental em uma história do pensamento, o estudo da vida cultural como produção ideológica.⁵⁶

Consequentemente, pode-se dizer que a proposta de Bielschowsky se limita a explorar a posição das diferentes correntes ideológicas sobre a questão da industrialização. Embora seu estudo contribua para compreendermos as nuances das diferentes correntes ideológicas, o autor não chega a explorar a relação entre industrialização e sociedade de mercado. É precisamente neste ponto que estão as dificuldades taxionômicas de Bielschowsky na medida em que para ele neoliberais são conservadores e os socialistas são de alguma forma desenvolvimentistas.

Outro trabalho de folego sobre a HPEB vem sendo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), sob coordenação da professora Maria Malta. Em *Ecos do desenvolvimento*, os membros do LEMA procuram levar adiante o estilo de histórias das ideias inauguradas no Brasil por Mantega e Bielschowsky. O ponto de partida é justamente a crítica a ambos:

O efeito desta escolha sobre o trabalho de Mantega é que o autor não identifica adequadamente as matrizes analíticas de seus “modelos” de economia política como fruto e reflexo de visões de mundo diferenciadas entre os autores. Bielschowsky, no entanto, deixa a questão analítica em segundo plano e identifica um único sistema de economia política para o período em torno do conceito de ciclo ideológico do

⁵⁵ BIELSCHOWSKY, 2000 [1988], p. 8.

⁵⁶ Cf. Fernando A. Novais. Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2005. Mais adiante retomaremos a questões mostrando a importância deste enfoque para superar os problemas de sistematização até aqui analisados.

desenvolvimentismo, destacando correntes de pensamento, mas abrindo mão da noção de modelo ou de escola.⁵⁷

Deste modo, a proposta do LEMA é integrar ambas as sugestões redefinindo-as em um novo marco analítico. Na verdade, o projeto tem buscado integrar a “dimensão analítica” de Mantega à “dimensão histórica” de Bielschowsky. Procuram, portanto, abandonar o caráter aleatório da sistematização de Mantega, bem como se opor aos aspectos schumpeterianos do método proposto por Bielschowsky. Para tanto, Malta e seus companheiros foram buscar apoio no estilo de história do pensamento proposto por Isaac Ilyich Rubin⁵⁸ e Maurice Dobb.⁵⁹ Consequentemente, eles têm tentado redefinir um método para o estudo da história do pensamento econômico brasileiro a partir do materialismo histórico.

Como ponto de partida, tal deslocamento abre a possibilidade de suprir algumas lacunas deliberadamente deixadas por Bielschowsky no tratamento dos aspectos ideológicos das ideias econômicas e seus vínculos com a luta de classes no Brasil. Ao invés de assumir o conteúdo político do pensamento econômico em relação às questões-chaves do período como linha de sistematização, Malta et.al. sugerem que o recorte deve ser estabelecido a partir das “rupturas teóricas” em relação à temática do desenvolvimento.⁶⁰ Deste modo, o conceito de *desenvolvimentismo* perde sua centralidade e cede lugar ao conceito de *desenvolvimento* como critério de sistematização do pensamento econômico no Brasil. Ao fazer isso, permitem avançar no sentido de incorporar as diferentes visões de mundo que permeiam a luta de classes na sociedade e que diferenciam as correntes de pensamento na evolução das ideias econômicas no Brasil.

A escolha do desenvolvimento como conceito organizador, pelo LEMA, deve-se a que esta é a temática fundante da ciência econômica no país e que também a diferencia do pensamento econômico em geral. Segundo a metodologia proposta pelo LEMA, o estudo da evolução das ideias econômicas no Brasil só faz sentido se for compreendida a partir da discussão sobre a dinâmica capitalista no Brasil e do esforço para determinar sua especificidade histórica. Assim, para o LEMA, a noção de dualidade e o conceito de

⁵⁷ MALTA, 2011, p. 31.

⁵⁸ RUBIN, I. I. *A History of Economic Thought*. London: Ink Links, 1979.

⁵⁹ DOBB, Maurice. *Theories of Value and Distribution since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*. Cambridge England: University Press, 1973.

⁶⁰ Não encontramos ao longo do livro uma definição clara de ruptura teórica. Não obstante, em sua tese de doutoramento, Maria Malta sugere, seguindo a visão sraffiana, que a “ruptura teórica” deve ser compreendida como a “... mudança de objeto de análise da economia, bem com o ponto de partida para as análises do valor e distribuição (núcleo teórico).” MALTA, Maria Mello de. *A Teoria da Acumulação de James Steuart: controvérsia no contexto da economia política clássica*. Tese. Niterói, RJ: UFF, 2005, p. 18.

subdesenvolvimento se constituem no marco da história do pensamento econômico brasileiro. Em que pese a abrangência que o conceito de desenvolvimento parece ter, este é tematizado a partir das controvérsias que compõem o debate e que marcaram a evolução da economia brasileira: estagnação, distribuição de renda, organização produtiva e financeira, inflação e dívida, natureza e possibilidades de superação da crise e revolução brasileira. Com base nestes critérios, além de redefinir o eixo de organização da evolução das ideias econômicas, o LEMA também reestabeleceu a periodização mais recente sugerida por Bielschowsky e Mussi. Ao substituírem o conceito de “ciclo ideológico desenvolvimentista” pela noção de “ruptura teórica”, os pesquisadores do Rio extinguem a distinção que Bielschowsky faz entre uma primeira fase desenvolvimentista e uma segunda sob o regime autoritário. De acordo com a proposta do LEMA, entre 1930 e 1989 o debate sobre o desenvolvimento é o nexo fundamental para a periodização do pensamento econômico brasileiro, bem como é a partir das controvérsias em torno do desenvolvimento que se podem observar o movimento das ideias. Dentro desta nova periodização, o foco do grupo tem se limitado às controvérsias que se seguiram ao Golpe Militar de 1964 e que continuaram até a desorganização da via desenvolvimentista de industrialização.

Quando colocadas em perspectiva, as três propostas, são evidentes as contribuições que o LEMA tem trazido para a história das ideias econômicas no Brasil, sobretudo sua tentativa de definir um método mais robusto de sistematização da literatura econômica. Não obstante, em nosso entender, este esforço fica prejudicado justamente por estabelecer o desenvolvimento como eixo estruturante das ideias econômicas. Por este caminho, a forma como se articulam rupturas teóricas e controvérsias, e seu respectivo impacto sobre a periodização do pensamento econômico brasileiro ficam fragilizados pelo fato do próprio conceito de desenvolvimento não ser claramente definido.⁶¹

Afirmar que a contribuição do pensamento econômico brasileiro para o pensamento econômico em geral está inscrita na temática do desenvolvimento não significa que o pensamento econômico brasileiro se organiza em função da temática do desenvolvimento. Pois, quando se assume a temática do desenvolvimento como eixo estruturante das ideias econômicas, este induz ao seguinte dilema: ou se superestima o

⁶¹ Ponto que, inclusive, é destacado por Aloísio Teixeira no posfácio do livro: “Nossos autores tomam como eixo organizador o tema do desenvolvimento econômico. Acertam ao fazê-lo. Acertam igualmente em considerar, em seu ponto de partida, os trabalhos de Mantega e Bielschowsky, já que é a partir desses autores que se pode falar de uma HPE brasileira. Acertam, finalmente, ao considerar a história do pensamento em torno à noção de ruptura, tal como já o fizera Maria Malta, em sua tese de doutoramento. Há, entanto, que aprofundar o próprio conceito de desenvolvimento — e este é o primeiro ponto da agenda proposta nesse Posfácio”. In: MALTA, 2011, p. 335-6.

significado do conceito de desenvolvimento à época ou se subestima a complexidade da reflexão das principais referências do debate. O fato de o LEMA considerar *Subdesenvolvimento e Dependência* de Celso Furtado como marco do pensamento econômico brasileiro é muito ilustrativa. O fato do gênio criativo de Furtado ter trazido uma contribuição teórica para uma questão que já vinha sendo discutida, não faz dele um marco para construção da narrativa das ideias econômicas. Pois, neste caso, precisaríamos esclarecer o significado de todo o sistema de pensamento do autor. Se tomarmos os grandes nomes do pensamento econômico brasileiro, como, por exemplo, Roberto Campos ou, noutro polo, Caio Prado Jr., veremos que seus sistemas de pensamento propunham uma discussão muito mais ampla de que o caráter normativo que se podem verificar em suas respectivas definições de desenvolvimento econômico. Em geral eles se dedicaram a pensar como instituir ordens sociais "modernas" e como regulá-las em um país de passado colonial que experimentava um processo de modernização capitalista. Se olharmos para suas respectivas obras a partir deste prisma, o diálogo que ambos estabeleceram com o pensamento clássico e moderno vem à luz.

Nesta ordem de ideias, por que seguir acreditando que os grandes pensadores brasileiros, às vezes falando em linguagem da ciência econômica, não estavam propondo reflexões para além dos limites da ciência econômica? Logo se vê que, por mais que tente ir além de uma história tradicional do pensamento econômico, Mantega, Bielschowsky e o LEMA estão restritos às discussões dentro daquilo que se entende por ciência econômica. Na verdade, estão tentando desenvolver uma narrativa alternativa da evolução das ideias econômicas no Brasil como forma de legitimar o "paradigma" desenvolvimentista nos domínios da ciência econômica contemporânea (i.e., em oposição à ciência econômica moderna ou neoclássica). É por isso que a noção de ruptura teórica, como sugere Malta, torna-se central como forma de demonstrar e justificar as polêmicas que revelam os domínios específicos desta ciência e as diferentes formas de abordar as questões econômicas. No sentido de demonstrar que paradigmas teóricos distintos não envolvem necessariamente superação lógica e que convivem como paradigmas concorrentes através do tempo, a noção de ruptura teórica é de grande valia. Tal noção abre importantes discussões epistemológicas que, em geral, ficam reduzidas à já tradicional oposição entre o pensamento ortodoxo e heterodoxo, que, em última instância, está relacionada ao debate sobre a necessidade de supostos reais ou não⁶² para a construção de uma teoria.

⁶² Ver, por exemplo, FRIEDMAN, Milton. *Essays in positive economics*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1953.

Quando esbarram na questão dos requisitos para construção de uma teoria, os historiadores das ideias econômicas no Brasil evitam o imbróglia filosófico-científico e tomam outro rumo. Dedicam-se a demonstrar a evolução das ideias como resultado das controvérsias que, por sua vez, revelam os dilemas da evolução da economia brasileira. Este encaminhamento nos parece apropriado. Não obstante, ao fazê-lo, expõem outra lacuna do método que procuram delimitar: os autores tematizam as diferentes matrizes teóricas que estão envolvidas no debate sobre o desenvolvimento sem, no entanto, estabelecer uma relação com a mentalidade da época, ou seja, com o liberalismo. Daí a ênfase recair, à medida que a discussão avança em *Ecos do Desenvolvimento*, mais sobre as diferenças teóricas do que sobre as semelhanças normativas das respectivas teorias sobre as quais estavam apoiados os projetos nacionais de desenvolvimento que orientaram a formação do Brasil contemporâneo. Ora, libertar-se do conceito de ciclo ideológico desenvolvimentista para reconstruir a história do pensamento econômico brasileiro não significa se libertar de uma visão desenvolvimentista da evolução das ideias econômicas em geral e brasileira em particular.

As consequências não param por aí. Mesmo tentando escapar de uma caracterização formal, como o fizeram explicitamente Mantega e Bielschowsky, a sugestão metodológica do LEMA esbarra em dificuldades que advém do pensamento setorizado e que se empenha em legitimar o “paradigma” desenvolvimentista no domínio das ciências econômicas. Ao tentar identificar aquilo que seria a especificidade do pensamento econômico brasileiro – sua pluralidade teórica, seu caráter interdisciplinar e seu engajamento político – como tentativa de superar os problemas da setorização, o que se faz, no limite, é “economicizar” as questões não econômicas. Isto ocorre porque, conforme tentamos demonstrar, em alguma medida os pontos de partida para a produção de uma história intelectual pressupõem a setorização – o domínio legítimo da ciência econômica – e retornam ao ponto de partida da análise enfatizando o aspecto econômico do desenvolvimento – teorias do valor e distribuição e teorias da acumulação – que, por sua vez, remonta a um conceito específico de desenvolvimento formulado por Celso Furtado. Em nosso entender, a dificuldade deste caminho está no fato de que o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, bem como da maioria das teorias ditas heterodoxas, só é inteligível em relação às proposições enunciadas à época pela Teoria da Modernização.⁶³ E, para que possamos

⁶³ Ver, por exemplo, ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James S. *The politics of the developing areas*. Princeton: N. J. Princeton University Press, 1960. HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. New Haven; London: Yale University, 1968. LIPSET, Seymour M; SMELSER, Neil J. *Social structure and mobility in economic development*. Chicago: Aldine, 1966. LEWIS, W. Arthur. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960. ROSENSTEIN-RODAN, P. N. “Problemas

compreender esses conceitos de desenvolvimento uns em relação aos outros, precisamos ir além e captar o que é subjacente ao debate, a saber, a mentalidade da época na qual o debate teve origem.

Ir além é, pois, o grande desafio. Como lembra o professor F. Novais, “se tentarmos, ainda ultrapassar o nível da caracterização formal e da periodização, para promover as conexões entre a vida cultural e o movimento da sociedade, os problemas atingirão seu ápice.”⁶⁴ Segundo Novais, a maior parte dos estudos historiográficos das produções bibliográficas que marcam uma época são organizadas segundo os limites pré-estabelecidos dos domínios das ciências. Quando as narrativas historiográficas tomam este caminho “acabam admitindo que a literatura se relaciona mais com ela própria nas várias épocas do que com as demais produções culturais no interior de uma época.”⁶⁵

Quando comparamos os requisitos que Novais propõe para uma investigação historiográfica com as historiografias sobre o pensamento econômico brasileiro, conseguimos observar com mais clareza as consequências dos critérios subjacentes aos esforços de sistematização que discutimos acima: ora se estabelece uma relação direta entre teoria e classe social, ora recorre-se a um estudo da genealogia das ideias econômicas enfatizando as matrizes teóricas que informam cada um dos interpretes que participavam no debate sobre o desenvolvimento. Diante da dificuldade de estabelecer os vínculos entre o objeto (a obra dos autores) e o contexto na qual as obras foram escritas, os historiadores do pensamento são levados à análise interna da obra de cada autor no intuito de reconhecer o pressuposto geral e estabelecer sua relação com a política econômica proposta e, a partir dela, identificar a situação de classe. Em última análise, todo este esforço reafirma a polarização ortodoxia e heterodoxia e, por consequência, não penetra no real significado da obra do autor no movimento do conjunto da sociedade, na medida em que apreende o autor de maneira segmentada.

Para tentar superar estas dificuldades, o professor Novais recomenda que nos perguntemos o que é um período ou uma época. Segundo ele, esta pergunta coloca o problema da legitimidade de cada domínio das ciências sociais. Se aceitarmos sua definição de que uma

de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.) *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. ROSTOW, W. W. *A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado*. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

⁶⁴ NOVAIS, 2005, p. 156.

⁶⁵ Ibid., p. 158.

época se caracteriza pela maneira como estão articuladas simultaneamente as diferentes esferas da existência então somos levados a equacionar o problema de outra forma. É desejável identificar possíveis articulações entre os estudos realizados nos vários setores para tentar globalizar a análise. Esta postura requer esclarecer o papel desempenhado pela cultura no conjunto da sociedade. Para tanto é fundamental ter em mente as produções culturais de uma época como produções ideológicas. Isto significa, no limite, *negar* o pressuposto da setorização legítima.

Enquanto Bielschowsky escapou deliberadamente deste tipo de consideração, o LEMA, embora considere as ideias econômicas como produções ideológicas, reafirma o pressuposto da setorização. Para enfrentar este problema somos levados a buscar inspiração nas contribuições metodológicas que Lucien Goldmann desenvolveu em seu clássico *The Hidden God*. Recuperando o que já adiantamos anteriormente, para Goldmann, “[...] os homens sempre se formam dentro de estruturas significativas globais, que são ao mesmo tempo prática, teórica e emotiva”. Segundo ele, “a estrutura significava global permite (i) trazer à luz e compreender a essência de vários fenômenos teológicos, ideológicos, filosóficos e literários e (ii) analisar a relação entre estes fenômenos.”⁶⁶ Deste modo, o problema da setorização é atenuado à medida em que a estrutura significativa estabelece as mediações necessárias para articular as produções culturais no conjunto da vida social.

A tarefa do(a) historiador(a) das ideias é, portanto, em primeiro lugar, trazer à baila os princípios que caracterizam a estrutura significativa e, com base nestes princípios, estudar alguns trabalhos e, depois, compará-los. Podemos agora delimitar melhor a forma como estamos nos aproximando do problema. Primeiro, estamos assumindo o liberalismo como estrutura significava; e, segundo, reconsideramos o contexto: as condições para a construção da nação na periferia do sistema-mundo moderno. Ou seja, nossa análise visa os discursos sobre o desenvolvimento no processo de formação do Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno. Ao percorrer este caminho, esperamos lançar luz sobre alguns pontos que permanecem obscuros na tentativa de significar historicamente o que foi (e, conseqüentemente, o que vem sendo) o debate sobre o desenvolvimento.

Nossa proposta para participar do debate tenta avançar, vale lembrar, em dois aspectos: primeiro, enfatizar o liberalismo a partir daquilo que Lucien Goldmann chamou de estrutura significativa global; e, segundo, reconsiderar o contexto sob o prisma da construção da nação. Isso implica reconsiderar as contribuições ao debate sobre o desenvolvimento a

⁶⁶ GOLDMAN, 2013 [1964], p. ix.

partir da polêmica da instituição de uma ordem social moderna no Brasil e das divergências com relação aos mecanismos de regulação de tal ordem.

Assumindo este ponto de partida esperamos nos desviar da história das ideias autocentrada, isto é, aquela para a qual o pensamento econômico brasileiro começa e termina com a história do desenvolvimentismo no Brasil. Quando se opta pelo ciclo ideológico desenvolvimentista ou pela temática do desenvolvimento como eixos estruturantes para a sistematização do pensamento econômico, tende-se a descuidar de toda uma produção de fôlego dos homens que construíram o Brasil desde o período imperial, passando pelo período da república velha.⁶⁷ Um breve retorno a estes dois momentos da formação do Brasil contemporâneo é fundamental para nossa tese, pois o debate sobre desenvolvimento, tal como se apresentou entre o segundo e o terceiro quartis do século XX, é produto de um esforço anterior de enquadrar a sociedade colonial na América portuguesa na Modernidade e que remonta, pelo menos, a José Bonifácio.⁶⁸ Em nosso entender, foi no período imperial que se estabeleceu o marco da discussão sobre a formação do Brasil contemporâneo ou mais precisamente o marco da construção da nação.⁶⁹ Do nosso ponto de vista, tal como a mentalidade mercantilista é central para compreender a formação e o funcionamento da sociedade colonial no contexto do Antigo Sistema Colonial, a mentalidade liberal é central para compreender a formação do Brasil contemporâneo no contexto da consolidação do sistema-mundo moderno (Pós Revolução Industrial e Revolução Francesa). Não só porque o liberalismo ascendeu como ideologia que suporta a geocultura do sistema-mundo moderno,⁷⁰ mas sobretudo porque no Brasil ela também foi a matriz de inspiração para a superação do estatuto colonial bem como a base para a organização do Estado na época do Império (1822-1889). Apesar de o Brasil nunca ter sido de fato liberal,⁷¹ foi a favor ou contra a visão de

⁶⁷ Tanto o professor João Antônio de Paula como a professora Milena Fernandes de Oliveira chamou atenção, durante a sessão de defesa, para o fato de não levarmos em consideração os projetos de nação que rivalizaram durante o século XIX. Segundo eles, se tais projetos fossem trazidos à mesa, novas implicações se abririam à sistematização do debate. Trata-se, de fato, de uma crítica muito pertinente. Gostaríamos apenas de esclarecer ao leitor que, para a construção do nosso argumento, optou-se pelo recorte lógico. Nossa intenção foi delimitar os elementos comuns à cultura liberal nos séculos XIX e XX de modo que os autores do debate possam ser confrontados *no e através* do tempo. Para uma introdução à discussão histórica dos projetos de nação em disputa no Brasil do século XIX, ver DE MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. Editora Hucitec, com o apoio técnico e financeiro do MinC/Pró-Memória [e] Instituto Nacional do Livro, 1987.

⁶⁸ Assim acreditamos escapar dos problemas que advêm de reduzir as problemáticas da Economia Política ao escopo das teorias do subdesenvolvimento.

⁶⁹ Isto não significa que temos que recompor toda a trajetória do liberalismo no Brasil. Faz-se necessário apenas enunciar os elementos que nos permitam estabelecer o vínculo entre esta visão de mundo e os discursos sobre o desenvolvimento em um momento específico da história brasileira.

⁷⁰ Retomaremos esta questão mais adiante no capítulo 2. Dar especial atenção à nota 75.

⁷¹ Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Liberalism in Brazil. In: BLACHMAN, Morris J.; HELLMAN, Ronald G. (Ed.) *Terms of Conflict: Ideology in Latin American Politics*. Philadelphia: Institute for the Study of

mundo liberal que se organizaram as diferentes correntes de pensamento que informaram os construtores do Brasil contemporâneo (capitalistas ou estadistas) criando as condições para a expansão do capitalismo, ou mais precisamente, para a instituição de uma sociedade de mercado na periferia da economia-mundo capitalista.

Desta forma, compreendemos o liberalismo como a estrutura significativa a partir da qual poderemos posicionar a produção dos principais protagonistas do debate sobre o desenvolvimento para melhor compreendê-las. A discussão do liberalismo como uma mentalidade de toda uma época e que subjaz ao debate sobre a formação do Brasil contemporâneo está ausente na HPEB, pois, como vimos, os vínculos entre pensamento e classes sociais foram estabelecidos pelas oposições entre ortodoxia e heterodoxia – entre o pensamento conservador e os “críticos” – no interior da ciência econômica.⁷² Ao se fazer isto, acaba-se ignorando o fato crucial das ciências sociais serem produto da própria cultura liberal.⁷³

Quando trazemos à luz a cultura liberal como estrutura significativa global, colocamos a possibilidade de transcender a miragem criada pelas fronteiras do conhecimento setorizado, bem como retirar o véu sob o qual se instituiu a economia enquanto ciência. As diferentes cores com as quais são pintadas as correntes de pensamento pela HPEB, convertem-se em tonalidades de uma única cor. A oposição entre (neo)liberalismo e desenvolvimentismo é mais aparente do que substantiva quando mediamos a análise texto-contexto pela cultura do liberalismo. Ainda que ambas as ideologias sejam informadas por sistemas filosóficos que rivalizam (utilitarismo versus positivismo),⁷⁴ o debate travado entre ambas as correntes no movimento da sociedade brasileira se deu nos marcos de uma

Human Issues, 1977, p. 1-38.

⁷² A dificuldade em caracterizar o liberalismo como mentalidade de uma época e a tentativa de aproximar o pensamento econômico ortodoxo ao liberalismo pode ser observada na seguinte passagem de Bielschowsky (2000 [1988], p. 12): “Os países subdesenvolvidos tornaram-se, portanto, um novo objeto para a velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado. Desnecessário assinalar que a ideia de que a revolução keynesiana ajudou a estabelecer um clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais não deve obscurecer o fato de que o conteúdo da confrontação teórica sugerida na teoria do subdesenvolvimento é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias típicas de economias avançadas. Elas tinham em comum a questão da eficiência dos mecanismos de mercado. Mas a heterodoxia relativa à alocação de recursos em países subdesenvolvidos não significava apoio a intervenção do Estado para uso adequado da poupança ociosa, como no caso keynesiano, e sim a existência de protecionismo, planejamento e outras medidas governamentais como meios de industrializar e maximizar a renda a partir das poupanças escassas”. O que escapa ao pensamento desenvolvimentista em geral é o papel que cumpre a industrialização na transição para a sociedade de mercado. Dentre os desenvolvimentistas, a “Escola de Campinas” foi quem mais se aproximou da complexidade envolvida no processo de industrialização, não obstante, ficou presa a uma concepção keynesiana de Estado, que, em última instância, vai ao encontro da dinâmica da sociedade de mercado. Retomaremos este ponto mais adiante.

⁷³ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *Centrist liberalism triumphant, 1789/1914 (The Modern World-System Vol.IV)*. Berkeley: University of California Press, 2011. Ver, em especial, capítulo 5.

⁷⁴ Ver, por exemplo, WHITTAKER, Thomas. *Comte and Mill*. New York, Dodge Publishing company [19--?].

sociedade que se pretendia liberal em sua origem e cujas evidências empíricas – a formação de um mercado de dinheiro, de um mercado de terras, e de um mercado de trabalho – sugerem que as sementes da sociedade de mercado haviam sido semeadas ao longo do período imperial.

No próximo capítulo, apresentaremos de maneira muito breve os principais elementos da cultura liberal, caracterizando-a com a estrutura significativa global.

2. A cultura liberal

Destacamos anteriormente que as historiografias das ideais econômicas do Brasil não levam em consideração a cultura liberal. Para avançar nossa reflexão e definir o elemento organizador do debate brasileiro sobre o desenvolvimento, buscamos neste capítulo recuperar brevemente a história do liberalismo com o intuito de destacar os elementos que configuram a cultura liberal, caracterizando-a como estrutura significativa global.

Para tanto, é necessário abandonar as visões que enfatizam o caráter doutrinário do liberalismo e realçar seu caráter cultural, i.e., a maneira como as crenças e as ideias liberais existem na vida social.⁷⁵ A caracterização do liberalismo como cultura é central para o nosso

⁷⁵ Cf. SANTOS, José Luis. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006. A opção pelo termo cultura liberal nos remete à espinhosa questão dos termos cultura, doutrina, ideologia e tradição. Entretanto, não é nosso objetivo discutir as diferentes acepções filosóficas de cada conceito e como eles se relacionam entre si. Para uma aproximação inicial ver ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. Tentaremos apenas expor com clareza em que sentido os termos cultura e ideologia liberais são empregados em nosso trabalho. Aqui, o ponto de partida é a observação de Pierre Rosanvallon: “há uma dificuldade permanentemente enfrentada quando se tenta abordar a questão do liberalismo: a do caráter prolífico, às vezes contraditório, dos grandes textos que podem ser ligados a essa tradição. Mas este caráter prolífico e contraditório só incomoda quando se trata de compreender o liberalismo como uma *doutrina*, ou seja, como um corpo político ao mesmo tempo coerente e diferenciado de julgamentos e de análises. De fato, não existe unidade doutrinal no liberalismo. O liberalismo é uma cultura, e não uma doutrina. Derivam daí os traços distintos que lhe dão unidade e tecem suas contradições. O liberalismo é uma cultura em atividade no mundo moderno que, a partir do século 17, procura simultaneamente se emancipar do absolutismo real e da supremacia da Igreja (daí as relações essenciais entre o liberalismo e a Reforma que não é o nosso propósito abordar aqui). Sua unidade apresenta-se como um *campo problemático*, como uma atividade, como uma soma de aspirações. Por exemplo, é difícil tentar apreendê-lo na imobilidade: ele só existe relativamente a um movimento, a um processo de ação e de reflexão.” ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 15-6, grifo do autor. Com base neste ponto de vista, Rosanvallon (2002, p. 16, grifo do autor) compreende a cultura liberal como “... a formação e a evolução das *racionalidades políticas e sociais*, ou seja, dos sistemas de representação que comandam o modo pelo qual uma época, um país, ou grupos sociais conduzem suas ações e encaram o futuro.” Repare, agora, que a concepção de cultura em Rosanvallon se aproxima do conceito de ideologia de Wallerstein (2011, p. 1): “*The name we give to these attempts at resolving what prima facie seems a deep and possibly unbridgeable gap of conflicting interests is ideology. Ideologies are not simply ways of viewing the world. They are more than mere prejudices and presuppositions. Ideologies are political metastrategies, and as such are required only in a world where political change is considered normal and not aberrant. It was precisely such a world that the capitalist world-economy had become under the cultural upheaval of the revolutionary-Napoleonic period. It was precisely this world that developed the ideologies that served during the nineteenth and twentieth centuries as both the handbooks of daily political activity and the credos justifying the mundane compromises of such activity.*” Para o sociólogo americano, conservadorismo, liberalismo e radicalismo consistem nas três principais ideologias da Época Moderna. Não obstante, entre elas foi o liberalismo quem triunfou no século XIX. Conforme Wallerstein (2011, p. 18-9) argumenta, “*if during the period 1789–1848 there was a great ideological struggle between conservatism and liberalism, conservatism failed in the end to achieve a finished form, as we shall see. After 1848, liberalism would achieve cultural hegemony in the world-system and constitute the fundamental core of the geoculture. In the rest of the long nineteenth century, liberalism dominated the scene without serious opposition. It is true that Marxism tried to constitute a socialist ideology as an independent pole, but it was never entirely able to succeed.*” Note-se que ao propor o conceito de geocultura Wallerstein não só agrupa sob um único conceito as tensões ideológicas que constituem a Época Moderna, como também sugere que há uma relação de dominância/hierarquia/hegemonia entre as ideologias. Sendo assim, Wallerstein (2011, p. vxi) compreende por geocultura “*...that is, a set of ideas,*

trabalho, pois permite repor as questões da instituição e da regulação do social como eixo estruturante do pensamento social em geral e como chave de transmissão para o pensamento econômico em particular, alargando o escopo da discussão para além das fronteiras da ciência econômica. Desta maneira, ao trazer a cultura liberal para dentro do quadro da evolução das ideias econômicas no Brasil, esperamos recuperar o imaginário intelectual que tem moldado a formação do Brasil contemporâneo desde o século XIX. Com isso, temos a expectativa de minimizar o viés que a setorização do conhecimento implica ao estudo das ideias econômicas e à análise da mudança social no Brasil. Ao mesmo tempo acreditamos poder exprimir com mais acuidade o significado histórico dos argumentos postos à mesa no debate brasileiro sobre o desenvolvimento.

O que é o liberalismo? Esta não é uma pergunta fácil de responder, sobretudo hoje em dia em que somos constantemente bombardeados com argumentos liberais pela indústria cultural,⁷⁶ especialmente por filmes hollywoodianos. Slogans como “*dreams come true*” e “*freedom*” talvez sejam os exemplos mais marcantes. Não importa se o filme é um épico ou uma comédia romântica, ou mesmo um desenho animado para crianças, a pauta é sempre a mesma: livre arbítrio e liberdade. Ocorre que este cerco promovido pela indústria cultural, pela imprensa e pelo sistema educacional em geral, veículos por meio dos quais os valores liberais são difundidos e que se constituem em espaços de socialização secundária, entram em choque com os valores que advêm da família, o espaço de socialização primária. É nesta tensão latente entre egoísmo e altruísmo que o indivíduo forma sua personalidade e, à medida que este amadurece e tenta dar sentido a sua vida em meio ao processo civilizador, muitas vezes ele reivindica a liberdade como estratégia para encontrar a si próprio. Não obstante, ao fazê-lo, o indivíduo muitas vezes defende a posição liberal sem estar consciente.⁷⁷ São nestes

values, and norms that were widely accepted throughout the system and that constrained social action thereafter.” Colocando nestes termos, o conceito de geocultura de Wallerstein contém uma noção de mentalidade segundo a qual se forma um envoltório fora da consciência dos sujeitos do processo histórico. Para Rosanvallon (2002, p. 16), ao contrário, os sistemas de representação “... resultam de um trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre si mesma”. O filósofo francês, portanto, possui uma concepção de cultura mais restrita que a de Wallerstein. Ocorre, no entanto, que o objetivo de ambos os autores difere. Enquanto Rosanvallon está preocupado em demonstrar as origens do liberalismo e como este se constitui a partir do século XVII enquanto um campo problemático, oferecendo respostas práticas ao problema da instituição e da regulação social, Wallerstein quer entender como a resposta liberal ascendeu como ideologia dominante, determinando os pilares da geocultura do sistema-mundo moderno e, deste modo, tornando-se o fiel da balança nos processos de instituição e de regulação das diferentes ordens sociais que compõem o sistema-mundo moderno. Deste ponto de vista, pode-se dizer que as análises são complementares. Portanto, quando nos referimos à cultura liberal resgatamos aqueles elementos comuns ao liberalismo que fazem dele uma ideologia estruturante das instituições que regulam o modo de vida capitalista – economia de mercado, Estado liberal, democracia e cidadania.

⁷⁶ Cf. ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. 5. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.

⁷⁷ Isto não significa afirmar que não haja espíritos críticos que discutem ou até mesmo se opõem ao conceito liberal de liberdade. O liberalismo não é a única ideologia que busca a liberdade. Ver, por exemplo, a crítica de

momentos específicos que a (in)consciência dos indivíduos coincide com a ideologia dominante da sociedade. Consequentemente, os parâmetros sobre os quais a mudança social deveria ser debatida deixam de ser questionados. Por isso, é difícil explicar o que é o liberalismo para as gerações posteriores ao Maio de 1968, sobretudo para aqueles que nasceram depois da Queda do Muro de Berlim em 1989. Desde então, o avanço do liberalismo sobre a vida cotidiana impregnou a linguagem das pessoas comuns no Ocidente. Isto se deve em grande parte ao ataque à história e às tentativas de promover a amnésia coletiva através do combate às utopias alternativas ao liberalismo.⁷⁸ Consequentemente, esquece-se que o liberalismo foi uma ideologia que surgiu em circunstância muito peculiar e que está vinculado à ascensão da Época Moderna no longo século XVI. Esquece-se também que seu corpo doutrinário se conforma de modo muito heterogêneo e espraído pela Europa entre os séculos XVI e XVIII e que consiste essencialmente em uma crítica ao modo de vida do Antigo Regime.⁷⁹ Esquece-se que o triunfo liberal veio ocorreu apenas no século XIX quando as Revoluções liberais passaram a triunfar no Ocidente, convertendo-se em ideologia dominante da geocultura do sistema-mundo moderno.⁸⁰ Esquece-se, portanto, que se trata de um fenômeno na verdade muito recente na história da humanidade. E, sobretudo, esquece-se também que, como toda moeda, possui dois lados e, deste modo, trata-se ao mesmo tempo de

Skinner e Pettit ao conceito de liberdade como "... ausência de impedimentos à realização das escolhas por parte dos agentes individuais". Cf. SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 74, p. 151–194, 2008, p. 151.

⁷⁸ Francis Fukuyama argumenta que: *"If we admit for the moment that the fascist and communist challenges to liberalism are dead, are there any other ideological competitors left? Or put another way, are there contradictions in liberal society beyond that of class that are not resolvable? Two possibilities suggest themselves, those of religion and nationalism. The rise of religious fundamentalism in recent years within the Christian, Jewish, and Muslim traditions has been widely noted. One is inclined to say that the revival of religion in some way attests to a broad unhappiness with the impersonality and spiritual vacuity of liberal consumerist societies. Yet while the emptiness at the core of liberalism is most certainly a defect in the ideology - indeed, a flaw that one does not need the perspective of religion to recognize - it is not at all clear that it is remediable through politics. Modern liberalism itself was historically a consequence of the weakness of religiously-based societies which, failing to agree on the nature of the good life, could not provide even the minimal preconditions of peace and stability. In the contemporary world only Islam has offered a theocratic state as a political alternative to both liberalism and communism. But the doctrine has little appeal for non-Muslims, and it is hard to believe that the movement will take on any universal significance. Other less organized religious impulses have been successfully satisfied within the sphere of personal life that is permitted in liberal societies. The other major "contradiction" potentially unresolvable by liberalism is the one posed by nationalism and other forms of racial and ethnic consciousness. It is certainly true that a very large degree of conflict since the Battle of Jena has had its roots in nationalism. Two cataclysmic world wars in this century have been spawned by the nationalism of the developed world in various guises, and if those passions have been muted to a certain extent in postwar Europe, they are still extremely powerful in the Third World. Nationalism has been a threat to liberalism historically in Germany, and continues to be one in isolated parts of "post-historical" Europe like Northern Ireland. FUKUYAMA, Francis. "The end of history?". In: *The national interest*, n. 16, p. 3-18, 1989, p. 14*

⁷⁹ Para uma história das origens do liberalismo ver LASKI, Harold Joseph. *The Rise of European Liberalism: An Essay in Interpretation*. London: G. Allen & Unwin Ltd., 1936.

⁸⁰ Cf. WALLERSTEIN, 2011.

uma força progressista e reacionária.

A complexidade que envolve o estudo das ideologias e, em particular a do liberalismo, também nos coloca o desafio de escolher a porta de entrada apropriada para o assunto, de modo que seja possível vincular a visão de mundo liberal com o debate sobre o desenvolvimento no campo da ciência econômica. Ou melhor, entre o horizonte de expectativa do liberalismo e o caráter normativo que ele assume, por exemplo, na ciência econômica. Aqui, novamente, a visão dominante define os termos do debate em torno do conceito de riqueza, pois acredita-se que perseguir a riqueza como um fim em si é o melhor estratégia para se alcançar o bem-comum. Daí a ciência econômica ser o principal instrumento da filosofia liberal na medida em que, entre as ciências sociais, é que mais avançou no sentido de desenvolver instrumentos analíticos e práticos para intervenção na sociedade para justificar e viabilizar a acumulação incessante de capital.

Todavia, a afirmação da riqueza na prática exigiu sua negação no discurso. Quando a economia se consolidou como ciência no século XIX, a discussão moral da riqueza se desmanchou no ar, ou porque virou uma questão subjetiva do indivíduo com a Revolução Marginalista através da teoria do valor utilidade, ou porque se assume que no longo prazo todos nós estaremos mortos, como imaginaram os keynesianos do século XX. Alguns economistas mais lúcidos e de viés institucionalista preocupados com a história, não perdem de vista o futuro e procuram formular modelos que buscam estabelecer os determinantes do crescimento no longo prazo, muito embora desconsiderem o caráter historicamente específico da sociedade de mercado⁸¹ Independente do caso, o pressuposto em cada uma destes paradigmas (neoclássico, keynesiano ou institucionalista) é mesmo: o modo de vida

⁸¹ Cf. ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. 4ª Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Ed. Nacional 1977. Ver em especial os capítulos sétimo, oitavo, décimo e décimo primeiro. Não obstante, vale observar o comentário de Roll (1977, p. 617-18) com relação aos desafios colocados à ciência econômica: “até certo ponto, a incerteza que voltou a reinar, tanto entre os profissionais como no seio do público, constitui evidentemente o reflexo de uma mal social e cultural mais generalizado, cujos efeitos se fazem sentir de formas tão variadas em nossos dias, como, por exemplo, numa irreverência mais intensa e disseminada por tudo o que possa ser incluído no *establishment*, e numa alienação da juventude, que assume proporções nunca vistas na maioria dos países industrializados, no curso de um período de cem anos ou mais. Aqui não podemos examinar as causas mais profundas do fenômeno. É possível que, conforme sustenta o professor Macpherson, o mundo se encontre diante dos resultados de uma evolução que teve início em meados do século XIX e só agora atingiu a maturidade. Talvez se trate de um processo em que as bases de uma ‘sociedade de mercado possessiva’ em que ‘cada pessoa tem de cuidar de si’ e que ‘encontre um reflexo exato nas premissas do individualismo possessivo’ foram minadas até o ponto ‘em que a estrutura da sociedade de mercado não mais proporciona as condições necessárias à dedução de uma teoria válida de obrigações políticas com base nas premissas citadas’ (as do individualismo possessivo). Face às grandes mudanças estruturais da economia, com seus reflexos sobre o equilíbrio entre o esforço individual e os rumos gerais da economia privada e nacional, certamente não se torna fácil reconhecer a visão da sociedade e de indivíduo que, em larga extensão, ainda se acha implícita nos teoremas básicos da ciência econômica.”

capitalista já está instituído ou consiste em uma forma superior de organização social, dado seu caráter progressista. Por conseguinte, o capitalismo nunca é questionado; ao contrário, por ser inerentemente bom, discutem-se as formas de torná-lo mais eficiente (mais racional) ao mesmo tempo em que se despende energia tentando protegê-lo das anomalias inerentes ao próprio sistema de mercado (torná-lo menos desigual).

Para não ficarmos presos à lógica de discussão liberal, procuramos apresentar o liberalismo de um ponto de vista capaz de colocá-lo em perspectiva com outras visões seculares do mundo como, por exemplo, o marxismo. Portanto, ao invés de seguir o debate em torno do conceito de riqueza, nós aceitamos a sugestão de Pierre Rosanvallon, que propõem revisar o liberalismo a partir de suas respostas às questões da *instituição e da regulação do social*.⁸² Por meio destas duas questões é possível reconstruir, de maneira bastante esquemática, os elementos básicos da cultura liberal.

Retornar às origens do pensamento liberal nos ajuda a compreender não só o seu triunfo no Ocidente no século XIX, como também seu avanço sobre o Oriente a partir do século XX. A filosofia liberal nasceu das trilhas abertas pelas Revoluções Religiosa e Científica. A primeira brotou tentando justificar a prática mercantil que se tornou peça fundamental na conformação do Antigo Regime a partir do século XVI. A dificuldade do período que transcorre entre os séculos XVI e XVIII é que o modo de vida europeu já não era mais essencialmente feudal, mas ainda não era predominantemente capitalista.⁸³ A dominação eclesiástica em todas as esferas da vida se enfraquecia à medida que os Estados Absolutos emergiam. A Igreja e a *res publica christiana* foi sendo substituída aos poucos pela figura do príncipe e do Estado Absoluto em formação como instituidores da ordem e da paz social. A novidade foi que os príncipes passaram a orientar suas decisões por um secularismo nascente, que ganhou expressão nas teorias políticas de Maquiavel e Bodin. O privilégio, até então fundado nas relações de *status*, foi sendo substituído pelas relações de *contractus*, no qual o direito passou a fundar-se na posse da terra. Consequentemente, o direito divino cedeu lugar ao direito natural, com o qual o domínio da Igreja sobre os instrumentos de poder se enfraqueceu permitindo a ascensão da aristocracia.⁸⁴ Neste processo, o apoio do capital

⁸² Cf. ROSANVALLON, 2002.

⁸³ Cf. WALLERSTEIN (2011, p. 18), “We must be very clear what feudalism was not. It was not a ‘natural economy,’ that is, an economy of self-subsistence. Western Europe feudalism grew out of the disintegration of an empire, a disintegration which was never total in reality or even de jure. The myth of the Roman Empire still provided certain cultural and even legal coherence to the area. Christianity served as a set of parameters with which social action took place. Feudal Europe was a ‘civilization’, but not a world-system”.

⁸⁴ Cf. LASKI, 1936, passim.

mercantil foi fundamental para o processo de centralização do Estado.⁸⁵ Neste cenário, as cidades foram ganhando relevo em relação ao campo à medida que viabilizavam a própria formação dos Estados por meio de uma relação específica entre dinheiro e poder.⁸⁶

Do ponto de vista do saber, o Antigo Regime é marcado pela tensão entre as ideias Iluministas nascentes e a tentativa de reafirmação da cristandade. A Reforma, que questionou a unidade cristã na Europa, não apenas deu origem a novas religiões nas quais o papel da riqueza perante as leis divinas foi reconsiderado, como também abriu a porta para um ressignificação completa da forma de apreensão do mundo. Ela introduziu o princípio imanente de justificação, uma inovação epistemológica que se tornou a base da Revolução Científica. A representação do mundo a partir dos princípios transcendentais da religião cedeu espaço à perspectiva secular, conformando uma nova filosofia política, uma nova teologia e uma nova cosmologia. Desta forma, o pecado cedeu lugar à noção de progresso, engendrando a ideia da perfectibilidade do homem por meio da razão. O nascimento da ideia de indivíduo minou, portanto, as noções cristãs de iniciativa e de controle sociais. Com ela o tema da liberdade foi se redefinindo em direção à esfera privada, configurando uma nova base moral para a vida social na Europa. Não obstante, como lembra Richard Morse, essa “nova base moral” foi uma “escolha” política no contexto da crise do feudalismo. E, enquanto “escolha” política, ela não foi unânime em todo o continente europeu. O mundo ibérico representava à época a tentativa de reconciliação da unidade cristã, tentando sufocar a filosofia liberal nascente.⁸⁷

Não é por acaso que o liberalismo, como um corpo doutrinário não homogêneo, foi formado especialmente por intelectuais não-ibéricos. No século XVII, por exemplo, Thomas Hobbes e John Locke concentram os principais esforços na Inglaterra. Outros importantes aportes vieram a se somar a partir do século XVIII: na França, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Jean-Jacques Rousseau, Charles Montesquieu, Claude-Adrian Helvétius; na Alemanha, destaca-se Samuel Pufendorf; e na Itália, não se pode deixar de mencionar Cesare Beccaria. Não obstante, foi na Inglaterra que o liberalismo sofreu uma inflexão definitiva a partir das reflexões de David Hume, Jeremy Bentham e, em especial, Adam Smith.

⁸⁵ Ver, por exemplo, ANDERSON, Perry. *El Estado Absolutista*. 14ª ed. Siglo XXI, 1996 [1974].

⁸⁶ Cf. TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo, SP: Edusp, 1996.

⁸⁷ Cf. MORSE, Richard M. *O espelho de Prospero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988, p. 34 et seq. Esta observação nos é importante, pois, como demonstraremos mais adiante, este é o fundamento do projeto civilizador empreendido no Brasil e que explica, em grande medida, a repulsa ao desenvolvimento pleno do liberalismo no Brasil.

O problema teórico central levantado pelo liberalismo durante o Antigo Regime era, portanto, a relação entre o indivíduo e autoridade. As críticas direcionavam-se a todos os aspectos da vida que restringiam as liberdades individuais - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e crença, o direito à propriedade e o direito à justiça –; ao caráter estamental das sociedades e as reivindicações por nascimento; aos hábitos dominados por preceitos religiosos, cuja motivação não-econômica determinava a conduta individual no sentido de limitar a acumulação de riqueza e de orientar a produção essencialmente para a criação de valores de uso, que bloqueava a mercantilização dos meios de vida. A crítica também direcionava-se ao caráter inconsciente da mudança e ao papel subordinado da razão como meio de racionalização da vida. A questão era justamente atacar o privilégio que se fazia presente em todas essas dimensões.⁸⁸

Por isso, a crítica aos monopólios sociais representava ao mesmo tempo a utopia por uma nova ordem social fundada na liberdade de escolha do indivíduo. Contra a reivindicação por nascimento, o resgate da propriedade privada e, por meio dela, a possibilidade da mobilidade social. Contra os preceitos religiosos, relações sociais definidas pelo interesse e a conformação de hábitos definidos pela utilidade. Contra o caráter da produção de valores de uso no mercado local e ao monopólio que envolvia as redes de comércio de longa distância, a produção de valores de troca, o livre mercado e a concorrência. Requeria-se, portanto, a transfiguração da motivação individual definida, agora, por critérios utilitários. Daí o papel central da crescente racionalização da vida e a utopia do bem-comum por meio do enriquecimento privado.

Aprofundando, por contraste, um pouco mais esta caracterização, quando se volta à produção filosófica do século XVII, essa discussão aparece como o problema da transição do estado de natureza para a sociedade civil. A instituição de uma sociedade civil fundada na liberdade do indivíduo requeria compreender a natureza humana a partir da tensão entre a paixão e a razão que constituem a essência do homem. As diferenças doutrinárias que compõem a cultura liberal podem ser verificadas a partir da questão do pacto fundador, conforme analisada por Rosanvallon.⁸⁹

As divergências em torno da concepção do contrato resultam das diferentes concepções de estado de natureza que os fundadores da ideologia liberal definiam. Enquanto para Hobbes o estado de natureza corresponde a um estado constante de guerra, ou seja, de

⁸⁸ Cf. LASKI, 1936. Ver, em especial, capítulo 1.

⁸⁹ Cf. ROSANVALLON, 2002. Ver, em especial, capítulos 1 e 2.

conflito de paixões, para Rousseau trata-se do oposto, o estado de natureza consiste em um estado de solidão, autonomia e liberdade. Locke, ao contrário, entendia que o estado de natureza era uma relação instável, no qual o homem não era naturalmente malvado, mas também não era naturalmente benevolente. Deste modo, se para Hobbes e Locke instituir a sociedade civil equivalia instituir a paz civil a partir da sábia combinação das paixões, para Rousseau a sociedade civil representa, ao contrário, a instituição do estado de guerra. Consequentemente, por mais que Hobbes, Locke e Rousseau concordassem que através do político se poderia instituir a sociedade civil e que o contrato deveria ser o mecanismo de regulação social, para cada um deles o contrato cumpria funções distintas.

Hobbes acreditava que a instituição da paz civil deveria estar fundada sobre as duas maiores paixões dos indivíduos, o medo da morte e o desejo de conservação. A constituição de um corpo político exprime a conformação de um pacto social no qual o contrato representa, simultaneamente, um pacto de submissão (o constrangimento de particulares) e um pacto de associação (a união entre particulares contra o inimigo comum). Locke, entretanto, diverge de Hobbes com relação ao modo como a paz deveria ser conservada. Com Locke a propriedade assume a concepção de produto do trabalho e, consequentemente, passa a ser vista como uma extensão do indivíduo. Sendo assim, ao assumir que já existe a propriedade no estado de natureza, Locke entende que conservar a propriedade é conservar o direito à vida, à liberdade e à fortuna do indivíduo. Assim, segundo Locke, instituir a paz civil correspondia a instaurar um poder soberano com a finalidade de garantir a propriedade. Entretanto, este poder soberano deveria ser limitado por aqueles que queriam conservar a propriedade. Deste modo, o contrato, como um mecanismo de regulação, deixa de ser um pacto de submissão, limitando-se exclusivamente a um pacto de associação. Em Rousseau, ao contrário, a sociedade civil representa um estado de guerra, e nela o contrato social aparece como meio pelo qual se garantiria a liberdade do indivíduo.

Visto em perspectiva, Rosanvallon conclui:

De Hobbes a Bentham, pode-se assim demarcar um redirecionamento contínuo no tratamento da questão da instituição e, em seguida, da regulação do Social. Redirecionamento que se explica em parte pela natureza dos problemas em pauta. No século 17, de Hobbes a Locke, a questão da instituição do social era a questão essencial; tratava-se antes de tudo, de pensar o estabelecimento humano da sociedade, introduzindo a distinção entre estado de natureza e sociedade civil. No século 18, a teoria do pacto fundador não é mais posta em questão em si mesma. O conjunto das preocupações se volta para a regulação da sociedade civil; trata-se de pensar a harmonia social e de dar-lhe um fundamento simples e sólido. Nesta perspectiva, o Contrato Social de Rousseau encontra seu verdadeiro significado, mesmo que depende ainda inextricavelmente das teorias anteriores do pacto fundador. Igualmente neste contexto intelectual, trabalham Montesquieu e Bentham

pensando a política (Rousseau) ou a legislação (Helvetius, Bentham) como lugar de resolução da questão do funcionamento e do desenvolvimento da sociedade.⁹⁰

Não obstante, segundo Rosanvallon, as teorias do contrato social apresentavam dois limites à regulação da sociedade:

Mas, todas as teorias do contrato social, de Hobbes a Rousseau, se chocam com numerosas dificuldades teóricas de grande amplitude. Destaquemos particularmente duas delas. A primeira: se as teorias do contrato social fundamentam o princípio da paz civil, não permitem tratar da questão da paz e da guerra entre as nações. Se o contrato social pensa a sociedade como o resultado de uma soma diferente de zero (todos “ganham” em termos de segurança e paz civil), as relações entre as nações continuam a ser consideradas como resultado de uma soma zero (só há ganho se outros perdem). A segunda: a noção de que o pacto social está centrado na questão da instituição da sociedade, e não se define a partir do problema da regulação da sociedade.⁹¹

Foi apenas em fins do século XVIII, com Adam Smith, através da ideia de mercado, que estas dificuldades foram teoricamente superadas. Ao propor o comércio como fundamento das relações internacionais, Smith introduz o conceito de mercado, com o qual o mecanismo de equilíbrio de poder é alterado. Antes visto como um jogo de soma zero, o equilíbrio de poder se converte em um jogo de soma positiva que, em teoria, estimularia a cooperação entre as nações. Deste modo, estabelecia-se através do conceito de mercado uma identidade entre paz civil e a paz entre as nações. O que Smith fez, portanto, foi dissolver o conceito de nação no conceito de mercado e conceito de guerra no conceito de concorrência. A concorrência emana como a principal força conciliadora dos interesses na sociedade.

Ao mesmo tempo, o conceito de mercado também repercute sobre a obrigação do pacto social. A metáfora da “mão invisível” simboliza o mercado como mecanismo impessoal de regulação social na medida em que todos os indivíduos estão sujeitos à lei do valor. O conceito de mercado permite, deste modo, pensar uma sociedade sem centro ao mesmo tempo em que suprime as distinções do interno e externo ou indivíduo e sociedade. Ao assumir que todo indivíduo é naturalmente propenso à troca, agindo segundo a racionalidade do *homo economicus* (de moral utilitária), a questão da instituição e da regulação social, isto é, a transição do estado de natureza para a sociedade civil, se desfaz.

O conceito de mercado, portanto, “[...] traduz a aspiração ao advento de uma sociedade civil sem mediações, auto-regulada”.⁹² A sociedade de mercado é o arquétipo de uma nova representação social, e o mercado o seu verdadeiro regulador. Deste ponto de vista, (não apenas da teoria do valor e da distribuição e suas relações com a teoria da acumulação

⁹⁰ ROSANVALLON, 2002, p. 45.

⁹¹ Ibid., p. 9.

⁹² Ibid., p. 8.

como usualmente tratam os economistas), a ideia de mercado em Smith constitui, de acordo com Rosanvallon, um modelo político alternativo. Em suas próprias palavras,

A ideia de mercado realiza de um certo modo um ideal de autonomia dos indivíduos ao despersonalizar a relação social. O mercado representa o arquétipo de um sistema de organização anti-hierárquico, de um modo de tomada de decisão no qual nenhuma intenção intervém. Os procedimentos e as lógicas profissionais substituem as intervenções personalizadas.⁹³

Desse modo,

[...] a representação econômica da sociedade deva ser compreendida como a resposta a essas questões e que possa assim ser concebida como uma forma de remate da filosofia política e da filosofia moral dos séculos 17 e 18. Ela está em plena continuidade, e não em ruptura, com o pensamento político e moral do seu tempo. O mercado é o modo de representação da sociedade que permitirá pensar seu radical desencantamento.⁹⁴

A oposição entre a perspectiva do contrato e a perspectiva do mercado, revela o horizonte de expectativa da filosofia liberal. “Ao dissociar o poder da opinião, o Estado da sociedade, o privado do público, a moral individual das regras da vida social, o pecado do crime, o liberalismo procurar redefinir as formas da relação social.”⁹⁵ É nesse movimento que podemos reconsiderar com mais precisão, portanto, as ideias de mercado, de pluralismo político, de tolerância religiosa e liberdade moral. Na verdade, cada elemento constitutivo da cultura liberal representa a recusa da instituição da autoridade pessoal ou divina sobre o indivíduo nos planos econômicos, político, religioso e ético. No caso específico da política, seu significado pouco a pouco foi se alterando e a arte de bem governar deixa de ser a vontade do rei absoluto para ser concebida como a arte de combinar as paixões, para, posteriormente, converter-se, com a burocratização, em um mecanismo impessoal. Portanto, a alternativa liberal às relações tradicionais de poder consistia na instituição de uma ordem social racionalmente organizada, na qual a autonomia do indivíduo torna-se um fim em si.

A despersonalização das estruturas de comando apareceu, portanto, como a principal estratégia de luta para atacar as hierarquias sociais do Antigo Regime. Acreditava-se, portanto, que ao instituir um poder despersonalizado, isto é, um mecanismo de regulação abstrato, quer o contrato quer o mercado, no qual a relação entre os indivíduos fosse desdramatizada, tornando-as menos passionais e, conseqüentemente, desarmando a violência, se atingiria a paz e a harmonia social. E é desse ponto de vista que a perspectiva do contrato e a perspectiva do mercado se confrontam e se reforçam ao mesmo tempo.

⁹³ ROSANVALLON, 2002, p. 12.

⁹⁴ Ibid., p. 45.

⁹⁵ Ibid., p. 15.

A economia de mercado, como ensinou Karl Polanyi, foi um processo instituído pelo Estado.⁹⁶ Esta constatação tem uma consequência importantíssima para quem quer reconsiderar a crítica ao desenvolvimento capitalista, desvelando o projeto liberal em geral e suas variantes (neo)liberal e desenvolvimentista em particular. A solução econômica para o problema da filosofia política, conforme sugere Rosanvallon, não implicou a negação do político a favor do econômico, mas sim “a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política”, conforme Polanyi.⁹⁷

A partir de Polanyi e Rosanvallon podemos afirmar, portanto, que o liberalismo propõe uma reorientação da forma como ambas as esferas da existência devem se articular no sentido de instituir uma ordem social fundada nas liberdades individuais e regulada por um mecanismo impessoal.⁹⁸ Por esta razão, para completar nossa imagem da cultura liberal, precisamos incorporar a forma política assumida pela sociedade de mercado: o Estado liberal como forma de organização do poder, a democracia liberal como sistema de governo e os direitos de cidadania como mecanismo de legitimação das hierarquias sociais. Este passo é fundamental na medida em que nos permitirá definir um critério para esclarecer as semelhanças e diferenças em torno das bandeiras neoliberais e desenvolvimentistas no debate sobre o desenvolvimento.

Uma forma de expor os vínculos entre economia e política é colocar em perspectiva a relação entre o Estado e sistema de governo. Conforme C. B. Macpherson, o Estado liberal caracteriza-se por um sistema de poder duplo. Sua primeira e mais debatida característica, é a instituição do Estado como monopólio legítimo da força. O Estado como poder constituído assegura a liberdade individual coibindo a violência privada por meio da centralização dos meios de coerção e oferece um foro específico – o poder judiciário – para julgar as situações em que os indivíduos/cidadãos sintam-se prejudicado ou em que tenham suas liberdades feridas. O governo, por sua vez, é quem administra o Estado. O poder de

⁹⁶ Cf. POLANYI (2012a [1944], p. 60-1), “[...] foi crucial o passo que transformou mercados isolados num economia de mercado, mercados reguláveis num mercado autorregulável. O século XIX – aclamando o fato como ápice da civilização ou deplorando-o como um crescimento canceroso – imaginava ingenuamente que um tal desenvolvimento era o resultado natural da difusão dos mercados. Não se compreendeu que a engrenagem de mercados num sistema autorregulável de tremendo poder não foi o resultado de qualquer tendência inerente aos mercados em direção à excrecência, e sim o efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina. Não foi reconhecida a natureza limitada e não expansiva do padrão do mercado como tal; e, no entanto, é este o fato que emerge com toda clareza da moderna pesquisa. Retomaremos esta discussão na parte 2 da tese.

⁹⁷ Ibid., p. 76.

⁹⁸ Este ponto será desenvolvido na segunda parte da tese. Por ora queremos indicar apenas como se apresentam as relações de determinação entre o político e o econômico no plano da representação para explicitarmos as premissas culturais do liberalismo.

administrar o Estado, ou seja, o poder de compelir os governados é outorgado pelos cidadãos mediante as eleições. Portanto, o pressuposto teórico do Estado liberal é que o cidadão possui, no limite, o controle sobre o governo na medida em periodicamente escolhem seus governantes mediante as eleições.⁹⁹

A segunda característica, por não ser tão evidente, é a mais importante. De acordo com Macpherson, o Estado liberal “[...] garante que não deve haver restrições legais à propriedade dos meios de trabalho”. Ao fazer isso, o Estado forja uma relação específica entre indivíduos, na qual “[...] todos os indivíduos tornaram-se livres para adquirir por meio de seu próprio esforço terra ou capital suficiente para serem trabalhados, ou para barganhar no mercado aberto pelo melhor preço que eles possam conseguir por seu trabalho.”¹⁰⁰ O Estado engendra e assegura este tipo de relação, pois parte do pressuposto que a competição é livre e, em sendo livre, o mercado distribuirá de maneira impessoal o produto geral segundo a contribuição de cada um à produção.¹⁰¹ Contudo, ao não estabelecer limites à propriedade privada, o Estado institui e legitima uma nova forma de relação de poder entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, caracterizando-se por uma relação de comando sobre o trabalho. “É neste sentido que na sociedade capitalista as relações entre indivíduos são relações de poder, relações que envolvem a transferência de parte da força de alguns homens para outros”.¹⁰²

A questão era então como governar esta nova forma de dominação instituída a partir das Revoluções liberais. Ao destituir o Rei era necessário estabelecer um novo sistema de governo. Deste ponto de vista, a democracia liberal é um tipo de sistema de governo do Estado liberal. Mas não há nenhuma correlação direta entre Estado Liberal e democracia. O caso da emancipação política do Brasil é um exemplo disso, pois, apesar da inspiração do caráter liberal do Estado, optou-se pelo regime de governo imperial. No entanto, para os fins desta tese, vamos nos restringir à discussão sobre as formas de democracia.

Como se observa na polêmica sobre o pacto fundador, também não havia consenso em torno de como organizar um sistema de governo democrático. Historicamente rivalizaram dois modelos de democracias liberais, a representativa e a direta, chamadas também de liberal e radical. A democracia liberal representativa e a democracia liberal direta diferem em torno da hierarquia dos princípios valorativos que organizam o Estado e que

⁹⁹ Cf. MACPHERSON, C. B. *The Real World of Democracy*. Oxford: Clarendon, 1966, p. 39.

¹⁰⁰ Ibid., p. 41.

¹⁰¹ Ibid., 1966, p. 41.

¹⁰² Ibid., p. 43-4.

definem o sentido dos governos. Enquanto para a democracia liberal representativa a liberdade antecede a igualdade, ou seja, a preocupação com a não interferência das autoridades no plano da esfera privada precede as considerações à construção de uma ordem sem privilégios, para a democracia liberal radical o problema se coloca de maneira inversa. Deste modo, para o modelo representativo, as liberdades individuais são uma condição para a realização da autonomia do indivíduo e, como consequência, para a consolidação de uma ordem social estruturada no mérito. A democracia radical, por sua vez, não nega a importância das liberdades individuais, mas acredita que a autonomia do indivíduo só se realizará se forem asseguradas as condições para o exercício de sua liberdade, isto é, a igualdade. Consequentemente, enquanto para a democracia representativa a fraternidade é uma consequência do exercício da liberdade de engajamento individual na vida pública, para a democracia radical ela deriva da virtude dos indivíduos e de seu compromisso com o espírito público.¹⁰³

A democracia representativa e a radical também diferem com relação à forma de organização dos poderes. A primeira sugere um sistema de governo gerido por um sistema de equilíbrio de poder, estruturado em um sistema pluricameral, por exemplo, a divisão dos poderes em um esquema tripartite, que por sua vez se dividem em diferentes instâncias, como municipal, estadual e federal. Já a democracia radical tende a uma perspectiva mais centralizadora do poder na medida em que propõe uma única assembleia e um poder executivo forte. Ambos os modelos são limitados. Se por um lado a democracia representativa pode levar a uma imobilização do poder central pelo excesso de burocratização, por outro, a democracia radical tende a produzir uma ‘ditadura de maioria’.¹⁰⁴

Apesar das diferenças teóricas que envolvem um ou outro modelo, o fato é que, na prática, historicamente ambos os modelos se combinaram. Cada país que passou por algum tipo de revolução liberal acabou produzindo formas específicas de síntese entre os modelos de democracia representativa e direta que, em tensão com os elementos religiosos da ordem social pré-existente, foi definindo o sistema de governo mais adequado no processo de instituição/fundação do Estado liberal.

Foi nesta tensão que surgiram, ainda ao longo do século XIX, as discussões a respeito do controle central do Estado sobre as decisões descentralizadas dos empresários, ou,

¹⁰³ Cf. BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, Francois. *A Critical Dictionary of Sociology*. London: Routledge, 1989.

¹⁰⁴ Ibid., p. 105-110.

como ficou mais conhecido no século XX, a questão do planejamento. Mas não mais com o mesmo caráter do período mercantilista. Tratava-se da preocupação com a formação do mercado interno como resposta aos problemas engendrados pela ordem anárquica da economia de mercado, como a questão da pobreza e a impossibilidade dos homens produzirem sua própria existência (por exemplo, na Inglaterra, a famosa discussão sobre as leis dos pobres).

Apesar de o Marxismo surgir como ideologia crítica à estrutura dessa nascente forma de organizar a vida, o que ocorreu foi a tendência à reafirmação do individualismo nas sociedades do Ocidente. Esta tendência apareceu na luta por mais democracia. Nela os setores desfavorecidos reivindicavam condições de participação na competição pelo sistema de governo. Com isso, o sistema de governo foi sendo democratizado na medida em que o poder ia se abrindo formalmente, organizado com base em um sistema de competição entre partidos políticos para assumir o controle do Estado e viabilizando os canais constitucionais de representação. Através desses canais, as pressões populares poderiam ser absorvidas, mantendo-se a ordem pública e evitando-se insurreições.¹⁰⁵ O ponto central é que a democracia liberal, seja ela representativa ou direta, conforme sugere Macpherson, veio depois como uma espécie de adubo para favorecer a competição na sociedade.¹⁰⁶

Mas além da participação das massas nas decisões políticas por meio da escolha da representação, a cidadania é componente fundamental de interpelação e legitimação da estrutura de dominação da sociedade de mercado. A cidadania, como definiu T. H. Marshall,

[...] é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração poder dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*.¹⁰⁷

Convém, todavia, precisar melhor este conceito geral de cidadania formulado por Marshall com o significado que o mesmo adquire na visão de mundo liberal. No Estado liberal moderno, a comunidade, à qual Marshall se refere, é a sociedade nacional, ou, no jargão há muito tempo gasto, a nação. Àqueles que fazem parte da nação se vinculam a ela por meio de uma relação de direitos e obrigações. Entre os direitos, destacam-se, em forma

¹⁰⁵ MACPHERSON, 1966, p. 11.

¹⁰⁶ Ibid., p. 5.

¹⁰⁷ MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 76.

didática, os direitos civis, que asseguram as liberdades individuais básicas, os direitos políticos, que tem por finalidade garantir a faculdade de o cidadão eleger e ser eleito, participando, assim, do sistema de governo. E, por fim, os direitos sociais, que visam garantir a participação de todos na herança social. Os membros da sociedade nacional, em contrapartida, além de se submeter as leis do Estado, devem trabalhar e entregar parte do fruto do seu trabalho na forma de impostos. Para o liberalismo, igualdade humana e liberdade individual são princípios universais que regem a relação entre direitos e obrigações. Não obstante, ao contrário do marxismo, a premissa fundamental é que a busca pela igualdade e pela liberdade não devem afetar o funcionamento da economia de mercado. No entanto, à medida que as liberdades individuais ajustam-se à premissa da economia de mercado como regulador social e, uma vez que o Estado garante o direito à propriedade e ao trabalho livre, os direitos políticos e sociais expõem os limites deste mecanismo de regulação. Por ironia, não é preciso ser socialista/revolucionário para ver com clareza este ponto. O próprio T. H. Marshall expôs bem o problema quando afirmou que “[...] a cidadania e o sistema de classes capitalista têm estado em guerra no século XX”.¹⁰⁸

Deste modo, a sociedade de mercado não se reduz a relações puramente econômicas, ela é ao mesmo tempo política e cultural. O Estado liberal institui um marco jurídico que engendra as condições para a privatização da vida e, com isso, a instituição da liberdade na esfera privada. Como bem esclareceu Benjamin Constant, “nossa liberdade [a liberdade moderna] deve compor-se do exercício pacífico da independência privada.”¹⁰⁹ Consequentemente, não podemos perder de vista que, do ponto de vista político, o Estado Liberal, a democracia e a cidadania asseguram o funcionamento da economia de mercado e, consequentemente, da sociedade de mercado.

Por sua vez, do ponto de vista cultural, o liberalismo encarna a forma de representação da ordem social moderna. Visto retrospectivamente, o liberalismo condensa as premissas culturais básicas daquilo que Richard Morse chamou de “O Grande Desígnio Ocidental”.¹¹⁰ Instituir uma ordem social a partir dos interesses dos homens, fundados nos princípios da liberdade e da igualdade são os valores basilares da cultura liberal. O contrato (a constituição) e o mercado (a economia de mercado) são contrafaces da mesma moeda, ou

¹⁰⁸ MARSHALL, 1967, p. 103.

¹⁰⁹ CONSTANT, Benjamin. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. *Filosofia política*, v. 2, p. 9-25, 1985 [1819], p. 3.

¹¹⁰ Cf. Simon Schwartzman, “este ‘grande desígnio’ consistiria na liberação das forças da ‘ciência’ e da ‘consciência’ - do conhecimento empírico e do conhecimento ético e filosófico - para a constituição do mundo moderno.” SCHWARTZMAN, Simon. Resenha de Richard M. Morse, *O Espelho de Próspero*. *Novos Estudos CEBRAP*, 22, outubro de 1988, p. 185-192.

mais precisamente, a conformação de uma força objetiva supostamente impessoal e não arbitrária que emana das relações de interesse entre os indivíduos.

Portanto, economia de mercado, Estado liberal, democracia e cidadania são os principais elementos da cultura liberal. Curioso, e este é o nó da questão, é a forma como o liberalismo legitima o contrato e o mercado como mecanismos “impessoais” de regulação social: por baixo, o liberalismo apoia seu discurso nas classes populares vendendo a possibilidade da mobilidade social pelo mercado através do mérito. Por cima, uma estrutura de poder capitalista é legitimada pelo Estado ao garantir à propriedade privada e, conseqüentemente, o poder de comando sobre o trabalho, valendo-se da coerção e de outras formas de violência como racismo, sexismo e xenofobismo. Esta capacidade em ludibriar as formas de hierarquia da sociedade de mercado gera polêmicas em torno da possibilidade do controle social do sistema econômico pelo Estado, na qual os desenvolvimentistas insistem constantemente, e que os faz defender a bandeira da democracia e, através dela, de construção dos direitos de cidadania.

Cumpramos agora como a cultura liberal penetrou na sociedade colonial na América portuguesa, dando origem à problemática brasileira da construção da nação.

3. A cultura liberal e a construção da nação no Brasil

Diferentemente do que a HPEB têm proposto como eixo de sistematização do pensamento, o conceito de desenvolvimentismo ou o próprio conceito de desenvolvimento, sugerimos nos presente capítulo que a relação entre a cultura liberal e os problemas práticos da construção da nação seja o eixo.¹¹¹ Mais precisamente, propomos que o debate sobre o desenvolvimento consiste em um momento da polêmica em torno da construção da nação, o qual se dedicou a pensar a transição da sociedade colonial na América portuguesa para a sociedade nacional, à medida que o desenvolvimento capitalista revolucionava as estruturas do cotidiano colonial. A partir disso, esperamos esclarecer semelhanças e diferenças das vozes neoliberais e desenvolvimentistas, transcendendo as estereótipas oposições entre ortodoxia e heterodoxia, planejamento e mercado, por exemplo.

Em termos gerais, as lutas pela construção da nação refletem um momento da história política e cultural do Ocidente em que o liberalismo se consolidou como forma de organização política e ideológica dominante no interior do sistema-mundo moderno. O ponto de partida são as Revoluções liberais do século XVIII, a Revolução Estadunidense (1776) e a Revolução Francesa (1789). Ambas representam o início do processo de desintegração do Antigo Regime,¹¹² que avançou sobre o século XIX como “uma marcha irreversível da História.”¹¹³ A partir deste momento, liberdade, igualdade e fraternidade tornam-se o lema da luta contra as estruturas do Antigo Regime. Contra os pilares institucionais das ordens tradicionais, como vimos, erguem-se a economia de mercado, o Estado liberal, o regime de governo democrático e a cidadania. Deste modo, construir a nação era instituir estes

¹¹¹ Como observou Florestan Fernandes, “... ao contrário do que se proclama com frequência, o liberalismo exerceu influências sociais construtivas em várias direções concomitantes. Em vez de procurar-se ver nele um elemento ‘postíço’, ‘farisaico’ ou ‘esdrúxulo’, seria melhor determinar o sentido e o alcance dessas influências que também exprimem as condições e as necessidades histórico-sociais que regulavam sua elaboração sociocultural no seio de uma sociedade colonial em mudança.” FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5ª. São Paulo: Globo, 2006 [1975], p. 53-4. Explorando a linha argumentativa de Florestan, Jessé Souza (2006, p. 133-34), sugere a metáfora segundo a qual “... o liberalismo fornece uma espécie de ‘gramática mínima’, que permite explicitar os interesses envolvidos na reelaboração de uma nova agenda sociocultural de uma elite saída da dependência e da minoridade, para o desempenho de papéis exigidos para a inserção no mercado internacional e para a gestão de um aparelho de Estado nacional autônomo. O liberalismo passava a vigorar como uma ideologia ou visão de mundo galvanizadora e integradora dos novos requisitos estruturais e funcionais, tanto da nova ordem legal, quando também da concepção de mundo que articulava uma nascente esfera pública”.

¹¹² Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª. Ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1995 [1972].

¹¹³ Cf. FURET, François. Prefácio: o sistema conceptual da Democracia na América. In: TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XIV.

elementos como pilares de uma nova ordem social nascente. Portanto, a construção da nação converteu-se no marco dentro do qual o debate público sobre a formação de sociedades nacionais deveria ser travado.

No caso brasileiro, que não escapa à tendência sistêmica de eclosão das revoluções liberais e de formação de Estados nacionais,¹¹⁴ as discussões em torno do processo de emancipação política da colônia portuguesa na América são centrais para se estabelecer a periodização mais apropriada ao estudo do pensamento econômico Brasileiro. Tais revoluções aparecem como um conjunto de lutas esparsas pela emancipação política, como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) no contexto da crise do Antigo Sistema Colonial. Sob influência da cultura liberal, que ganhava força na América do Norte e na Europa após a independência dos Estados Unidos (1776) e a tomada da Bastilha em Paris (1789), setores da elite colonial, inspirados pela Ilustração, foram redefinindo sua mentalidade e, conseqüentemente, o modo como compreendiam sua relação com Portugal. Foi neste momento que a construção da nação surgiu aos colonos como ideia e prática que desafiava a ordem social colonial. A construção da nação expressava a tomada de consciência de que a colônia era distinta do centro imperial. Isto significava que o interesse do colono à época já não caminhava mais ao encontro da política do império português. Portanto, a construção da nação surge como a possibilidade de emancipação da estrutura de dominação do Antigo Regime, que aqui se materializava basicamente no exclusivo comercial e na escravidão.¹¹⁵

Neste contexto, nada mais elucidativo que a perspicácia de José Bonifácio em carta de 1823:

[...] converter homens, há longo tempo aviltados e sem pátria em Cidadãos honrados, ativos e valentes; seria criar então, como por milagre, uma Nação nova, grande e respeitável; seria formar um pacto social e adequado ao nosso local, aos nossos usos e costumes; seria destruir pouco a pouco, por meio da instrução e da educação pública e doméstica, um montão de preocupações e abusos tão antigos como as nossas Cidades e Vilas; seria abater perante a Lei o orgulho insolente do nascimento e dos empregos; seria reintegrar no uso de seus legítimos direitos os povos há séculos tiranizados, conservando porém, ao mesmo tempo a grandeza, tranquilidade e estabilidade do Império civilizado; seria soprar novo espírito público sobre uma multidão dividida e subdividida em classes e cores diferentes, inimigas ou discordes entre si, reunindo esta legião de interesses desvairados em um só e único interesse não Baiano ou Pernambucano, mas somente Brasileiro; seria, enfim, dar poucas leis e sobretudo novos costumes e moralidades à nossa gente generosa e

¹¹⁴ Cf. GODECHOT, Jacques. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

¹¹⁵ Para uma análise do período das inconfidências como expressão da saturação da sociedade colonial e da tensão entre formas de pensamento divergentes ver MOTA, Carlos Guilherme. *A idéia de revolução no Brasil e outras idéias*. 4. ed. São Paulo, SP: Globo, 2008.

capaz de muito por natureza, mas desgraçadamente, até hoje pela maior parte apática, ignorante e corrompida.¹¹⁶

Nesta passagem, José Bonifácio praticamente enumera os principais elementos que constituem a aspiração da cultura do liberalismo. No contexto da emancipação política, construir a nação consistia em transformar em cidadãos os homens livres e libertos na ordem escravocrata. Isto pressupunha estabelecer um novo pacto social que redefiniria a esfera privada através da instituição de uma esfera pública. Neste projeto, a educação emergia como difusor da nova moral e da nova ética, que, em última instância, tinham por objetivo estabelecer as condições de igualdade entre os indivíduos, substituindo a estrutura hierárquica patriarcal pela meritocracia. A dissolução das diferenças regionais era condição indispensável na redefinição deste novo pacto, no qual a construção da nacionalidade (da cidadania) tinha por objetivo homogeneizar, ao menos simbolicamente, os diferentes grupos de interesses. Embora a clareza da visão de Bonifácio apontasse o sentido da mudança, o caminho percorrido pela sociedade brasileira foi extremante sinuoso na medida em que a opção pela manutenção da escravidão confrontava o princípio da liberdade individual com o monopólio legítimo da força por agentes privados, os proprietários de escravos.

O caráter sinuoso encontra explicação nos diferentes padrões de expansão da civilização ocidental no Novo Mundo. Não se pode deixar de considerar que o processo de difusão da civilização ocidental, que encontrou no liberalismo seu veículo ideológico mais eficaz, não eliminou, como nos ensina Richard Morse, os conflitos entre os padrões civilizatórios constitutivos do Ocidente – Anglo América e Ibero América – e que deram origem ao mundo Moderno. De acordo com Morse, precisamos levar em consideração que o liberalismo sempre foi alheio à “cultura política” ibero-americana.¹¹⁷ “Nesse contexto, o liberalismo é perfeitamente adaptável como vocabulário, como ideologia, como programa seletivo ou como estratégia econômica, mas não como um modo de vida político. Além disso, o liberalismo não chegou a realizar na ibero-américa uma união frutífera com a democracia rousseauiana.”¹¹⁸ Caio Prado percebeu bem este ponto quando, em sua *Evolução Política do Brasil*, analisou o projeto de constituição da Constituinte de 1823:

Ao elaborarem-no, foram os constituintes brasileiros buscar seus modelos nas

¹¹⁶ BONIFÁCIO, 1834, apud SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo Regime Português, 1750-1822*. São Paulo, SP: Hucitec, 2006, p. 379.

¹¹⁷ Por cultura política, Morse (1988, p. 88) entende “... as noções informais de autoridade, comunidade e salvação pessoal que permeiam a sociedade, como as crenças sujeitas a muitas interpretações que subjazem à expressão intelectualizada do pensamento político.”

¹¹⁸ MORSE, 1988, p. 88.

constituições da época, inglesa e francesa, nesta principalmente, e nos princípios filosóficos e políticos do *Contrato Social* de J. J. Rousseau. Era uma homenagem às doutrinas então em voga. Mas daí não se infere como erradamente entenderam alguns, que nossas condições fossem idênticas ou mesmo semelhantes às daquelas nações. Basta lembrar que as idéias do sistema político adotado por nossos legisladores constitucionais exprimiam na Europa as reivindicações do *Terceiro Estado*, especialmente da burguesia comercial e industrial, contra a nobreza feudal, a classe dos proprietários. Até certo ponto, é o contrário que se dá no Brasil. São aqui os proprietários rurais que as adotam contra a burguesia mercantil daqui e do Reino. O que houve foi apenas uma simples coincidência de meios a serem empregados para fins diversos. Qual era o problema dos legisladores brasileiros? Substituir as restrições políticas e econômicas do regime colonial pela estrutura de um estado nacional. Ora, as idéias centrais dos sistemas políticos e filosóficos que orientaram a revolução do Velho Mundo eram justamente estas: liberdade econômica e soberania nacional. Adotaram-nas por isso os constituintes de 23 porque coincidiam perfeitamente com seus propósitos, porque se adaptavam como luvas - feitas as devidas correções, de que, como veremos, não se esqueceram - ao caso que tinham sob as vistas; e também porque toda a cultura intelectual brasileira da época se formara na filosofia francesa do século XVIII. Por isso, na falta de um sistema original, que não estavam evidentemente em condições de produzir, apegam-se os nossos constituintes a elas, fazendo mais ou menos o que já realizara o Código Napoleônico, adaptando à sociedade burguesa do século XIX os princípios do direito civil romano.¹¹⁹

A distância entre o que acontecia na Europa e a situação brasileira apontada por Caio Prado Jr. é um exemplo das diferenças entre a recepção do liberalismo na Ibero-América e na Anglo-América, como destacado por Richard Morse:

Na Ibero-América o liberalismo e a democracia não interagiram diretamente, sendo assimilados de forma independente, e em verdade intermitente, a uma cultura política que ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantá-la. Se na Anglo-América a coexistência de ambos levou adiante a antiga dialética de liberdade-ordem, na Ibero-América eles foram integrados à dialética ainda mais antiga entre cálculo de poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e o Estado como incorporativo ou tutelar. Por dois séculos o liberalismo serviu ao primeiro termo desse binômio de maneira exemplar, justificando a investitura de novas elites, legitimando formulas republicanas para a época moderna e propondo estratégias para integrar economias de exportação ao mercado mundial e, em seguida, internalizar o processo de ‘desenvolvimento’. Ao fazer isso, ampliou o repertório da *raison d’etat* com instrumentos retóricos e técnicos que periodicamente ajudaram os regimes mais ágeis, sucessores da monarquia barroca, a estabilizar o governo sob condições mais difíceis que as da Ibéria do século XVII – história que é contada de forma cativante e em tom de paródia pelos romancistas ibero-americanos das duas últimas décadas. Nesse processo o liberalismo europeu na Ibero-América tornou-se, sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes ‘liberais’ quando conservadores, e perdeu muitas das conotações ‘liberais’ adquiridas desde a época de Locke.¹²⁰

A particularidade do liberalismo na Ibero-América reside para Morse nos seguintes pontos:

Aqui, no entanto, foi-lhes negada interação produtiva com o liberalismo, tal como haveriam de experimentar na Inglaterra, em fundação dos interesses e do papel do liberalismo nesta diferente cultura política. Na Ibero-América, como vimos, o

¹¹⁹ PRADO Jr., 2001 [1933], p. 54.

¹²⁰ MORSE, 1988, p. 89.

liberalismo forneceu uma racionalidade modernizante para a ascensão seletiva do talento empresarial e para a vinculação das economias regionais com as do Ocidente capitalista. Sua crítica das estruturas corporativas, no entanto, não se expandiu a ponto de universalizar a mensagem do individualismo. Em versões locais o liberalismo era compatível com a hierarquia e subordinação. O rousseauianismo se baseava num princípio nivelador que socavava essa ordem e modernizava a tradição católica de populismo insurgente para a era dos Estados nacionais, mas ao mesmo tempo evocava vários supostos neo-escolásticos acerca dos fundamentos da ordem política.¹²¹

O autor destaca ainda como esta particularidade avançou para o século XX:

Apesar dos controles externos que acabamos de mencionar, na Ibero-América ocorreu um segundo florescimento do impulso rousseauiano durante as décadas ‘populistas’ – para empregar agora o termo em seu uso contemporâneo – entre 1920 e 1960. Aí o populismo estava associado com urbanização, industrialização, migração para as cidades e criação de uma força de trabalho que, sendo apenas parcialmente absorvida pelo emprego intensivo do capital, canalizava seus excedentes para ocupações improvisadas e espasmódicas. A sedução dos líderes operários e as perspectivas diferenciadas de segurança abriram uma brecha entre os setores mais e menos integrados do proletariado; mas a retórica do ‘desenvolvimento’, que se instaurou pelo final do período, permitiu que até os grupos menos privilegiados se sentissem participantes num processo de mudança do sistema e ampliação das oportunidades pessoais. Isso prejudicou muito as perspectivas de mobilização de ‘classe’ e a entrada autônoma do proletariado no processo político. Não apenas se produziu uma divisão interna entre os trabalhadores, como aconteceu também, à maneira clássica ibérica, que o setor mais marginal passou a identificar seu futuro com a *virtù* familiar ou de pequeno grupo, numa suposta situação de ascensão intermitente. A maioria do proletariado, portanto, estava disponível para sua cooptação quando momentos de impasse atingiam os grupos interessados: o aparato estatal em alguns casos, a ‘burguesia nacional’ em outros. Em tais condições, a confluência de liberalismo e democracia produziu momentâneos episódios de euforia política, mas jamais chegou a reproduzir a dialética comprometida, ainda que desigual, que se observa na Anglo-América. Em suma, o destino da democracia rousseuniana e pré-rousseauuniana na Ibero-América tendeu para cooptação, a privatização ou a asfixia.¹²²

Visto em perspectiva, a cultura política no Brasil, gestada ao longo do século XIX e que avançou pelo século XX, resulta desta tensão entre a difusão da mentalidade liberal estruturante do sistema-mudo moderno e as formas de assimilação/tradução de seus princípios pelos intelectuais e construtores do Estado brasileiro. Esta tensão nos parece central para compreender a evolução do pensamento social no Brasil.

Octavio Ianni, em seu livro *A Ideia de Brasil Moderno*, captou os principais momentos em que o Brasil foi pensando de maneira abrangente. A primeira fase corresponde ao contexto da independência. De acordo com Ianni, pensadores como Tavares Bastos, Silvio Romero, José Verissimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis e Raul Pompéia, entre outros, “dedicaram-se a refletir sobre o que era o século XIX brasileiro; e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a

¹²¹ MORSE, 1988, p. 93.

¹²² Ibid., p. 95.

partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais.”¹²³ E conclui: “aproveitavam-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar-se a sociedade, a economia, a população, a cultura, o estado, a nação.”¹²⁴ O segundo momento abrange o contexto do fim da escravidão e da proclamação da república. Nessa época, “queriam compreender quais eram as perspectivas abertas com a República e o regime de trabalho livre.”¹²⁵ Não obstante, o peso da herança colonial também se tornava uma questão viva. Como Ianni destaca,

[...] eram obrigados a refletir sobre as heranças de séculos de escravismo, patriarcalismo, divisão entre brancos negros e índios. [...] A sociedade de castas, formada ao longo da Colônia e do Império, modificava-se de modo muito lento e desigual nas décadas da Primeira República.¹²⁶

Por fim, com a década de 1930 inaugurou-se um novo momento no qual as principais interpretações do Brasil foram formuladas. Com a Revolução de 1930, “recolocaram-se de forma particularmente urgente os dilemas da questão nacional”, aponta Ianni, para quem “a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a imigração europeia, as crises periódicas da economia primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização, colocavam-se de forma permanente”.¹²⁷

Portanto, quando se confrontam os momentos-chave do debate sobre a formação do Brasil contemporâneo com a tensão constitutiva do pensamento social, conforme indicamos, nota-se que a questão da construção da nação se organizou em torno do desafio de “compreender as condições e as possibilidades do Brasil Moderno”.¹²⁸

Contudo, o que seria o Brasil moderno? No plano do discurso, as respostas variam. As dificuldades do debate flutuam justamente em torno destas divergências. Em nossa tentativa de adquirir maior clareza sobre a questão, sem nos perdermos nas “panaceias em conflito”, somos levados a considerar a constatação de Hobsbawm de que, na história do Ocidente, a nação foi fruto das revoluções liberais, sendo a cidadania o elemento que vincula a forma de produção especificamente capitalista e o Estado moderno.¹²⁹ Deste ponto de vista, o problema que se colocou aos setores liberais da elite brasileira desde o período imperial tem sido formular as questões em torno do processo de instituição da ordem social liberal em

¹²³ IANNI, Octávio. *A Ideia da Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 15.

¹²⁴ Ibid., p. 15.

¹²⁵ Ibid., p. 24.

¹²⁶ Ibid., p. 24.

¹²⁷ Ibid., p. 31-2.

¹²⁸ Ibid., p. 45.

¹²⁹ Cf. HOBSBAWM, 1990.

substituição à ordem colonial. Se Richard Morse está correto em afirmar que as instituições modernas no Brasil emergiram sem generalizar a mensagem do individualismo,¹³⁰ por outro lado, não se pode negar que o fundamento da ordem social instituída é a propriedade privada, assegurada pelo próprio Estado brasileiro em formação. E, como veremos, ela não só permitiu a instituição de um mercado de terras como também a formação do mercado de trabalho assalariado, condições básicas para o desenraizamento do sistema econômico da sociedade.

Por isso, com base em Morse, ao invés de buscarmos os resquícios coloniais em qualquer ação contemporânea, vamos apresentar brevemente os dilemas da construção da nação segundo a agenda liberal, destacando como pequenas conquistas engendraram um processo de ruptura de longa duração. Isto nos dará uma dimensão mais clara do que significa a instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social.

Em seu esforço para compreender o papel do liberalismo no Brasil e sua capitulação pelas forças autoritárias no processo de construção de uma sociedade de mercado, W. G. dos Santos reconstrói a agenda liberal para o Brasil nas diferentes etapas de sua formação. Segundo o autor,

*The complete liberal agenda implied a deep change in the relationships between the loci of political power and the working of the civil society. It not only meant denial of the absolutism of the colonial power, but also required the building of a different type of political community in the newly liberated country. Economically, it meant that mercantilist, capitalistic modes of production should be developed as quickly as possible. In practice, all the colonial obstacles to the development of internal commerce, profitable agriculture, and industry should be abolished, and a free hand given to the "market" or to the "economic system".*¹³¹

Uma vez conquistada a autonomia política em 1822, uma nova possibilidade de desenvolvimento se abria. Neste contexto, a proposta liberal para o Brasil reivindicava a construção de uma nova comunidade política no interior do sistema interestatal. Esta deveria organizar-se a partir dos ideais da sociedade nacional estruturada em torno de um Estado-nação liberal em seus princípios constitucionais e democrático em sua forma de governo. Em teoria, isto significava que a fonte legítima do poder político deveria residir na sociedade, cujos cidadãos comporiam a comunidade política e para os quais o governo representativo deveria assegurar as liberdades individuais e prezar pela unidade territorial (tensão entre o poder local e central). Não obstante, ao longo do século XIX houve grandes divergências entre as aspirações de José Bonifácio e a maneira como se instituiu o Estado liberal.

No Estado que se institucionalizou com a Carta de 1824, embora tivessem sido

¹³⁰ Cf. MORSE, 1988, p. 93.

¹³¹ SANTOS, W. G., 1977, p. 7-8.

instituídos os poderes legislativo, judicial e executivo, criou-se um quarto poder que precedia o poder da sociedade: o poder moderador. Com isso, a fonte legítima do poder político deixava de residir na própria sociedade para se fundamentar na figura do próprio imperador Dom Pedro I. Em tal Estado, apenas os proprietários estavam qualificados para representar e ser representado perante o corpo político em formação. Por sua vez, o governo instituído tinha por finalidade proteger os direitos de propriedade, incluindo-se o escravo também como propriedade. Por isto, afastou-se o anseio liberal pela abolição. Além disso, a reação à centralização do poder também compôs a trama que caracteriza o processo de formação do Estado. Para preservar a unidade política nacional, que asseguraria a autonomia do país e determinava a legitimidade das ações do Estado, concedeu-se às províncias autonomia para eleger seus representantes segundo regras locais – estaduais e municipais. Como contraparte, criou-se em 1837 a Guarda Nacional para contrabalançar as milícias dos poderes locais que, porventura, desafiassem o poder central. Portanto, apesar de o liberalismo estar na fonte dos movimentos pela libertação nacional, a institucionalização do Estado nacional acomodou os interesses da elite colonial preservando durante o primeiro reinado os pilares da sociedade colonial.

Por esse motivo, ao longo do período imperial, a agenda liberal foi reformulada com ênfase nas questões da fonte do poder legítimo e da identidade nacional. As demandas apareciam de maneira incoerente. A polêmica entre os conservadores, a ala radical do Partido Liberal do Brasil e do Partido Republicano, é ilustrativa. Os radicais do Partido Liberal reivindicavam reformas eleitorais substantivas, descentralização da autoridade estatal, eleições diretas em todos os níveis, responsabilidade ministerial para parlamentares, liberdade religiosa e a abolição da escravidão. O Partido Republicano reclamava o fim do regime imperial de governo e uma maior descentralização política a fim de deslocar o poder para dentro da sociedade. As incoerências se expressavam, por um lado, no silêncio dos liberais radicais com relação a regime monárquico de governo e, por outro, no silêncio republicano diante da escravidão.

Contudo, a partir de meados do século XIX, teve início ainda sob o regime monárquico de governo, o desgaste das estruturas sociais em direção à institucionalização de uma ordem social liberal com a recuperação econômica, a aprovação da Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos. Sobre a incorporação do trabalho assalariado na economia cafeeira em expansão por meio da imigração, W. G. dos Santos afirma que: *“the transition in the rural sector from a nonliberal economy to a free labor economy was carried out, then, not by the*

lifting of state regulations but, on the contrary, through the extension of the economic regulatory”.¹³² Ainda neste contexto, surgiu também a polêmica sobre o protecionismo em torno da Tarifa Alves Branco à medida que se desenvolvia o sistema tributário brasileiro. Para Santos, neste momento foram lançadas as bases para o florescimento de uma economia industrial urbana, abrindo-se a possibilidade para o desenvolvimento de uma economia de mercado.¹³³

Apesar de Stuart Mill estabelecer teoricamente as novas bases para a legitimidade do poder político e dos critérios de participação da comunidade política em bases democráticas, setores da elite brasileira próximos das ideias positivistas,¹³⁴ promoveram o golpe que pôs fim ao regime de governo imperial em 1889. Dois anos depois, em 1891, foi promulgada uma nova constituição, na qual foram estabelecidos os novos fundamentos do Estado brasileiro, em especial, a adoção do regime republicano de governo.

Pelo caráter liberal da constituição de 1891, tanto em espírito como em conteúdo, a agenda liberal alterou seu escopo. Já não se tratava de criar as principais instituições liberais. A questão central passava então a ser os desvios – corrupção e irresponsabilidade – em torno das provisões constitucionais, uma vez que a doutrina e os princípios constitucionais estavam corretos. Isto conduziu ao discurso moralista ao longo da república Velha. Estavam sob a mira dos liberais as qualidades morais dos políticos. Acreditava-se que o comportamento político era um reflexo do comportamento moral pessoal. A estratégia liberal focou no aperfeiçoamento das instituições para depurá-las de tudo o que permitisse a corrupção. Por exemplo, no aperfeiçoamento do sistema eleitoral, desejava-se a instituição do voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral para dar legitimidade ao processo político, bem como de mecanismos para dar voz à oposição após as eleições. Outro exemplo era a reivindicação da introdução do sistema de mérito para contratação da burocracia pública. Conforme W.G. dos Santos, para Oliveira Vianna o dilema do desenvolvimento de uma ordem social liberal no Brasil residia no fato de ter sido composto um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. Daí, conclui Vianna, sobre a importância de um sistema político

¹³² SANTOS, W. G., 1977, p. 16.

¹³³ Ibid., p. 17.

¹³⁴ Cf. o professor José Ricardo Barbosa Gonçalves afirma, “no ocaso do Império, o positivismo era uma doutrina e orientava uma prática essencialmente crítica, em relação ao liberalismo. Por isso, acredita-se poder apreender as ambiguidades do liberalismo no Brasil, a partir da lógica particular da crítica positivista. Isto significa procurar ‘reler’ o positivismo para entender o seu desenvolvimento em uma sociedade ‘saturada’ de liberalismo. Acredita-se que o percurso do positivismo revela os limites sociais da modernização da formação sócio-econômica brasileira”. GONÇALVES, Jose Ricardo Barbosa. *A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de Historia, São Paulo, SP, 1989, p. 16.

autoritário para a construção de uma sociedade liberal. Radica aí a origem da tensão entre o liberalismo doutrinário e autoritarismo instrumental.¹³⁵

Grosso modo, esta mesma interpretação do ponto de vista liberal também avançou para o período pós Revolução de 1930.

À medida que o Brasil se estruturava como sociedade nacional no século XX, o debate sobre o desenvolvimento encorpava as discussões sobre os rumos do país discutindo o papel da economia para a superação do subdesenvolvimento e da dependência. Intelectuais como Roberto Campos, Celso Furtado e Caio Prado Jr. levavam a diante o debate sobre construção do Brasil contemporâneo.

Nos marcos da ordem social liberal, Roberto Campos lembra que à época sua opção pelo capitalismo democrático como sistema político ideal advinha de sua crença de que Deus não era socialista. Em suas próprias palavras:

Deus não é socialista. Criou os homens profundamente desiguais. Tudo que se pode fazer é administrar humanamente essa desigualdade, buscando igualar as oportunidades, sem impor resultados. De outra maneira, estaríamos brincando de Deus, ao tentarmos refabricar o homem. É o que tentaram fazer Marx e Lenin, com os resultados conhecidos: despotismo e empobrecimento. Isso me levou, ainda jovem, a acreditar que **o sistema político ideal seria o capitalismo democrático, isto é, o casamento da democracia política com a economia de mercado.** Parodiando Churchill, pode-se dizer que o capitalismo é o pior dos sistemas econômicos, exceto todos os outros; e a democracia é o pior sistema político, excetuado todos os outros.¹³⁶

Ao que parece, Celso Furtado também tinha uma postura semelhante de apreço pelos valores modernos. Na crítica ao marxismo-leninismo delineada em sua *Pré-Revolução Brasileira*, Furtado aponta para os desvios do progresso material e do desenvolvimento dos autênticos valores humanos:

Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político. A experiência histórica tem indicado que, quando assim ocorre — caso de alguns países da Europa Central —, o socialismo, como forma de humanismo, perverte-se. Não sendo possível passar de uma sociedade aberta para uma ditadura sem criar um clima de frustração social, ocorre uma reversão de valores em múltiplos planos. Não permitindo o regime ditatorial que o homem ocupe o papel que lhe cabe na sociedade, torna-se necessário elevar ao primeiro plano uma série de mitos sociais que se sobrepõem aos verdadeiros valores humanos. Assim, o desenvolvimento material pode seguir paralelamente com a consolidação de uma ordem social baseada em princípios que são o reverso daquilo que estava na essência

¹³⁵ SANTOS, W. G., 1977, p. 22, 33 et seq.

¹³⁶ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Discurso do Acadêmico Roberto Campos na Academia Brasileira de Letras*. 1999. Disponível em < <http://www.academia.org.br/academicos/roberto-campos/discurso-de-posse>>. Acessado em: 18 abr. 2014.

dos ideais humanísticos revolucionários.¹³⁷

Furtado, via no desenvolvimento econômico um meio para o desenvolvimento humano superior:

O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Contudo, constitui um fim em si mesmo, um elemento irreduzível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Estamos na posição antitética da lenda do bom selvagem. Não nos seduzem as miragens de “uma nova Idade Média”. Não nos comovem as inquietações daqueles que veem no progresso técnico as sementes da destruição do “homem essencial”. É específico da nova geração esse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por ele mesmo, o desafio final às suas potencialidades de ser superior.¹³⁸

É mais do que reconhecida a discussão de Furtado sobre o papel do mercado interno para construção da nação. No entanto, embora ele e Roberto Campos possuísem como horizonte de expectativa a civilização capitalista e procurassem fazer do Brasil uma sociedade liberal, os dois pensadores divergiram com relação ao papel do Estado e do planejamento. Campos foi muito honesto ao admitir que:

Em minha juventude, acreditava no Estado planejador e motor do desenvolvimento. Curiosamente, meu desapontamento começou quando, como Ministro do Planejamento, visitei a União Soviética em 1965. Assustei-me com a presunção dos burocratas do Gosplan. [...] Embrenhei-me depois na leitura dos liberais austríacos, como Von Mises e Hayek, convencendo-me de que planos de governo são "sonhos com data marcada". Antes, queria que o governo fosse um engenheiro social, modelando o desenvolvimento. Hoje rezo para que ele seja apenas um jardineiro, adubando o solo, extraindo ervas daninhas e deixando as plantas crescerem ... E um samaritano competente, para cuidar do social.¹³⁹

Furtado, ao longo de sua carreira, não mudou radicalmente sua posição. Em sua breve reflexão sobre o subdesenvolvimento e o Estado democrático, ele expõe as conexões entre o papel do Estado e do planejamento para harmonizar o desenvolvimento econômico com os ideais de liberdade e democracia do pensamento liberal. Para ele,

O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não poderá ser alcançado se a ação do Estado se realizar de forma improvisada e assistemática. Para que o Estado possa entrar no momento devido e sair na ocasião oportuna, deve armar-se de uma visão de conjunto do processo econômico. E é a isso que chamamos de planejamento. Destarte, para alcançar os autênticos objetivos da sociedade democrática, em um país subdesenvolvido, o planejamento pode ser indispensável. A defesa do *laissez faire* [sic] e a luta contra a ação planejada do Estado, em tais condições, resulta de uma confusão entre os ideais de convivência social e a forma que os mesmos assumem correntemente em estruturas sociais altamente integradas. Não deixa de ser

¹³⁷ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962b, p. 17-18.

¹³⁸ Ibid., p. 20.

¹³⁹ CAMPOS, 1999.

sintomático de nosso subdesenvolvimento o fato de que muitos de nossos economistas de maior prestígio aceitem os métodos de restrição ao **laissez faire** [*sic*] das economias desenvolvidas mas se revoltem contra o tipo de restrição necessária em economia subdesenvolvidas.¹⁴⁰

No polo oposto da discussão estava Caio Prado Jr. No campo socialista, a temática da revolução brasileira implicava a superação institucional da ordem liberal.

[...] como marxista, e considerando por conseguinte a revolução brasileira dentro do contexto geral do mundo contemporâneo, estamos seguros de que iremos afinal desembocar no socialismo, isto é, na socialização dos meios de produção, na eliminação da exploração do trabalho e divisão da sociedade em classes antagônicas, bem como nas demais consequências de toda ordem material e moral que daí decorrem.¹⁴¹

A problemática do marxismo no contexto da cultura política da ibero-américa é um ponto intrincado. “Em termos ideais”, lembra R. Morse, “cabe esperar que a mescla da cultura política ibérica com o rousseauianismo preencha as aspirações humanistas ocidentais de forma mais plena que o enxerto do marxismo na tradição nacional russa ou que a mistura anglo-atlântica de liberalismo e democracia.”¹⁴²

Portanto, deste ponto de vista, o desenvolvimento da cultura liberal no contexto ibero-americano implicou numa tensão constitutiva entre a resposta contratualista e a resposta pela via da economia de mercado, da qual, como veremos no capítulo 4, Furtado e Campos são dois representantes. Contudo, para além dessa tensão, o fato concreto é que à medida que o capitalismo se desenvolvia, sobretudo a partir do desenvolvimentismo varguista, eram dissolvidas as formas de sociabilidade que resistiam do período colonial, conforme iremos explorar no capítulo 9.

Isto nos coloca o seguinte problema histórico: por mais que a formação do Estado brasileiro e a construção do direito de cidadania tenham seguido a tendência sistêmica de institucionalização fundada nos valores liberais, a instituição do próprio Estado, de seus aparelhos e da construção da economia de mercado, deu-se sempre em tensão com o padrão de colonização e a cultura política correspondente, de modo que, em geral, no momento em que se agudizam as contradições do processo de mudança social, a tendência ao autoritarismo se eleva. Na verdade, no Brasil a trajetória da formação do Estado e da construção da cidadania foi se adaptando às exigências da expansão do capitalismo e à preservação da ordem social que havia sido construída ao longo do período colonial. Essa adaptação exigia

¹⁴⁰ FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estado democrático*. Recife, PE: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962a, p. 50.

¹⁴¹ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 19.

¹⁴² MORSE, 1988, p. 111.

definir os limites para a expansão da economia de mercado ou, mais precisamente, para a construção do mercado interno. E isto é o mais curioso na história brasileira, pois de fato, a apropriação fragmentada do discurso liberal no século XIX correspondeu, ainda durante a ordem escravocrata, à tensão entre o interesse de preservação do status da elite rural e o desejo de mobilidade social dos homens livres e libertos. A elite rural queria liberdade de comércio “para fora”, mas não queria que a economia de mercado penetrasse para dentro. O contrário ocorria com os homens livres, que, por meio do aprofundamento das relações de mercado e certa proteção para fora, desejavam romper a hierarquia construída a partir do privilégio. Assim, o liberalismo como cultura, apesar de alheio, equilibrou e definiu o sentido da mudança social no Brasil na época da consolidação do sistema-mundo moderno. Por cima, o liberalismo assegurou as condições de expansão e reprodução do mercado mundial ao promover a integração entre os interesses capitalistas no Brasil e no mundo; por baixo, ele ofereceu a possibilidade da mobilidade social por meio do trabalho livre e do mérito. E, pouco a pouco, no próprio processo de instituição do Estado Liberal foram sendo instituídas as condições para a emergência da economia de mercado.

Nesses termos, a tensão entre Estado e mercado, entre planejamento e anarquia, constitutiva do debate sobre a formação do Brasil contemporâneo e que se refletiu no debate sobre o desenvolvimento, não afeta o sentido da mudança. Essa tensão, é, de fato, a expressão máxima da transição de uma ordem social tradicional para uma ordem moderna. Nesta transição, o problema da instituição e da regulação social se apresentou com toda a força após 1930.

A Revolução de 1930, que liquidou o problema da tensão entre o poder central e o poder local, abriu espaço para avançar o processo de construção do mercado interno. Deste ponto de vista, por mais que o positivismo tenha sido crítico da agenda liberal no Brasil, ele talvez tenha sido a opção política que mais levou adiante as promessas da sociedade liberal, primeiro, com a instauração da república, e, depois, com a construção da cidadania como contrapartida da vida regulada pelo mercado.

Posto de maneira muito esquemática o marco da cultura liberal no Brasil, no próximo capítulo nos voltaremos para algumas perspectivas sobre a formação do Brasil contemporâneo. Em nossa revisão, procuraremos avaliar, a partir da tensão entre visão de mundo, método e contexto, em que media cada autor, no processo de assimilação e tradução de teorias, se aproxima ou se afasta da cultura liberal.

4. Perspectivas sobre a formação do Brasil contemporâneo

Antes de entrar no tema deste capítulo, convém revisar sumariamente nosso movimento até aqui. No capítulo 1, indicamos que as principais historiografias do pensamento econômico brasileiro não consideram em suas narrativas o liberalismo como estrutura significativa do debate sobre o desenvolvimento. Diante desta lacuna, e tendo o intuito de destacar os limites ao estudo da mudança social a partir da problemática do desenvolvimento nacional, propusemos repensar o debate brasileiro sobre o desenvolvimento, assumindo a cultura liberal como eixo estruturante da polêmica em torno da construção da nação. Para tanto, no capítulo 2 realizamos uma breve caracterização do liberalismo como cultura que permeia a Época Contemporânea. Em seguida, no capítulo 3 indicamos que a polêmica sobre a construção da nação no Brasil desde fins do século XVIII está inscrita no processo mais geral de difusão da civilização capitalista. Além disso, no mesmo capítulo procuramos restabelecer as mediações sucessivas que nos permitem caracterizar o debate sobre o desenvolvimento como um momento específico da construção da nação. Com base nestes movimentos, procuraremos no presente capítulo avaliar com mais acuidade algumas perspectivas sobre a formação do Brasil contemporâneo.

Empregamos o termo *perspectiva* em duplo sentido: (i) como sentimento de esperança, de expectativa e possibilidade com relação ao futuro, ao mesmo tempo em que (ii) compreende a interpretação do sujeito do conhecimento da realidade. Entre sua visão sobre o passado e sua expectativa sobre o futuro, o elemento de interpolação é o sentimento de incompletude que, derivado da ideia de progresso, consubstancia a busca pela construção da nação.

Na primeira acepção, aproximamos o termo perspectiva ao conceito de horizonte de expectativa de R. Koselleck. Para ele, o conceito de horizonte de expectativa se refere à visão sobre o futuro, como se fosse um ponto de chegada que, embora inalcançável, impõe-se como meta a ser perseguida na medida em que se apresenta ao sujeito do conhecimento como ideal da boa sociedade. Deste modo, todo ideal de boa sociedade se funda simultaneamente em elementos de negatividade e de positivities. Por exemplo, o liberalismo, como vimos, emergiu como crítica negativa à ordem social do Antigo Regime, propondo positivamente a instituição de uma ordem social livre nos marcos da civilização capitalista. Da mesma forma, pode-se dizer que o marxismo nasceu como crítica negativa da ordem social capitalista,

propondo a transição ao socialismo.

Ocorre, no entanto, que o espaço de experiência no qual viveram os autores do debate brasileiro sobre o desenvolvimento, estruturava-se em torno da polêmica da construção da nação, fruto das revoluções liberais que marcaram a história do Ocidente a partir do último quartil do século XVIII. Os objetivos básicos da cultura liberal consistiam na instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social, na formação do Estado nacional como forma de organização do poder político, na adoção do sistema democrático como regime de governo e na construção dos direitos de cidadania como interpelação e legitimação da ordem social capitalista.

Uma vez que tais objetivos definem os parâmetros dentro dos quais a formação do Brasil contemporâneo foi ser debatida, argumentaremos que as posições (neo)liberal e desenvolvimentista no Brasil convergem em termos de horizonte de expectativa, qual seja, fazer da sociedade brasileira em formação uma sociedade nacional nos marcos da civilização capitalista. As problemáticas do subdesenvolvimento e da dependência, que encerram o espírito do pós Segunda Guerra Mundial, enunciam os desafios colocados ao estabelecimento de tal ordem social no Brasil em meio às tensões do avanço capitalista sobre as estruturas do cotidiano colonial. Como veremos, o reconhecimento da especificidade do desenvolvimento brasileiro, isto é, do subdesenvolvimento e da dependência, não foi exclusivo da crítica desenvolvimentista ao universalismo europeu, mas também fez parte do processo de tradução dos valores universais para o Brasil pelo pensamento (neo)liberal, como atesta Roberto Campos. Neste quadro, a posição do marxismo é ambígua e se expressa na crítica de Prado Jr. ao programa da revolução do Partido Comunista Brasileiro.

Em nosso campo de interesse, embora neoliberais e desenvolvimentistas convirjam em termos de horizonte de expectativa, suas diferenças revelam-se com toda força nos determinantes do subdesenvolvimento, bem como nas estratégias para a superação do mesmo. Portanto, para explicitarmos as aproximações em termos de fins e as discordâncias com relação aos meios, procuraremos ao longo deste capítulo explorar as respostas (neo)liberal e desenvolvimentista à questão da transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Com base nesta questão, podemos recuperar o que há de mais essencial no modo como os autores do debate brasileiro sobre o desenvolvimento compreenderam o caráter do desenvolvimento capitalista e de sua relação com a formação de sociedades nacionais. Para tanto, faz-se necessário decompor esta questão central em algumas outras necessárias à comparação das vozes participantes no debate. Entre tais questões,

queremos destacar: o que é o Brasil contemporâneo? Qual(is) a(s) particularidade(s) do Brasil contemporâneo? Qual a origem e o caráter do subdesenvolvimento e da dependência brasileiros? Quais as opções para superar o subdesenvolvimento e a dependência? Qual o papel atribuído ao mercado interno? Qual o papel do Estado neste esforço de superação? Qual o sistema de governo mais apropriado ao Estado brasileiro?

As respostas a essas perguntas serão abordadas em seguida.

4.1. À Direita do Reformismo: Roberto Campos

Em *Ensaio de História Econômica e Sociologia* encontramos a resposta de Roberto Campos ao problema da transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Campos aborda esta questão a partir da relação entre cultura e desenvolvimento, sob o prisma da adequação do capitalismo a diferentes contextos sociais.

Campos compreende com cultura o “[...] modo de sentir e agir de uma sociedade. Abrangendo, de um lado, um sistema de valores. De outro, formas de comportamento”.¹⁴³ Por sua vez, desenvolvimento econômico corresponde tão somente ao “aumento durável da produtividade *per caput* [sic]”.¹⁴⁴ Por extensão de sentido, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico corresponde ao desenvolvimento das formas capitalistas de produção, que se organizam em torno da racionalidade instrumental. Assim, para Campos o desenvolvimento econômico é um meio para o desenvolvimento social, isto é, a elevação do bem-estar material do conjunto da sociedade.

Com base nessas definições, a história do capitalismo é apreendida a partir do problema da compatibilidade entre cultura e desenvolvimento. Ou melhor, da adequação entre o sistema de valores e das formas de comportamento exigidas pela forma capitalista de produção. Campos explora esta relação do ponto de vista dos requisitos ao desenvolvimento capitalista. Para ele, é necessário que haja alguma pré-disposição ao consumo e à acumulação. Excluindo-se as sociedades asteca e bacante, para Campos a maior parte das sociedades são compatíveis com algum desenvolvimento econômico em base capitalista, pois “incluem em maior ou menor grau, na sua escala de valores, motivações que possibilitam o

¹⁴³ CAMPOS, 1964, p. 103.

¹⁴⁴ Ibid., p. 104.

desenvolvimento econômico”.¹⁴⁵ Disto, Campos concluiu que as diferenças se reduzem a uma questão de grau, visto que “[...] há culturas que são mais e outras que são menos adequadas ao desenvolvimento”.¹⁴⁶ Portanto, uma cultura adequada ao desenvolvimento é:

[...] aquela que, em primeiro lugar, satisfaz as necessidades de bem-estar físico de seus componentes; que, em segundo, está organizada para continuar satisfazendo, indefinidamente, essas necessidades; e, finalmente, que oferece aos seus componentes as satisfações necessárias para o ajustamento de sua personalidade ao contexto de seu próprio sistema de valores, desde que não explorem, física ou psicologicamente alguma outra população ou segmento de população.¹⁴⁷

A determinação da capacidade de adequação das formas capitalista de produção a outros contextos sociais está ligada aos problemas da valoração (se a sociedade está ou não aberta ao capitalismo), da eficácia (se em termos de comportamento a sociedade é capaz de absorver a racionalidade instrumental), da felicidade (a relação entre renda e bem-estar) e da justiça distributiva (a relação entre riqueza e equidade). Campos se restringe a discutir os dois primeiros.

“A valoração doutrinal da cultura em relação ao desenvolvimento” corresponde à questão de saber se a sociedade está ou não aberta ao capitalismo. Diz respeito ao juízo crítico com relação às atitudes de consumir bens econômicos e acumular bens de produção (capital). Como observou Campos, do ponto de vista do consumo, “sem a aceitação do consumo crescente de bens terrestres, como objetivo social válido, não há aquisitividade; sem aquisitividade, não há esforço; sem esforço, não há incremento de produtividade e, por consequência, desenvolvimento”.¹⁴⁸ Do ponto de vista da acumulação, “[...] é igualmente necessária a capacidade de abstinência, isto é, a capacidade racional de optar entre maior consumo presente e maior consumo futuro. Em suma, a capacidade de acumulação. Mais do que simples acumulação, acumulação produtiva”.¹⁴⁹ Roberto Campos é muito perspicaz. Ele ainda observa que “[...] a acumulação cerimonial, litúrgica ou ostentatória é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento econômico”,¹⁵⁰ pois a despeito da capacidade de acumular excedentes, os mesmos não são canalizados para acumular capacidade produtiva, tendendo, pois, a formar sociedades estacionárias.

Do ponto de vista da valoração, os obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico, segundo Campos, podem ter diferentes origens. Certas perspectivas filosóficas e

¹⁴⁵ CAMPOS, 1964, p. 106.

¹⁴⁶ Ibid., p. 106.

¹⁴⁷ Ibid., p. 106.

¹⁴⁸ Ibid., p. 107.

¹⁴⁹ Ibid., p. 107.

¹⁵⁰ Ibid., p. 107-8.

religiosas “[...] atribuem valor secundário à busca da riqueza material. Nelas, os valores extraterrestres predominam sobre o reino deste mundo. Falta, assim, a *expansibility of wants* necessária ao crescimento econômico”.¹⁵¹ Não obstante, tais obstáculos também podem ter raízes biológicas e sociais. “Em sua escala de valores, uma cultura pode dar alta preferência ao lazer”.¹⁵² Neste caso, “o esforço econômico fica limitado ao necessário para assegurar a sobrevivência”,¹⁵³ argumenta o autor. Ou ainda, os obstáculos encontram origem na importância dada por certas culturas às formas de recompensa extra-econômicas como, por exemplo, o prestígio hierático, religioso ou sacerdotal das sociedades teocráticas, ou militar como em Esparta, ou estético e cultura como em Atenas.

Se para Campos os obstáculos levantados pelos sistemas de valores se apresentam como problemas de valoração, do ponto de vista das formas de comportamento a questão se apresenta como problema da eficácia. O núcleo central da questão aqui é a capacidade de determinadas culturas agirem com base na racionalidade instrumental. Deste ponto de vista, “[...] as formas de comportamento da cultura podem ser eficazes, em maior ou menor grau, na promoção do desenvolvimento econômico”.¹⁵⁴ São três os pré-requisitos para a eficácia.

O primeiro corresponde à propensão cultural em aceitar inovações. Campos discute o risco envolvido na combinação de novos fatores de produção e conclui afirmando que “a propensão a aceitar inovações pode ser ativa, no sentido de engenhosidade técnica; ou passiva, no sentido da imitação das técnicas inovadoras. A maior eficácia reside, evidentemente, na engenhosidade ativa, baseada na capacidade de inovação científica e na ampliação tecnológica das descobertas”.¹⁵⁵ A capacidade em aceitar inovações decorre, para Campos, de um contexto social favorável associado à inventividade. O contexto social favorável se refere ao ambiente cultural “[...] dos países onde coexistem várias religiões competitivas, estimulando a busca individual da verdade, onde o poder econômico e político é mais difuso e liberalmente exercido, e onde facilmente ocorre uma transfertilização através de contatos de várias culturas”.¹⁵⁶ A este ambiente soma-se a inventividade que, por sua vez, deriva da “propensão à ciência pura – característica racionalista – e a propensão a aplicá-la, fator de empirismo”.¹⁵⁷

¹⁵¹ CAMPOS, 1964, p. 108.

¹⁵² Ibid., p. 109.

¹⁵³ Ibid., p. 109.

¹⁵⁴ Ibid., p. 110.

¹⁵⁵ Ibid., p. 110.

¹⁵⁶ Ibid., p. 110.

¹⁵⁷ Ibid., p. 110.

A segunda condição para a eficácia é o direito à recompensa, ou seja, é necessário que seja culturalmente aceita a possibilidade de apropriação dos frutos do próprio esforço. Nas sociedades escravistas e feudais, por exemplo, embora houvesse estratificação da propriedade, havia limites institucionais à apropriação do esforço. O contrário ocorre nas sociedades capitalistas, onde, para Campos, “[...] o estatuto da propriedade e do lucro exerce papel fundamental como determinante da eficiência dos sistemas”.¹⁵⁸

Por fim, o terceiro pré-requisito à eficácia é a existência de uma estrutura institucional que permita a mobilidade social. Nas palavras de Roberto Campos, “a cultura em desenvolvimento exige um alto grau de transfertilização das camadas sociais. Essa flexibilidade se traduz: a) na possibilidade de acesso à liderança, em função do esforço econômico; b) na aceitação do êxito econômico como critério válido de promoção social, de tal modo que o poder econômico tenha prestígio comparável à tradição aristocrática, ao poder político e ao poder miliar”.¹⁵⁹ Portanto, “numa sociedade em que o êxito econômico é incapaz de provocar uma revisão do ‘status’ do indivíduo, limitado fica o horizonte de oportunidade e minguado o cociente de esforço”.¹⁶⁰

Apoiado nesses conceitos, Campos problematiza a questão da transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas em termos gerais. Ele apresenta o problema a partir da relação entre cultura e desenvolvimento à luz das condições de adaptabilidade das formas de produção capitalista a contextos sociais tradicionais. Noutras palavras, ele pensa a transição ao capitalismo a partir dos obstáculos à sedimentação da racionalidade instrumental como elemento organizador do tecido social. Daí o problema da compatibilidade entre cultura e desenvolvimento capitalista se apresentar como problema da valoração, que origina obstáculos à abertura da sociedade ao desenvolvimento pleno do capitalismo, e como problema da eficácia, que diz respeito às condições para o florescimento do *ethos* capitalista. Assim, Campos delimita o problema da transição ao capitalismo no Brasil nos seguintes termos:

Na confrontação da atitude cultural brasileira face às exigências do desenvolvimento, o problema da eficácia é mais sério que o da compatibilidade. É indiscutível que o nosso sistema de valoração ética, religiosa e social, calcado no figurino da Europa Ocidental, nada tem de incompatível com as existências do desenvolvimento. A sociedade cultiva a aquisitividade. A sociedade tem uma razoável propensão ao lazer mas sua capacidade de esforço em resposta ao estímulo econômico é considerável. À parte, bolsões de subdesenvolvimento, onde o curto horizonte de consumo provoca inelasticidade do esforço, a nossa curva de oferta de

¹⁵⁸ CAMPOS, 1964, p. 111.

¹⁵⁹ Ibid., p. 111.

¹⁶⁰ Ibid., p. 111.

trabalho, ante a perspectiva de renda maior, é bem comportada e ortodoxa. As dificuldades que surgem estão do lado da poupança ou da acumulação. As raças mediterrâneas em geral parecem ter um vezo hedonístico a que não escapamos. De outro lado, registramos uma grande capacidade de imitar formas de consumo sem igual capacidade de copiar hábitos de produção. É bem provável, conquanto não demonstrável, que o nosso investidor seja algo mais hedonista que os calvinistas e puritanos. Existe maior dificuldade em superar o tríplice obstáculo à realização do ato do investimento que, segundo Rostov, exige a superação do desejo de segurança, comparativamente ao risco; do desejo de estabilidade nos métodos, comparativamente à mudança.¹⁶¹

Com base nestes argumentos, Campos concluiu que “a circunstância cultural brasileira é ineficiente como clima de desenvolvimento”.¹⁶² Sobretudo, do ponto de vista do problema da eficácia, que, além de dominante, é o mais grave. Entre os obstáculos culturais brasileiros, Campos destaca a debilidade da herança tecnológica brasileira. Além da posição relativamente atrasada da península ibérica em relação à Revolução Industrial,

A nossa apreciação do beletrismo e do bacharelismo e a nossa relativa alergia à experimentação técnica são, em grande parte, resultado da desnutrição tecnológica que herdamos da península. E o pior é que essa desnutrição não afeta apenas a experimentação tecnológica: traduz-se também em dose insuficiente de racionalidade para o domínio da ciência pura. Na grave opção cultural entre a eficiência e a estética, quase sempre valorizamos a última.¹⁶³

Um segundo obstáculo cultural brasileiro é o caráter cartorial e paternalista do Estado que se traduz em ausência de audácia social. Nas palavras do próprio autor:

Essa característica não é tão grave que crie estratificação do ‘status’ social, mas também não é suficientemente útil para criar disciplina no corpo político. Como sói acontecer, a vocação parasitária de vários dos nossos grupos sociais é ao mesmo tempo um fator de subdesenvolvimento e uma decorrência dele. Reflete a falta de oportunidade econômica e a incapacidade de criá-la, o que encontra, por sua vez, explicação em nossa baixa capacidade tecnológica e no reduzido poder de abstinência.¹⁶⁴

Além da debilidade tecnológica e de um Estado paternalista, destacam-se outros fatores não muito claramente manifestos na cultura brasileira, mas que provocam certo impedimento. Por exemplo, o meio físico. Campos argumenta que este “[...] não é suficientemente generoso para dispensar o esforço, nem suficientemente ríspido para enunciar um desafio”.¹⁶⁵ Com relação à nossa constelação de valores, Campos compreende que, embora estejamos vinculados ao capitalismo ocidental, “[...] deste herdamos apenas o aventureirismo mercantil, marginal, em que fixou Portugal, de preferência ao tecnicismo

¹⁶¹ CAMPOS, 1964, p. 112.

¹⁶² Ibid., p. 112.

¹⁶³ Ibid., p. 113.

¹⁶⁴ Ibid., p. 113.

¹⁶⁵ Ibid., p. 113.

industrial”.¹⁶⁶ Esse viés ibérico influencia a forma de pensar do brasileiro, pois “na ciência e na literatura herdamos o hábito de exhibir fórmulas antes aceitas, que de pensá-las”.¹⁶⁷

Grosso modo, é desta forma que Roberto Campos problematiza a transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Construir o Brasil contemporâneo na razão de Campos consistia em promover uma reforma institucional que criasse as condições culturais adequadas ao desenvolvimento capitalista, ou mais precisamente, a sedimentação de uma sociedade organizada a partir da razão instrumental. Com relação a este ponto, Campos era otimista. Ele argumentava que “nada há, entretanto, de irrevogável determinado em nossa circunstância cultural; nada há de irremediavelmente omissa em nosso repertório, que condene a cultura brasileira como ineficaz ante o tempo do desenvolvimento”.¹⁶⁸ E conclui: “é necessária apenas a formulação do nosso projeto de desenvolvimento e o exercício das opções adequadas”.¹⁶⁹

Na visão de Campos, “a opção fundamental a exercer é a opção pelo desenvolvimento”.¹⁷⁰ Dito de outro modo, ele queria que a sociedade brasileira se abrisse ao capitalismo, que era na sua visão, uma opção cultural. Por isso,

Exige, como bem acentuou recente relatório de peritos das Nações Unidas, uma tomada de consciência de que [...] “não pode haver rápido progresso econômico sem que os líderes do país – em todos os seus níveis – políticos, professores, engenheiros, empresários, líderes trabalhadores, padres, jornalistas – desejam o progresso econômico do país, e estejam dispostos a pagar o seu preço, que é **a criação de uma sociedade da qual tenham sido eliminados privilégios econômicos, políticos e sociais**”.¹⁷¹

Deste ponto de vista, a opção pelo desenvolvimento capitalista exigia, portanto, “[...] a revisão do nosso esquema de valoração cultural: a formação acadêmico-estética deve ceder prioridade à formação tecnológica; o beletismo, à pesquisa empírica”.¹⁷²

Contudo, com seu cinismo usual, Campos conclui afirmando que a dificuldade dos países subdesenvolvidos que enfrentam o problema da transição “[...] é querermos cavalgar ao mesmo tempo dois cavalos que marcham em direções opostas. Queremos um máximo de lucro e um mínimo de risco”.¹⁷³

¹⁶⁶ CAMPOS, 1964, p. 113.

¹⁶⁷ Ibid., p. 113.

¹⁶⁸ Ibid., p. 114.

¹⁶⁹ Ibid., p. 114.

¹⁷⁰ Ibid., p. 114.

¹⁷¹ Ibid., p. 114, grifo nosso.

¹⁷² Ibid., p. 114.

¹⁷³ Ibid., p. 114.

4.2. O Reformismo e suas variantes:

4.2.1. Celso Furtado e o estruturalismo latino-americano

Celso Furtado, embora sendo um dos principais críticos de Roberto Campos, pensava o desenvolvimento capitalista de maneira semelhante, qual seja: o da difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade, a partir de sua capacidade de transformar estruturalmente as formas tradicionais de organização social. Não obstante, ao invés de enfocar o problema sob o prisma da adequabilidade cultural à racionalidade instrumental, priorizando os determinantes individuais deste processo como fez Campos, Furtado enfatizou os determinantes histórico-estruturais desta adequabilidade. Assim, diferentemente de Campos, que explicou o subdesenvolvimento a partir dos desvios ético-morais do brasileiro, Furtado deu ênfase aos diferentes padrões de modernização (transformações das estruturas sociais ou modernização dos estilos de vida) pela difusão do progresso técnico no contexto de expansão da civilização industrial. Vejamos mais de perto o argumento do autor.

Celso Furtado queria compreender como o desenvolvimento do capitalismo poderia transformar organizações sociais fundadas sobre estruturas tradicionais de dominação, como era o caso do Brasil, onde os resquícios da dominação colonial se faziam ainda muito fortes no Nordeste de meados do século XX, quando ele iniciou seu estudo da realidade brasileira. Para Furtado, o capital comercial não altera necessariamente as formas tradicionais de dominação, pois as relações mercantis não penetram necessariamente na organização da produção. Como ele observou,

O processo de emergência de novas estruturas de dominação social deriva de que as relações mercantis, antes circunscritas ao intercâmbio de produtos finais ou semifinais, tendem a verticalizar-se: a penetrar na estrutura da produção, vale dizer, a transformar os ingredientes da produção em mercadorias. A terra tanto quanto a capacidade do homem para produzir trabalho passam a ser vistas do ângulo de seu valor de troca, como objetos de transações mercantis. As consequências desse processo que conduz do capitalismo comercial ao industrial foram de duas ordens principais. Por um lado, abrem-se novas e consideráveis possibilidades à divisão social do trabalho, particularmente no setor manufatureiro: a especialização a nível do produto ou de uma fase importante da produção - a pressão das corporações se exercia no sentido da integração vertical da produção - seria substituída pela divisão do trabalho em tarefas simples, o que ampliava a possibilidade do uso de instrumentos. Por outro lado, o principal interlocutor do capitalista deixa de ser um membro da estrutura de dominação social, ou uma entidade com direitos inalienáveis, para ser um trabalhador isolado, facilmente substituível em razão da

simplicidade da tarefa que realiza.¹⁷⁴

Deste ponto de vista, o desenvolvimento capitalista em geral é interpretado por Furtado como “a penetração de critérios mercantis na organização da produção”. O mesmo pode ser compreendido, ao reverso, como “a ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental”.¹⁷⁵ Tal ampliação implicava uma transformação no conjunto da sociedade:

O capitalista, que antes tratava com senhores de terras, com corporações detentoras de privilégios e entidades similares, passa a lidar com "elementos da produção", passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo. A partir desse momento, a "esfera das atividades econômicas" poderá ser concebida isoladamente das demais atividades sociais. A concepção do econômico como uma esfera autônoma reflete a visão que tem o capitalista da realidade social, a qual se contrapõe à visão hierárquica tradicional, voltada para a perpetuação de certos privilégios.¹⁷⁶

É dentro desse marco, pois, que se compreende a importância conferida por Furtado à difusão do progresso técnico. Seu impacto sobre a organização da sociedade se faz necessária na medida em que o progresso técnico carrega consigo a racionalidade instrumental que penetrada no seio da sociedade, criando novos espaços à acumulação capitalista e alterando o quadro da reprodução global da sociedade. Para Furtado, portanto, a tecnologia é um instrumento de poder. Ele não economiza em suas críticas: “Aqueles que pretenderam descobrir na lógica do capitalismo uma tendência inexorável ao estado estacionário ou à agravamento dos antagonismos sociais - portanto uma tendência a autodestruir-se - subestimaram as potencialidades da tecnologia como instrumento de poder”.¹⁷⁷ Como crítico-reformista da sociedade capitalista, Furtado vê na maneira como o progresso técnico se difunde a constituição de novos privilégios. “O particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apoia-se na inovação técnica”,¹⁷⁸ lembra Furtado. Não obstante, seu otimismo se revela quando observa que

[...] a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, *per se*, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam.¹⁷⁹

¹⁷⁴ FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 4.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 4.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 4-5.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 10.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 11.

Com base nesta visão global de capitalismo, Furtado contribuiu para desenvolver o enfoque histórico-estrutural. Como lembra o economista,

A visão global derivada da história, ao apoiar-se no conceito de sistema de forças produtivas, produziu o enfoque que viria a ser chamado de “estruturalista”. Este não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação básica consistiu em privilegiar o eixo das sincronias na análise social, o que a levou a construir uma sintaxe das disparidades nas organizações sociais. O nosso estruturalismo, surgido nos anos 1950, empenhou-se em **destacar a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos**. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos em seu quadro histórico. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas.¹⁸⁰

Com base nessas considerações, Furtado delineou sua visão de desenvolvimento econômico. Para ele, a ideia de desenvolvimento comporta três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos”.¹⁸¹ Posto nestes termos, as duas primeiras dimensões se aproximam da maneira como Roberto Campos compreendia o desenvolvimento econômico. Furtado, no entanto, inspirado pelas críticas de F. List ao livre-cambismo, deu maior ênfase à terceira dimensão, pois, para ele, “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica”.¹⁸² Por este caminho, para Furtado a questão se reduz ao problema da *orientação* do progresso técnico. “A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente igualitária e de elevado potencial de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea”.¹⁸³ Mais que isso, “Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do *subdesenvolvimento*. E nesse contexto emergiu uma nova temática do desenvolvimento”.¹⁸⁴

Dessa forma, para Furtado, a partir do enfoque histórico-estrutural, a transição ao capitalismo vai ganhando contorno em torno da problemática do subdesenvolvimento. De acordo com o autor, a constituição de um sistema econômico mundial teve como ponto de

¹⁸⁰ FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1990, p. 170, grifo nosso.

¹⁸¹ FURTADO, 1980, p. 16.

¹⁸² Ibid., p. 16.

¹⁸³ Ibid., p. 18.

¹⁸⁴ Ibid., p. 18.

partida a Revolução Industrial, que promoveu uma aceleração da acumulação de capital sem precedentes na história. No entanto, tal transformação porta duas faces distintas:

A primeira retrata a transformação do modo de produção, ou seja, o processo de destruição total ou parcial das formas familiar, artesanal, senhorial e corporativa de organização da produção, e de progressiva implantação de mercados de ingredientes da produção: mão-de-obra e recursos naturais apropriados privadamente. Essa transformação no sistema de dominação social responsável pela organização da produção abriu mais amplos canais à divisão do trabalho e ao avanço das técnicas, o que realimentaria o processo acumulativo.¹⁸⁵

Por outro lado,

A segunda face reflete a ativação das atividades comerciais, mais precisamente, da divisão do trabalho inter-regional. As regiões em que se localizou a aceleração da acumulação tenderam a especializar-se naquelas atividades produtivas em que a revolução em curso no modo de produção abria maiores possibilidades ao avanço da técnica, transformando-se em focos geradores do progresso tecnológico. Contudo a especialização geográfica também proporcionava aumentos de produtividade, vale dizer, permitia uma utilização mais eficaz dos recursos produtivos disponíveis. Causados pelo intercâmbio externo, estes últimos aumentos de produtividade serviam de vetor de transmissão das inovações na cultura material que acompanhavam a intensificação da acumulação.¹⁸⁶

Decorre, desta última, que

a modernização dos padrões de consumo – transformação imitativa de segmentos da cultura material - pôde avançar consideravelmente sem interferência maior nas estruturas sociais, o que explica que em muitas partes do mundo a ativação do comércio exterior se haja realizado no quadro das formas preexistentes de organização da produção, inclusive a escravidão.¹⁸⁷

Tem-se aí, pois, as origens do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. De maneira mais precisa:

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização.¹⁸⁸

Consequentemente, em termos descritivos,

cabe, portanto, considerá-los como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em

¹⁸⁵ FURTADO, 1980, p. 22.

¹⁸⁶ Ibid., p. 22-3.

¹⁸⁷ Ibid., p. 23.

¹⁸⁸ FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 05-19, 1992, p. 8.

sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial.¹⁸⁹

Tendo em vista essa perspectiva mais ampla, que Furtado foi elaborando ao longo da sua carreira, podemos nos voltar agora ao seu clássico *Formação Econômica do Brasil*, de 1959. Neste livro, que constitui a interpretação de Furtado sobre o papel do Brasil na constituição do sistema econômico mundial inaugurado com a Revolução Industrial, ele procurou demonstrar como, na passagem da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo, a economia brasileira se conformou como sistema econômico nacional subdesenvolvido e dependente.

Celso Furtado, nesse livro, fez uma análise econômica do passado, em que o fio condutor da análise é fluxo monetário da renda nas diferentes etapas da economia colonial.¹⁹⁰ Furtado busca compreender em cada ciclo econômico – açucareiro, mineiro e cafeeiro – as possibilidades inscritas de engendrar transformações estruturais em direção à construção de um mercado interno. Nestes termos, pode-se dizer que Furtado pensou a formação do Brasil contemporâneo como um processo de transição de um sistema econômico escravista para um sistema econômico industrial, processo no qual o centro dinâmico da economia brasileira se deslocaria do setor externo para o mercado interno.

Para Furtado, a força que provocou a superação da etapa escravista e a abertura de um período histórico de construção do sistema econômico industrial no Brasil, foi a agricultura capitalista que nasceu na etapa da economia cafeeira.

Conforme Furtado, as atividades econômicas baseadas na escravidão – tanto o açúcar, como o algodão, o fumo, o arroz, o cacau e até mesmo a mineração – experimentaram um longo período de estagnação na primeira metade do século XIX em função ou da queda dos preços destes artigos no mercado internacional ou pelo esgotamento das jazidas de ouro, no caso da mineração. Dado que no mesmo período a população brasileira aumentava, configurou-se, uma tendência de queda do nível de renda *per capita* que, por sua vez, pressionou a população para o regresso às atividades econômicas de subsistência.

Nesse contexto de estagnação, o café surgiu ao Brasil em formação como a possibilidade do país se reconectar as redes de comércio internacional, que passavam por um

¹⁸⁹ FURTADO, 1980, p. 23.

¹⁹⁰ Cf. Furtado (2003 [1959], p. 7), “omite-se totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não a reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos”.

novo período de crescimento em função da Revolução Industrial em processamento na Europa. A economia cafeeira em seu período de gestação (1825-1875) tirou proveito tanto do clima apropriado e das terras férteis disponíveis na região do Vale do Paraíba, quanto da massa de escravos ociosos em função do declínio da atividade mineira nas Gerais. Se, por um lado, a economia cafeeira exigia menos recursos monetários que a empresa açucareira na medida em que o cafezal é uma cultura permanente e se organizava com base no trabalho escravo, por outro lado, ela deu origem um novo tipo de empresário. Como lembra Furtado, “desde o começo, sua vanguarda [empresarial] esteve formada por homem com experiência comercial”.¹⁹¹ Esta vanguarda tinha que atuar simultaneamente em diferentes frentes: “aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica”.¹⁹²

Não obstante, ainda que houvesse surgido empresários com experiência comercial e com capacidade de autofinanciar suas respectivas produções, à medida que o preço do café se elevava e estimulava a expansão do setor cafeeiro, os mesmos esbarravam no problema da oferta limitada de mão-de-obra após o fim do tráfico em 1850. Para Furtado, as razões dos obstáculos variam desde as restrições à manutenção da escravidão até a indisciplina ao trabalho dos homens livres urbanos, passando pelo peso e pela importância do setor subsistência nos diferentes núcleos coloniais.

A partir de meados do século XIX, com o conjunto de leis que visavam abolir a escravidão como, por exemplo, a suspensão do tráfico (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), a possibilidade de manutenção da oferta do braço escravo para as lavouras exportadoras foi minada. Inicialmente, a suspensão do tráfico criou uma pressão para a redistribuição do trabalho escravo por meio do comércio interno à colônia. Com isso, o setor cafeeiro passou a absorver parte dos escravos das regiões – em especial, açucareira – que enfrentavam dificuldades para se rearticular ao comércio internacional.

Do ponto de vista das soluções internas, o peso do setor subsistência era outro fator que limitava a oferta potencial de mão de obra. De acordo com Furtado, a economia de subsistência prendia o caboclo à terra, pois, embora desprovido da propriedade, os vínculos pessoais que o ligavam ao fazendeiro autorizavam-no a cultivar uma roça que lhe permitia assegurar a própria subsistência e de sua família. Consequentemente, não havia estímulo para

¹⁹¹ FURTADO, 2003 [1959], p. 122.

¹⁹² Ibid., p. 122.

o caboclo abandonar a terra. Por isso, apesar da existência de braços livres, os mesmos não se convertiam em oferta potencial de mão de obra em um mercado de trabalho assalariado em formação.

Nas zonas urbanas, a limitação advém do caráter dos homens disponíveis ao trabalho. Os homens livres que viviam nas rústicas cidades nascentes não se sujeitavam facilmente à disciplina do trabalho exigida pelas fazendas cafeeiras. Nascia, neste contexto, o mito da vadiagem. Consequentemente, o trabalho disponível nas zonas urbanas não se configurava como oferta potencial, pois os mesmos não cumpriram as exigências da *plantation* capitalista.

Em face desses obstáculos, a imigração europeia foi a solução encontrada pelos cafeicultores para superar as limitações da oferta de mão-de-obra que restringiam a expansão da economia cafeeira. A primeira fase do processo de imigração fora organizada a partir da lógica de povoamento com base no sistema de parcerias, na qual o fazendeiro se apropriava de parte da renda do imigrante gerada pelo cultivo da terra. Entretanto, este sistema foi ineficaz em relação à capacidade de atrair o imigrante e, consequentemente, às necessidades de expansão da cafeicultura. A partir da década de 1860, o processo de imigração sofreu algumas alterações no sentido de atrair mais braços para o Brasil. Em primeiro lugar, o sistema de parceria foi substituído pelo sistema de pagamento, no qual o imigrante recebia uma renda monetária em troca de seu trabalho, isto é, um salário. Como mecanismo de atração, o Estado brasileiro passou a assumir as despesas de viagem do imigrante, bem como o fazendeiro passou a se responsabilizar pelo primeiro ano de subsistência do migrante e de sua família. Com base nesse sistema de imigração, a expansão cafeeira pôde avançar em direção ao interior paulista, respondendo à demanda internacional no contexto do avanço da Revolução Industrial.

Pari passu ao surgimento e expansão da economia cafeeira no centro do país, na região da Amazônia a atividade da borracha também se constituiu como uma alternativa para o Brasil se reconectar às redes de comércio internacional. A borracha se vinculava ao novo padrão de indústria que nascia nos EUA na passagem do século XIX para o XX. Neste setor, de acordo com Furtado, o problema de oferta limitada de mão-de-obra também se observava. Este obstáculo foi superado através da emigração de um contingente de pessoas do setor subsistência, que existia em condições precárias no semiárido nordestino, para a Amazônia. Oferecia-se a oportunidade de buscarem um novo mínimo material em contexto geográfico mais favorável.

No contexto de expansão das atividades cafeeira e da borracha, a substituição paulatina do trabalho escravo pelo trabalho assalariado marcou o início do processo de instituição do mercado de trabalho livre na época do Brasil imperial. Na interpretação de Furtado, embora o fim da escravidão em 1888 tenha sido um marco decisivo do ponto de vista do regime de trabalho, ela impactou muito pouco as formas de organização da produção das atividades econômicas dominantes. A escravidão era, antes, o esteio do sistema de poder. Se em 1822 ela permitiu manter a unidade territorial do Brasil, com sua queda, o regime monárquico de governo foi abandonado em 1889. Deste ponto de vista, a abolição da escravidão não teve impacto significativo na redistribuição da renda gerada pelas atividades econômicas, pois, em termos estritamente econômicos, a renda foi sendo redistribuída à medida que a proletarização avançava através da imigração europeia.

Depreende-se, portanto, da análise de Celso Furtado que foi na etapa da economia cafeeira que os sistemas econômicos baseados na escravidão entraram em crise e colapsaram. Mais que isso. A imigração europeia, que permitiu superar os obstáculos da oferta limitada de mão-de-obra e introduzir o regime de trabalho assalariado na produção do café, abriu espaço para o desenvolvimento do sistema industrial no Brasil. Portanto, para Furtado, a economia cafeeira foi revolucionária.

Para demonstrar o potencial transformador da economia cafeeira sobre o sistema econômico nacional, Furtado analisou o impacto da adoção do assalariamento na região do café sobre o nível geral da renda. Para ele, o emprego do imigrante em regime de assalariamento, aumentou o peso relativo da participação dos salários dentro do setor de exportação, eixo da dinâmica econômica nacional. E essa massa de salários paga no setor exportador possibilitou a constituição da economia de mercado interna. Por consequência, à medida que a agricultura capitalista do café avançava, o peso da economia monetária da produção tendia a crescer relativamente no conjunto das atividades econômicas que compunham o sistema econômico nacional.

Contudo, ao confrontar a dinâmica da economia cafeeira com a dinâmica da economia mundial, Furtado observou que, muito embora a economia cafeeira apresentasse um potencial de crescimento da renda interna, ela apresentava dificuldades de se ajustar ao Padrão Ouro. Disso, Furtado concluiu que a característica central do sistema econômico nacional nascente era a tendência ao desequilíbrio externo, gerando pressões inflacionárias internamente. Com base nestas constatações, Furtado procurou estabelecer os elementos que distinguem as economias subdesenvolvidas das desenvolvidas e as dependentes das

autônomas (ou industriais). Do ponto de vista da renda, a flutuação da renda nas economias dependentes é função do nível de renda gerado pelo setor exportador ao passo que nas economias industriais a variação do nível de renda é função do nível de investimento de cada sistema econômico nacional. Daí a importância do deslocamento dos centros de decisão para Furtado. Este era o caminho para a autonomia nacional.

Em suma, em *Formação Econômica do Brasil*, o ponto central da transição ao Brasil contemporâneo é a passagem do regime de trabalho escravo ao trabalho assalariado operado pela economia cafeeira. Em face da Revolução Industrial que se processava na Europa e do novo papel colocado às periferias como ofertantes de matérias-primas, a expansão da economia cafeeira se viu limitada pela falta de braços devido ao definhamento do regime escravista após o fim do tráfico em 1850. A introdução do regime de trabalho assalariado não apenas liberou a economia cafeeira dos obstáculos que a limitavam, mas principalmente engendrou um potencial de expansão da economia monetária para o sistema econômico nacional em formação.

Furtado compreendia que entre as potencialidades inscritas no processo de formação do sistema econômico nacional estavam colocadas as possibilidades de superação da dependência e do subdesenvolvimento que o acompanhavam. É neste sentido, pois, que se pode compreender a teoria do subdesenvolvimento do autor. Como bem observou o professor Marcos Valente, a crítica de Furtado “[...] às estruturas de poder no Brasil é uma crítica republicana, e sua teoria do subdesenvolvimento tem uma dimensão normativa que tem fundamento republicano.” Mais que isso, afirma o professor:

Sua teoria [a de Furtado] não resulta apenas na recomendação de uma maior intervenção do Estado e do planejamento. Requer muito mais que isso, uma complexa rearticulação estrutural do conjunto das instituições políticas, sociais, econômicas e culturais, e que tem como fundamento básico a ideia de liberdade. E a noção de liberdade que Furtado apresenta contém todos os elementos do conceito de liberdade como não-dominação formulado na teoria neo-republicana.¹⁹³

Duas críticas distintas, porém complementares, dentro do campo reformista, atacaram o núcleo da argumentação de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* ao mesmo tempo em que se opunham à posição de Roberto Campos. Ambas as críticas foram influências pelos desdobramentos que seguiram ao Golpe Militar de 1964.

Confrontando Celso Furtado a Roberto Campos, pode-se dizer que as respectivas

¹⁹³ VALENTE, Marcos Alves. *Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana*. 256 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009, p. 96.

visões sobre o processo de desenvolvimento refletiam as diferentes vias de desenvolvimento em disputa à época. Nas palavras de Ianni:

[...] a escolha entre uma proposta de um capitalismo nacional voltado principalmente para as forças econômicas, sociais e políticas que constituem a sociedade nacional [Furtado] e um capitalismo que lança mão dessas bases, mas beneficia-se em ampla medida, do intercâmbio com as multinacionais e faz, em certa escala, um jogo com elas [Campos].¹⁹⁴

O desenvolvimento de um capitalismo socialmente regulado levado a cabo pelos desenvolvimentistas desde a década de 1930 foi possível na medida em que convergia com os interesses estadunidenses no Brasil. Entretanto, no interlúdio democrático da vida política brasileira e de aprofundamento da hegemonia estadunidense (1945-1964) ficou evidente a disputa entre dois projetos: um de cunho (neo)liberal, no qual o mecanismo de regulação social deveria ser o mercado; e outro desenvolvimentista, no qual o capitalismo socialmente regulado deveria avançar. Este último não negava a economia de mercado como mecanismo de regulação social, não obstante, acreditava poder domesticá-la pelo Estado.

Na medida em que a Europa e o Japão se reconstruíam, elevando a competitividade intercapitalista no centro da economia-mundo capitalista, mais difícil se tornou aos Estados Unidos levarem adiante a Doutrina Truman. A Revolução Cubana (1959) e o fracasso da Aliança para o Progresso (1961) encorajou a reorientação da política externa estadunidense para a América Latina, na qual o Estado norte-americano cedeu lugar aos capitais privados estadunidenses. No Brasil, o esgotamento da industrialização por substituição de importações levou à desaceleração do crescimento econômico e, com este arrefecimento, à crise no bloco do poder, que vinha se equilibrando com grande dificuldade desde 1945. No começo da década de 1960, tornaram-se antagônicos os caminhos à construção de uma sociedade nacional no Brasil. O neoliberalismo nascente se tornou incompatível com o desenvolvimentismo. Os desenvolvimentistas não conseguiram, através do Estado, controlar a livre iniciativa e protegê-la de sua própria fúria, direcionando seu potencial para a construção de um estado de bem-estar nas condições e limitações de um Estado periférico. Aos comunistas brasileiros faltaram condições concretas para a revolução, pois as circunstâncias idealizadas nas alianças com os governos progressistas jamais chegaram a se concretizar. Neste contexto, o Golpe Militar de 1964 foi o desfecho das tensões que se acirravam progressivamente no Brasil desde 1946.

¹⁹⁴ IANNI, Octávio. A “redemocratização” de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMERECSÁNYI, T.; GRANZIERA R. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 108.

Ao aprofundar as condições para consolidação de um capitalismo transnacionalizado, o Regime Militar subverteu, através da coerção, o padrão de desenvolvimento capitalista até então conduzido pelos desenvolvimentistas. Retrospectivamente, podemos ver que, no conjunto de suas práticas, a Ditadura Militar levou a cabo a consolidação de uma ordem social regulada pelo mercado. Isto não só pressupôs um tipo de política econômica favorável à livre iniciativa, como o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), mas também exigiu uma política social e cultural que legitimasse tal ordem, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), implementado entre 1968 e 1970.

É dentro deste quadro que devemos compreender, por exemplo, as obras autocríticas de Celso Furtado como *O Mito do Desenvolvimento* (1974) ou *Brasil: a construção interrompida* (1992). Toda a produção intelectual que seguiu ao golpe pode ser apreendida como visões da crise brasileira. Mais especificamente, refletem as percepções da crise a partir das diferentes situações de classe à qual cada intelectual se articulou organicamente. Estes é o caso de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967) de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ou de *O Capitalismo Tardio* (1975) de João Manuel Cardoso de Mello. Inclusive de posições mais à esquerda como *A Revolução Brasileira* (1966) de Caio Prado Jr., *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) de Florestan Fernandes ou a *Dialética da Dependência* (1973) de Ruy Mauro Marini.

4.2.2. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: a Teoria Weberiana da Dependência

Dependência e desenvolvimento na América Latina, ensaio clássico de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, veio à luz em 1970. Faz parte de um conjunto de reflexões que se dedicaram a compreender as transformações políticas e sociais que conduziram as incipientes democracias latino-americanas aos regimes militares de governo na segunda metade do século XX. No plano do pensamento social latino-americano, a obra somou críticas à Teoria de Modernização, por um lado, bem como levou adiante a crítica cepalina ao desenvolvimento capitalista na América Latina, por outro. Ainda cabe lembrar, que se trata de um confronto direto com *Desenvolvimento do subdesenvolvimento* de André Gunder Frank. Não obstante, diferentemente de Roberto Campos e Celso Furtado, que enfatizam as

condições de difusão da racionalidade instrumental no corpo social e como tal difusão poderia se constituir em base para a construção de uma sociedade nacional na periferia do capitalismo, Cardoso e Faletto colocaram ênfase na consolidação institucional da sociedade nacional, isto é, na formação de um Estado Nacional que aspirava soberania a partir das situações de dependência com relação aos pólos hegemônicos do capitalismo mundial.

Segundo os autores, não havia na época uma análise integrada do processo de desenvolvimento. Para eles, a concepção de mudança social inspirada na oposição tradicional e moderno, supostas tanto na Teoria da Modernização como no pensamento cepalino, era insuficiente para explicar a complexidade das sociedades periféricas, pois ambos os esquemas supunham que “[...] a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os ‘grupos tradicionais’”.¹⁹⁵

Como alternativa analítica, Cardoso e Faletto propuseram apreender a mudança social a partir da “[...] análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionamentos principais do processo de desenvolvimento”.¹⁹⁶ Isto exigiu deslocar o enfoque do tipo social brasileiro (Campos) e da estrutura econômica (Furtado) para as *determinações recíprocas* entre o processo – a tensão entre as ações valorativas distintas – e a estrutura – a condição histórica concreta subjacente a cada processo de desenvolvimento, para dentro, no plano nacional, e para fora, no plano exterior. A implicação direta deste deslocamento conduziu Cardoso e Faletto a revisarem o conceito de desenvolvimento. Sob o prisma das determinações recíprocas, o desenvolvimento é o

resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade.¹⁹⁷

Deve ser ressaltado que o elemento central da análise é a tensão advinda do choque de interesses e valores distintos que orientam a ação decorrente do próprio processo de diferenciação social e que derivam do aprofundamento da divisão social do trabalho.

Com base nesses fundamentos analíticos iniciais, Cardoso e Faletto construíram sua Teoria da Dependência de matriz weberiana, cuja preocupação central era determinar as

¹⁹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 [1970], p. 18.

¹⁹⁶ Ibid., p. 20.

¹⁹⁷ Ibid., p. 22.

estruturas de dominação através das quais se pode apreender o processo de formação das sociedades nacionais. Por intermédio das estruturas de dominação, os autores procuram, para um dado período no tempo, apreender a dinâmica de classes, os aspectos político-institucionais que tal dinâmica assume, bem como os momentos de crise e transformação das ordens institucionais. Em suas palavras, buscam compreender como “[...] o poder econômico se expressa [como] dominação social”.¹⁹⁸

Por este caminho, o fenômeno da dependência impõe a análise da dimensão histórico-estrutural na qual o processo de tensão política se desdobra. Neste sentido, o conceito de dependência é utilizado “[...] como um tipo específico de conceito ‘causal-significante’ – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado”. Procuram, portanto, destacar “[...] as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos.” Não obstante, lembram os autores, “[...] o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas”.¹⁹⁹

Portanto, diferentemente de Roberto Campos e Celso Furtado, que estavam mais preocupados em analisar como o destravamento do sistema econômico nacional viabilizaria a formação da sociedade nacional, Cardoso e Faletto insistem na importância de se observar elementos de intersecção do sistema econômico com o sistema político, dando ênfase ao modo como o segundo pode viabilizar ou restringir o desenvolvimento do primeiro. Deste modo, a análise dos sociólogos observa quem controla socialmente a produção e o consumo. Mais precisamente, eles investigam as “[...] estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada situação particular”.²⁰⁰

Com base na análise integrada do desenvolvimento, Cardoso e Faletto sugerem uma revisão do conceito de subdesenvolvimento:

[...] a vinculação das economias periféricas ao mercado mundial verifica-se em termos ‘coloniais’, enquanto que em outras as economias periféricas estão enquadradas em ‘sociedades nacionais’. Sobre estas últimas, caberia acrescentar que em determinados casos realizou-se a formação de vínculos entre os centros dominantes mais desenvolvidos e os países periféricos quando já existia neles uma sociedade nacional, ao passo que em outras, algumas colônias transformaram-se em

¹⁹⁸ CARDOSO; FALETTTO, 1984 [1970], p. 23.

¹⁹⁹ Ibid., p. 23

²⁰⁰ Ibid., p. 24.

nações, mantendo-se em sua situação de subdesenvolvimento.²⁰¹

Portanto, o conceito de subdesenvolvimento incorpora as distinções propiciadas pelo processo de formação histórica do sistema produtivo mundial. Aqui há uma distinção fundamental com as perspectivas de Campos e Furtado. Para Campos, vale lembrar, o subdesenvolvimento corresponderia aos obstáculos valorativos à adoção da racionalidade instrumental. Já para Furtado, o subdesenvolvimento se refere às desigualdades estruturais decorrentes da assimilação das técnicas capitalistas de produção e do padrão de consumo a elas correspondentes. Se, por um lado, a definição de Cardoso e Faletto reforça a crítica da Cepal à Teoria da Modernização quando enfatiza o caráter estrutural ao subdesenvolvimento, por outro lado, os sociólogos apontam as incompletudes da concepção cepalina na medida em que o subdesenvolvimento supõe uma “[...] estrutura definida de relações de dominação”.²⁰² Isto implica que:

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturas das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários.²⁰³

No subdesenvolvimento, portanto, a dependência reflete a “[...] forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores”.²⁰⁴ Interessa saber, portanto, se as decisões sobre o sistema econômico são tomadas em função dos grupos de interesse das economias centrais ou dos grupos de interesses do país em questão.

Circunscrito desse modo o problema do desenvolvimento, para Cardoso e Faletto o fenômeno da dependência sugere que transformações radicais no sistema econômico não são acompanhadas necessariamente por um deslocamento completo dos centros de decisão, como imaginou Furtado, ou na inadmissão das elites tradicionais no bloco de poder, como desejava Campos. Vejamos com mais detalhes.

Na visão dos sociólogos, a problemática do desenvolvimento nacional deveria ser

²⁰¹ CARDOSO; FALETTTO, 1984 [1970], p. 25.

²⁰² Ibid., p. 26.

²⁰³ Ibid., p. 26.

²⁰⁴ Ibid., p. 26.

colocada nos seguintes termos:

[...] a criação dos Estados nacionais e o controle das economias locais implicam que as associações de interesses das classes e grupos economicamente orientados estabeleçam formas de autoridade e de poder de tal modo que constituam uma “ordem legítima”; e que em torno dessa ordem legítima obtenha-se o consentimento e a obediência das classes, grupos e comunidades excluídos do núcleo hegemônico formado pela “associação de interesses”.²⁰⁵

Sendo assim, com a ruptura do “pacto colonial” colocou-se o problema da organização nacional, o qual consistia:

a) em manter sob controle local o sistema produtivo exportador herdado do sistema colonial, que constituía o vínculo principal com o exterior e com a atividade econômica fundamental; b) em dispor de um sistema de alianças políticas entre os vários setores sociais e econômicos das antigas colônias que permitisse ao grupo que assegurava as relações com o exterior – com o mercado internacional e naturalmente com os Estados nacionais dos países centrais – manter um mínimo de poder interno para que a nação pudesse adquirir estabilidade e se constituísse como expressão política da dominação econômica do setor produtivo-exportador.²⁰⁶

Nestes termos, a capacidade de organização de uma sociedade nacional, depende, primeiro, do tipo de controle social sobre o sistema econômico nacional e do tipo de vínculo que tal sistema estabelece com o mercado mundial. Daí a necessidade de recorrer a categorias econômicas como controle nacional do sistema de produção e economias de enclave. Ao contrário da primeira, a última se refere às situações em que, após a ruptura colonial, os grupos econômicos locais não conseguiram manter o controle sobre o sistema produtivo. Para Cardoso e Faletto, estas duas situações determinam a maneira como se articulam nacionalmente o sistema econômico e o sistema político. Para eles, a chave-mestra para desvelar tal articulação é, portanto, a estrutura de dominação que busca construir uma ordem legítima para dentro e ter sua soberania reconhecida para fora.

É, pois, sob este prisma que Cardoso e Faletto explicam a dinâmica da mudança social na América Latina em geral e no Brasil em particular. E, eles explicam a transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo através da problemática da formação de uma sociedade nacional na periferia do sistema capitalista. O fio condutor da narrativa são as transformações das estruturas de dominação interna que historicamente assumiram o papel de levar a cabo a construção da nação. Deste modo, as estruturas de dominação refletem alianças temporárias entre classes e grupos de interesse em torno do processo de construção da sociedade nacional. Ou melhor, a formação da sociedade nacional brasileira pode ser apreendida como sucessão de diferentes estruturas de dominação:

²⁰⁵ CARDOSO; FALETTTO, 1984 [1970], p. 39.

²⁰⁶ Ibid., p. 40.

oligárquica, oligárquica-capitalista, populista, e externa.

Dois tipos de tensão explicam a dinâmica dessa evolução. Primeiro, do ponto de vista interno, a tensão para incorporar novos grupos de interesses ou classes sociais aos centros de decisão econômica da sociedade nacional em formação. Segundo, do ponto de vista externo, a capacidade dos grupos locais controlarem o sistema nacional de produção. Conjuntamente, a formação do Brasil contemporâneo pode ser interpretada, a partir de Cardoso e Faletto, como o alargamento seletivo da sociedade nacional – a incorporação de novos grupos de interesses – e simultaneamente como a perda da capacidade de controle nacional sobre o sistema econômico.

Amiúde, na etapa de expansão para fora, em específico, no imediato pós-independência, os grupos locais “modernizantes” preservaram o controle sobre o sistema nacional de produção à custa de uma aliança com as oligarquias tradicionais. Dessa aliança dependia a estabilidade política básica necessária ao início do processo de formação nacional. Os grupos tradicionais exigiram à época a manutenção do domínio sobre a terra e sobre a força de trabalho – a escravidão. Daí o caráter patrimonialista e escravista da estrutura de dominação política que seguiu a independência.

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, com a recuperação do setor exportador em função da emergência da economia cafeeira, um momento de transição se abriu na etapa de expansão para fora. Em conformidade com a diversificação do setor exportador surgiram novos grupos sociais médios incipientes como, por exemplo, a burguesia industrial nascente, profissionais liberais e a burocracia civil militar. Esse processo de diferenciação social passou a pressionar a estrutura de dominação oligárquica imperial. Deste modo, para Cardoso e Faletto, a crise da dominação oligárquica fora antes consequência do sucesso da expansão da economia cafeeira do que de seu declínio. Na crise econômica, as pressões dos setores médios vinculados à economia urbana-industrial nascente apenas se intensificaram. Portanto, à medida que avançou o regime de trabalho assalariado, a abolição de escravidão (1888) e a proclamação da república (1889) são marcos da substituição de uma estrutura de dominação oligárquica para a dominação fundada na aliança entre setores capitalistas da oligarquia e a classe média urbana tradicional.

Nessa nova aliança oligárquica-capitalista, todavia, os setores tradicionais não foram excluídos. Na verdade, a incorporação dos setores médios redistribuiu os pesos entre os diferentes grupos de interesse e classes sociais que se propuseram a levar a diante a formação da sociedade nacional. A constituição de 1891 retratou, deste modo, o novo período que se

abria. Ocorre que, nesta nova estrutura de dominação permaneceu o problema da ausência da unidade nacional. Não existia na ocasião um grupo capaz de exercer a hegemonia sobre os demais setores. Esta ausência de hegemonia tornava mais complexa a manutenção da estabilidade política. Na esteira do sucesso da política de manutenção da renda do setor exportador e somadas as reações à Primeira Guerra Mundial, surgiram novos grupos anti-oligárquicos cujos interesses visavam reduzir a dependência do setor exportador estimulando o mercado interno. No momento de intensificação de disputas, oligarquias capitalistas e tradicionais procuraram recompor seus vínculos pressionando os setores médios para fora da estrutura de dominação. Esta foi a crise da dominação oligárquica-capitalista que levou à Revolução de 1930.

Getúlio Vargas e a Aliança liberal – que agrupou pecuaristas do sul, açucareiros de Pernambuco e os setores médios urbanos – se uniram contra a aliança entre paulistas e mineiros. Vargas assumiu a responsabilidade de levar a diante o processo de construção de uma sociedade nacional a partir de uma nova base econômica. O objetivo da política de Vargas era consolidar o mercado interno por meio da industrialização e de uma política centralista de maneira a permitir uma inserção social das massas urbanas pelo trabalho. Neste período, a incorporação das massas tornava-se a questão central no interior da estrutura de dominação.

4.2.3. A Escola de Campinas e o Capitalismo Tardio²⁰⁷

Também com base em sua crítica à economia política da CEPAL, o olhar da Escola de Campinas sobre a formação do Brasil contemporâneo se revelou não apenas uma crítica à economia política do Regime Militar, mas também o esforço de levar adiante a crítica de um certo capitalismo no Brasil. Os desacordos com o formalismo de Furtado e, por consequência, com a Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto, levaram a Escola de Campinas a repensar algumas mediações da formação do Brasil contemporâneo e, principalmente, do papel do Estado brasileiro no processo de formação do mercado interno. O

²⁰⁷ Esta seção foi elaborada com base em trabalhos já publicado pelo autor. Para mais detalhes ver SANTOS, Fabio Padua dos. *Crise e(m) desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas*. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Ver também, SANTOS, Fabio Padua dos. A Economia Política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 8, p. 17-42, 2013.

horizonte de expectativa dos fundadores da Escola era não a negação da sociedade liberal, mas a retomada da via democrática de construção da sociedade nacional. Como argumentava à época Cardoso de Mello,

a alternativa econômica defendida nestas páginas responde aos desafios da crise mundial, à defesa contra seus efeitos destrutivos imediatos e à realização das transformações produtivas que levam ao futuro, tomando como ponto de partida os interesses subalternos, que estão articulados globalmente, que estão totalizados de maneira a dirimir oposições e cimentar alianças. Ao mesmo tempo, encampa interesses do empresariado na medida em que a defesa do parque produtivo e seu ajuste dinâmico são a base material indispensável ao processo também dinâmico de redistribuição da renda e da riqueza. Este é o critério que permite discriminar os interesses dominantes e isolar os que estão comprometidos com o atraso e a regressão, especialmente os do parasitismo financeiro. Trata-se, pois, de um programa econômico de reformas estruturais que rompe com os pilares do “milagre” e do monopolismo tardio que apenas exprimem de modo acentuado as tendências mais essenciais do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E as propostas integram o “objetivo intermediário”, a **Reconstrução Nacional** que é vista essencialmente como a **construção de uma democracia de massa**.²⁰⁸

Ou ainda, para não haver dúvidas, o professor João Manuel Cardoso de Mello afirmava:

Precisamos, desta vez, apreender a lição, repetida à saciedade pela história da industrialização, de que não basta crescimento econômico para resolver os problemas fundamentais do emprego, do salário e das condições de vida da população. Isto se torna mais premente porque os novos padrões tecnológicos e de produção que seremos obrigados a adotar supõem uma enorme economia dos custos de trabalho, tanto na indústria quanto nos serviços. [...]. A teimosia em seguir os cânones de um ajuste recessivo desembocará na destruição da economia, na crise social e no totalitarismo político. Mas **está ao nosso alcance reconstruir a Nação em moldes civilizados**.²⁰⁹

Deste ponto de vista, não parece exagero afirmar que a visão de Brasil forjada ao longo da década de 1970 pela Escola de Campinas emergiu como projeto político alternativo de reforma do capitalismo brasileiro no contexto de abertura do Regime Militar.

No entanto, a dificuldade em penetrar no argumento central da Escola sem se deixar ludibriar pelo marxismo aparente contido em suas categorias de análise, reside, na verdade, na teia de argumentos dispersos entre as principais teses que deram origem ao projeto de reforma. Por esta razão, é preciso despendar algum tempo alinhando os argumentos centrais da Economia Política da Escola de Campinas com o objetivo de evidenciar a coerência interna entre as obras que fundam esta escola. Com isso, esperamos dar maior inteligibilidade ao argumento que procura descrever o capitalismo brasileiro como tardio.

²⁰⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio. In: BELLUZZO, L. G. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984, p. 24, grifo nosso.

²⁰⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução. In: Fórum Gazeta Mercantil. (Ed.) *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo, SP: Ed. Gazeta, 1983, p. 24-5, grifo nosso.

A Economia Política da “Escola de Campinas” está fundada nos conceitos de modo de produção e formação social.²¹⁰ O conceito de *modo de produção* é apreendido a partir dos conceitos de *forças produtivas* e *relações sociais de produção*. Enquanto o nível das forças produtivas representa o progresso técnico e a acumulação de capital, a interação entre o nível das forças produtivas e as relações sociais de produção revela as formas de apropriação do excedente, ou seja, os padrões de distribuição da renda. A maneira como estes elementos se dispõem no espaço e no tempo dão forma àquilo que pode ser chamado de estrutura econômica. Por sua vez, a *formação social* é configurada a partir das relações sociais de produção, as quais são tomadas como princípio de estratificação das diferentes camadas sociais e determina a disposição dos grupos de interesse na sociedade. Define também o tipo de racionalidade dos atores sociais. O Estado é visto como síntese dos conflitos irreconciliáveis da sociedade. A maneira como estes elementos estão dispostos na sociedade e como se articulam no tempo e no espaço configura a estrutura social. A conexão entre a estrutura econômica e a estrutura social está determinada pelas relações sociais de produção. Por esta razão, as relações sociais de produção se convertem, e este é o ponto de diferenciação com a CEPAL, no critério de periodização do desenvolvimento capitalista para as diferentes formações sociais.

Tendo em mente que o objetivo da “Escola de Campinas” é investigar a constituição e desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção no Brasil, o passo seguinte consiste no estudo das determinações gerais do modo especificamente capitalista em três níveis de abstração, quais sejam: o da lei geral (lei do valor como processo de valorização); o da lei de movimento (lei da concorrência intercapitalista); e da agência (decisão do gasto capitalista). O que é próprio da Economia Política da “Escola de Campinas” é a forma como são articulados estes três níveis por meio de mediações teóricas e históricas. As mediações teóricas têm por finalidade formular um paradigma de análise econômica menos formal, do ponto de vista analítico, e mais realista, do ponto de vista epistemológico. Este esforço teórico é complementado pelas mediações históricas por meio das quais os conceitos e categorias, correspondentes aos três níveis gerais de determinações, são temporizados e espacializados, configurando dois tipos de tipologias: do ponto de vista da constituição dos diferentes capitalismos, os padrões de industrialização (originário, atrasado e tardio); e, do ponto de vista dos capitalismos já constituídos, os padrões de acumulação

²¹⁰ Para acompanhar o debate na América Latina sobre os conceitos de formação social e modo de produção ver LUPORINI, Cesare. (Ed.) El concepto de formación económico-social. *Cuadernos de Pasado y Presente*, No. 39. Córdoba: Siglo XXI, 1973 e ASSADOURIAN, Carlos Sempat. (Ed.) Modos de Producción en América Latina. *Cuadernos Pasado y Presente*, No. 40. Córdoba: Siglo XXI, 1973.

capitalista (capitalismo competitivo; estrutura oligopólica em economias maduras; e estrutura oligopólica em economias semi-industrializadas).

Em grande medida, o esforço de Luiz Gonzaga Belluzzo em sua tese de doutoramento, *Um estudo da crítica da economia política*,²¹¹ foi estabelecer as determinações gerais do modo especificamente capitalista de produção ao nível da lei geral. Neste plano de abstração, segundo a interpretação de Belluzzo, o modo capitalista de produção tem origem no processo de generalização da produção mercantil e na transformação da relação entre os produtores diretos (a expropriação dos meios de produção do trabalho e a conversão da força de trabalho em mercadoria). Belluzzo afirma que a produção para a troca pelo capital adquire forma específica como produção de mais-valia, da qual uma parte destina-se a repor as condições de reprodução do capital e outra se converte em novos meios de produção, i.e., em acumulação de capital. Sendo assim, para o Belluzzo a lei do valor emana do processo capitalista de produção como lei geral do modo capitalista de produção. Deste modo, Belluzzo argumenta que a teoria do valor de Marx não deve ser interpretada como uma teoria da exploração, senão como teoria da valorização do capital.

Em sua interpretação de Marx, o processo de valorização do capital se move contraditoriamente e imprime uma trajetória que tende ao declínio da taxa de lucro. Belluzzo chama a atenção para o fato de que o processo de acumulação de capital deve ser considerado em relação à base técnica, pois, há uma distinção essencial entre a reprodução ampliada apoiada em base técnica não especificamente capitalista e aquela apoiada em base técnica especificamente capitalista. No primeiro caso, o trabalho está submetido formalmente ao capital. Desde modo, as condições de reprodução do capital estão determinadas pelas condições de extração da mais-valia absoluta. Portanto, a acumulação capitalista apoiada em base técnica não capitalista está limitada pelo trabalho. A acumulação de capital apoiada em bases técnicas especificamente capitalistas (grande indústria), por sua vez, implica que o trabalho está subsumido realmente ao capital, isto é, o trabalhador é um instrumento do processo de produção, cuja estrutura técnica se automatiza com o progresso técnico. Assim, o excedente está determinado pela mais-valia relativa e a automatização torna o trabalho progressivamente redundante. Neste caso, a competição intercapitalista engendra o progresso técnico que revoluciona, de tempos em tempos, a estrutura técnica do capital e, deste modo, “desloca os limites da reprodução ampliada do capital para além das suas próprias

²¹¹ Publicada posteriormente sob o título *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

possibilidades de realização”.²¹² “É neste sentido que a lei do valor permanece como lei interna inexorável do movimento do modo de produção capitalista”.²¹³ Para o capital em seu conjunto, a lei do valor é a norma inviolável de sua existência, o valor que se auto-valoriza sugando trabalho vivo. Do ponto de vista do capitalista individual, a lei do valor é a violação da norma, a competição. Assim, conclui Belluzzo, “[...] o capital é a contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apóia este processo de valorização”.²¹⁴

Segue-se que, nas crises, a concorrência intercapitalista redefine o conteúdo da lei de tendência na medida em que pressiona a incorporação do progresso técnico, que por sua vez altera a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, as condições de reprodução ampliada do capital. Sendo assim, do ponto de vista do movimento global do capital, o progresso técnico reduz os custos de reprodução do sistema e amplia as margens de lucro. Do ponto de vista do capital considerado individualmente, o progresso técnico se apresenta como renda diferencial entre o capital e o trabalho, afetando a relação lucro/salário, e altera a composição orgânica do capital.²¹⁵ Assim, as crises de superacumulação são interpretadas como momentos em que o capital, impulsionado pelo acirramento da competição, expande-se até se tornar excessivo para uma dada taxa de lucro. Neste momento, o capital se desvaloriza, acarretando sua destruição e centralização ao mesmo tempo em que as condições para um novo ciclo de valorização do capital são repostas.²¹⁶

Em suma, do ponto de vista estrutural, o capital é interpretado como valor progressivo que se move contraditoriamente (tendência a superprodução e redundância do trabalho vivo) até a irrupção das crises que, por sua vez, representam a aurora de um novo ciclo de expansão.

Antes de prosseguir com as mediações teóricas que dão origem à teoria da dinâmica capitalista, convém recuperar as mediações históricas e apresentar a tipologia dos padrões de formação do capitalismo. Este passo se faz necessário, pois na perspectiva da “Escola de Campinas” a dinâmica capitalista deve ser apreendida segundo o padrão de industrialização.

²¹² BELLUZZO, L. G. M. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975, p. 71.

²¹³ Ibid., p. 70.

²¹⁴ Ibid., p. 72.

²¹⁵ Cf. BELLUZZO, 1975, capítulo 2, seção 3.

²¹⁶ MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983], p. 69.

A identificação na História dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista e a análise de seus desdobramentos lógico-históricos até sua consolidação têm por objetivo problematizar a questão da gênese do modo especificamente capitalista de produção em formações sociais específicas. O propósito deste encaminhamento analítico é reconhecer o caráter singular dos diferentes capitalismos nacionais e deste modo explicar as diferentes trajetórias de desenvolvimento. Do ponto de vista lógico, o eixo condutor da análise foi sistematizado por Sérgio Silva em *Expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil*, o qual sugere analisar o processo de industrialização a partir processo de generalização das relações capitalistas de produção, i.e., o processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Para Silva, a possibilidade de industrialização só emerge quando o trabalho está formalmente subsumido ao capital, no entanto ela apenas se completa quando o capital subordina realmente o trabalho e se automatiza por meio do progresso técnico. Desta perspectiva, a industrialização representa um processo de transformação global da sociedade, no qual a consolidação da indústria “[...] aparece como última fase da transição capitalista”.²¹⁷ A partir da explicação lógica geral de Silva, João Manuel Cardoso de Mello estabelece os critérios de análise dos desdobramentos históricos dos elementos lógicos. Desse modo, a análise consiste em investigar a forma como se dá a penetração de relações capitalistas de produção em formações sociais pré-capitalistas e como a introdução do regime do assalariamento vai transformando tais formações sociais não-capitalistas. Este momento corresponde ao determinante em primeira instância dos processos nacionais de industrialização. Não obstante, Cardoso de Mello não nega o fato do capitalismo se organizar como sistema mundial. Segundo Mello, há também que se considerar, em última instância, o momento da História do Capitalismo em que ocorrem os processos nacionais de industrialização. Isto implica a necessidade de descrever o modo como o mercado mundial articula modos de produção distintos e analisar as implicações no que se refere aos determinantes da dinâmica (reprodução ampliada) dos sistemas econômicos nacionais.²¹⁸

Resulta dessa análise genética uma tipologia que procura “[...] reduzir a multiplicidade de capitalismos nacionais a certos *padrões* de formação do capitalismo em diferentes nações”.²¹⁹ Deste modo, para a “Escola de Campinas” existem três padrões de formação do capitalismo: o originário; o atrasado; e o tardio. O *capitalismo originário* é a

²¹⁷ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 20.

²¹⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1975].

²¹⁹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003 [1985], p. 97, grifo do autor.

categoria que resume o processo de industrialização inglês que foi gestado a partir do regime de produção feudal no momento da acumulação primitiva. A categoria *capitalismo atrasado*, por sua vez, sintetiza aqueles processos de industrialização gestados em países que, não obstante a formação econômico-social pretérita ser feudal ou colonial, conseguiram consolidar a indústria de bens de capital na etapa do capitalismo concorrencial. São exemplos de capitalismo atrasado os Estados Unidos, a França, a Alemanha, o Japão e a Rússia. A categoria *capitalismo tardio*, por fim, compreende aqueles processos de industrialização desencadeados em economias de passado colonial na etapa monopolista da História do capitalismo. Deste ponto de vista, o desenvolvimento capitalista no Brasil se afigura como um caso típico de capitalismo tardio.

Visto em conjunto, a interpretação da “Escola de Campinas” sugere que à medida que o capitalismo em geral se transfigura – acumulação primitiva, etapa concorrencial e etapa monopolista –, os obstáculos à industrialização se aprofundam, redefinindo tanto o papel da iniciativa capitalista quanto da iniciativa estatal no processo de industrialização. Além disso, a capacidade das técnicas especificamente capitalistas de produção em transformar qualitativamente as formações econômico-sociais é deteriorada, pois na etapa monopolista a industrialização não logrou estruturas econômico-sociais homogêneas.²²⁰

A conformação de estruturas econômico-sociais homogêneas e heterogêneas implica a necessidade de se pensar a evolução das economias nacionais (problemática da dinâmica capitalista) e a dinâmica social (a problemática da revolução burguesa) a partir do caráter singular de cada padrão de industrialização tal como definido acima.

Uma vez postulado pelo professor Belluzzo (1975) que a lei do valor como processo de valorização do capital é o traço fundamental do modo especificamente capitalista de produção, no qual a lei de tendência à queda da taxa de lucro condensa segundo ele as contradições do processo de desenvolvimento do capital (tendência a superprodução e redundância do trabalho vivo), e estabelecidos os padrões de formação do capitalismo, podemos agora retomar as mediações teóricas a fim de avançar sobre a teorização da dinâmica capitalista formulada pela “Escola de Campinas”.

Maria da Conceição Tavares (1974 e 1978), com o auxílio de Frederico Mazzucchelli (1983) e José Carlos Braga (1985), procurou aprofundar a discussão delimitando a problemática da dinâmica capitalista como problemática dos determinantes

²²⁰ OLIVEIRA, 2003 [1985], p. 256-57.

gerais do modo especificamente capitalista de produção ao nível da concorrência e da decisão capitalista. O estudo dos determinantes imanentes do processo de concorrência intercapitalista se apresenta como mediação teórica fundamental para a compreensão das situações concretas do desenvolvimento capitalista no que concerne à tendência geral do modo capitalista de produção, às crises inerentes à produção capitalista e à configuração das etapas do desenvolvimento do capitalismo. A concorrência, cuja origem está na interação entre capitais individuais em busca de se autovalorizarem, expressa a forma como os capitais se impõem uns aos outros, dando movimento ao sistema econômico. Ao propor esta mediação teórica, os artífices da “Escola de Campinas” argumentam que, ao nível da concorrência intercapitalista, as determinações do capital individual e do capital em geral são distintas. Assim, ao nível da concorrência redefinem-se, portanto, o conteúdo tanto da lei tendência e quanto das crises.

A concorrência intercapitalista engendra transformações qualitativas no processo de valorização do capital na medida em que transforma a relação de unidade entre as formas de capital produtivo e capital a juros. O desdobramento da forma juro na forma fictícia coloca a possibilidade da acumulação financeira, que por sua vez redefine a relação de subordinação entre as diferentes formas do capital. Sob o domínio do capital financeiro o sistema de crédito passa a desempenhar papel mais ativo no processo de valorização do capital à medida que os recursos mobilizados pelo sistema de crédito permitem investimento em grande escala e financiam o desenvolvimento tecnológico. O sistema de crédito converte-se assim em elemento constitutivo do padrão de competição intercapitalista configurando um novo modo do capital se desenvolver. É neste sentido que o conceito de monopólio sintetiza o conjunto das transformações qualitativas operadas no modo de produção capitalista, o que dá origem à etapa monopolista.²²¹

Se da tensão entre a lei geral e a lei da concorrência emergem etapas do desenvolvimento capitalista, da tensão entre a lei da concorrência e a decisão do gasto capitalista emerge uma macroestrutura financeira, que reflete a concretude da passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolística. O passo teórico seguinte na direção de completar a teoria da dinâmica capitalista consistiu na articulação da lei da concorrência com a decisão capitalista por meio da teoria do investimento de Keynes. Esta mediação teórica permite à “Escola de Campinas” formular uma teoria da dinâmica capitalista capaz de distinguir fases de expansão, instabilidade e crise no ciclo de valorização do capital.²²² Neste

²²¹ Cf. MAZZUCHELLI, 1985 [1983], ver capítulo 2.

²²² Cf. TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*.

plano, revela-se o caráter instável do modo de produção capitalista, uma vez que a decisão do investimento se dá sob a condição de concorrência e pressionada pela tendência estrutural do sistema à queda da taxa de lucro.

Na etapa concorrencial o processo de acumulação e reprodução do capital estava apoiado na produção, dado que o capital a juros não se encontrava plenamente constituído, a instabilidade inerente à fase de expansão do ciclo de valorização do capital não se apresenta como elemento desestruturante capaz de reverter o processo de valorização. Sendo assim, na etapa concorrencial, a crise estrutural decorre do excesso de capacidade produtiva em relação à capacidade de realização. Na etapa monopolista, o desenvolvimento do sistema de crédito engendra um circuito de valorização fictícia do capital, no qual o investimento com inovação passa a depender da massa de recursos líquidos concentrados pelo sistema de crédito. Mais que isto, a centralização do capital dá origem ao bloco de capitais produtivo e financeiro sob um único comando, criando aquilo que Braga denominou de macro-estrutura financeira, na qual a valorização do capital se interpôs entre ativos reais e ativos financeiros. A valorização pelo processo renda (capital produtivo) passa a estar condicionada pela valorização via capitalização (capital financeiro). A dominância financeira emerge, portanto, como elemento constitutivo da estrutura monopolista. Do ponto de vista da decisão capitalista, isto se traduz na incerteza associada às decisões de investimento. O caráter especulativo é, então, incorporado ao cálculo capitalista, que se defronta com padrões oligopolizados de concorrência.²²³ Consequentemente, na etapa monopolista, a instabilidade inerente à fase de expansão se converte em elemento desestruturante, na medida em que a instabilidade própria da macroestrutura financeira é capaz de refrear, no *boom*, decisões capitalistas de investimentos produtivos, revertendo assim o ciclo de valorização do capital. Nesta etapa, para que a crise seja estrutural ela deve ser simultaneamente de superacumulação e financeira.²²⁴

Juntando as peças desse quebra-cabeça, podemos oferecer uma imagem parcial da “Escola de Campinas”, mas que indica em algum grau sua coerência interna. Em nossa representação, no plano geral é Belluzzo (1975) quem estabelece a interpretação dos determinantes gerais ao nível do modo capitalista de produção; Mazzucchelli (1985 [1983]) é quem demonstra teoricamente como a concorrência intercapitalista engendra transformações

Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978]. Ver também, BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza: uma contribuição a teoria da dinâmica capitalista*. (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.

²²³ TAVARES, 1998 [1978], p. 40-1.

²²⁴ TAVARES, 1998 [1974], p. 69-76.

na lógica de funcionamento do modo de produção capitalista; Braga (1985), por sua vez, é quem demonstra como a decisão capitalista é afetada pelas transformações ao nível da estrutura. Com base nestes três níveis de abstração e seus respectivos elementos lógicos, foi Conceição Tavares quem introduziu na Economia Política da “Escola de Campinas” a análise dinâmica englobando esses três níveis de abstração. Há que se notar, todavia, a ênfase nas transformações da base técnica e sua relação com o potencial de acumulação. Na visão da “Escola”, com a grande indústria e a automatização do progresso técnico é a decisão do investimento capitalista o fator principal da análise. Isto não significa negar teoricamente o conflito capital-trabalho, no entanto ele assume um nível secundário no conjunto das determinações do modo especificamente capitalista de produção, pois neste a acumulação capitalista está só parcialmente limitada pelo trabalho. Sendo assim, para a “Escola de Campinas” o móvel do sistema está no plano da disputa intercapitalista. No plano do particular, interessa à “Escola” estabelecer como o modo de produção especificamente capitalista se constitui a partir de formações sociais pré-capitalistas. Nesta direção, os critérios de análise foram elaborados por Silva (1976), Cano (1975), Cardoso de Mello (1975) e Oliveira (1985). Assim, os padrões de industrialização originário, atrasado e tardio compreendem as diferentes possibilidades de constituição do capitalismo. Uma vez constituídos tais padrões, o foco da análise se desloca para o nível da reprodução. Novamente é Tavares (1974) a personagem central na medida em que propõe uma tipologia de padrões de acumulação capitalista segundo o tipo de industrialização. Conceição racionaliza a acumulação capitalista à luz dos obstáculos à acumulação. Como se verá mais adiante, tanto os obstáculos como seus desentranços passam pelo Estado, o que traz para o centro da discussão a problemática da “revolução burguesa”.

A construção de padrões de acumulação capitalista como forma de concretização do processo de valorização do capital foi levado adiante por Tavares (1974). Sua contribuição foi a de elaborar modelos heurísticos com base na forma de interação entre a acumulação de capital, a distribuição da renda e o progresso técnico. A tipologia proposta por Tavares enfatiza as alterações na relação entre acumulação de capital e distribuição de renda derivadas da introdução do progresso técnico, i.e., da diferenciação do consumo capitalista. Mais que isto, Conceição deduz as implicações das alterações do progresso técnico na relação acumulação de capital e na distribuição da renda em cada forma específica de concorrência intercapitalista nas diferentes etapas do capitalismo. Cada padrão de acumulação procura, portanto, traduzir, a partir de uma perspectiva endógena, os problemas concretos da

acumulação de capital em condições específicas de valorização e sua respectiva superação histórica.²²⁵

A etapa concorrencial apresenta dois padrões de acumulação capitalista. O padrão clássico, no qual não há ainda diferenciação entre consumo capitalista e consumo dos trabalhadores e, deste modo, os limites da acumulação capitalista estão determinados pelas condições de produção da mais-valia.²²⁶ A introdução de progresso técnico, seja no D_I ou no D_{II} , altera o padrão clássico de acumulação, redefinindo a forma de articulação intersetorial. Quando o progresso técnico reduz os custos ao nível do sistema, o limite da acumulação é deslocado e, segundo Conceição Tavares, “[...] passa a estar dado não pelas ‘condições de produção da mais-valia’, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada”.²²⁷

Na etapa monopólica Tavares estabelece uma distinção entre economia madura e economia semi-industrializada, a partir da qual distingue o problema da acumulação capitalista e de suas resoluções. Nas economias maduras,

o problema central da acumulação oligopolista reside em que a competição intercapitalista passa a realizar-se cada vez mais pela introdução acelerada de progresso técnico, pela diferenciação da estrutura de consumo e a conquista de novos mercados. Netas condições, o equilíbrio dinâmico entre potencial de acumulação de longo prazo, taxa efetiva de crescimento e condições de realização plena da produção deixa de depender da estabilidade da relação lucros/salários. Esta última pode estabilizar-se sem que, no entanto, deixe de ocorrer uma tendência do sistema a produzir um potencial de acumulação cada vez maior em relação às condições de absorção efetiva da capacidade produtiva existente em cada período.²²⁸

Independente da estrutura de concorrência oligopólica (competitiva, concentrada ou diferenciada) a solução lógica e histórica que surge é a conglomeração financeira. Esta “corresponde basicamente a uma estrutura flexível de aplicação de capital que se destina, sobretudo, a distribuir os riscos e a buscar novas formas financeiras de igualação das taxas médias de lucro por blocos de capital”.²²⁹

Para Conceição, a estrutura oligopólica também é a norma em economias semi-industrializadas, embora estruturalmente assimétrica. O poder de acumulação entre os diferentes capitais é desproporcional, a distribuição da renda é profundamente desigual, e a incorporação do progresso técnico se restringe a setores específicos. Isto implica um modo de

²²⁵ Cf. TAVARES, 1998 [1974], p. 23-40.

²²⁶ Ibid., p. 41.

²²⁷ Ibid., p. 48.

²²⁸ Ibid., p. 52-3.

²²⁹ Ibid., p. 73.

funcionamento peculiar que se torna evidente na fase de expansão do ciclo de valorização do capital. Segundo Tavares, a acumulação oligopolista em economias semi-industrializadas apresenta um problema adicional:

O problema está em que ele não se restringe nem pelas ‘proporções dos fatores de produção’, nem pelos seus preços relativos, se não que por uma competição interna capitalista assimétrica que tende a introduzir progresso técnico em forma restringida e desigual, para aumentar as margens de lucro diferencial entre as empresas oligopolistas.²³⁰

Portanto, nos países subdesenvolvidos, a forma como se apresenta a dinâmica da acumulação depende da técnica incorporada e seu respectivo efeito sobre as estruturas de mercado (oligopólio competitivo, oligopólio diferenciado concentrado e oligopólio puro concentrado). Em suma, a tipologia dos padrões de acumulação capitalista elaborada por Tavares oferece um modelo dinâmico para a análise das economias nacionais.

Resumidamente, visto de maneira articulada, o estudo das determinações gerais do modo capitalista de produção em três níveis de abstração, os padrões de constituição do capitalismo e os padrões de acumulação capitalista constituem os elementos analíticos daquilo que estamos denominando de Economia Política da “Escola de Campinas”. Este modo de pensamento implica uma crítica teórica radical à “visão da auto-regulação da produção capitalista” e reafirma o papel do Estado como possibilidade de regulação social do capitalismo. Como resume Tavares, “o real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua ‘razão’ teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado”.²³¹

Essa conclusão revela a enorme importância do Estado para o controle do ritmo da mudança social. Estamos agora em condições de recuperar as mediações teóricas e históricas necessárias à compreensão da problemática da “revolução burguesa” e deste modo fechar o esquema analítico da Economia Política da “Escola de Campinas”.

A tentativa de articular a esfera do político com a do econômico se dá a partir da relação do Estado com o processo de industrialização. Na visão dos artífices da “Escola”, a relação entre Estado e economia sintetiza as transformações sociais que são concomitantes à consolidação de formas especificamente capitalistas de produção. Desta forma, o conjunto de questões pertinentes à construção da nação, que emana de cada etapa do processo de formação

²³⁰ TAVARES, 1998 [1974], p. 83.

²³¹ Ibid., p. 74.

e desenvolvimento do capitalismo, condensa em um único momento da história três tempos: o passado (a questão agrária), o presente (os conflitos intraburgueses e entre capital e trabalho, e a relação entre a nação em formação e o capital estrangeiro) e o futuro (demandas sociais não satisfeitas como as questões sociais). Permeando todos esses momentos está a questão da formação do Estado capitalista, como espaço de poder que está em constante disputa. O modo como são interpretadas este conjunto de questões, a forma como são hierarquizadas e as repostas a elas sugeridas conformam *vias de desenvolvimento*, que disputam a direção do processo de transformação da sociedade pelo Estado.²³²

Como sugerido por Liana Aureliano (1981 [1976]) e formalizado por Sonia Draibe (1980), o estudo da revolução burguesa pela “Escola de Campinas” se processa em três níveis de análise. O primeiro nível consiste em determinar abstratamente, para um dado momento da História, as alternativas de desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, identificar a disposição dos interesses em cada padrão de acumulação capitalista. Cada padrão de acumulação, como já vimos, descreve o modo de articulação das diferentes formas de capitais e, por consequência, o modo como o trabalho é submetido à acumulação capitalista em cada padrão. Decorre, pois, uma divisão social do trabalho sobre a qual se configuram as classes sociais, as frações de classe e os diversos setores sociais, donde emergem propostas, a partir de interesses estratégicos, de organização da sociedade. Estas propostas convertem-se em base política do Estado, na medida em que passam a concorrer pela direção política do Estado. Nos momentos em que o padrão de acumulação entra em crise, a diferenciação econômica que resulta do processo de concentração e centralização do capital é simultaneamente, no plano político, diferenciação dos interesses na sociedade. Com isto, as alternativas são redefinidas, e, por conseguinte, traduzidas em novas políticas no interior dos aparelhos do Estado, transformando o próprio Estado. Neste esquema, portanto, a categoria *vias de desenvolvimento* é a chave através da qual a “Escola de Campinas” estrutura o campo da luta de classes no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.²³³

O segundo nível busca reconhecer a configuração concreta das classes sociais, frações de classe ou setores no momento da crise e procura antever os desdobramentos possíveis da crise. Colocam-se em questão as distintas tendências de direção política no

²³² Cf. MELLO, 1983 [1975]; AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. [1976]; e DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. [1980].

²³³ DRAIBE, 1980, p. 21-26.

momento da crise. Nesta etapa da reflexão, os blocos históricos no poder emergem como objeto de análise. Embora o reconhecimento do bloco no poder revele relações de poder definidas e indique o sentido da formação da nação, em geral o bloco no poder acaba por justapor interesses heterogêneos e fragmentados, que se modificam em função das circunstâncias. Deste modo, na crise, a disposição dos interesses na sociedade é novamente embaralhada, configurando uma situação de ausência de direção política. É desta perspectiva que a “Escola de Campinas” considera a *autonomia do Estado*. Autonomia esta que não é plena nem absoluta, pois, por um lado, está fundada na ausência da direção política e, por outro, limitada pelo sentido do bloco histórico. É nestes termos que o Estado emerge como dirigente do processo de transformação da sociedade. Deriva desta perspectiva o controle do Estado como estratégia para a concretização da direção política, pois a articulação dos diferentes interesses se dá no âmbito das estruturas do Estado. Portanto, é por meio da burocracia estatal que se articulam os interesses.²³⁴

Por fim, o terceiro nível sugere que a burocracia estatal *traduz* a estrutura política que emana da divisão social do trabalho. Isto significa que as contradições da luta política na sociedade são trazidas para dentro do Estado, refletindo-se em sua institucionalidade. Estatizam-se as relações econômicas de classe, e com ela, há a corporativização, a preponderância do interesse de determinados grupos nos órgãos do Estado, e politização da luta econômica, ou seja, as lutas sociais necessariamente passam pelo Estado, é ele o campo de resolução dos conflitos na sociedade.²³⁵

Quando se observa a forma como se articula o padrão de acumulação capitalista e a questão da revolução burguesa, é inevitável a ênfase dada ao desenvolvimento das forças produtivas nos esquema analítico da “Escola de Campinas”. Teoricamente, sucede que a luta política apenas pode retardar o ritmo da mudança social. Este traço conservador da “Escola de Campinas” se revela na medida em que a disputa pela hegemonia no poder do Estado restringe-se à disputa no interior do bloco do poder, na qual as massas servem apenas de apoio ao projeto elaborado por uma vanguarda intelectual de elite supostamente progressista e atenta às demandas sociais.

Tendo o esquema analítico da Escola de Campinas delineado, podemos então interrogá-lo sobre a transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo.

²³⁴ DRAIBE, 1980, p. 36.

²³⁵ Ibid., p. 38-41.

A tese do professor João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio: contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*, define o eixo central para interpretação de Brasil da Escola de Campinas. O objetivo de seu estudo foi, como ele próprio afirma, “[...] reconstruir o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma dinâmica *contraditória* das estruturas histórico-concretas”,²³⁶ no qual “[...] o verdadeiro sujeito é o capital em desenvolvimento, que, contraditoriamente, vai constituindo um sistema capitalista específico, um sistema que tem características particulares”.²³⁷ O autor compreendia à época que “a chave para a compreensão da História estava na mudança das formas de organização da vida material. Mais ainda: o estudo da dinâmica econômica era a via de acesso privilegiada para entender o capitalismo”.²³⁸ Por isso, discordando de Furtado, bem como de Cardoso e Faletto, Cardoso de Mello defendeu uma nova periodização do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil com base nas determinações gerais do movimento do capital no Brasil em articulação com o capitalismo mundial.

De acordo com Cardoso de Mello, a formação do Brasil contemporâneo divide-se em cinco etapas: economia colonial, economia mercantil-escravista nacional, economia exportadora capitalista, industrialização restringida e industrialização pesada. Cada etapa representa um determinado padrão de acumulação que, ao se esgotar, entrar em crise, e apresenta soluções históricas concretas na qual as determinações do movimento do capital são redefinidas na Terra Brasilis. Para o autor, cada novo padrão de acumulação emergente marca a abertura de uma nova etapa no processo de desenvolvimento da economia brasileira. Portanto, em sua perspectiva, a transição de uma etapa a outra representa transformações qualitativas na forma de organização da produção e, conseqüentemente, da sociedade brasileira ao longo do tempo.

Portanto, compreender a resposta da Escola de Campinas ao processo de transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo é essencial apreender a dinâmica que encerra a passagem das etapas escravistas para a formação de um modo especificamente capitalista de produção. Vejamos, com mais detalhes da cada etapa.

Para a “Escola de Campinas”, a *economia colonial*, seguindo Prado Jr. e Celso Furtado, pode ser reduzida a dois setores: um exportador e outro produtor de alimentos. O

²³⁶ MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, G.; RÊGO, J. M. (Org.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999, p. 203, grifo do autor.

²³⁷ Ibid., p. 203.

²³⁸ Ibid., p. 185.

setor exportador se caracterizava pela produção em larga escala de gêneros coloniais destinados à exportação. A produção de alimentos se limitava a prover os viver necessários a subsistência da colônia. Não obstante, a peculiaridade da produção colonial residia no fato de ela, por um lado, ter sido organizada pelo capital mercantil e, por outro, ter se utilizado de trabalho escravo em plena Era Moderna. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a colônia era formada por produtores independentes, o trabalho compulsório também se fazia presente. Com isso havia, do ponto de vista da divisão social do trabalho, uma especialização complementar entre economia colonial e metropolitana, imposta através do “exclusivo metropolitano”.

Apesar das peculiaridades da economia colonial, na opinião de Cardoso de Mello, esta não poderia ser reduzida ao conceito de modo de produção colonial porque, em sua opinião, há formalmente capitalismo na colônia, ou seja, o capital mercantil era quem organizava a produção com o objetivo de obter lucro.²³⁹ Apoiado, portanto, em Fernando A. Novais, Cardoso de Mello afirmou existir uma única totalidade na qual a economia colonial é peça do Antigo Sistema Colonial, mecanismo de acumulação primitiva de capital.²⁴⁰

Contudo, esta forma de organização colonial foi colocada em xeque com a Revolução Industrial na Inglaterra em fins do século XVIII na medida em que ela engendrou quatro antagonismos. Primeiro, a consolidação do capitalismo na Inglaterra alterou o sentido da produção colonial. O novo caráter complementar da produção oriunda das colônias estava, pois, em reduzir os custos da força de trabalho no centro da economia mundial. Segundo, a necessidade de expansão do capitalismo inglês contestou o regime de trabalho compulsório. O assalariamento se constituía como mecanismo fundamental à criação de novos mercados aos produtos manufaturados. Terceiro, o monopólio do mercado colonial também foi questionado. O privilégio sobre o comércio colonial representava um custo sistêmico à produção industrial e obstáculo à subordinação do capital comercial ao capital industrial. Por fim, quarto, o “exclusivo metropolitano” tornou-se insustentável. A consolidação do mercado mundial organizado a partir da lógica do sistema de preços só seria possível se fossem eliminadas as restrições impostas pelo Antigo Sistema Colonial. Em suma, para Cardoso de Mello, “[...] o capitalismo industrial ‘propõe’ a formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer,

²³⁹ MELLO, 1983 [1975], p. 44.

²⁴⁰ Ver NOVAIS, 1995 [1972].

mediante trabalho assalariado”.²⁴¹ Portanto, a dificuldade de manutenção do padrão de acumulação colonial conduzia à crise da economia colonial.

Para Cardoso de Mello, no momento em que o capitalismo inglês já se encontrava consolidado, o marco apropriado ao estudo da formação do Brasil se altera. Deixa de ser o Antigo Regime e passa a ser o capitalismo em sua etapa concorrencial. Todavia, apesar do impacto da Revolução Industrial sobre a periferia, Cardoso de Mello considerava relativamente restrita a capacidade do capitalismo na etapa concorrencial de moldar a economia brasileira.²⁴² Com isso, o autor desloca sua ênfase para a “dificuldade interna de organização das economias exportadoras”.²⁴³

Na América Latina, o capitalismo industrial traz consigo o **início da crise** das economias coloniais: não se destrói seu fundamento último, o trabalho compulsório, mas tão-somente, se estimula **decisivamente** a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais. Não se liquida o trabalho compulsório, em primeiro lugar, porque a ele em nada afetava a entrada de produtos industriais ingleses, e em segundo lugar, porque a transformação do trabalho compulsório em trabalho livre era, agora, uma **decisão nacional**.²⁴⁴

Com a queda do “exclusivo metropolitano” em 1808 e a formação do Estado Nacional em 1822, encerrava-se a economia colonial, dando início ao período no qual estavam colocadas as possibilidades para internalização do excedente e, por consequência, da decisão interna de investimento.

Este novo período foi denominado de *economia mercantil-escravista cafeeira nacional*. Ele abrange o período de 1808/22 até a abolição da escravidão em 1888. Analisando os termos, é cafeeira porque o café se constituiu no principal gênero de exportação e, por conseguinte, na principal atividade econômica do país; nacional, pois o Brasil era um Estado em formação; escravista porque, enquanto nação, optou-se pela manutenção da escravidão como regime de trabalho;²⁴⁵ e mercantil, pois era este o aspecto dominante do capital cafeeiro. Como foi sugerido por Sérgio Silva, o capital cafeeiro “[...] apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial”.²⁴⁶ “Em seu conjunto, a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais”.²⁴⁷

²⁴¹ MELLO, 1983 [1975], p. 45.

²⁴² Ibid., p. 46.

²⁴³ Ibid., p. 48.

²⁴⁴ Ibid., p. 46, grifo do autor.

²⁴⁵ Ibid., p. 46.

²⁴⁶ SILVA, S., 1976, p. 60.

²⁴⁷ Ibid., p. 61.

No período mercantil-escravista, o ciclo de valorização do capital cafeeiro estava sujeito a três condições fundamentais: do ponto de vista da força de trabalho, à disponibilidade do escravo; do ponto de vista dos meios de produção, às terras férteis favoráveis ao cultivo do café; e, do ponto de vista da realização, ao acesso aos mercados externos.²⁴⁸ A fase de expansão deste ciclo coincidiu com o momento em que o consumo do café se generalizava nas zonas centrais, por um lado, e com a disponibilidade de terras próximas aos portos, assegurando reduzidos custos de transportes. Contava também com o tráfico negreiro que supria a produção cafeeira de braços para a lavoura. Cardoso de Mello chamou atenção para outros dois fatores redutores dos custos na fase de expansão do ciclo de valorização do capital cafeeiro, o cultivo predatório da terra e a superexploração do escravo.²⁴⁹

As contradições desta forma de acumulação cafeeira se intensificaram a partir da década de 1850. Apesar da alta do preço internacional do café, este circuito de acumulação encontrou obstáculos pelo lado da reposição da força de trabalho, com a proibição do tráfico negreiro e a *abolição progressiva* da escravidão, e pela dependência do produtor cafeeiro do capital mercantil para investir e comercializar a produção.²⁵⁰ Não obstante estas limitações, a expansão cafeeira se alastrou para Oeste Paulista. A estrada de ferro viabilizou a expansão da produção do café para o interior sem incorrer em elevados custos de transporte. A dificuldade de reposição do escravo foi, contudo, contrabalanceada pelo cultivo de terras mais férteis e pela introdução de indústrias de beneficiamento, que elevavam a produtividade do trabalho escravo.²⁵¹

No entanto, isto não foi suficiente. À medida que se tornava mais difícil repor o braço escravo, a imigração se tornava a solução mais viável à reposição da força de trabalho. Estrada de ferro, indústria de beneficiamento e imigração tornaram mais intensas as contradições: de um lado, reforçou o ciclo de valorização capital, pois permitiu sua continuidade; de outro, opunha-se à escravidão, pois engendraram as condições ao surgimento do trabalho assalariado. Deste modo, a imigração, financiada pelo Estado, pouco a pouco introduziu o assalariamento como regime de trabalho, e com ele as causas abolicionistas que conduziram ao fim da escravidão em 1888.²⁵² Findada a escravidão, encerra-se o período mercantil-escravista nacional da economia brasileira e com ele o Império

²⁴⁸ MELLO, 1983 [1975], p. 59-67,

²⁴⁹ Ibid., p. 69-70.

²⁵⁰ Ibid., p. 68-9.

²⁵¹ Ibid., p. 80.

²⁵² Ibid., p. 84-7.

do Brasil. A produção cafeeira, agora em bases capitalistas (trabalho assalariado e governo republicano), conformava uma nova etapa: a economia exportadora capitalista.

A economia exportadora capitalista se estendeu de 1888 até 1933. Para a “Escola de Campinas”, é nesta economia que nasce e se consolida o capital industrial no Brasil. Representa, assim, a primeira fase da transição capitalista no Brasil, ou seja, da constituição de um modo especificamente capitalista no Brasil. A caracterização da economia exportadora capitalista tem por objetivo explicar os desdobramentos concretos que levaram à consolidação do capital industrial. Para tanto, a interpretação da “Escola” reduz a economia brasileira deste período a um esquema de reprodução de dois setores – o complexo exportador cafeeiro e a grande indústria – e estabelece as conexões intersetoriais, de modo a reconhecer a forma de subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro. Em seguida, a reflexão procura reconhecer, em contraposição com outros padrões de formação do capitalismo, os obstáculos postos à acumulação industrial pela economia exportadora capitalista em seu conjunto na passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolista.²⁵³

Como na etapa anterior, a produção cafeeira requer, do ponto de vista da oferta, uma quantidade determinada de dinheiro disponível a se converter: de um lado, em terra e em meios de produção; e, de outro, em força de trabalho. Do ponto de vista da demanda, o circuito do capital cafeeiro se fecha externamente, isto é, no mercado mundial. É neste sentido que as condições de realização da produção cafeeira estão determinadas exogenamente no esquema. De outro modo, do ponto de vista do gasto corrente, a produção cafeeira é interpretada como demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista. A demanda por alimento era abastecida por um setor interno de agricultura mercantil; e a demanda por bens de consumo assalariado era suprida pelo setor industrial nascente. Não era o caso dos bens de consumo capitalista, cuja demanda era suprida através de importações. Colocado nesses termos, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa pelo setor industrial apenas no momento em que a força de trabalho empregada no complexo exportador cafeeiro demanda bens de consumo assalariado. As condições de realização do capital cafeeiro estão determinadas antes pelas condições de financiamento e investimento que, por sua vez, encontram explicação no mercado mundial.

A reprodução ampliada do capital industrial, por sua vez, está duplamente determinada pelo complexo exportador. De um lado, a obtenção de meios de produção no mercado mundial depende da capacidade de importar da economia brasileira que, por sua vez,

²⁵³ MELLO, 1983 [1975], p. 104.

depende do desempenho do complexo cafeeiro exportador. Por outro, as condições de realização do capital industrial depende da demanda por bens de consumo salário criada pelo complexo exportador. É neste sentido que o capital industrial está subordinado ao capital cafeeiro. Assim, a origem e a consolidação do capital industrial não estão, para a “Escola de Campinas”, na crise da economia exportadora, como havia sugerido a Cepal,²⁵⁴ mas, ao contrário, estão no auge exportador. Nas palavras de João Manuel Cardoso de Mello, “[...] o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador”.²⁵⁵

O processo de “vazamento” do capital-dinheiro ao capital produtivo e sua concentração estão bem explicados por Wilson Cano. Diz ele, “Quando os preços externos do café estão altos (e, portanto, os lucros também estão altos) e a situação cambial e a capacidade para importar se encontram a níveis normais – não pecando por excesso, é claro – esse ‘vazamento’ de lucros do café se fará, desde que uma parte do aumento do plantio tenha efetivamente se transformado em capacidade produtiva, gerando, assim, mais lucros e aumento o excedente do sistema”.²⁵⁶

Não obstante a concentração industrial na etapa da economia exportadora capitalista, o crescimento industrial não se converteu, para Cardoso de Mello, em processo de industrialização. Se por um lado as decisões domésticas de investimentos se direcionam para a indústria de bens de consumo em virtude de sua rentabilidade, por outro a consolidação do capital industrial no Brasil avançou *pari passu* à transição da etapa concorrencial para a etapa monopolista. Nesta segunda etapa, o poder do capitalismo de moldar a periferia já não era

²⁵⁴ Tal como problematizado pela Cepal, “para comprender dicha mecánica [del proceso de sustitución de importaciones] es importante destacar que el proceso de sustitución se inicia como consecuencia de la crisis, con la pérdida de dinamismo del modelo de crecimiento hacia afuera”. SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970, p. 356.

²⁵⁵ MELLO, 1983 [1975], p. 108, grifo do autor.

²⁵⁶ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975, p. 120. Cano (1975, p. 125) ainda chama atenção para outro aspecto importante: “[...] parece-me claro que efetivamente foi o capital cafeeiro que promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta com indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investido na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais [...]”.

mais tão restrito.²⁵⁷ Neste momento, “a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial”.²⁵⁸ Cardoso de Mello sugere, portanto, que tal subordinação tem explicação na não industrialização da economia brasileira, obstada pelo capital cafeeiro, dominado pela lógica mercantil. Sugere mais: a não constituição de forças produtivas capitalista transformava o Brasil em destino para as exportações de capitais oriundas dos capitalismos avançados.²⁵⁹ Dado o crescimento industrial, a forma com que o Estado conduziu a política econômica frente à Crise de 1929,²⁶⁰ engendrou um novo ciclo de expansão que conformou um novo padrão de crescimento chamado industrialização restringida.

O período que transcorreu entre os anos 1933 e 1955, na interpretação da “Escola”, corresponde à segunda fase da transição capitalista, isto é, ao período em que a *industrialização* estava *restringida*. A partir de 1933, do ponto de vista de sua realização, o capital industrial reverteu a subordinação ao capital cafeeiro da etapa exportadora capitalista, embora a taxa de acumulação dos meios de produção continuasse determinada, externamente, pela capacidade de importar, e, internamente, pela base técnica, incapaz de revolucionar a si própria, e pela ausência de um sistema de crédito, capaz de mobilizar recursos líquidos necessários a indústria pesada. Conceição Tavares delimita bem a questão:

Nesse período da industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação”²⁶¹ do processo de desenvolvimento.²⁶²

²⁵⁷ MELLO, 1983 [1975], p. 49.

²⁵⁸ Ibid., p. 108.

²⁵⁹ Ibid., p. 109. A respeito do papel do capital estrangeiro ver CASTRO, Ana Celia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1976.

²⁶⁰ Cf. AURELIANO, 1976. Ver também MELLO, João Manuel Cardoso; TAVARES, Maria da Conceição. The capitalist export economy in Brazil: 1884-1930. In: CORTES-CONTE, R.; HUNT, S. J. (Ed.) *The Latin American economies: growth and the export sector 1880-1930*. New York, N.Y: Homes & Meier, 1985, p. 82-136.

²⁶¹ Autodeterminação é um conceito muito controverso. Precisemos, portanto, o sentido em que ele é empregado pela “Escola de Campinas”. João Manuel Cardoso de Mello é claro: “quando eu falo em autodeterminação do capital, estou pensando na libertação do capital industrial das amarras que lhe impunha a velha ordem exportadora e a dominação do capital mercantil” MELLO, 1999, p. 204.

²⁶² TAVARES, 1998 [1974], p. 131.

Apesar dessas restrições, a dinâmica da economia brasileira passou a estar apoiada na indústria. Entre 1933 e 1955, a descontinuidade técnica e financeira, e a considerável taxa de retorno em relação ao risco, explicada em parte pela baixa competitividade e pelos reduzidos custos da mão-de-obra, tornou possível a reprodução ampliada do capital industrial “desde dentro,” isto é, a partir da diversificação da estrutura produtiva, na qual o circuito de valorização do capital produtivo se fechava no mercado interno. Isto tornava possível não só reproduzir a força de trabalho, como também parte do próprio capital constante. Apesar disto, a industrialização estava restringida porque não encontrava no próprio padrão de acumulação condições para a sua superação. Foi necessário que uma “grande onda de inovação” a subvertesse. O Plano de Metas definiu, deste modo, um novo momento da formação da economia brasileira, dando início ao processo de industrialização pesada.

A fase de *industrialização pesada* representa, na periodização da “Escola e Campinas”, o último momento da transição capitalista. Neste período foram superados os obstáculos que restringiam a industrialização no Brasil. A partir de meados da década de 1950, à medida que a Europa se recuperava da Segunda Guerra Mundial, os mercados emergentes da periferia se tornavam atraentes aos capitais do centro. Dando início a uma nova onda de expansão em direção à periferia (o que Cardoso e Faletto chamaram de internacionalização do capital). A particularidade deste período era o perfil dos novos investimentos. Eles exigiam capacidade ociosa planejada, bem como mobilização e centralização de capitais de grande vulto, que configurava barreiras à entrada aos capitais nacionais. É neste sentido que o ingresso do capital estrangeiro se colocou à época para a sociedade brasileira como solução aos obstáculos à industrialização. Não obstante, para que o capital estrangeiro se articulasse ao processo de desenvolvimento brasileiro foram exigidas economias externas. Neste período, portanto, o Estado assumiu feição particular, convertendo-se na base da associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro. Através de investimentos estratégicos, ele criando economias externas que favoreceram a decisão de investimento tanto do capital nacional como do estrangeiro. Para a Escola de Campinas, essa forma de associação não prejudicou nem “desnacionalizou” o capital nacional, mas apenas o deixou, em termos absolutos, mais exposto às flutuações do nível de atividade econômica. Belluzzo e Coutinho sintetizam a questão da seguinte forma:

Aí reside o problema crucial para que avancem as industrializações tardias. Fica patente que a forma de intervenção do Estado é decisiva. O que se requer é que o Estado funcione como aglutinador de um processo de monopolização de capital no âmbito de sua economia nacional para viabilizar, diretamente (através de empresas públicas) ou indiretamente, a constituição do departamento de bens de produção. O

grau em que o Estado consiga avançar nesse sentido determina o nível de integração e as possibilidades de expansão, que podem ser alcançados pelo capital internacional. Simultaneamente, o modo específico de articulação entre os setores internacionalizados e o Estado demarca as áreas de expansão para o capital nacional privado, configurando uma estrutura monopolista singular.²⁶³

“Assim, o processo de industrialização periférico só poderia completar-se através da organização de uma *forma avançada de ‘capitalismo monopolistas de Estado’*”,²⁶⁴ pois, de um lado, o Estado cumpre a função de sistema financeiro público e, de outro, a de grande empresa capitalista. “Este fato de o Estado condensar as formas mais abstratas do capital é que confere ao capitalismo monopolista retardatário uma condição ainda mais “desenvolvida”, no sentido de que tende a apresentar, neste aspecto, um grau mais avançado de “socialização” da produção capitalista”.²⁶⁵ Como afirma Carlos Lessa, ao Estado coube a função de gestor do pacto do capitalismo associado.²⁶⁶

Conquanto o Estado é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo do Brasil, a Escolha de Campinas também procurou indicar os limites de sua intervenção na formação do mercado interno. De acordo com Cardoso de Mello, teoricamente, ao contrário do capitalismo concorrencial no qual há autoregulação, no capitalismo monopolista “[...] as funções de regulação passam a ser exercidas no âmbito do próprio Estado”.²⁶⁷ Consequentemente, em estruturas monopolistas, “[...] há uma politização da economia, no sentido de que tanto a forma de concorrência intercapitalista quanto a forma das relações entre capital e trabalho são constituídas no Estado”.²⁶⁸ Para o autor, a consequência imediata é que nenhum conflito pode ignorar a presença do Estado. É neste sentido que a Escola de Campinas considera o termo capitalismo monopolista de Estado. Para eles, a estatização é, “na realidade, o epifenômeno das novas formas de regulação encarnadas no Estado [...]”.²⁶⁹ Por consequência, “[...] seus limites estão dados pelas necessidades do próprio capital monopolista”.²⁷⁰ Ao aproximar esta questão para o Brasil, Cardoso de Mello destaca, como já discutimos longamente, que o capitalismo tardio brasileiro tem sua singularidade definida em

²⁶³ COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977], p. 22.

²⁶⁴ Ibid., p. 23.

²⁶⁵ Ibid., p. 24.

²⁶⁶ LESSA, Carlos; DAIN, Salumis. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema do Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1980], p. 222.

²⁶⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização. *Ensaio de Opinião*, No. 2-3, Rio de Janeiro, 1977, p. 16.

²⁶⁸ Ibid., p. 16.

²⁶⁹ Ibid., p. 16.

²⁷⁰ Ibid., p. 16.

função da “[...] existência de um setor produtivo estatal na indústria de base e pela profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo, e consequentemente por uma fragilidade contingente do capital monopolista nacional”.²⁷¹ Se nos períodos de crescimento econômico o Estado é capaz de conciliar os interesses, na crise o Estado revela seus limites. De acordo com Cardoso de Mello, o problema dos limites da estatização está no fato do Estado ser “[...] dardejado por uma onda de solicitações contraditórias que é incapaz de anteder e conciliar”.²⁷² Deste modo, por um lado, “o aturdido Leviatã assiste, de mãos atadas, o encurtamento súbito de seu poder financeiro e é surpreendido por acusações de promover a estabilização desenfreada”.²⁷³ Por outro lado, a grande empresa internacional, “não está comprometida com o nosso destino, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação”.²⁷⁴

Em que pese a complexidade da argumentação campineira, o argumento é simples e seu desfecho mais ainda. A formação do Brasil contemporâneo é explicada a partir do processo de industrialização, o qual, segundo João Manuel, “[...] chegara ao fim e [cuja] autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído”.²⁷⁵

Portanto, quando observamos em perspectiva as obras daqueles que fundaram a Escola de Campinas, concluímos que o capitalismo tardio poder é mais que um padrão de acumulação do capitalismo. Trata-se, na verdade, de uma narrativa que visa reconstruir o processo de formação e desenvolvimento do Brasil contemporâneo. E, nesta reconstrução, a superação da sociedade colonial é explicada pelo impacto do progresso técnico (leia-se, a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas) sobre a estrutura social escravista que se desmoronava. De fato, não estava em discussão o caráter liberal da sociedade que se buscava formar, senão a sua própria viabilidade. Tanto na crítica à economia política cepalina, como no combate ao projeto (neo)liberal, a Escola de Campinas disputava os meios pelos quais a construção de uma sociedade nacional fundada sobre o mercado interno poderia ser viável em uma sociedade de passado colonial.

²⁷¹ MELLO, 1977, p. 16.

²⁷² Ibid., p. 16.

²⁷³ Ibid., p. 16.

²⁷⁴ Ibid., p. 16.

²⁷⁵ MELLO, 1983 [1975], p. 122.

4.3. À Esquerda do Reformismo

4.3.1. Caio Prado Jr. e a Revolução Brasileira

Situamos à esquerda do Reformismo aqueles autores cujas interpretações da formação e desenvolvimento do Brasil contemporâneo não reconheciam a compatibilidade entre a modernização capitalista e a apropriação coletiva dos frutos do progresso. Um exemplo marcante desta posição é Caio Prado Jr., que se situava no vértice oposto ao (neo)liberalismo de Roberto Campos e do reformismo de Celso Furtado, bem como dos demais herdeiros da tradição cepalina. Para ele não se tratava de rastrear os obstáculos à difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade, apostando na sua capacidade de transformar estruturalmente as formas tradicionais de organização social, seja a partir da perspectiva da adequação cultural do brasileiro como propôs Campos ou dos determinantes histórico-estruturais como formularam Furtado e seus revisionistas, Cardoso e Faletto e a Escola de Campinas. Caio Prado Jr. atacou a problemática da formação do Brasil contemporâneo do ponto de vista da formação da identidade nacional.²⁷⁶ Neste processo, ele buscava identificar as possibilidades de mudança social inscritas no processo histórico de construção da sociedade nacional brasileira nos marcos do sistema capitalista mundial.

Caio visualizava em seu horizonte de expectativa o socialismo. O autor acreditava que “[...] o socialismo contrapartida que é do capitalismo em vias de desintegração numa escala mundial, é onde irá desembocar afinal, mas cedo ou mais tarde, a humanidade”.²⁷⁷ Cauteloso, porém, Caio observou que o socialismo “[...] representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado”.²⁷⁸ Além disso, para ele o socialismo não possui um programa predeterminado para sua consecução. Portanto, Prado Jr. concebia construir uma sociedade na qual os meios de produção fossem socializados, em que a exploração do trabalho e a divisão da sociedade em classes antagônicas fossem eliminadas juntamente com suas consequências materiais e morais.

A partir desta percepção, a reflexão de Caio Prado Jr. delineava uma crítica não apenas às vozes que vislumbram no capital o agente civilizador, como também se afastava do marxismo oficial à época associado ao nacional-desenvolvimentismo. O eixo central de sua

²⁷⁶ Cf. NOVAIS, 2005, p. 285.

²⁷⁷ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 16.

²⁷⁸ Ibid., p. 16.

crítica tanto aos neoliberais como aos marxistas, passando pelos desenvolvimentistas se direcionava aos esquemas de interpretação da realidade brasileira.

Em *História e desenvolvimento*, por exemplo, Caio atacou o núcleo *mainstream* das teorias do desenvolvimento. Segundo ele, o desenvolvimento e crescimento econômico “[...] não podem ser incluídos em modelos analíticos de alto nível de abstração [...]”,²⁷⁹ como fazem os economistas. Muito menos deduzir daí que o problema do subdesenvolvimento é um insuficiência de investimento. Comentando o esquema de Rostow, Caio concluiu que:

Contudo aí pára a teoria, não procurando explicar o surgimento daqueles fatores que propiciariam o desenvolvimento. Nem mesmo ela se propõe a questão de ligar esse surgimento com as condições próprias e específicas da situação e com a conjuntura do momento em que aquele surgimento se verifica. Ora é precisamente isso que mais importa. A saber, o processo histórico global e de conjunto que liga o passado ao presente; que se forja naquele passado e que abre perspectivas para o futuro. Essa continuidade se encontra, e somente aí nos é dado descobri-la, nos fatos específicos e sua interligação que vai dar naquele processo histórico e o configura. Processo que é *sobretudo* histórico, e não se ajusta a modelos construídos *a priori* na base de ocorrências que caracterizam (aliás parcialmente apenas) a institucionalização das relações capitalistas de produção nos países que foram seus pioneiros. É na especificidade própria de cada país que se há de indagar do processo pelo qual ele se formou, evoluiu, cresceu e desenvolveu, ou se pode desenvolver e como, a fim de emparelhar-se aos padrões do mundo moderno.²⁸⁰

Para ele, a resposta deve ser buscada além:

O que deve ser considerado e que dá conta desse crescimento é o que se encontra na base e por detrás das inversões (e que são, em si apenas, unicamente um momento e aspecto no processo global da produção). A saber, essencialmente, as circunstâncias gerais e os fatores originários que condicionam, promovem e impulsionam a produção; é em primeiro e principal lugar, a conjuntura mercantil, isto é, as características da demanda. Bem como as condições que em que produção se organiza, e as relações de produção se estabelecem. É isto que condicionará o afluxo de capital, a formação e a acumulação dele, e a resultante inversão produtiva que vem assim, pode-se de certa forma dizer, em último lugar, e certamente, como incidente apenas.²⁸¹

Posto nesses termos, não se pode negar, contudo, que as críticas reformistas às teorias da modernização também coincidem com a posição de Caio Prado, sobretudo o ponto de partida da Escola de Campinas, a qual também possui alguma inspiração em Marx. Contudo, como já indicamos anteriormente, Furtado procurou destacar “os parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos”. Nesta linha, apesar das críticas à tradição clássica não houve uma ruptura fundamental com as teorias econômicas em geral. Os cepalinos buscaram, na verdade, antes historicizar as leis econômicas do que abandoná-las.²⁸²

²⁷⁹ PRADO Jr., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1968], p. 16.

²⁸⁰ Ibid., p. 30-1.

²⁸¹ Ibid., p. 26.

²⁸² Cf. SUNKEL; PAZ, 1970.

Deste modo, endossavam o formalismo que perpassa a análise econômica do passado.

Nesta linha, atenuando uma possível crítica à Escola de Campinas a partir de Caio Prado Jr., pode-se dizer que ele faz uma crítica geral aos neoliberais, que respinga também nos reformistas, argumentando que pecam por excesso de abstração.

O tom da crítica é semelhante ao do marxismo oficial. Em sua crítica ao programa da revolução Brasileira do PCB, Caio argumentou que:

No Brasil, [...], a teoria marxista da revolução, na qual direta ou indiretamente, deliberadamente ou inadvertidamente se inspira todo pensamento brasileira de esquerda, e que forneceu mesmo os lineamentos gerais de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil, a teoria marxista da revolução elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Ou melhor, adaptando-se aos conceitos aprioristicamente estabelecidos e de maneira mais ou menos forçada, os fatos reais. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte na irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras do nossa economia e estrutura social e política aparecem com frequência grosseiramente deformadas.²⁸³

Tentando escapar desse lugar comum no qual o debate sobre o desenvolvimento recorrentemente caía, Caio Prado Jr. optou por certo materialismo histórico como meio de acesso à realidade social brasileira, porém distinto daquele dos Partidos Comunistas que, sob a influência de Stalin, definiram uma visão esquemática e etapista do processo histórico. Desde *Evolução Política do Brasil*, Caio tinha a pretensão de incluir os setores excluídos na evolução histórica brasileira. Ele lembra: “quis mostrar, [...], que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial”.²⁸⁴

É para trazer à baila os personagens oprimidos na evolução histórica do Brasil que podemos compreender o conceito de desenvolvimento para Prado Jr., o qual corresponde a “[...] condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e a cultura modernas são capazes proporcionar”.²⁸⁵ Por consequência, subdesenvolvimento corresponde a uma situação na qual os países “[...] não apresentam nas suas instituições as formas amadurecidas do capitalismo, ou não oferecem nas suas origens as formas clássicas das quais evoluiu esse capitalismo”.²⁸⁶

Por isso que para Caio Prado Jr. o desenvolvimento capitalista “[...] deve ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser

²⁸³ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 29.

²⁸⁴ PRADO Jr., 2001 [1933], p. 10.

²⁸⁵ PRADO Jr., 1999 [1968], p. 15.

²⁸⁶ Ibid., p. 16.

considerado”.²⁸⁷ O caso específico da formação do Brasil contemporâneo, deve ser rastreado, portanto, no processo de expansão do capitalismo comercial que inaugura a transição para a Época Contemporânea. É a noção de *sentido da colonização* que oferece a linha central a partir da qual Caio Prado apreendeu a formação, evolução e maneira de ser do Brasil, ou melhor, de construção da coletividade nacional. Como observou o professor Fernando Novais,

o “sentido da colonização”, categoria analítica básica, é apreendido por meio da inserção do objeto (colonização europeia na América) num todo maior, ou seja, os mecanismos comerciais da expansão marítima europeia. Assim, a localização do fenômeno na totalidade de que faz parte, situando em seus nexos, permitira a apreensão das categorias a partir das quais a reconstrução inteligível se torna uma possibilidade.²⁸⁸

Com base na categoria de sentido da colonização, Caio Prado Jr. argumentou que o Brasil contemporâneo deveria ser apreendido como uma situação transitória de um passado colonial (um aglomerado heterogêneo de fatos) para uma coletividade nacionalmente organizada, a qual envolvia uma transformação global da sociedade tanto do ponto de vista de sua organização política como de sua organização econômica. Do ponto de vista político, tratava-se da formação de um Estado nacional. Do ponto de vista econômico, da reorientação da produção, antes destinada ao mercado externo, para a integração e organização da nação. Sendo assim, para Caio, a Independência (1822), a abolição do tráfico (1850), a imigração do trabalhador europeu, e a abolição da escravidão (1888) configuram as quatro etapas que inauguraram a transição para um novo futuro. Como ele próprio observou:

A independência (que tem seu ponto de partida a transferência da corte portuguesa em 1808) assinala a estruturação do Estado brasileiro, o que determina, com a configuração da nova individualidade nacional que o Brasil passava a apresentar, a grande e variada série de consequência que derivam da inclusão no próprio país e sobre a base exclusiva de nacionais, do seu centro político, administrativo e social. A inspiração, orientação e direção do conjunto da vida brasileira se farão daí por diante a partir de seu próprio interior onde se localizarão seus estímulos e impulsos, o que torna possível definir, propor e realizar as aspirações e interesses propriamente nacionais.²⁸⁹

Por seu turno, com relação à incorporação das massas de trabalhadores a essa nova sociedade que se afigurava, ele destacou que:

Enquanto a supressão do tráfico punha termo ao mais grave fator de perturbação do processo de integração social na nacionalidade brasileira, e que consistia no afluxo maciço de contingentes demográficos inassimiláveis a não ser através de longo e difícil processo que ainda fará sentir seus efeitos muito depois da cessação do trabalho, o afluxo de trabalhadores europeus e a abolição da escravidão significam na sua expressão mais ampla e profunda, o início da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira, na qual não passara anteriormente

²⁸⁷ PRADO Jr., 1999 [1968], p. 16

²⁸⁸ NOVAIS, 2005, p. 288.

²⁸⁹ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 83.

de setor marginal e sem outra função e expressão que satisfazer as necessidades de energia física aplicada ao trabalho e à produção. A sua integração na sociedade brasileira permitirá a amalgamação desta num todo homogêneo, eliminando o dualismo, irreduzível por outra forma, do sistema implantado pela colonização, a saber, de um lado os dirigentes da empresa mercantil aqui montada e destinada a suprir sua produção o comércio exterior, e de outro, os trabalhadores que dariam a essa empresa o esforço físico necessário à realização de seus fins, e que não passavam e não deviam passar disso: simples fornecedores de energia produtiva, nada mais que instrumentos de trabalho.²⁹⁰

Concluindo que:

Superava-se assim, definitivamente, a natureza e estrutura colonial da sociedade brasileira, abrindo caminho para a sua completa integração nacional. Esse processo de integração, ainda hoje sob certos aspectos incompleto, particularmente no que respeita a importantes contingentes da população rural, constitui um dos traços mais salientes da presente situação do país.²⁹¹

Portanto, para Caio Prado Jr., a evolução histórica do Brasil é processo lento de mudança social que articula passado, presente e futuro. Para ele o passado é como um elo de uma corrente. O presente, por sua vez, é resultado e expressão dessa mesma corrente, ao passo que o futuro corresponde às possibilidades inscritas nesse processo. Nestes termos, o período colonial é o passado brasileiro, a nação seu futuro e, o presente, porém, um emaranhado de contradições que revela um momento decisivo:

O Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de soluções efetiva e permanente.²⁹²

Para o autor, o que obsta o movimento em direção à sociedade brasileira efetivamente nacional são os resquícios coloniais inscritos nas estruturas econômica, política e cultural do país. Para Prado Jr., os traços coloniais remanescentes são a base para a dominação imperialista e impedem que a construção do mercado interno se oriente para a satisfação das carências e necessidades do povo brasileiro.²⁹³ Apesar do interesse das empresas imperialista no mercado interno brasileiro e das transformações da estrutura produtivas por elas engendradas, a penetração do capital estrangeiro não eliminou a contradição fundamental do antigo sistema colonial, qual seja, a dominação externa e a organização da produção orientada aos interesses forâneos.

De acordo com Caio Prado Jr, no período do Brasil contemporâneo a economia

²⁹⁰ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 84-5.

²⁹¹ Ibid., p. 85.

²⁹² Ibid., p. 12.

²⁹³ Ibid., p. 86-7.

brasileira está enquadrada no sistema imperialista de dominação e, deste modo, seu desenvolvimento encontra-se subordinado aos interesses dos *trustes* internacionais. Desta análise, Caio concluiu que o imperialismo não contribui para o desenvolvimento nacional. Ao contrário, em sua interpretação, a presença imperialista engendra novos e poderosos fatores de desestabilização. Em especial, destaca-se a intensificação da exploração à medida que a renda transferida ao exterior inviabiliza a capacidade do país definir soberanamente, por exemplo, sua política econômica.

Deste ponto de vista, muito embora a passagem da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo tenha apresentado transformações qualitativas, Caio Prado Jr. observou similitudes entre o Antigo Sistema Colonial e o Sistema Imperialista.

Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente. E o que é mais grave, não se acha decisivamente engajada no processo dessa integração, continuando pendentes, sem perspectiva de solução dentro da atual ordem de coisas e marcha dos acontecimentos, óbices essenciais ao desenvolvimento daquele processo. Diversificou-se a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. Estimulou em especial, e em escala já hoje apreciável, a industrialização. E com isso o Brasil deixou de ser um simples fornecedor de gêneros alimentares e matérias-primas demandadas pelos mercados internacionais. Outras atividades de relativo vulto, e que pesam apreciavelmente na vida econômica brasileira, se orientam para dentro do país e para a satisfação das necessidades de sua população. Numa palavra, o mercado interno antes inexpressivo e contando muito pouco como fator de propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. Isso sem dúvida constituiu um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é o progresso que, pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas. Isso porque se subordina a circunstância que embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança. De um lado, segundo vimos, porque a diversificação da produção para o atendimento das necessidades próprias do país e se sua população, e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia, e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassando enquadramento colonial. De outro lado, a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais, conforme observamos, nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas. Com isso evidentemente a economia brasileira se subordina a interesses e conveniências daqueles empreendimentos.²⁹⁴

Portanto, colocando em poucas palavras o argumento de Caio Prado Jr., não obstante os avanços do ponto de vista da integração da economia brasileira, o exclusivo

²⁹⁴ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 92.

colonial mante-se fundamentalmente o mesmo, alterando-se apenas a sua forma. Segundo ele, as novas relações com o sistema internacional do capitalismo não eliminaram a tendência ao desequilíbrio externo, que se torna, na verdade, mais grave. “Não são mais unicamente as vicissitudes da exportação brasileira, como ocorria anteriormente, que determinam o estado daquelas contas”, afirmou Caio. São “[...] os fluxos de capitais controlados do exterior e que sob diversas formas (inversões, financiamentos, empréstimos, amortizações, rendimento etc.) se fazem num e noutro sentido em função dos interesses da finança internacional”.²⁹⁵

É por este caminho, pela questão do imperialismo, que Caio Prado Jr. armou, por um lado, sua crítica ao debate brasileiro do desenvolvimento em geral e ao Partido Comunista Brasileiro em particular. Para ele era preciso compreender melhor os mecanismos do sistema internacional do capitalismo na etapa imperialista e os meios pelos quais ele exercia sua dominação sobre países periféricos e subordinados.

Por outro lado, ainda enfocando a herança do sistema colonial no Brasil contemporâneo, Prado Jr. delineou sua crítica enfatizando as relações de trabalho a partir do estatuto do trabalhador rural. Para ele, ainda que a abolição da escravidão tenha estabelecido as condições para a generalização do trabalho assalariado, ela não eliminou traços escravistas no cotidiano do mundo do trabalho brasileiro. Estes traços, segundo Caio Prado Jr., “[...] têm sido altamente favoráveis [ao desenvolvimento capitalista], pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalho, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista”.²⁹⁶ Deste modo, para ele, as resquícios pré-capitalistas não são obstáculos ao capitalismo, mas seu contrário. Por este caminho, Caio Prado Jr. se afastou das teses que interpretavam as relações de trabalho no campo brasileiro como feudais ou semifeudais. Consequentemente, para o autor, a teoria da revolução brasileira necessitava de uma revisão radical. Segundo ele, para sujeitar o desenvolvimento nacional a outros designo que não a construção de uma ordem social liberal requeria apreender as virtualidades socialistas inscritas no avanço do capitalismo no Brasil.

De maneira figurada, pode-se dizer que o Brasil contemporâneo para Caio Prado Jr. é, portanto, um prolongamento do passado, no qual o subdesenvolvimento e dependência que o caracterizam são, na verdade, um aprofundamento das contradições do período colonial.

²⁹⁵ PRADO Jr., 2004 [1966], p. 92.

²⁹⁶ Ibid., p. 97.

4.3.2. Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência

Ainda no campo do marxismo latino-americano, buscando levar a diante a crítica à sociedade nacional brasileira em formação, e fundada no materialismo histórico, situa-se a Teoria Marxista da Dependência. Os principais expoentes desta perspectiva no Brasil são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.²⁹⁷

Como lembra Theotônio dos Santos,

*El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos dio origen a la teoría del colonialismo y del imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia. Por esto, debemos considerar limitados los enfoques de los autores de la teoría del imperialismo. Tanto Lenin, Bujarin, Rosa Luxemburgo, los principales elaboradores marxista de la teoría del imperialismo, como los pocos autores no marxistas que se ocuparon del tema, como Hobson, no han enfocado el tema del imperialismo desde el punto de vista de los países dependientes. A pesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, ella tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y que actúa sobre él de esta manera específica. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo sino también contribuir a su reformulación.*²⁹⁸

Herdeira da tradição marxista, portanto, a vertente marxista da Teoria da Dependência tinha como horizonte de expectativa a revolução socialista. Conforme compreendia Marini, “o socialismo pode ser entendido como o período de transição para uma nova era histórica e se caracteriza pela superação da propriedade privada em favor de uma nova forma de propriedade individual, baseada na socialização dos meios de produção. Ele corresponde, no plano político, a uma democracia ampliada e participativa, dirigida à imensa maioria da sociedade”.²⁹⁹ Isto implicava uma formulação teórica que visava estabelecer a crítica ao modo de vida capitalista em sua essência, buscando definir uma prática emancipatória e libertária. Não surpreende, portanto, que Ruy Mauro Marini e seus companheiros se situarem no vértice oposto às posições dos autores neoliberais e reformistas no debate brasileiro sobre o desenvolvimento.

Aprofundando as críticas de Caio Prado Jr., a Teoria Marxista da Dependência (TMD) surgiu sob o impacto do Golpe de 1964. Ela tinha por objetivo revisar as teses do

²⁹⁷ Para uma reconstituição da trajetória da vertente marxista da dependência ver BICHIR, Máira Machado. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

²⁹⁸ SANTOS, Theotonio. Subdesarrollo y dependencia. In: LÖWY, Michael. *El Marxismo en América Latina*. 1ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2007, p. 504.

²⁹⁹ MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais!* No. 5, 1998, p. 112.

Partido Comunista Brasileiro e atacar as revisões cepalinas da vertente weberiana da Teoria da Dependência e da Escola de Campinas. Enquanto o PCB foi acusado de se apropriar de maneira mecanicista do materialismo histórico, a vertente marxista da dependência acusou Cardoso e Faletto de recolocarem o projeto cepalino de reforma, abrindo mão da questão nacional. A Escola de Campinas, por sua vez, ao enfatizar a concorrência intercapitalista e seu impacto no desenvolvimento das formas do capital, foi acusada de excluir a luta de classe da análise do processo de acumulação de capital. O ataque simultâneo a essas frentes tinha como objetivo central desconstruir a tese de que a aliança entre o PCB e o nacional-desenvolvimentismo para reformar o capitalismo brasileiro era uma etapa necessária da revolução socialista no Brasil.

Neste contexto, não se pode compreender a análise da transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo sem antes levarmos em consideração a teoria da acumulação capitalista subjacente ao pensamento de Marini.

Em seu clássico ensaio *A dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini procurou estabelecer as hipóteses básicas para interpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo na América Latina em geral e do Brasil em particular. Diferentemente dos autores analisados até aqui, para Marini a expansão do capitalismo não correspondia à difusão da racionalidade instrumental no tecido social ou a introdução de forças produtivas especificamente capitalista no sistema econômico nacional em formação. Para ele, a expansão do capitalismo significava o aprofundamento de um sistema mundial de exploração baseado no regime de trabalho assalariado. Neste regime, as condições de exploração eram determinadas pela posição que cada país ocupava na divisão mundial do trabalho – ou mais precisamente, no processo de integração dos sistemas nacionais de produção. Sob este prisma, Marini construiu sua análise tendo como base o processo de construção de mercados internos na periferia latino-americana do sistema mundial capitalista. Vejamos com mais detalhe seu argumento.

Retomando Caio Prado Jr. e Sergio Bagú, Marini considerava que a integração da América Latina ao mercado mundial teve origem na expansão comercial do século XVI. Não obstante, a Revolução Industrial na Europa a partir do século XVIII assentou as bases para a formação de um mercado realmente mundial, no qual a América Latina passava a assumir importante função de fornecedora de alimentos e matérias-primas. Esta nova função permitia às economias centrais passarem do regime de exploração baseado na mais-valia absoluta para outro baseado em mais-valia relativa, redefinindo, portanto, as formas como se articulavam as zonas centrais e periféricas via mercado mundial.

Esse processo conduziu aos processos de independência tanto na América espanhola como na América portuguesa. Além disso, a nova dinâmica da reprodução ampliada do sistema capitalista mundial exigiu não apenas a liquidação da situação colonial, como também a substituição do sistema de exploração baseado na escravidão pelo regime de trabalho livre.

Nesta direção, Marini distingue a *situación de dependencia* da *situación colonial*. Para o autor, a situação de dependência corresponde a “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, cujo marco das relações de produção das nações subordinadas é modificado ou recriado para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.³⁰⁰

Segundo Marini, no centro do sistema capitalista, a produção de mais valor advinha do ganho de produtividade do sistema de produção emergente com a Revolução Industrial. Tal sistema permitia a existência de lucros extraordinários que alteravam a distribuição real de mais-valia entre os capitalistas individuais sem incorrer em uma maior exploração do trabalho. Consequentemente, isto não alterava a taxa de mais-valia na medida em que a importação de alimentos e matérias-primas da periferia permitia reduzir indiretamente o tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho. Na América Latina, por sua vez, a elevação da oferta de alimentos afetava diretamente o valor da força de trabalho, reduzindo seu preço e convertendo os ganhos de produtividade em uma maior cota de mais-valia.

Do ponto de vista dinâmico, são duas as contradições das economias centrais apontadas por Marini. A primeira residia no fato segundo o qual quanto maior a mais-valia relativa maior era a queda da taxa de lucro. Tal queda era contrastada pelo aprofundamento da proletarianização e pelo aumento da oferta de matérias-primas, ou seja, pelo aumento da massa de mercadorias no mercado mundial. A segunda contradição observada pelo autor era a tendência declinante dos preços relativos.

Observe-se que Marini trabalhava a teoria da exploração em dois níveis: na esfera da produção e na esfera da circulação. Cada esfera implicava situações distintas. No interior do mesmo ramo de produção o aumento da produtividade do trabalho conduz à queda dos custos de produção e, portanto, no aumento do lucro extraordinário. Entretanto, na esfera na

³⁰⁰ MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, C. E. (Comp.) *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008 [1973], p. 111.

circulação, quando se confrontam dois ramos diferentes de produção, engendra-se a tendência ao intercâmbio desigual. Esta segunda situação é, segundo Marini, a mais importante para compreender o caráter singular das economias dependentes em articulação com o mercado mundial.

À medida que o centro se especializava na produção bens industriais e a América Latina em matérias-primas, parte do mais valor gerado na periferia era transferido para centro por meio do mecanismo do intercâmbio desigual. Isto impelia os capitalistas situados na periferia a buscarem novas formas de compensação da queda da taxa de lucro. Para Marini, a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a superexploração do trabalho se apresentavam como meios de compensação. Dessa forma, segundo o pensador marxista, o que é específico no desenvolvimento capitalista na América Latina é a superexploração do trabalho, que é uma forma pela qual os capitalistas situados na periferia transferem aos trabalhadores as pressões competitivas às quais estão sujeitos no processo mundial de acumulação. Ao pagar um salário inferior ao custo socialmente necessário à reprodução do trabalhador, os capitalistas corrigem o problema da taxa de lucro por meio de um aprofundamento da exploração, isto é, da superexploração.

Dado o fenômeno da superexploração, Marini revisou a teoria da acumulação de capital de Marx levando em consideração as transformações das condições de acumulação capitalista na passagem da etapa do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Para ele, a exportação de capitais assumiu novo caráter no pós-Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, ocorreu uma transformação na própria estrutura da empresa capitalista, que se integrou verticalmente em diferentes países. O capital também perdeu seu caráter nacional na medida em que os processos de fusões e aquisições se intensificaram em nível global. O interesses dos capitais, agora mundializados, em investir na periferia tinha origem na maior rentabilidade oriunda das diferenças salariais entre os países. Todas estas transformações deslocaram, segundo Marini, o mecanismo de nivelção da taxa de lucro que opera *entre* as empresas na etapa competitiva para *intra*-empresas na etapa monopolista. A consequência mais imediata dessa transformação qualitativa do modo de funcionamento do capitalismo foi a redução do tempo de rotação do capital e a definição de uma nova hierarquia mundial das atividades econômicas. Como o próprio autor destaca em outro ensaio,

[a] emergência de uma integração hierarquizada dos centros de acumulação, característica do período em que o capital privado recupera plenamente as rédeas de seu próprio processo de valorização.

Como quer que seja, a expansão e a aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova

economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto daquele vigente antes da crise mundial que mencionamos inicialmente. Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas; mais ainda, quando consideramos a extensão e a diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. O resultado tem sido um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. Este processo de diversificação, que é simultaneamente um processo de integração, segue ostentando à sua testa a superpotência que a crise mundial fez surgir: os Estados Unidos da América.³⁰¹

Em consequência disso, Marini discordava tanto da vertente weberiana da dependência, como da Escola de Campinas, que observam no período subsequente ao Breton Woods, um processo de internacionalização das economias nacionais. Ele afirmava que

Essa penetração do capital estrangeiro na economia latino-americana, e em particular em seu setor manufatureiro, é apresentada por alguns autores como um processo de internacionalização do mercado interno. Tal expressão gera confusão. Embora seja verdade que, entre as décadas de 1920 e 1940, a indústria latino-americana obteve, em alguns países, um peso importante no mercado interno – o que é conhecido como primeira fase da industrialização substitutiva de importações -, o fato mesmo de que se tratara de um processo de substituição indica que este correspondia a um aumento da participação da produção nacional em um mercado já constituído, e constituído precisamente por um caráter internacionalizado. *O que caracteriza realmente o período do pós-guerra é a reconquista desse mercado pelo capital estrangeiro, não mais através do comércio, mas sim da produção. Mais do que a internacionalização do mercado interno, trata-se da internacionalização (e a conseguinte desnacionalização) do sistema produtivo nacional, isto é, de sua integração à economia capitalista mundial.*³⁰²

Segundo Marini, a integração dos sistemas nacionais de produção por meio dos investimentos estrangeiros diretos teve impacto direto no ciclo de reprodução do capital em economias dependentes. Do ponto de vista do trabalho, a penetração do capital estrangeiro tendia a não gerar oportunidades de trabalho à medida que a industrialização avançava. Na verdade, ela engendrava um duplo processo:

por um lado, as formas de propriedade da terra e a introdução de inovações tecnológicas na agricultura, assim como as expectativas de emprego e salário provocadas pela indústria manufatureira, têm gerado fortes movimentos de migrações internas e um processo acelerado de urbanização. Por outro lado, em boa medida pela elevação do nível tecnológico, ainda que também por limitações da taxa de investimento, a massa trabalhadora tem enfrentado crescentes dificuldades para encontrar trabalho.³⁰³

³⁰¹ MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. No. 20. São Paulo, SP: Alameda, 2012 [1977], p. 43.

³⁰² *Ibid.*, p. 45-6.

³⁰³ *Ibid.*, p. 47.

Portanto, para Marini, em economias dependentes a industrialização além de liberar trabalho, ampliando o exército industrial de reserva e pressionando os salários para baixo, também afeta a própria dinâmica da estrutura industrial. Diferentemente das economias centrais em que a realização do capital depende da capacidade de consumo interna, o mesmo não se verifica nas economias dependentes. A superexploração do trabalho permite uma disjunção entre a esfera da produção e a esfera do consumo no interior das economias dependentes, a qual impele o fechamento do circuito do capital externamente. Segundo ele, tal disjunção reforça ainda mais a situação de dependência à medida que também estratifica o mercado interno em esfera alta e esfera baixa de consumo. Deste modo, Marini conclui que

É natural que, nestas circunstâncias, o desenvolvimento industrial latino-americano tendesse a se apoiar na expansão do mercado constituído pelos grupos de alta e média renda, divorciando-se, portanto, das necessidades de consumo das massas. A extrema concentração da renda vigente na região é a contrapartida necessária da estratificação que vem se verificando ao nível do aparato produtivo. Isto tornou, ademais, indispensável a intervenção direta do Estado, que não só atua como criador de demanda, mas também suprime obstáculos à realização da produção e inclusive a incentiva artificialmente, absorvendo parte dos custos. Contudo, a indústria latino-americana é incapaz de satisfazer-se com o mercado interno e conta com limitações estruturais para executar sua ampliação de forma acelerada. Impõe-se a ela, pois, *abrir-se ao exterior*, o que tem convertido a exportação de manufaturas na característica mais marcante do grande capital estrangeiro e nacional na América Latina.³⁰⁴

Neste momento de sua análise, Marini passa então elaborar o conceito de subimperialismo. Para o autor, o subimperialismo é “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”.

O subimperialismo [continua o autor] implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional.³⁰⁵

Dessa forma, Marini sugeria haver elementos da questão nacional no processo de internacionalização das economias dependentes. Esse elemento nacional o levou a destacar o papel do Estado nessa etapa do desenvolvimento capitalista. Segundo o autor,

o recurso a essa categoria de análise internacional nos remete a um fato que, nas análises econômicas, perde-se frequentemente de vista: o fato de que o processo de internacionalização de capital não conduz ao desaparecimento progressivo dos Estados nacionais, nem muito menos implica a perda de sua vigência. Isto é assim, antes de tudo, porque a internacionalização do capital – base objetiva da integração dos sistemas produtivos – não constitui um processo unívoco e uniforme, isento de

³⁰⁴ MARINI, 2012 [1977], p. 50-1.

³⁰⁵ Ibid., p. 59.

contradições.³⁰⁶

Para Marini, portanto, o desenvolvimento capitalista nas economias dependentes reforça o papel do Estado ao invés de minimizá-lo. “O fortalecimento do Estado nacional nos países dependentes atua, de fato, como um dos elementos que, de maneira contraditória, asseguram o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção,” argumenta o autor. Mais que isso:

Do ponto de vista econômico, o capital exportado pelos países imperialistas às zonas dependentes exige do Estado nacional de tais zonas uma capacidade crescente em matéria de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas (em particular no terreno laboral) favoráveis ao investimento estrangeiro.³⁰⁷

Por outro lado, o fortalecimento do Estado nacional é também uma demanda do capital nacional. Nesta linha de argumento, Marini escapa da polêmica sobre o antagonismo entre burguesia nacional e imperialismo, que frequentemente interditava o debate. Segundo ele, o problema era outro:

precisamente por assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação. Isto, conjugado à intensificação do processo de concentração e centralização do capital que se verifica nas economias dependentes, a que fizemos referência anteriormente, conduz à reprodução do fenômeno de “aglomeração” do capital com o Estado nacional, ao qual alude Bukharin, nestes países, envolvendo tanto o capital nacional como o estrangeiro.³⁰⁸

Perante este conflito entre as demandas do capital estrangeiro e a tentativa do capital nacional tirar vantagem de sua sujeição às tendências imperialistas é que o Estado adquire centralidade na análise para Marini:

o próprio fato de que o Estado seja chamado a regular e a arbitrar a vida econômica (até onde seu arbítrio é compatível com a sua subordinação aos Estados imperialistas) o coloca em uma situação em que sua *autonomia relativa* se acentua frente aos distintos grupos capitalistas. O fenômeno do moderno Estado militar latino-americano tem ali, em grande medida, sua explicação (constituindo-se a contra-revolução imperialista na região na outra vertente de sua análise).³⁰⁹

Note-se que neste ponto Marini se aproxima da análise reformista, sobretudo de Cardoso de Mello quando destaca o papel do Estado na regulação da competição monopolista.

³⁰⁶ MARINI, 2012 [1977], p. 62-3.

³⁰⁷ Ibid., p. 64.

³⁰⁸ Ibid., p. 65.

³⁰⁹ Ibid., p. 65-6.

Apesar da coincidência analítica, o fio conduto da construção da narrativa de Ruy Mauro era o trabalhador superexplorado.

Com base nesta interpretação da teoria da acumulação, Marini retoma então a análise do processo de industrialização no Brasil, para a construção de sua narrativa sobre a formação do Brasil contemporâneo. Em *Dialética da Dependência*, ele não explora com profundidade a dinâmica da transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo, e sim o que ele entende ser a singularidade do Brasil contemporâneo. Do ponto de vista da formação do sistema econômico nacional, Marini argumentava que até a Segunda Guerra Mundial, a atividade industrial no Brasil estava subordinada à exportação. Após este período, a internalização da produção industrial da esfera alta da circulação marcou o nascimento da indústria moderna no Brasil. Contudo, diferentemente das economias centrais, no Brasil a indústria moderna não avançou criando sua própria demanda. Ao contrário, ela tendeu responder as demandas pré-existentes. Fundada na superexploração e consequentemente da separação entre a alta e baixa esfera de consumo no interior da economia brasileira, a produção industrial se estrutura de maneira independente das condições dos salários dos trabalhadores e em função da própria reestruturação do mercado mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. Dito de outra forma, não havia a necessidade de generalização da expansão do consumo para toda a população para que a acumulação de capital ocorresse. Era necessário elevar a capacidade produtiva do trabalho através da incorporação de tecnologias do exterior e alargar a capacidade de consumo dos estratos médios e superiores.

Tendo por base essa condição, o processo de acumulação capitalista na economia brasileira criava uma nova espiral de valorização. A penetração do capital estrangeiro no setor industrial nacional indicava a configuração de uma nova divisão mundial do trabalho e, consequentemente uma nova hierarquia na distribuição das atividades econômicas.

Ao analisar o caráter do progresso técnico incorporado através dos IED no Brasil, Marini argumentava que este era poupador de mão de obra. Segundo ele, a difusão do progresso aprofundou a exploração do trabalho, engendrando problemas de realização. É neste momento que a intervenção do Estado se faz necessário com dissipador da crise. O Estado era convocado a consumir ele próprio a produção excedente ou a transferir a renda da esfera baixa para a esfera alta através de mecanismos inflacionários.

Portanto, segundo a vertente marxista da dependência, o processo de acumulação de capital baseado na superexploração do trabalho implica um modo de circulação divorciado da produção. Concretamente, a estrutura industrial das economias dependentes era composta

por indústrias dinâmicas e tradicionais, simultaneamente. O divórcio produção-consumo gerava limites internos à acumulação na medida em que as condições de realização no mercado interno eram restritas. À medida que a industrialização avançava, e novos ganhos de escala eram obtidos, abria-se a necessidade do capitalismo brasileiro se expandir para o exterior assentando parte de sua circulação no mercado mundial. É nesta projeção “para fora” das fronteiras do Estado nacional que Marini apoia sua tese sobre o subimperialismo:

tem sido em função disso que o Estado brasileiro tem conseguido pautar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política* subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil. Tem sido isto também o que lhe permite compelir os grupos capitalistas a implementar este projeto, atendendo tanto aos interesses econômicos destes grupos, quanto aos interesses políticos (poderia se dizer, se quiser, os interesses de potência) que expressa a elite tecnocrático-militar, que detém o controle do aparato estatal.³¹⁰

³¹⁰ MARINI, 2012 [1977], p. 66.

5. Balanço

Sob a ótica da construção da nação, quais limites e avanços as perspectivas estudadas até aqui apresentam para o estudo da mudança social no processo de formação do Brasil contemporâneo?

Do ponto de vista dos horizontes de expectativas, todas estão condicionadas pelo ideal da construção da nação, porém seu conteúdo e sentido variaram. Para Roberto Campos, construir a nação significa a substituição do sistema de valores tradicionais avessos à razão capitalista por um sistema de valores mais adequado. Para Celso Furtado, para a vertente weberiana da Teoria da Dependência e para a Escola de Campinas, construir a nação significava operar um conjunto de reformas estruturais no sentido de “civilizar” o capitalismo dependente. Ou seja, tratava-se de subordinar o sistema econômico a uma relação de status específica, a cidadania. Caio Prado Jr. e a vertente marxista da Teoria da Dependência, ao contrário, pretendiam superar o capitalismo através da revolução de inspiração socialista. Ocorre que a ação prática sobre o presente exigia uma interpretação do passado que legitimasse, no plano das ideias, a luta política pela transformação social.

Sucede que cada perspectiva elaborou sua própria narrativa do passado. Cada uma tinha por objetivo apreender o caráter singular da formação econômica, política e cultural do Brasil contemporâneo, pois se entendia que para atuar sobre o “destino da nação” era necessário antes compreender as contradições próprias da mudança social no Brasil. Necessariamente, entre o intérprete e os fatos sociais interpunha-se um método por meio do qual o interprete orientava a elaboração de sua narrativa. Roberto Campos, por exemplo, enfrentou a questão da perspectiva da adequação cultural ao desenvolvimento capitalista. Já, Celso Furtado buscou apoio no enfoque histórico-estrutural. A vertente weberiana da Teoria da Dependência, por sua vez, propôs uma análise integrada do desenvolvimento a partir da sociologia compreensiva, ao passo que a Escola de Campinas partiu de uma leitura própria da crítica da economia política. Caio Prado Jr. fundamentou suas análises no materialismo histórico, método que também orientou a reflexão da vertente marxista da Teoria da Dependência. Não obstante, como vimos, a leitura de Marini sobre a formação do Brasil contemporâneo, mesmo aplicando as categorias marxianas, difere radicalmente da Escola de Campinas. Consequentemente, o conteúdo de cada narrativa variou em função da tensão entre visões de mundo, métodos empregados e espaços de experiência.

As diferenças metodológicas se explicitam analiticamente nas categorias que procuram apreender o caráter singular da formação do Brasil contemporâneo. Para Roberto Campos, por exemplo, o subdesenvolvimento é resultado dos obstáculos culturais presentes no tipo brasileiro, cujo sistema de valores legou a formação de um Estado paternalista com uma base tecnológica débil, criando assim, um ambiente ineficiente ao desenvolvimento capitalista. Em Furtado, o traço essencial do subdesenvolvimento é o caráter heterogêneo do mercado interno que resultada da propagação desigual do progresso técnico em nível mundial. Para a vertente weberiana da Teoria da Dependência a ênfase recai sobre as “situações de dependência” que refletem a estrutura de dominação interno-externo que condiciona as lutas que, no interior dos países, as classes travam em torno do controle do sistema de produção. Para a Escola de Campinas, a categoria “capitalismo tardio” expressa um padrão específico de industrialização determinado pelo seu passado (colonial) e pelo seu momento (etapa do capitalismo monopolista). Neste caso, a ênfase recai sobre a possibilidade de incorporação do progresso técnico e de sua capacidade para diferenciar o consumo capitalista. Para Caio Prado Jr., o subdesenvolvimento e a dependência têm raiz no sentido da colonial que persistia no Brasil contemporâneo e fazia com que a sociedade nacional em formação se organizasse em torno dos interesses forâneos. No caso da vertente marxista da dependência, a ênfase no estudo do desenvolvimento do capitalismo dependente recai sobre as formas de exploração da força de trabalho na periferia da economia mundial capitalista e nas implicações da dinâmica específica do capitalismo sobre as perspectivas de luta política revolucionária (o subimperialismo).

Não obstante essas diferenças de método, quando inquirimos essas perspectivas sobre qual a unidade de análise consideravam apropriadas para o estudo da mudança social a resposta é a mesma: o Estado nacional. Ainda que considerem a economia mundial capitalista, procurando caracterizar a economia brasileira a partir das formas de integração com o mercado mundial, a unidade fundamental que dá inteligibilidade aos fatos sociais é o Estado Nacional. Isto ocorre, em grande medida, porque a construção da nação tornou consensual, enquanto um espírito do tempo, o encaminhamento da luta política por meio da disputa do poder do Estado, tanto para os neoliberais, como para os reformistas e socialistas. A consequência analítica foi cair no problema insolúvel da relação interno-externo, o que provocou debates que ainda hoje são infundáveis, tais como: a dinâmica da economia brasileira é determinada de “fora para dentro” ou de “dentro para fora”? Ou, do ponto de vista dos interesses, existe ou não uma burguesia nacional? Como as estruturas de poder mundial se

expressavam nacionalmente? Consequentemente, se se devia lutar ou não contra o imperialismo, ou ainda, se a elite nacional é ou não é alienada e por aí vai.

Do ponto de vista das temporalidades sociais, tanto Furtado, como a vertente weberiana da Teoria da Dependência e a perspectiva da “Escola de Campinas” tendem a considerar como estrutural aquilo que na concepção braudeliana do tempo é conjuntural. As transformações estruturais que suas respectivas narrativas procuram enfatizar são, na verdade, o rearranjo dos elementos que configuram um determinado modo de produção e de sua estabilidade por um período de tempo. Uma vez constituído o modo de produção capitalista no Brasil, este é considerado como um parâmetro fixo na análise e a atenção se volta para as transformações que o mesmo sofre no sentido de assegurar a sua existência. Por exemplo, as transformações das situações de dependência e dos padrões endógenos de acumulação capitalista. Movimento semelhante é operado Por Caio Prado e pela vertente marxista da dependência, não obstante, a diferença fundamental deles é não assumir o modo capitalista de produção como um parâmetro fixo. A reflexão procura justamente reconhecer nas conjunturas as possibilidades de fissura na estrutura (o modo de produção) de modo que seja possível encaminhar uma luta política de caráter socialista. A dificuldade dos reformistas e socialistas reside no fato de confundirem os níveis de realidade com as esferas da existência, crítica que se aplica sobretudo à Escola de Campinas, à vertente marxista da dependência, e, em parte, à Prado Jr., que assumem o conceito de modo de produção a partir do esquema base-superestrutura.

Estas considerações nos levam a aprofundar a análise dos elementos constitutivos da narrativa sobre a formação do Brasil contemporâneo. Em sua análise da transição, a ênfase de Roberto Campos recai sobre a morosidade do brasileiro em aceitar uma vida regrada a partir da razão instrumental. Outro é o ponto de referencia para Celso Furtado, para as perspectivas da dependência, a weberiana e a marxista, e para a Escola de Campinas. Todos se esforçaram para compreender o desenvolvimento capitalista no Brasil como a concretização de uma lógica sistêmica. Contudo, tenderam a corporificá-la nacionalmente. Em Furtado isto aparece na discussão sobre os obstáculos à formação do mercado interno. No caso da vertente weberiana da dependência, privilegiou-se o padrão da luta de classes pelo controle do Estado, condicionado pela estrutura de dominação interno-externo e pela possibilidade do controle do sistema nacional de produção. A Escola de Campinas, por sua vez, deu ênfase ao padrão endógeno de acumulação e à problemática da industrialização retardatária, enquanto a vertente marxista destaca a superexploração do trabalho e o

subimperialismo. É admirável o esforço de todos para superar a setorização, buscando estabelecer a relação entre o econômico e o político. Não obstante, algumas observações podem ser destacadas. Cardoso e Faletto, ao tentar integrar a análise do desenvolvimento acabam por aceitar a análise econômica da Cepal, enfatizando o político. Com a Escola de Campinas ocorre o contrário. Ela procurou superar o formalismo da análise cepalina através da incorporação dos conceitos marxistas de modo de produção e formação social, mas, ao se apoiar na metáfora base-superestrutura, fica atada ao determinismo econômico dos padrões de acumulação, por mais que admita teoricamente a autonomia relativa do Estado. Esta crítica também é válida para a vertente marxista da dependência, na medida em que, a estruturação da luta de classes é definida pela diferenciação dos interesses provocada pelo avanço da industrialização. Além disso, pode-se dizer que a narrativa da vertente weberiana da dependência consiste em análise de sociologia retrospectiva, ao passo que, Celso Furtado, a Escola de Campinas e a vertente marxista da dependência corresponderiam a uma análise de economia retrospectiva. Difere, portanto, da perspectiva historiográfica na qual o historiador procura, para uma dada época, recompor a um só tempo todos os elementos que dão sentido a realidade, indicando as possibilidades de desdobramento futuro. Em Campos observa-se a tradução do universalismo contido nas teorias econômicas, ao passo que, em Furtado, a especificação das condições sobre as quais as teorias econômicas possuem alguma validade explicativa e normativa. Tentando superar essas dificuldades, a vertente weberiana da dependência acabou presa à lógica das afinidades eletivas enquanto a Escola de Campinas e a vertente marxista ficaram sujeitas às determinações do esquema base-superestrutura. Por mais que Cardoso e Faletto procurassem estabelecer o diálogo entre economia e política, a proposta de ambos se limita a demonstrar o “poder econômico como dominação social”, ou seja, traduz para o político aquilo que está definido no econômico. No caso da “Escola de Campinas”, a ênfase na identificação dos padrões de acumulação tem por objetivo apontar os espaços propícios ao exercício do arbítrio do Estado sobre o sistema econômico, ficando subjacente a ideia de que o poder político pode ser um contraponto ao poder econômico, ideia essa herdada de Furtado. Por fim, a vertente marxista da dependência, diferentemente da Escola de Campinas, procura identificar a dinâmica da reprodução do capital na economia brasileira a partir de um modelo não endógeno, enfatizando as novas formas de exploração da força de trabalho, como procura expressar o conceito de superexploração. Com o conceito de subimperialismo, Marini queria justamente chamar atenção para o modo como se articulam o poder econômico e o poder político, e como juntos reafirmam o caráter desigual do capitalismo no Brasil e na América Latina e de sua incapacidade de superar suas próprias

contradições por meio de reformas. Daí a necessidade de uma revolução.

Quais implicações estão subjacentes nessas perspectivas e que podem ser colocadas em evidência? Do ponto de vista analítico gostaríamos de chamar a atenção para a identidade que se estabelece entre os conceitos economia, mercado interno ou economia nacional e sistema econômico, que, muitas vezes, são tomados como sinônimos pelos intérpretes. Em nosso entender, trata-se de elementos lógicos distintos na medida em que se referem a diferentes aspectos da realidade. Precisamos, sobretudo, ter o cuidado de não confundir economia enquanto esfera da existência social com os conceitos e categorias que procuram descrever ou analisar tal esfera da realidade. É na forma de articulação da economia com a política e a cultura que cumpre verificar o papel do Estado na instituição e na regulamentação da ordem social capitalista.

À luz da construção da nação, e com o objetivo de consolidar uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno, as análises reformistas priorizaram o processo de industrialização, última etapa da transição capitalista, do ponto de vista das potencialidades nele inscritas de realização das promessas da Modernidade. Acreditava-se que por meio do Estado se poderia controlar o sistema nacional de produção de forma a orientar a economia brasileira para criar as condições materiais necessárias ao alargamento dos direitos de cidadania. Daí a bandeira, por muito tempo levantada, tanto pelos desenvolvimentistas como pelos socialistas, do desenvolvimento nacional e autônomo. Autônomo no sentido muito claro de estabelecer uma autarquia autossuficiente. A industrialização era vista, portanto, como um meio para superar as heterogeneidades estruturais legadas pelo passado colonial, por um lado, ou, pelo outro, como condição necessária para o desenvolvimento das forças produtivas em nível suficiente para a emancipação do homem do trabalho. O pressuposto era que o Estado poderia, por meio do planejamento (os planos nacionais de desenvolvimento), gerir este processo promovendo a industrialização e equalizando as desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Não obstante, ao aceitar a perspectiva da construção da nação, inverte-se a forma de apreensão do fenômeno. Ao invés de problematizar o desenvolvimento capitalista em si e atentar para ao modo como este vai incorporando novas sociedades, problematiza-se o desenvolvimento capitalista à luz da construção da nação, enfatizando seus aspectos progressistas no sentido de afirmar uma sociedade nacional e soberana. Esta inversão deriva, além do condicionante que exerce o horizonte de expectativa sobre o sujeito do conhecimento, do fato de esse sujeito acreditar que o capitalismo enquanto um fenômeno

geral se concretiza nacionalmente. Por isso é possível acreditar que seria reproduzível em menor escala, no interior de um Estado nacional, uma divisão do trabalho autossuficiente capaz de assegurar as condições de reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, controlar suas tendências desigualizadoras.

Ao entrar por essa porta, contudo, o debate também deixa outra lacuna de fundamental importância: um relativo silêncio sobre o século XIX. Por mais que este silêncio possa ser intencional, ele deriva em nossa opinião de uma dificuldade muito maior: a de tornar inteligível o desenraizamento da economia e a rearticulação das esferas da existência que singulariza o Brasil contemporâneo.

É para esta questão que nos voltaremos agora.

Parte 2 – Capitalismo histórico e formas de sociabilidade

Recapitulando. Como vimos ao longo da primeira parte, o estudo da mudança social a partir da problemática da construção da nação tem esbarrado em limites à compreensão do papel do Estado nacional e de sua relação com o econômico no processo de formação do Brasil contemporâneo. Como esperamos ter demonstrado anteriormente, a identidade estabelecida entre economia, mercado interno e sistema econômico criou a ideia de que o Estado fundado em princípios liberais se opõe à economia de mercado. Com base nesta constatação, concluímos que a economia – i.e., a produção dos meios de vida nos diferentes núcleos coloniais – aparece “fora do lugar” na sociedade colonial nas narrativas sobre a formação do Brasil contemporâneo. Com isso, projetou-se para a sociedade colonial a sombra da economia de mercado que avançava ao longo do século XX, quando aquelas narrativas foram elaboradas, da mesma forma que se projetou para o Brasil contemporâneo a sombra do domínio absoluto sobre o sistema mercantil da época da colonização. Esta sobreposição de sombras, que conectava o passado ao presente, produziu nos espíritos “progressistas” do século XX a ideia segundo a qual seria possível domesticar o capitalismo no Brasil. Segundo a posição desenvolvimentista, o Estado representaria, portanto, a possibilidade de regulação social sobre a economia de mercado, e que, por meio do planejamento e da industrialização, criar-se-ia um sistema econômico autônomo, reproduzindo em escala nacional as tramas da divisão mundial do trabalho. Esperava-se que à independência política se somaria a independência econômica, sendo possível, deste modo, construir a cidadania brasileira e, através dela, o Brasil atingir os padrões civilizatórios idealizados pelo Iluminismo.

Além da identidade entre economia, mercado interno e sistema econômico, outra dificuldade para compreender o papel do Estado e de sua relação com o econômico na formação do Brasil contemporâneo advém do fato de os *discursos* neoliberais e desenvolvimentistas verem na cultura liberal uma suposta ambiguidade a propósito da relação entre Estado e mercado. Historicamente, para inserir a economia de mercado nas estruturas do cotidiano e transformar o modo de vida dos “brasileiros”, os neoliberais dependeram do Estado, não só para instituir o mercado como mecanismo de regulação social, mas, sobretudo, para preservar seu funcionamento. Os desenvolvimentistas, por sua vez, só conseguiram promover reformas que ampliaram os direitos de cidadania, incluindo a redução da desigualdade, quando essas reformas eram encaminhadas via aprofundamento da economia de

mercado. Portanto, não é porque em seus respectivos discursos os neoliberais escamoteiam o Estado e os desenvolvimentistas o mercado, que a relação entre um e outro não exista na prática.

Transcender o véu que ofusca o papel do Estado e de sua relação com o econômico no processo de formação do Brasil contemporâneo demanda adotar perspectivas não setorializadas e desapegadas do projeto de construção da nação. Isto não significa negar a pertinência da questão nacional nem recusar os clássicos do pensamento social brasileiro. Ao contrário, é preciso recuperá-los de maneira historicizada a partir de um quadro analítico alternativo que priorize as transformações das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo histórico. Por este caminho, evitamos transpor de maneira equivocada questões de uma época à outra. Para tanto, precisamos recuperar o diálogo entre a história e a totalidade das ciências sociais.³¹¹ Não obstante, recuperar apenas teoricamente não

³¹¹ Não é novidade o esforço para superar as fronteiras disciplinares das ciências sociais. Tão velho quanto é a tentativa de construir uma ciência social historicamente fundamentada. A parte mais difícil deste debate tem sido, não obstante, estabelecer um diálogo entre a economia e as demais ciências sociais, bem como entre as ciências sociais e a história. Muitos anos atrás, em seu livro *A Grande Transformação*, Karl Polanyi assinalou a principal falácia sobre a qual as ciências sociais foram construídas no século XIX e que permaneceu influente ao longo do século XX. De acordo com Polanyi (2012a [1944]), todos os ramos das ciências sociais foram estabelecidos sobre a hipótese de A. Smith da propensão natural do homem à barganha e à troca. Como resultado, desenvolveu-se no pensamento social do século XIX uma mentalidade de mercado que resultou na falácia economicista. A falácia economicista é um erro lógico no qual a economia humana é equiparada com a forma específica mercado. Na opinião do autor, este mal-entendido resulta da definição formal de economia, a qual compreende o econômico logicamente como relação de meios e fins, em que o agente satisfaz suas necessidades e desejos minimizando os meios. Como resultado, a produção material da vida não só é reduzida a um problema de escassez, mas também é enunciada como uma verdade universal. No entanto, escassez e escolha relativa são, para Polanyi (2012b [1977], p. 72), uma situação especial onde “[...] economizar ou conseguir algo abaixo do preço, refere-se à escolha entre usos alternativos dos meios insuficientes”. De acordo com a definição substantiva da economia, para Polanyi a subsistência do homem depende da relação entre o homem e a natureza e entre o homem e seus pares, que pode ou não envolver a escolha no sentido das escolhas de mercado. Em algumas sociedades, costumes e tradições podem eliminar o problema de escolha. Portanto, Polanyi argumentava que o conceito formal do econômico induz historiadores econômicos a transpor esta forma específica de economia para outras sociedades e cientistas sociais a assumir seu significado sem questionamento. Consequentemente, a crítica de Polanyi sugere que ambos têm compreendido mal o lugar da economia na vida cotidiana e, principalmente, como ela se conecta com a sociedade. Polanyi em nenhum momento colocou em dúvida a análise econômica. Seu objetivo era estabelecer os limites históricos e institucionais para as economias em que o mercado formador de preço tinha sua influência. Com isso, ele pretendia transcender as limitações inerentes à análise econômica contribuindo para uma teoria geral da organização econômica. A crítica de Polanyi é bem-vinda no sentido de abrir as ciências econômicas. Aceitá-la não significa, contudo, admitir qualquer superioridade de seu esquema analítico. A distinção entre economia formal e substantiva estabelecida por Polanyi, além de dar importante passo na desconstrução da ciência econômica *mainstream*, é muito útil para estabelecer uma ponte entre as ciências econômicas e as demais ciências sociais e a história. Nesta direção, as reflexões de Fernand Braudel (1992 [1959], p. 43) somam-se ao esforço de Polanyi a partir de uma teoria dos tempos históricos segundo a qual a pluralidade do tempo social, em especial, a longa duração, seria “indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem.” Influenciado tanto por Polanyi como por Braudel, Wallerstein (1974) também se vinculou a este empreendimento de repensar as ciências sociais compartimentadas que nasceram no século XIX. Seu esforço tem sido construir uma perspectiva de análise *unidisiplinar*. Em alguma medida, a crítica de Rogério Forastieri da Silva e Fernando A. Novais ao materialismo histórico a partir da dialética das durações de Braudel também converge no sentido de recuperar a perspectiva totalizante. Para Silve e Novais (2011, p. 48), o materialismo histórico deve, enquanto teoria da

nos levará além de um debate axiomático. Por isso, tentaremos um caminho que concilia história e teoria.

Por este caminho, pode-se afirmar que captar a singularidade da formação do Brasil contemporâneo no contexto da expansão da civilização ocidental tem sido o principal esforço da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Dentro desta problemática, busca-se não só definir as características essenciais da sociedade colonial na América portuguesa e do Brasil contemporâneo, como também estabelecer os limites entre um período e outro, e explicar os mecanismos de transição para o Brasil contemporâneo.

Nesta parte da tese, exploramos um caminho alternativo para situar a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno. Neste percurso, a transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo é o nosso guia. Ao longo deste caminho, nossa ênfase recai sobre a relação do Estado brasileiro em formação com a produção material da vida.

Por esta senda, Pedro A. Vieira é quem tem se esforçado diretamente para enquadrar o Brasil nos quadros do sistema-mundo moderno buscando contornar os obstáculos ao estudo da mudança social a partir da problemática do desenvolvimento nacional.³¹² Para tanto, é preciso, segundo Vieira, enfrentar simultaneamente a questão da unidade de análise apropriada ao estudo da mudança social, por um lado, e delimitar a problemática da formação Brasil como concretização de uma lógica sistêmica, por outro.

Conforme explica o professor Vieira:

A questão central nos parece ser outra e diz respeito à escolha e explicitação da unidade de análise. Como dito acima, se ampliamos o escopo da unidade de análise, podemos passar do indivíduo para a família, para a classe, para a economia-nacional e para a sociedade mundial. Enquanto pudermos fazer esta ampliação e identificarmos relações externas à unidade considerada, ou melhor, enquanto a reprodução desta unidade depender de intercâmbios com agentes externos a ela, não estamos diante de uma unidade autodeterminada. O movimento cessa quando chegamos à unidade maior, envolvente, autocontida, que é o sistema histórico e que denominamos economia-mundo. Nesta ordem de ideias, a dicotomia local-sistêmico ou interno-externo perde consistência, pois o espaço da análise se estende para os encadeamentos à jusante e à montante da unidade considerada, o que obriga o pesquisador a ampliar seu campo de estudo para todo este conjunto de relações ou intercâmbios, independente da jurisdição política em que se localizem.³¹³

História, ser entendido como “[...] o esforço de teorização simultânea das várias esferas da existência”.

³¹² Cf. VIEIRA, Pedro A. O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. *Estudos do CEPE*, v. 42, p. 78-94, 2015.

³¹³ VIEIRA, P. A. A Inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar”. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, 2010, p. 503-4.

Como alternativa à adoção do Estado nacional como unidade de análise, o autor se dedicou ao estudo da cadeia mercantil do açúcar no século XVI. Seu objetivo central foi demonstrar como certos espaços do Brasil-colônia se integravam ao processo de formação da economia-mundo europeia. O mérito de Vieira consiste, portanto, em prover uma demonstração empírica daquilo que Wallerstein chamou de divisão mundial e axial do trabalho, pela qual os diferentes espaços da economia-mundo são integrados sob diferentes regimes de controle de trabalho (assalariamento, escravidão e segunda servidão). Contudo, do ponto de vista analítico, não se pode esquecer que o estudo das cadeias mercantis consiste apenas no primeiro passo da análise. Ela permite ao sujeito do conhecimento apreender como a produção material da vida sob diferentes regimes de trabalho se tornam interdependentes à medida que a força de trabalho se proletariza e o mercado mundial se expande.

Pari passu, Vieira chama a atenção para o caráter sistêmico da formação do Brasil. Segundo ele,

Desde que adotamos a Perspectiva dos Sistemas-Mundo, estamos buscando interpretar a formação e a evolução da economia e da sociedade no Brasil como concretização, em um espaço determinado, da formação e expansão do sistema-mundo capitalista. Neste ensaio faremos isso para o longo século XVI (1450-1650). Com este propósito, procuraremos estabelecer conexões entre acontecimentos históricos para revelar forças sistêmicas que condicionaram as histórias portuguesa e brasileira. Nesta grande e fascinante empreitada, assumimos o risco de ter gerado um texto muito descritivo e pouco analítico. Os acontecimentos históricos de que tratamos, embora possam ser conhecidos pelos historiadores dos respectivos períodos ou regiões, não se encontram reunidos para compor o quadro sistêmico em que se situam Portugal e sua colônia na América.³¹⁴

Problematizar do geral ao particular buscando as conexões fundamentais entre o Brasil e sistema-mundo moderno é teoricamente correto. No entanto, pensamos que a afirmação do professor Vieira precisa ser mais bem trabalhada. Por exemplo, como a lógica sistêmica se concretiza em um determinado espaço-tempo? Ou, reversamente, sobre quais singularidades a lógica sistêmica se fundamenta e se reproduz? É sabido que a integração a um só tempo de diferentes espaços pela divisão social do trabalho não conforma necessariamente sociedades política e culturalmente semelhantes. Historicamente o capital mercantil, por exemplo, foi capaz de articular e até mesmo engendrar diferentes formas de sociabilidade com o objetivo da acumulação capitalista. Como observou o professor Mariutti,

Entre os séculos XVI e XVIII, a economia-mundo moderna era articulada pela rivalidade política entre os Estados em formação e pelas teias do capital mercantil. No caso deste, nos primórdios, o entrelaçamento inicial era pouco tênue e se dava

³¹⁴ VIEIRA, P. A. A Economia-Mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, P.A.; FILOMENO, F.A.; VIEIRA, Rosângela de L.. (Org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012, p. 208.

essencialmente pelo cume, isto é, em torno do consumo conspícuo. Progressivamente algumas transformações que operavam na base – i.é., as respostas *locais* à crise do século XIV, estruturadas pela luta de classes (a temática do “debate da transição”) – possibilitaram com que a rede de transações do capital mercantil perpassasse indiretamente os polos manufatureiros que começaram a surgir em algumas regiões da Europa Ocidental, articulando as Américas, porções da África e a Europa Oriental, fato que acabou por gerar um vínculo entre as transformações operadas nestas regiões: enquanto o centro em constituição tendia para a produção baseada na manufatura e nos pequenos produtores independentes, a periferia e a semi-periferia tendiam para a especialização no fornecimento de matérias primas e gêneros alimentícios, com base no trabalho compulsório. Logo, o *tipo de produção* tendeu a se vincular com a forma de controle sobre o trabalho e o sistema político local.³¹⁵

Portanto, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo histórico e das formas de sociabilidade que ele destrói, engendra, recria e articula, nós verificamos dois limites à agenda de pesquisa do professor Vieira. Primeiro, sua ênfase nos estudos das cadeias mercantis o afasta da análise integrada das dimensões econômica, política e cultural. Segundo, o escopo temporal de sua pesquisa se restringe ao período de formação da economia-mundo capitalista. Escapa, portanto, ao olhar curioso do professor, a ampla renovação pela qual o sistema-mundo moderno passou com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, bem como com a incorporação da Rússia, do Império Otomano, do Subcontinente Indiano e da África Ocidental, e, sobretudo, com a descolonização das Américas.

Nosso esforço tem se orientado no sentido de suprir tais lacunas. Para tanto, retomamos a questão da transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno. Esta questão nos parece central não só porque possibilita um diálogo com o pensamento social brasileiro, mas sobretudo porque permite vincular a mudança social que se processou no Brasil a partir do século XIX com as transformações qualitativas pelas quais o sistema-mundo como um todo passava à época.

Por este caminho, Vieira recomenda que

o estudo da América Latina deve partir da condição colonial. No caso do Brasil, este suposto implica que a formação da economia-mundo capitalista e de seu sistema interestatal atingiram o território americano através do filtro português, tanto no que se refere ao Estado quanto à acumulação de capital. Em outras palavras, entender a forma como o Estado português se inseriu no sistema interestatal e como o território português foi incorporado aos processos mundiais de acumulação de capital é o que nos permitirá esclarecer as mudanças que os dois processos mencionados por Tilly (1984) – criação de um sistema de estados nacionais e a forma de um sistema capitalista mundial – provocaram no território que hoje é o Brasil.³¹⁶

Pois bem, partir da situação colonial levando em conta a posição de Portugal na

³¹⁵ Cf. MARIUTTI, Eduardo Barros. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. *Textos de Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, SP. n. 214, dez. 2012, p. 5-6, grifo do autor.

³¹⁶ VIEIRA, P., 2012, p. 5-6.

expansão comercial europeia não é novidade ao pensamento social brasileiro. Vide, por exemplo, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. A controvérsia não reside neste ponto. Como deixamos sugerido na primeira parte da tese, a dificuldade em estudar a formação do Brasil contemporâneo começa quando a sociedade colonial se emancipa politicamente de Portugal, tornando-se um país formalmente independente. Foi no contexto das lutas pela independência que se abriu a discussão em torno das condições para a consolidação da sociedade nacional. Destarte, os estudos sobre a formação do Brasil passaram a ser condicionados pela perspectiva da construção da nação, cujas consequências já exploramos anteriormente.

Sem ignorar o fato, mas tentando encontrar um ponto de partida sólido, não parece haver desacordo com relação a que a sociedade colonial na América portuguesa e o Brasil contemporâneo representarem dois momentos distintos da história do Brasil. Tanto aquela quanto este estão intimamente conectados com a história do sistema-mundo moderno. A sociedade colonial na América portuguesa foi fruto do processo de expansão da economia-mundo europeia no longo século XVI, dando origens a diferentes formas de vida, que se vinculavam à economia-mundo europeia pelo Antigo Sistema Colonial. Já o Brasil contemporâneo teve origem com os processos de emancipação política no contexto das revoluções liberais que marcaram a crise final do Antigo Regime entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX (a segunda era de expansão da economia-mundo capitalista), momento em que as estruturas econômica, política e cultural do sistema-mundo moderno foram consolidadas, dando origem a um sistema imperialista capitalista de dominação a partir do qual exportou-se para parte da periferia o modo de vida capitalista. Deste então, as revoluções industrial, estadunidense (1776) e francesa (1789) se converteram em símbolos do progresso, tornando-se modelos para a formação das sociedades nacionais que emergiam na periferia do sistema-mundo moderno ao longo do século XIX na América Latina, e ao longo do século XX, na África.

Com base neste quadro, a formação do Brasil contemporâneo faz parte da revolução sistêmica engendrada pela hegemonia britânica no século XIX e levada adiante pela hegemonia estadunidense no século XX. Neste longo período, o modo de produção da vida essencialmente capitalista se projetou para a periferia do sistema, representando uma transformação qualitativa não apenas no Brasil, como também na evolução do sistema-mundo moderno. Essas transformações requeriam a proletarianização de pelo menos parte da força de trabalho localizada nas zonas periféricas. À medida que as relações de produção especificamente capitalistas se estabeleciam nesses espaços, a economia de mercado foi

emergindo como mecanismo de regulação social. Alguns desenvolvimentistas, por exemplo, problematizaram esta questão a partir da capacidade de incorporação do progresso técnico.³¹⁷ No campo marxista, ao contrário, a questão se revelou na problemática da exportação de capitais, dando origem à luta contra o imperialismo. Em ambos os casos, prevaleceu a dicotomia interno-externo, pois pressupunha-se que a acumulação capitalista possuía uma referência nacional. Seguindo outro caminho, procuramos escapar dessa dicotomia ao mesmo tempo em que tentamos trazer à baila a textura do sistema-mundo moderno no tempo e através do espaço.

Para tornar inteligível nosso argumento, o qual consiste, repita-se, em compreender a formação do Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno a partir da perspectiva do desenraizamento da economia, faz-se necessário, antes, recuperar a questão transversal a todas as formas de vida social não-capitalistas³¹⁸ que formavam a colônia portuguesa na América no começo do século XIX: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida. A partir dela, pode-se apreender sob outro ângulo o processo de dominação capitalista e da formação do modo de vida a ele correspondente. Como lembra Marx,

Na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes das *condições de trabalho* (entre os quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção – ou seja os *meios de produção* – as condições objetivas da manutenção e eficácia da força de trabalho, quer dizer, os *meios de subsistência*), condições de trabalho que se tornam autônomas, e precisamente face ao operário.³¹⁹

Nesta passagem, Marx destaca a importância do controle dos meios de subsistência para a dominação capitalista. Posto deste modo, a visão desenvolvimentista deu maior ênfase ao domínio sobre os meios de produção. Eles acreditavam que as máquinas e equipamentos, portadores da tecnologia, engendrariam na sociedade a razão instrumental que transformaria a estrutura social. Frente à crescente desigualdade inerente à generalização das formas de produção especificamente capitalista, acreditavam que pelo Estado nacional se conseguiria domesticar o desenvolvimento capitalista, sujeitando o capital aos objetivos nacionais democraticamente construídos. Ao configurar uma base autônoma de

³¹⁷ Neste ponto reside a contribuição de Raul Prebisch e de toda a geração que deu origem a CEPAL.

³¹⁸ Partimos do pressuposto segundo o qual os núcleos coloniais que conformavam a sociedade colonial na América portuguesa no começo do século XIX, embora fossem produto das formas de produção organizadas pelo capital mercantil para suprir alguns elos do comércio de longa distância, se integravam basicamente pela domesticidade e pela redistribuição. Ainda que houvesse algum tipo de comércio “interno” à colônia, organizado com base no mercado, isto não significa que os diferentes núcleos coloniais se estabilizassem pelo mercado.

³¹⁹ MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, SP: Centauro. 2004, p. 55.

desenvolvimento, a sociedade brasileira estaria apta a construir as bases objetivas de uma sociedade nacional igualitária nos marcos da civilização capitalista. Deste ponto de vista, o domínio capitalista sobre os meios de subsistência não chegou a ser objeto de investigação sistemática. Ao contrário, a noção de economia de subsistência foi vinculada à ideia de atraso como se fosse o esteio para a reprodução de formas tradicionais de vida. Furtado, por exemplo, ao analisar os obstáculos à transição para o trabalho assalariado, argumentou que o setor subsistência restringia a oferta potencial de mão de obra. Para ele, dada abundância de terras e o regime de propriedade à época, era possível expandir o número de roças sem aprofundar a faixa de uma economia monetária.³²⁰ Ao assegurar ao caboclo a subsistência de sua família, a roça, ao invés de ser um meio para emancipação, reforçava “[...] os vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupos social”.³²¹ Em nossa leitura, Furtado parece incorrer no equívoco de identificar economias de subsistência com arcaísmo. Ou, mais precisamente, de supor que economias de subsistência são incapazes de produzir excedentes.³²²

Ao contrario da visão desenvolvimentista, nossa ênfase recai nas transformações nos meios de subsistência. Repensando a questão sob este prisma, nossa hipótese pode ser assim enunciada: no longo processo de transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo, o Estado que emergiu após a emancipação política de Portugal tem engendrado historicamente as condições para ascensão da economia de mercado como mecanismo de regulação social na periferia do sistema-mundo moderno. Ou mais precisamente, foi no período imperial que o Estado, através da Lei de Terras (1850) e do processo de Abolição (1850-1888), redefiniu as condições para a obtenção dos meios de subsistência, criando as condições para a emergência da economia de mercado no Brasil contemporâneo. Esta transição exigiu que a economia se desenraizasse da sociedade provocando uma transformação global da sociedade, em pelo menos duas dimensões: i) a destruição dos diferentes modos de produção da vida na colônia portuguesa na América – vale lembrar, do escravo nas fazendas exportadoras, do caboclo dos seringais nativos, do sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos; do caipira e sua economia natural no interior de São Vicente; e ainda dos gaúchos, matutos e gringos que povoaram o sul colonial –; ii) a tentativa de sedimentar uma nova ordem social a partir do aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, instituindo pelo Estado o

³²⁰ Cf. FURTADO, 2003 [1959], p. 123-128.

³²¹ Ibid., 2003 [1959], p. 127.

³²² Para uma visão contrária ver: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1974]. Este ponto será retomado mais adiante.

mercado como o mecanismo de regulação social do Brasil contemporâneo.

Para demonstrar essa tese, desenvolveremos nosso argumento em três movimentos. No capítulo 6, trataremos da relação entre o desenvolvimento do capitalismo histórico e as formas de sociabilidade. Partiremos das considerações de Immanuel Wallerstein segundo as quais a história do capitalismo envolve a tendência a mercantilizar tudo. Com base nisso, no capítulo 7, recuperaremos Karl Marx e F. Engels para demonstrar teoricamente como o modo capitalista de produção transforma completamente o modo de viver das sociedades. Além disso, indicamos ainda o caráter histórico-mundial dessa transformação, bem como a tendência intrínseca do capitalismo à auto-expansão. A esta altura recorreremos à discussão de Rosa Luxemburg sobre a acumulação capitalista em seu meio para destacarmos a importância da violência como veículo da acumulação capitalista em seu processo de expansão, e a necessidade que o modo de vida capitalista possui de subordinar formas não-capitalistas sem necessariamente destruí-las. Por fim, com base na discussão de Karl Polanyi sobre a ascensão da economia de mercado como um mecanismo de regulação social, exploraremos a relação do Estado liberal com o desenvolvimento capitalista, ou seja, como o Estado atua para instituir o modo de viver capitalista.

Em nosso segundo movimento, procuraremos apresentar no capítulo 8, a forma como esses elementos mais gerais se apresentaram no longo século XX. Para tanto, buscamos apoio na reflexão de Antonio Gramsci para explorar o modo de vida essencialmente capitalista que surge na Inglaterra e encontra terreno fértil nos Estados Unidos. Com base em *Americanismo e Fordismo* apontamos os principais elementos que constituem o modo de vida capitalista na época contemporânea. Nesta parte, recorreremos ao argumento de Eric Hobsbawm, para quem na Idade de Ouro, supostamente considerada como a era do capitalismo regulado, o Estado fez a economia de mercado avançar sobre o tecido social, promovendo uma profunda descontinuidade social. Embora esta seja uma análise contemporânea, ela desvela o papel do Estado no desenvolvimento capitalista, permitindo-nos reler o passado brasileiro com mais acuidade.

Com base nestes dois movimentos, nos voltaremos no capítulo 9 para o caso brasileiro. Nesta parte, procuramos explorar organicamente como processos sistêmicos se concretizam em níveis elementares de organização da vida. Buscamos indicar que a formação do Brasil contemporâneo é parte do conjunto de transformações que marcam o sistema-mundo moderno a partir do século XIX, e avançam ao longo do século XX, tendo como finalidade subordinar as relações humanas à esfera do valor de troca. Partimos, assim, de uma

paisagem colonial dos diferentes modos de viver na colônia portuguesa na América no começo do século XIX. Em seguida, exploramos como o processo de formação do Estado nacional, através da Lei de Terras e da Abolição, estabeleceu as condições para o desenraizamento da economia, entendida esta como a produção dos meios de vida. Ao final, a título de ilustração, procuramos demonstrar, no contexto da tensão entre o avanço da cafeicultura capitalista e a resistência da cultura caipira, as origens da economia de mercado como um mecanismo de regulação social no Brasil que, como bem observou Antonio Candido, não deixou ao caipira outra opção senão buscar condições mínimas de vida na proletarianização urbana.³²³

³²³ Cf. CANDIDO, 1997 [1964], p. 221.

6. Mudança social e a Perspectiva dos Sistemas-Mundo

Continuando nosso esforço para delinear uma forma alternativa de situar o Brasil nos quadros do sistema-mundo moderno, vamos agora aprofundar a discussão sobre como a Perspectiva dos Sistemas-Mundo estuda da mudança social. No presente capítulo, nós procuramos apresentar a crítica de Immanuel Wallerstein às ciências sociais, base de nossa crítica ao estudo da mudança social a partir da perspectiva da construção da nação.

Ao desenvolver os fundamentos da perspectiva dos sistemas-mundo, Wallerstein teve por objetivo chamar a atenção para a *complexidade* do estudo da mudança social. Através dos temas da globalização (queda do Muro de Berlin) e do terrorismo (11 de setembro) o autor procura indicar o caráter *histórico-mundial* dos fenômenos sociais e a conexão entre os mesmos. Segundo ele, a dificuldade de se compreender a mudança social deriva do modo compartimentado e estanque a partir do qual se tem estudado a realidade social. Reconhecer o realmente novo é outro grande obstáculo ao sujeito do processo do conhecimento, dado o predomínio das formulações sincrônicas da mudança social. Assim sendo, para Wallerstein, superar as disciplinas e distinguir o novo do velho são os dois grandes desafios postos às ciências sociais contemporâneas, cuja origem remonta ao século XIX.³²⁴ Deste ponto de vista, a reflexão de Wallerstein é, por um lado, um estímulo à reflexão do modo como se tem pensado o estudo da mudança social, e por outro, um convite à construção da Análise dos Sistemas-Mundo como um método alternativo de interpretação da realidade social.

Para tentar superar estas duas dificuldades, Wallerstein faz um resgate da constituição das ciências sociais que se consolidaram no século XIX. Nesta reconstituição da História do conhecimento, a *busca da verdade* emergiu como questão central. Wallerstein demonstra que na Modernidade o esforço para se conhecer a verdade conduziu a uma fragmentação progressiva do conhecimento. O primeiro passo foi o divórcio entre a ciência e a filosofia em fins do séc. XVIII. Segundo o autor, esta separação implicou na cisão entre a busca da *verdade* e a busca do *bom* e do *belo*, e, conseqüentemente, na identificação da ciência como caminho “livre de valores” na busca da verdade. Daí o caráter proeminente das *ciências* no século XIX e de seu afastamento das *humanidades*. O segundo passo foi o

³²⁴ Para uma apresentação sumária deste ponto ver WALLERSTEIN, I. Call for a Debate about the Paradigm. (1987) In: WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, 1991a, p. 237-56. Ver também FRIEDMAN, Jonathan. Crises in Theory and Transformations of the World Economy. *Review (Fernand Braudel Center)*, II, 2, Fall, 1978, p. 131-46.

nascimento da Universidade Moderna. Ela reforçou, para Wallerstein, o abismo criado entre as ciências e as humanidades, na medida em que sua forma de organização burocrática (faculdades, departamentos ou cátedras) legou à ciência a investigação empírica e experimental, e às humanidades a compreensão hermenêutica do estado do mundo. Neste processo, as disciplinas tiveram origem, por sua vez, na divisão interna de cada uma destas faculdades.³²⁵

É no cruzamento do movimento de “busca da verdade” com a Revolução Francesa que Wallerstein considera o contexto adequado para compreender as origens e a forma de organização das ciências sociais. Na interpretação do autor, a Revolução Francesa trouxe à baila a consciência de que a mudança política é possível e desejável e também que a soberania se fundamentava no povo ao invés do monarca. Por conseguinte, explicar o caráter e o ritmo da mudança política, bem como a legitimidade e o processo decisório do povo conformaram as duas questões que delimitaram inicialmente o domínio das ciências sociais. Wallerstein entende que as respostas a ambas as perguntas se situaram entre as ciências e as humanidades. Segundo ele, a História, mais inclinada às humanidades, procurou oferecer respostas a essas questões a partir do estudo do passado. Já, a Economia, a Política e a Sociologia, com atitude mais científica, procuraram, por sua vez, respondê-las a partir do estudo do presente. Ao problematizar deste modo, Wallerstein pretende revelar uma tensão que é constitutiva das ciências sociais do século XIX, e que se repõe através da Antropologia, do Orientalismo e dos estudos de área ao longo da primeira metade do século XX: a oposição constante entre o universal e o particular; entre a lei geral e o específico; entre o conhecimento nomotético e o conhecimento idiográfico. Assim posto, Wallerstein compreende que as estruturas de conhecimento moderno já estavam consolidadas no pós-Segunda Guerra Mundial.³²⁶ E conclui ser a peculiar relação entre a epistemologia universalista e a forma de organização da universidade moderna o aspecto dominante nas estruturas do conhecimento moderno. As Teorias da Modernização emergiram, assim, como expressão máxima desta característica no domínio das ciências sociais. Com isso chegamos a um momento importante da narrativa de

³²⁵ Para a discussão sobre o que é verdadeiro e objetivo nas ciências sociais ver WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Vol. 1. New York: Academic Press, 1974, introdução. Com relação à discussão sobre a disjunção da verdade do bom e do belo, ver WALLERSTEIN, I. *Social Science and the Quest for a Just Society* (1997). In: WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York, NY: New Press, 2000, p. 185-203. Para uma visão da construção histórica das ciências sociais ver: WALLERSTEIN, I. (Ed.) *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. Mexico: Siglo veintiuno editores, 1996. Outro texto que merece atenção é o livro de SNOW, C. P. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo, SP: EDUSP, 1995.

³²⁶ Para uma discussão da constituição das estruturas do conhecimento moderno à luz da questão do universalismo e de suas implicações ver WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retorica do poder*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

Wallerstein: a Análise dos Sistemas-Mundo teve sua origem nas críticas direcionadas à Teoria da Modernização.³²⁷

No período que compreende o fim da Segunda Grande Guerra até a Revolução de 1968 surgiram quatro debates que, em conjunto, contestam as estruturas do conhecimento moderno em geral e os fundamentos das ciências sociais em particular. Neste passo, Wallerstein entende que (i) a crítica da CEPAL à Teoria do Comércio Internacional, e seu posterior desdobramento na vertente marxista da dependência, é antes de tudo crítica a um “certo” universalismo das teorias sociais evocadas a partir do centro. Por outro lado, (ii) o debate em torno do conceito de modo de produção asiático, ao colocar em xeque a concepção de estágios do desenvolvimento, abriu, na interpretação do autor, a possibilidade de um olhar menos dogmático às verdades estabelecidas no século XIX. (iii) O debate da transição do feudalismo ao capitalismo ocorrido na Inglaterra também contribuiu nesta direção. O exame historicizado das relações sociais de produção revelou os limites de se compreender o capitalismo em um só país, dada a extensão da divisão do trabalho. Por fim, (iv) as críticas dos *Annales* direcionadas tanto à historiografia como às ciências sociais representaram, para Wallerstein, uma dura crítica ao perfil excessivamente ideográfico e empiricista da historiografia, por um lado, e ao isolamento das diferentes disciplinas sociais e sua respectiva tentativa de articulação através da linguagem, por outro. Além disso, no plano político-cultural, a crítica à política externa estadunidense, a passividade da União Soviética e a crise no interior da velha esquerda, condensadas no Maio de 1968, conformam o contexto no qual Wallerstein deu início à construção de uma nova perspectiva, a Análise dos Sistemas-Mundo.³²⁸

Wallerstein tem a compreensão de que esses debates sugerem três obstáculos à busca da verdade pelas ciências sociais contemporâneas: a opção pelo Estado nacional como unidade de análise relevante ao estudo da mudança social; o tratamento inadequado das temporalidades sociais com ênfase no acontecimento; e, por fim, o fundamento a-histórico e disciplinar das ciências sociais. É à luz destas dificuldades que o autor empreender um avanço teórico de conceitualização e categorização.

O conceito de *sistema-mundo*, central para a perspectiva, resume a tentativa de Wallerstein e de seus “companheiros de rota” em superar tais obstáculos. Primeiro, porque

³²⁷ Para compreender a crítica de Wallerstein à Teoria da Modernização ver: WALLERSTEIN, I. *Modernization Requiescat in Pace* (1976). In: WALLERSTEIN, 2000, p. 106-111.

³²⁸ Para um balanço das principais contribuições para a formação da Perspectiva dos Sistemas-Mundo, ver WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004a, passim.

Wallerstein redefine a unidade de análise. O sistema-mundo corresponde a uma determinada zona espaço-tempo, um certo “mundo”, que envolve múltiplas unidades políticas e culturais, e cujo nexos são as atividades e as instituições que operam segundo uma lógica sistêmica. A lógica sistêmica define-se, por sua vez, em função da forma de organização da vida econômica, quais sejam: recíproca, redistributiva ou de mercado. Wallerstein lança três categorias explicativas que resumem, respectivamente, o caráter específico de cada sistema social histórico: *mini-mundo*; *império-mundo*; e *economia-mundo*. Deste ponto de vista, o sistema-mundo moderno se caracteriza por ser uma economia-mundo capitalista. É “economia” porque a forma de organização da vida econômica está pautada pelo mercado; e é “capitalista” porque tal organização está voltada para a acumulação sem fim de capital. Apoiada em uma extensa divisão social do trabalho e dividida entre centro, semiperiferia e periferia, o resultado desta forma de organização social é a distribuição desigual do excedente em benefício do centro. Além disso, o que é próprio desta economia-mundo é o fato de o capitalismo, apoiado pelo Estado, se desvincular progressivamente do mercado, organizando-se em monopólios contra o mercado.³²⁹

O segundo ponto importante se refere ao aspecto temporal. Na busca da verdade, não basta para Wallerstein redefinir a unidade de análise. A complexidade da realidade social requer, segundo o autor, decompor a realidade social em níveis distintos de realidade para que, através da análise historicizada, se possam reconhecer as continuidades e rupturas que definem a origem, a evolução e a crise terminal dos sistemas sociais. É neste sentido que a *longue durée* é incorporada à análise do autor. A distinção entre o tempo estrutural, conjuntural e eventual corresponde a níveis distintos de realidade, no qual o tempo estrutural, a longa duração, equivale à duração de um sistema social histórico particular. Não obstante, a estrutura não é eterna. Transforma-se lentamente por constante influência das conjunturas (tendências seculares). A crise, por sua vez, representa a desestruturação e a possibilidade da construção de um novo sistema social.³³⁰

O terceiro ponto é uma implicação direta dos dois pontos anteriores: a consciência de que não existem verdades eternas de tal modo que toda generalização está circunscrita ao espaço-tempo da qual faz parte.³³¹ Consequentemente, a pretensão em analisar a *totalidade* do

³²⁹ Sobre a questão da unidade de análise, ver WALLERSTEIN, I. *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis* (1974). In: WALLERSTEIN, 2000, p. 71-105. Ver ainda, WALLERSTEIN, 1974, capítulo 7.

³³⁰ Com relação ao tempo, ver WALLERSTEIN, I. *Time and Duration: the Unexcluded Middle, or Reflections on Braudel and Prigogine* (1998). In: WALLERSTEIN, 2000, p. 160-169.

³³¹ A respeito das implicações da concepção tempo-espaço, ver WALLERSTEIN, I. *The Inventions of*

sistema-mundo moderno ao longo de sua longa duração exige desconsiderar as fronteiras disciplinares, redefinindo-as em seus fundamentos. Neste momento, Wallerstein argumenta que as ciências sociais devem ser historicamente fundamentas. Portanto, a unidade de todas as disciplinas reside na História.

A Perspectiva dos Sistemas-Mundo emerge como uma crítica às estruturas do conhecimento moderno, contra a epistemologia universalista e a fragmentação disciplinar do conhecimento típica da universidade moderna. Em suma, Wallerstein propõe uma ciência social fundada na História, que assuma os sistemas sociais históricos como unidade de análise e que adote a longa duração como nível de realidade privilegiado para o estudo da mudança social.³³² Tamanha pretensão não ficaria impune. Quatro frentes de críticas foram direcionados ao seu esforço, as quais não serão detalhadas aqui.³³³

Nas próximas três seções, dedicaremos atenção a maneira como Wallerstein estuda a mudança social no sistema-mundo moderno, buscando articular simultaneamente as dimensões econômica, política e cultural.

6.1. O processo de mercantilização e os limites da Economia Política

Explicitada as origens, expostos os fundamentos da Análise dos Sistemas-Mundo e delimitado os conceitos básicos de economia-mundo, de capitalismo ou sistema capitalista, Wallerstein avança na categorização dos elementos de análise como: mercado, empresa, Estado, unidade doméstica (*households*), classe e grupo de status (ou identidade), que dão forma ao sistema-mundo moderno.

Wallerstein procura, a partir da redefinição da unidade de análise e de seus elementos, desconstruir dois argumentos que organizam o debate no interior do campo da

TimeSpace Realities: Towards and Understanding our Historical System (1988). In: WALLERSTEIN, 1991a.

³³² Cf. WALLERSTEIN, 1991a, p. 237-56.

³³³ Entre seus principais críticos destacam-se: BRENNER, R. The Origins of Capitalist Development: a critique of neo-smithian marxismo. *New Left Review*. I/104 (July-August), 1977, p. 25-92. SKOCPOL, T. Wallerstein's World Capitalist System: a theoretical and historical critique. *American Journal of Sociology*. Vol. 82, nº.5, March, 1997, p. 1075-90. ZOLBERG, A. Origins of the Modern World System: a missing link. *World Politics*. Vol. 33, n. 2, January, 1981, p. 253-81. ARONOWITZ, S. A Metatheoretical Critique of Immanuel Wallerstein's The Modern World-System. *Theory and Society*. Nº 10, 1981, p. 503-20. DUSSEL, E. Beyond Eurocentrism: the world system and the limits of modernity. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Ed.). *The Cultures of Globalization*. Duke University Press, 1998, p. 3-37.

Economia Política: a ideia segundo a qual a economia capitalista se resume ao mercado (concepção *meanstream*); e a ideia segundo a qual uma economia se converte em capitalista quando ela se baseia em relações de trabalho assalariada (concepção de um certo marxismo). Ademais, pretende com isto estabelecer os pontos de conexão possíveis para articular as esferas da política e da cultura. Nesta “busca” pela verdade e de crítica ao conhecimento estabelecido, Wallerstein, alcança três conclusões distintas, porém interconectadas.

Primeira, o caráter singular da História do capitalismo reside na relação peculiar que se estabeleceu entre capitalistas e o poder político. Dito de outro modo, na conformação de uma extensa divisão social e técnica do trabalho fragmentada por uma multiplicidade de Estados, que se organizam a partir de um sistema interestatal. Consequentemente, capitalismo não corresponde à mera existência de mercados ou tão somente a configuração de relações de trabalho assalariado.³³⁴

A segunda conclusão diz respeito ao conteúdo da luta política. Para Wallerstein a luta política não se limita à luta de classes, definidas apenas pela posição ocupada por cada classe no processo de distribuição do valor excedente. Para o autor há que se considerar no escopo da luta política também os conflitos cuja origem está nas diferenças de status ou identidades. Com efeito, não se pode pressupor sistemas sociais não-conflitivos. Além disso, admitindo a existência do conflito, faz-se necessário possuir uma visão mais alargada do conceito de luta de classes.³³⁵

Com essas ideias, Wallerstein expõe, por um lado, os limites do pensamento econômico dominante em que a harmonia predomina na visão de mundo e cuja articulação com os diferentes domínios do saber tem se estabelecido com base em uma linguagem comum, a racionalidade utilitária traduzível em signos operados a partir de uma lógica formal. Por outro, ele propõe uma correção de rota aos interpretes de inspiração marxista. Wallerstein, ao adotar as unidades domésticas (*households*) como elemento fundamental da realidade social, recoloca no terreno da História o nexo entre as diferentes esferas da existência social.³³⁶ Com isso ele escapa do caráter a-histórico do pensamento dominante ao mesmo tempo em que recupera o conceito alargado de luta de classe para a análise histórica. Segundo

³³⁴ Para uma discussão sobre a divisão social do trabalho e sua peculiar relação com a formação do Estado Moderno, ver WALLERSTEIN, 1974, capítulos 1, 2 e 3.

³³⁵ A polêmica em torno do conceito de classe, grupo de status e identidade, ver: ARRIGHI, G.; HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, T. *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989, capítulo 1.

³³⁶ Sobre o conceito de *households*, ver SMITH, J.; WALLERSTEIN, I. (Coord.). *Households and world-economy*. Hans-Dieter Evers. Beverly Hills: Sage, c1984; SMITH, J.; WALLERSTEIN, I. (Coord.) *Creating and transforming households: the constraints of the world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

o autor, a unidade doméstica, enquanto espaço de sociabilidade primária do indivíduo, permite cruzar/articular tanto as questões relacionadas às classes quanto as questões relacionadas às identidades (raça, etnia, religião, nacionalidade, gênero, sexualidade). A partir disso, é possível demonstrar o caráter historicamente determinando do indivíduo e das sociedades, uma vez que a constituição das famílias está sujeita a constrangimentos externos vindos do Estado, religião e organização étnica. É neste ponto que Wallerstein parece recolocar o debate das ciências sociais no terreno do qual não deveria ter sido retirado, qual seja, o do *modo de produção da vida*.³³⁷

Com isso chegamos a terceira conclusão: as diferentes manifestações ideológicas que revelam o caráter cindido das relações sociais. Se no plano concreto os grupos de status e as classes são articulados pelas firmas, Estados, famílias e outras instituições trans-familiares como a Escola e a Igreja, no plano do conhecimento, as tensões sociais daí decorrentes se apresentam na oposição entre os princípios universais e anti-universais (como por exemplo, o racismo e o sexíssimo). Para Wallerstein, o universalismo é norma positiva da Modernidade, significa a rejeição às preferências particularistas nas diferentes esferas da existência social e a adoção por regras gerais as quais todas as pessoas devem estar sujeitas. Por exemplo, no âmbito das empresas e das escolas o apelo à meritocracia; no âmbito do Estado Moderno a reivindicação pelo o sufrágio e outorga da constituição; no âmbito da família o amor como fundamento do matrimônio. Sem embargo, este universalismo, que é europeu por excelência, engendra um conjunto de desigualdade que deu origem a normas negativas como o racismo, o sexíssimo e o xenofobismo, por exemplo. Para o autor, estes são casos de um fenômeno mais amplo que ele denomina anti-universalismo. O anti-universalismo é, portanto, a crítica às discriminações institucionais aos diferentes grupos de status ou identidades. Com isso Wallerstein quer chamar a atenção para algo mais geral: o domínio do homem sobre a mulher,

³³⁷ A leitura que fazemos de Wallerstein permite uma aproximação às contribuições do professor Fernando Novais ao materialismo histórico. De acordo com Silva e Novais (2011), o materialismo histórico deve ser compreendido com uma teoria da história que procura conceitualizar simultaneamente todas as esferas da existência social. Novais difere, por exemplo, das interpretações que associam o conceito de modo de produção a sistema econômico. Sua ênfase no modo de produção da *vida* tem por objetivo destacar que tal conceito é também um critério de periodização na medida em que o homem no curso de sua existência vive todas as esferas da existência simultaneamente. Para o professor, enquanto as análises teóricas procuram recortar a realidade para explicar, na realidade todas elas encontram-se articuladas. Sendo assim, um período se caracteriza pela maneira como as diferentes esferas da existência se encontram articuladas, conferindo historicidade ao objeto. Não obstante, neste momento, emerge o problema das mediações. Entre as diferentes esferas da existência (e.g., economia, política e cultura) e entre os diferentes níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento). Neste ponto, Novais argumenta pela importância do sujeito do conhecimento se mover ao nível do eventual, pois é neste nível que as próprias estruturas se reproduzem e as mudanças sociais operam. Para mais detalhes ver: NOVAIS, F. Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime. (1979). In: NOVAIS, 2005. Ver especialmente, SILVA; NOVAIS, 2011.

dos brancos sobre os negros, dos adultos sobre as crianças, dos educados sobre os menos educados, dos heterossexuais sobre os homossexuais, da burguesia sobre o operário, da cidade sobre o campo, além das disputas étnicas e nacionalistas. Todas essas desigualdades constituem diferentes hierarquias mundiais que caracterizam o sistema-mundo moderno.³³⁸

Para o autor, estas diferentes formas de hierarquias sociais tornam mais difíceis a compreensão da luta política pela transformação social radical. Neste passo, o autor acusa as principais correntes do pensamento social de negligenciarem estes temas, que são fundamentais para compreensão da verdade. Embora a Revolução de 1968 tenha sido decisiva, pois trouxe à baila todos esses temas, dado o caráter especializado do aprofundamento das estruturas do conhecimento moderno, essas diferentes problemáticas aparecem desconectadas do movimento mais geral do capitalismo. Deste ponto de vista, o avanço da crítica requer demonstrar sua conexão.

6.2. As formas da luta política e os limites da Ciência Política

Se a “grande transformação” da Época Contemporânea é a organização da sociedade em função do mercado, isto não significa, desde logo, que o Estado não desempenhe papel fundamental no sistema-mundo moderno. Se, por um lado, Wallerstein dedicou-se à forma de organização da vida econômica e suas implicações para a economia política, por outro, ele também procurou discutir as formas de organização política da Época Moderna e Contemporânea e suas implicações sobre os postulados da ciência política, em especial com relação ao conceito de soberania. A ênfase de Wallerstein no Estado deve-se a que para ele o Estado é vórtice institucional fundamental para compreender os elementos estruturantes do sistema-mundo moderno. Nas suas próprias palavras: “classes, grupos étnicos/nacionais e *households* são definidos pelo Estado, através do Estado, em relação ao Estado, e, por sua vez, criam o Estado, definem o Estado e transformam o Estado”.³³⁹

³³⁸ Sobre a relação entre classes e grupos de status, e sua relação com o universalismo, ver WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001a. Ou ainda, WALLERSTEIN, I. *The Construction of Peoplehood: racism, nationalism, ethnicity* (1987) e *The Ideological Tensions of Capitalism: Universalism versus Racism and Sexism* (1988). In: WALLERSTEIN, 2000, p. 293-309 e p. 344-352.

³³⁹ Cf. WALLERSTEIN, I. *The states in the institutional vortex of the capitalist world-economy*. In: WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 29.

Para Wallerstein, o Estado-nação é a forma *por excelência* da organização política da Época Moderna, sendo a soberania seu atributo essencial. A soberania corresponde ao poder do Estado exercer autonomamente a sua autoridade sobre determinado território. Não obstante, esta autonomia não é absoluta, ao contrário, é relativa. Deste modo, para Wallerstein, o grau e o conteúdo desta autonomia apresentam-se como objeto a ser investigado. Para o autor, a soberania relativa advém do fato de o Estado Moderno existir apenas em relação às demais formas de Estado que conformam o sistema interestatal, dentro do qual corresponde a uma espécie de autarquia política. Sendo assim, os Estados não operam como entidades isoladas. O sistema interestatal estabelece o marco das relações interestatais que reconhecem e asseguram a autonomia relativa dos Estados. Wallerstein compreende que o Estado Moderno se constituiu a partir da formação de uma estrutura centralizada de poder por meio da criação de uma burocracia civil e militar com o objetivo de controlar das funções políticas, de eliminar e/ou restringir os poderes locais, bem como de criar uma rede de informações para assegurar suas intenções. Deste ponto de vista, a soberania não é apenas uma reivindicação interna, é também uma reivindicação externa na medida em que procura delimitar fronteiras dentro da qual não deveriam ocorrer interferências externas nas relações domésticas. Neste ponto, Wallerstein chama atenção para o fato de que intervenções ocorrem e que as fronteiras são, de tempos em tempos, redefinidas. Isto implica que, em alguns casos, a soberania muitas vezes é uma reivindicação não reconhecida. Por isso, outro elemento importante a ser considerado no estudo da soberania é a legitimidade, pois esta é pressuposto daquela. Além disso, a legitimidade também possui um duplo caráter: deve ser verificada tanto internamente, pelos poderes locais constituídos, quanto externamente, pelos demais Estados.

Para Wallerstein a busca pela soberania a coloca no centro da luta política, tanto interna aos Estados quanto entre os diferentes Estados. As implicações dessa luta sobre a vida econômica em geral e sobre as empresas em particular são nítidas. Uma vez delimitadas as fronteiras de um Estado, dentro delas este Estado está autorizado a regular os fluxos de mercadorias e capitais, bem como o fluxo de pessoas. A taxa sobre mercadorias e capitais afeta diretamente a decisão dos empresários, ao passo que as migrações tendem a impactar tanto os salários quanto as estruturas sociais, acarretando, no longo prazo, transformações econômicas. Além do controle sobre as fronteiras, o Estado é quem reconhece e protege o direito de propriedade, base elementar da acumulação capitalista. Deste ponto de vista, o controle sobre o trabalho é outro ponto de intervenção do Estado na medida em que é ele

quem regula a relação capital-trabalho. Além disso, o Estado também tem o poder de definir a proporção em que os custos de produção – toxidade, esgotamento dos recursos naturais e transportes – são externalizados. É neste passo que a questão da formação dos monopólios se apresenta ao Estado.

A partir destas formas de intervenção do Estado na vida econômica, Wallerstein chama atenção para o fato de que o Estado não pode assumir uma posição neutra no processo de acumulação capitalista, pois sua sobrevivência depende dessas intervenções, sobretudo do poder cobrar impostos. Embora as pessoas e as empresas estejam dispostas a serem taxadas, a questão mais importante é identificar o nível legítimo e o nível ilegítimo da taxação. Portanto, na interpretação de Wallerstein, as lutas fiscais são constitutivas do sistema-mundo moderno e as decisões do Estado afetam, por sua vez, a distribuição dos benefícios. É deste poder de intervenção na vida econômica que algumas empresas procuram extrair vantagens, valendo-se ora da corrupção, ora da pressão política ou da troca de vantagens, ou exercendo pressão sobre outros Estados por meio de seu próprio Estado relativamente mais forte. Deste ponto de vista, a luta pela distribuição de excedente define os contornos da luta de classes na qual o Estado, como ator central no deslocamento da renda, torna-se objeto central de disputa.

É neste ponto que Wallerstein faz uma avaliação do que significou a Revolução Francesa e quais suas implicações para o estudo da mudança social. Segundo o autor, esta revolução naturalizou o fenômeno da mudança política e deslocou o fundamento da soberania do monarca para o povo. A ideia de que a soberania passa a estar fundada no povo implicou transformar o súdito em cidadão, colocando no centro da luta política a definição do que é povo e quem é cidadão, quer dizer, quem está habilitado a participar ativamente da vida política. Daí a reivindicação pelo sufrágio universal. Deste modo, Wallerstein entende que grande parte da história política desde então tem sido a luta pela expansão contínua do sufrágio. Quando Wallerstein estabelece esta relação teórica entre soberania e sufrágio universal, e retorna à história política, conclui que uma parcela muito pequena da população mundial exercita seu direito de cidadão. Consequentemente, para o autor, as políticas de inclusão e exclusão se revelam centrais para o entendimento das histórias políticas nacionais, e, por isso, essenciais à compreensão da mudança social nos últimos dois séculos.

Nesta ordem de ideias, o estudo da cisão política entre conservadores, liberais e radicais se faz necessário para a compreensão da dinâmica da luta de classes e do modo de funcionamento do sistema-mundo moderno. Os conservadores, de um lado, justificavam a preservação do Antigo Regime. No polo extremo, estavam os radicais que defendiam a

mudança rápida e profunda, apontando os limites da ordem burguesa em ascensão. No centro, encontravam-se os liberais que defendiam a mudança, mas controlada pelos grupos mais esclarecidos para esta tarefa. A proposta do liberalismo centrista foi aquela que conseguiu persuadir conservadores e radicais uma vez que em seu programa a mudança poderia ser promulgada em qualquer momento e lugar. (este ponto será retomado mais adiante).³⁴⁰

Wallerstein, portanto, ao recuperar a discussão sobre o conceito de soberania à luz dos impactos da Revolução Francesa sobre a forma de organização do Estado Moderno, tem por objetivo qualificar e complexificar o caráter da luta política. Para ele, a luta política depende do tipo de Estado que, por sua vez, depende da posição que este Estado ocupa do sistema interestatal. Com isso, Wallerstein sugere que há uma hierarquia de Estados que se revela a partir de um corte analítico entre Estados fortes e fracos. Para o autor a força de um Estado se verifica pela capacidade deste executar legalmente suas decisões com um elevado grau de eficácia. Com o Estado fraco ocorre o contrário. Dada a baixa acumulação de capital em seu território, sua burocracia é débil, o que limita a capacidade de taxaço, restringindo-lhe a capacidade de aperfeiçoar seus instrumentos de intervenção e, deste modo, elevar a eficácia de suas políticas. É neste momento que Wallerstein chama atenção para um ponto importante: os Estados fracos, por não abrigarem uma classe capitalista importante, tendem a se converter no principal agente da acumulação de capital e a apresentar maior dificuldade para exercer o monopólio da força, uma vez que sua autoridade é contestada pelas elites locais. Sendo assim, “a debilidade do Estado não resulta de políticas certas ou erradas, mas é uma fraqueza endêmica da estrutura dos estados nas zonas onde a maioria dos processos produtivos são periféricos e são portanto fontes fracas de acumulação”.³⁴¹ Sem embargo, independente de sua força ou fraqueza, para reiterar sua autoridade e se legitimar, o Estado procura criar na sua população um sentimento de identificação nacional, que se pode chamar de nacionalismo.

O sistema público de educação, do serviço militar e das cerimônias públicas são meios de construção deste sentimento de fidelidade do Estado. Se a força de um Estado é observada pelo seu grau de legitimidade interna através da criação da nação por meio do nacionalismo, do ponto de vista externo, a força do Estado é observada a partir de sua

³⁴⁰ Cf. WALLERSTEIN, 2011. Para uma discussão específica da Revolução Francesa, ver WALLERSTEIN, I. *The French Revolution as a World-Historical Event*. In: WALLERSTEIN, 1991, p. 7-22. Com relação à centralidade do conceito de luta de classe, ver WALLERSTEIN, I. *Class conflict in the Capitalist world-economy*. In: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, c1979, p. 283-93.

³⁴¹ WALLERSTEIN, 2004a, p. 53.

capacidade de exercer autoridade sobre os demais Estados em um ambiente de competitivo. Para esse último objetivo, os meios variam: estabelecer as regras do comércio mundial, influenciar a política interna de outros Estados, generalizar práticas culturais, capacidade de persuasão e compra de proteção por parte de Estados fracos.³⁴²

No moderno sistema interestatal, o Estado Moderno não é a única forma de organização política. As colônias, por exemplo, constituem-se como unidades políticas não-soberanas e, portanto, subordinadas ao domínio de Estados fortes. Para Wallerstein, as colônias podem ser caracterizadas como um exemplo de Estado fraco, cujo objetivo é funcionar como um agente administrativo local da metrópole. Do ponto de vista da dinâmica da luta política, importa destacar os movimentos de libertação nacional que surgem nas colônias. Isto significa que as relações interestatais estão mediadas pelas classes. Desse modo, para se pensar a hierarquia interestatal requer-se defini-la a partir da articulação mundial dos interesses das classes que se traduz em lutas políticas nacionais pelo controle do Estado. Do ponto de vista dos Estados fortes, interessa preservar o sistema interestatal, cuja desigualdade de força assegura o status quo dos grupos dominantes. Entre os Estados fortes e os Estados fracos existe uma camada intermediária de Estados aos quais Wallerstein denomina de Estados semiperiféricos. Estes estados são os primeiros a competir. Procuram estabelecer alianças estratégicas com os Estados fortes no sentido de extrair vantagens econômicas, isto é, atrair atividades produtivas com o intuito de acumular mais riqueza e se reforçar militarmente. Os Estados semiperiféricos, embora corram mais rápidos, estão condicionados pelos mecanismos do equilíbrio de poder, o qual impõe limites à mobilidade dos Estados na hierarquia mundial.

Decorre daí a importância dos estudos das formas de dominação e, em especial, do poder hegemônico. Para Wallerstein, o sistema-mundo moderno observou três hegemonias: Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Estes Estados foram hegemônicos “porque foram capazes de estabelecer as regras do jogo no sistema interestatal, para dominar a economia-mundo (a produção, o comércio e a finança), para obter a forma política utilizando o mínimo de força militar, e para formar a linguagem cultural com a qual se discute o mundo”.³⁴³ Não obstante, as hegemonias alternam-se, pois, dada a existência de candidatos à hegemonia, a competição intercapitalista e interestatal cria uma pressão interna ao sistema de

³⁴² Para uma discussão sobre o Estado na periferia, ver WALLERSTEIN, I. *The world-economy and the state-structure in peripheral and dependent countries (the so-called Third World)* (1982). In: WALLERSTEIN, 1984, p. 80-85.

³⁴³ WALLERSTEIN, 2004a, p. 57-8.

Estados que corroí pouco a pouco a estabilidade que permite os capitalistas prosperarem. Com isso, Wallerstein conclui: “a prioridade permanece sempre para a acumulação sem fim de capital, e isto é melhor alcançado por um deslocamento da configuração de dominação política e cultural dentro da qual as empresas capitalistas evoluem, obtendo seus suportes a partir do Estado, mas procurando libertar-se de sua dominação”.³⁴⁴

6.3. Geocultura e os temas negligenciados

Até o momento procuramos apresentar de forma muito simplificada o modo com Wallerstein mobiliza conceitos e categorias delimitando a perspectiva de análise a partir da qual ele procura interpretar a História do Capitalismo. Para ele o capitalismo é um sistema social histórico no qual a vida social se organiza progressivamente pelo mercado (o assim chamado processo de mercantilização de tudo), sob o estímulo da acumulação sem fim de capital. Este sistema social tem o Estado moderno como forma de organização política dominante, mas que opera no interior de um sistema interestatal. Não obstante, o esforço analítico de Wallerstein não se encerra aí.

Além de considerar essas duas esferas da existência, a Perspectiva dos Sistemas-Mundo pretende articular outra dimensão da vida social, a cultura.³⁴⁵ A geocultura corresponde às normas e os modos de discursos difundidos e legitimamente aceitos no interior do sistema-mundo. Segundo o autor, esta esfera não existe de forma autônoma, ela é constitutiva e auxiliou na criação do próprio sistema-mundo moderno. Por isso, para demonstrar sua origem e conexão com as formas de produção da vida material e com as formas de organização política, Wallerstein recupera o impacto da Revolução Francesa sobre a forma de organização e o modo de funcionamento do Estado moderno, isso porque foi naquele momento que se definiu como padrão da luta política a disputa entre excluídos e incluídos, uma vez que a inclusão emergiu como critério de boa sociedade.³⁴⁶

É no bojo da Revolução Francesa e de suas implicações que emergiu e se

³⁴⁴ WALLERSTEIN, 2004a, p. 59. Para uma discussão sobre hegemonia, ver: WALLERSTEIN, I. The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy (1983). In: WALLERSTEIN, 1984, p. 37-46.

³⁴⁵ Sobre o conceito de cultura, ver WALLERSTEIN, I. Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System (1989). In: WALLERSTEIN, 2000, p. 264-89.

³⁴⁶ Cf. WALLERSTEIN, 2011.

difundiram as ideologias que, segundo Wallerstein, caracterizam a luta política na História do capitalismo.³⁴⁷ Em primeiro lugar, Wallerstein entende por ideologia uma determinada configuração de ideias cuja visão de mundo subjacente indica algum compromisso moral orientador da conduta das pessoas na arena social a partir da qual se depreendem conclusões políticas. Sendo assim, podemos agora desenvolver o que apenas indicamos anteriormente. O conservadorismo se apresentou como ideologia contrarrevolucionária, pois seus defensores pretendiam restaurar o Antigo Regime, motivados por uma visão muito pessimista das capacidades morais do homem e acreditarem nos benefícios das hierarquias sociais. Daí a visão desencantada da Revolução Francesa e a adoção de uma estratégia que procurava restaurar as autoridades das instituições tradicionais. Para ilustrar este caso, Wallerstein toma como exemplo o Regime de Napoleão Bonaparte.

Naquela ocasião, o liberalismo, portador da bandeira revolucionária, emergiu como movimento progressista colocando a mudança como normal e como inevitável. Com isso desafiaram as hierarquias tradicionais argumentando que eram ilegítimas, pois não promoviam a igualdade de oportunidade nem se orientavam pelo princípio da meritocracia. Apesar dos liberais fundamentarem a legitimidade do Estado-nação no povo, as massas não educadas suspeitavam deles. Os liberais acreditavam que as reformas sociais deveriam ser lideradas pelos especialistas, que eram sujeitos educados e por isso capazes de executar seu papel de cidadão. Decorre daí a importância da educação, sobretudo de caráter ilustrado, como base teórica para o exercício prático da cidadania. Deste ponto de vista, não é estranho a identidade entre especialista e cientista.³⁴⁸

Até as Revoluções de 1848, o panorama ideológico estava dominando, segundo Wallerstein, pelas disputas entre conservadores e liberais. Os levantes que marcaram a consolidação da burguesia no poder deram origem aos movimentos antisistêmicos, bem como colocaram em xeque as táticas tanto de conservadores e liberais como dos radicais nascentes. Segundo Wallerstein, a tática conservadora se revelou ineficaz na reafirmação do Antigo Regime. A tática radical fundada na violência não produziu efeitos duradouros, fazendo emergir a necessidade de uma utopia comunista. A tática liberal fundada no especialista não se revelou suficiente. Isto colocou, segundo Wallerstein, a necessidade de um programa centrista capaz de sedimentar os conflitos sociais. Para o autor, portanto, o período que vai de

³⁴⁷ Para uma discussão sobre as principais ideologias do sistema-mundo moderno, ver WALLERSTEIN, I. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte um*. Petrópolis: Vozes, 2003.

³⁴⁸ Para uma visão condensada da importância do liberalismo, ver WALLERSTEIN, I. Liberalism and the Legitimation of Nation-States: na historical interpretation. In: WALLERSTEIN, I. *After liberalism*. New York, NY: New Press: Distributed by W.W. Norton, 1995, p. 93-107.

1848 até 1914 compreende o momento histórico no qual foi definido o programa liberal nos Estados do centro do sistema-mundo moderno. Este programa se caracterizava pela promoção da vida política aberta, apoiada no cidadão e regida por uma autoridade não arbitrária— o Estado enquanto uma burocracia racional. A vitória do programa liberal definiu o padrão da luta política do sistema-mundo moderno, centrada na expansão do sufrágio, no acesso à educação e na criação de um certa proteção social.³⁴⁹

Wallerstein chama atenção para o fato curioso deste programa ter sido implementado, pelo menos na Europa, por partidos não-liberais. Segundo ele, foram justamente essas mudanças táticas que tornaram o programa liberal o elemento definidor da geocultura do sistema-mundo moderno. Foi neste momento também que a ideia de construção da nação por meio do nacionalismo foi ensinada nas escolas primárias, pelas forças armadas, bem como pelas cerimônias de celebração nacional. Na opinião do autor, portanto, o programa liberal centrista tornou possível a institucionalização do Estado liberal que, ao mesmo tempo, possibilitou a origem dos movimentos antisistêmicos. Para Wallerstein, o grande paradoxo reside no fato de que as táticas dos movimentos conservadores e radicais acabaram por reforçar, em geral, o programa liberal.³⁵⁰

É nesta altura que Wallerstein começa a discutir os dilemas da esquerda. Na primeira metade do século XX o objetivo central da luta era para incluir os marginalizados como cidadãos. Não obstante, na segunda metade do mesmo século, os movimentos trabalhistas e socialistas enfrentaram muitas batalhas para adquirir algumas poucas concessões. Nesta ocasião, as bandeiras não se limitavam apenas ao trabalho e à renda. Outros elementos como família e identidades disputavam a atenção dos movimentos trabalhistas e a definição do que até então era a classe trabalhadora. Para Wallerstein os trabalhadores eram homens, adultos, do grupo étnico dominante em cada país. Foram estes que conseguiram algum tipo de representação a partir das organizações trabalhistas ou socialistas. Os demais homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou distintos acabaram se organizando em torno de identidades contra o racismo, o sexíssimo ou xenofobismo. Ao fazer este percurso, Wallerstein sugere que há uma tensão constitutiva dos movimentos sociais antisistêmicos que se revela na hostilidade e cooperação entre os diferentes movimentos sociais. Para o autor, esta tensão deriva do descompasso entre os objetivos de longo prazo e médio prazo: enquanto

³⁴⁹ Para uma discussão sobre a relação entre desenvolvimento nacional e a integração política da periferia pela democracia, ver WALLERSTEIN, I. The concept of national development, 1917-1989: elegy and réquiem. In: WALLERSTEIN, 1995, p. 108-122.

³⁵⁰ Uma visão resumida sobre o conflito ideologia que marcou a geocultura encontra-se em WALLERSTEIN, I. Three ideologies or one? The pseudobattle of modernity. In: WALLERSTEIN, 1995, p. 72-92.

os objetivos de longo prazo não estão ainda claros, no curto prazo a luta para estender o direito de cidadania aos grupos excluídos se processa nos marcos estabelecidos pelo Estado liberal. Sendo assim, o modo difuso de organização dos movimentos sociais colocou dois dilemas estratégicos: definir qual era a estratégia mais eficiente; e quais tipos de aliança estabelecer com outras variantes dos movimentos sociais. Dada a própria dificuldade de organização dos grupos excluídos, o debate básico foi travado no diapasão entre as estratégias culturais e as estratégias políticas.³⁵¹ Para Wallerstein, embora não excludentes, a estratégia política foi vitoriosa, inviabilizando a via cultural. Naquele momento definiu-se que a agenda de transformação social deveria ser executada através da tomada do Estado e, a partir dele, transformar a sociedade, o Estado e o mundo. Foi este o dilema sobre o qual o debate clássico da 2ª e 3ª Internacionais se debruçaram e daí o debate da social democracia com os revolucionários, entre Bernstein e Lenin. Para Wallerstein, as premissas de ambos se revelaram falsas.³⁵² O ponto principal para o qual o autor quer chamar a atenção é que os movimentos antisistêmicos não conseguem estabelecer pontos comuns para se fortalecer na luta pela mudança social. Para ele, as três principais variantes – trabalhadores/socialistas, étnico/nacionalista e das mulheres –, não conseguiram unificar a luta no movimento geral que marcou o período de 1848 e 1945. Ao contrário, em determinados momentos até se ignoraram. Não obstante a falta de cooperação e coordenação, ao final do século XX, algum movimentos tiveram suas demandas relativamente incorporadas ao sistema de cidadania. No entanto, não alcançaram o controle do Estado, e muito menos a transformação da sociedade capitalista.³⁵³

Foi no bojo da formação desta geocultura dominada pelo liberalismo centrista que as ciências sociais emergiram, conforme sugerido anteriormente. Sob este prisma, Wallerstein chama atenção para o papel que tem cumprido o cientista social, qual seja: o de esboçar e constranger as produções ideológicas. A força da ciência adveio da aceitação comum de que a partir dela se poderia ativar o progresso. Segundo o autor, isto se revelou uma inversão dos

³⁵¹ Sobre este tema, há uma série de artigos, em especial, Eurocommunism: its roots in European working-class history, Nationalism and the world transition to socialism: is there a crisis? e Revolutionary movements in the era of US hegemony and after. In: WALLERSTEIN, 1984. Ver também: Old problems and new syntheses: the relation of revolutionary ideas and practices. In: WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p.231-49.

³⁵² Sobre as estratégias revolucionárias, ver WALLERSTEIN, I. Marx, Marxism-Leninism, and socialist experiences in the modern world-system. In: WALLERSTEIN, I. *Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991b, p. 84-97.

³⁵³ Para aprofundar esta questão, ver WALLERSTEIN, I. Revolution as Strategy and Tactics of Transformation e Marxism after the Collapse of the Communisms In: WALLERSTEIN, 1995. Ver também os artigos que compõem a terceira parte de WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004b.

valores até então vigentes, sendo o cristianismo deslocado para o segundo plano e colocando-se no centro a ideia iluminista do progresso humano.³⁵⁴

Com isso, retomamos o ponto de partida da discussão sobre os limites do estudo da mudança social a partir da construção da nação. Visto em perspectiva, ocorre que toda intervenção social tem sido legitimada pela ideia de que a sociedade se não é perfeita é aperfeiçoável. A ideia de progresso, portanto, tem justificado toda a energia social despendida para se construir ou contestar a civilização capitalista. Na esteira da ideia de progresso, o desenvolvimento, em seus diferentes matizes e que ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, foi o conceito a partir do qual Estados e governos operacionalizaram a construção das sociedades nacionais. Posto deste modo, quando recuperarmos as críticas de Wallerstein às ciências sociais, também estabelecemos as bases para a crítica do debate brasileiro sobre o desenvolvimento.

Do ponto de vista historiográfico, o processo de formação de sociedades nacionais, por exemplo, o processo de formação do Brasil contemporâneo, é um fato histórico em si, portanto, incontestável. O mesmo não se pode dizer da decisão de considerar a construção da nação como ponto privilegiado de acesso à realidade nacional em formação. Como tentamos demonstrar na primeira parte desta tese, embora a construção da nação fizesse parte do espírito do tempo, constituindo-se na base sobre a qual o debate sobre o desenvolvimento foi e vem sendo travado, em termos da relação sujeito-objeto ela é antes uma posição teórico-metodológica e, enquanto tal, está sujeita a contestação.

A crítica de Wallerstein às ciências sociais lança luz sobre os problemas epistemológicos que envolvem o estudo da mudança social a partir da construção da nação presentes no debate brasileiro sobre o desenvolvimento. Para tentar contorná-los, no próximo capítulo revisaremos alguns clássicos atentos à relação entre o desenvolvimento capitalista e as transformações nas formas de sociabilidade que ele engendra. Nesta revisão esperamos definir os elementos analíticos para situar, de maneira dinâmica, a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno.

³⁵⁴ Esta discussão está bem trabalhada em WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2001. Sobre o papel específico dos intelectuais, ver, por exemplo, WALLERSTEIN, I. Intelectuais: neutralidade de valores em questão. In: WALLERSTEIN, 2004b, p. 177-199. Para uma crítica sobre o conceito de progresso, ver WALLERSTEIN, 2001a.

7. Desenvolvimento Capitalista e o Sistema-Mundo Moderno

Historicamente, as sociedades se sedimentam com base em diferentes formas de integração conformando, em cada tempo-espço, estruturas e dinâmicas sociais peculiares. À medida que o capitalismo penetrou nas comunidades da Europa ocidental no longo século XVI (1450-1640), em específico no campo, ele desencadeou um processo de ruptura estrutural em que a mercantilização da vida foi se convertendo no principal indutor da mudança social. Os capitalistas passaram a integrar as diferentes zonas da Europa por meio de redes de comércio de longa distância que articulavam diferentes sistemas de produção. Na época, essas redes cobriam a Europa Ocidental e partes da América. Estas diferentes zonas se distinguiam com base no tipo de controle sobre o trabalho. Por exemplo, no Leste europeu, o reforço da segunda servidão; nas colônias americanas instaurou-se a escravidão moderna e na Inglaterra difundiu-se o assalariamento. *Pari passu* à reorganização das atividades econômicas, a ascensão das monarquias absolutas permitiu a incorporação dos capitalistas às estruturas de poder das sociedades nacionais nascentes. Estas estruturas de poder, pouco a pouco, deram origem a Estados fortes que exerciam seu domínio sobre as zonas periferias e estabeleciam contatos com as arenas externas. Com a crise do século XVII,³⁵⁵ a economia-mundo capitalista em formação ganhou novo impulso. De 1600 até 1750, além das inovações técnicas do ponto de vista dos meios de produção, teve origem o sistema interestatal moderno. Neste período, a Holanda ascendeu como potência hegemônica, estabelecendo a estratégia de acumulação que impulsionou o sistema para uma nova fase de expansão. A crise do século XVII engendrou também uma competição entre as zonas periféricas, muitas das quais, para sobreviverem, dependeram de uma rearticulação à economia-mundo capitalista em fase consolidação. O questionamento da hegemonia holandesa ocorreu com a intensificação da rivalidade franco-britânica ao longo do século XVIII. Quando se acirrou a disputa pela sucessão hegemônica, a Grã-Bretanha saiu vitoriosa. As razões de sua vitória residiam não apenas por sua estrutura econômica “interna”, mas, sobretudo, no fato de o Estado britânico ser mais forte que o francês. Por trás desta rivalidade operavam as forças que conduziram à Revolução Industrial na Inglaterra e à Revolução Francesa. A rivalidade Franco-Britânica promoveu uma expansão geográfica da economia-mundo capitalista incorporando áreas externas como, por exemplo, a Rússia, o Império Otomano, o subcontinente indiano e a África Ocidental. Nas antigas zonas periféricas, essa rivalidade engendrou processos de

³⁵⁵ Ver, por exemplo, HOBSEBAWM, Eric. A crise geral da economia européia no século XVII. In: *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*, v. 9, 1975.

descolonização nas Américas, com a criação dos Estados Unidos, dos pequenos Estados fracos na antiga América Espanhola, bem como no Brasil. A Revolução Industrial promoveu uma expansão geográfica sem precedentes, redefinindo a integração dos espaços em escala mundial através de uma reorganização dos mercados, isto é, criando um mercado mundial, que não apenas se expandia em extensão, mas também em profundidade. Por seu turno, a Revolução Francesa implicou a consolidação da geocultura estruturada em torno do liberalismo que passou a legitimar o modo de funcionamento do sistema-mundo moderno a partir do século XIX.

Do ponto de vista das formas de integração, o processo de formação do sistema-mundo moderno correspondeu na sua primeira fase (1450-1650) a uma rearticulação de diferentes ordens sociais fundadas nos princípios de domesticidade, redistribuição e reciprocidade espreiadas pela Europa em crise. Essa rearticulação foi promovida pelas redes de comércio de longa distância que podiam ou não se estruturar em torno do princípio do mercado formador de preço. Não obstante, o avanço da concorrência intercapitalista e interestatal, a intensificação da proletarianização da força de trabalho, o progresso técnico pelo e para o capital e a incorporação de arenas externas, aos poucos minavam a domesticidade, a redistribuição e a reciprocidade que foram sendo substituídas pelo princípio de mercado. Como veremos mais adiante, o sistema econômico se desenraizava das sociedades, subordinando o conjunto da sociedade à lógica da economia de mercado, na qual as motivações individuais passavam a ser o medo da fome e o desejo do lucro.³⁵⁶

Por isso, para Wallerstein o desenvolvimento do capitalismo histórico:

[...] incluiu a ampla mercantilização de processos – não só os de troca, mas também os de produção e investimento – antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital, **os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica.** Como o capitalismo é centrado em si mesmo, **nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo.**³⁵⁷

Deste modo, continua o autor:

[...] o capitalismo histórico é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operam segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados

³⁵⁶ Cf. POLANYI, 2012a [1944].

³⁵⁷ WALLERSTEIN, 2001a, p. 15, grifo nosso.

a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que **sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior**, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada.³⁵⁸

Postos nesses termos, estamos interessados em observar como este *impulso a mercantilizar tudo* penetrou nos *tecidos sociais* que formavam a colônia portuguesa na América e transformou essa colônia no Brasil contemporâneo. Deste modo, a apreensão da transição para ordens sociais modernas nos quadros do sistema-mundo moderno requer investigar de que maneira as esferas econômica, política e cultura se rearticulam através do tempo e do espaço em benefício da acumulação capitalista.

Como podemos, então, articular a História do Brasil à narrativa do sistema-mundo moderno? Reconstruindo as mediações que permitam uma análise da dinâmica do sistema-mundo na própria periferia. Para tanto, é preciso escapar das justaposições que frequentemente derivam conclusões por extensão de sentidos, como se a dinâmica do centro explicasse a dinâmica da periferia e não o contrário. Para uma análise substantiva do processo de mudança social é necessário um retorno aos clássicos com o cuidado de não enveredarmos para a problemática do desenvolvimento nacional. Portanto, na continuação deste capítulo, nosso objetivo consiste em desenvolver três pontos fundamentais para a nossa análise: i) a maneira como as formas de produção capitalista desestabilizam estruturas sociais tradicionais; ii) o papel que a violência cumpre no processo de acumulação capitalista; e iii) a maneira pela qual a economia de mercado é instituída como um mecanismo de regulação social.

7.1. Desenvolvimento capitalista e a desestabilização de estruturas sociais

Este impulso à mercantilização da vida, ao qual Wallerstein dá destaque, já havia sido apontado por K. Marx e F. Engels em *O Manifesto do Partido Comunista*. No texto de 1848, Marx e Engels destacaram o caráter revolucionário da burguesia em relação ao Antigo Regime, esboçando em largos traços a origem do capitalismo a partir da sociedade feudal em decomposição. Para eles, a burguesia não apenas revolucionou os meios de produção como também transformou as formas de organização política e cultural, e, conseqüentemente, a

³⁵⁸ WALLERSTEIN, 2001a, p. 18, grifo nosso.

forma de sociabilidade sobre a qual estavam sedimentadas as sociedades da Época Feudal.

Para Marx e Engels “a grande indústria”, revolução fundamental dos meios de produção, criou “[...] o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. Eles afirmam que “o mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação”. À medida que tudo isso se expandia, “crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média”.³⁵⁹ Consequentemente,

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.³⁶⁰

Não obstante, as inovações da burguesia não se limitavam apenas aos meios de produção. O século XIX trazia em seu bojo a constituição de novas ordens sociais, que implicava a redefinição da maneira como as diferentes esferas da existência se integravam. Em termos políticos, Marx e Engels destacaram que:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.³⁶¹

Não se tratava apenas de uma revolução dos meios de produção (o desenvolvimento das formas de capital) e de organização do poder político (a formação do Estado nacional), O século XIX também presenciou uma revolução intelectual. “As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais

³⁵⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo, SP: Boitempo, 1998 [1848], p. 41.

³⁶⁰ Ibid., p. 43.

³⁶¹ Ibid., p. 41-2.

nasce uma literatura universal”, destacam Marx e Engels.³⁶²

No centro desta rearticulação estava a propriedade privada. Ela emergiu como o elemento articulador das diferentes esferas da existência. Nasceu como fundamento da riqueza, como razão de estado e condição para a liberdade. O Estado moderno em formação na Europa, por exemplo, ao assegurar o regime de propriedade privada, engendrou processos de espoliação que dividiu as sociedades entre proprietários e não-proprietários, conformando uma nova forma de hierarquia social. Com efeito, a produção material da vida foi diretamente afetada. A conversão dos meios de produção em propriedade privada (processo de expropriação) gerou um grupo massivo de indivíduos proprietários apenas de sua força de trabalho, que podiam vender no mercado (processo de proletarianização), recebendo um salário com o qual compravam no mercado de bens os meios de vida necessários à subsistência. Esta estratificação foi intensificada com o desenvolvimento da maquinaria no final do século XVIII. A máquina dividiu o trabalho em trabalho manual e abstrato, aprofundando a divisão social e técnica do trabalho. Com isso, não apenas se estabeleceram novas formas de exploração (mais valor absoluto e mais valor relativo), como também se elevou a interdependência dentro e entre sociedades. À medida que a reprodução da vida passava a depender crescentemente do mercado, as relações humanas se deslocavam para a esfera do valor de troca, dando origem a uma nova forma de sociabilidade na qual a vida é mercantilizada.

Além de sugerirem como o desenvolvimento capitalista sedimentou um novo modo de vida na Europa ocidental a partir do século XIX, Marx e Engels indicaram também o *caráter intrinsecamente expansionista* deste modo de viver. Para assegurar as condições de reprodução do sistema econômico, a burguesia foi impelida a buscar novos mercados, por meio do estabelecimento de contato com novas partes do globo (expansão em extensão) e pelo aprofundamento da divisão do trabalho (expansão em profundidade). A expansão em extensão rompe com o isolamento de diferentes sociedades, estabelecendo uma integração espacial interdependente por meio do comércio, que pode ser organizado com base em estruturas de mercado ou por meio da violência, através de mecanismos compulsórios de apropriação e redistribuição.³⁶³ Em seus *Escritos sobre a Índia*, Marx observou:

³⁶² MARX; ENGELS, 1998 [1848], p. 43.

³⁶³ Do ponto de vista do lugar do Brasil na História da Geral da civilização capitalista, vale lembrar, que o Sistema Colonial da época do Antigo Regime se valeu de diferentes formas de trabalho compulsório. Como lembra Fernando Novais (1995 [1972], p. 98), “A *escravidão* foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o *tráfico negreiro*, que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio

Estas pequenas formas estereotipadas do organismo social foram, na maior parte, dissolvidas e estão a desaparecer, não tanto em virtude da interferência brutal do cobrador de impostos britânico ou do soldado britânico, mas do trabalho do vapor inglês e do comércio livre inglês. Aquelas comunidades familiares baseavam-se na indústria doméstica, naquela combinação peculiar de tecelagem manual, de fiação manual e de agricultura manual que lhes dava o poder de se bastarem a si próprias. A interferência inglesa, tendo colocado o fiandeiro no Lancashire e o tecelão em Bengala ou fazendo desaparecer tanto o fiandeiro como o tecelão hindus, dissolveu estas pequenas comunidades meio bárbaras meio civilizadas, estoirando com a sua base económica, e produziu assim, a maior e, para dizer a verdade, a única revolução social de que alguma vez se ouviu falar na Ásia.

Ora, por mais triste que seja para o sentimento humano testemunhar estas miríades de organizações sociais industriais, patriarcais e inofensivas desorganizadas e dissolvidas nas suas unidades [constitutivas], atiradas para um mar de sofrimentos, e os seus membros individuais a perderem ao mesmo tempo a sua antiga forma de civilização e os seus hereditários meios de subsistência, não podemos esquecer que estas idílicas comunidades aldeãs, por muito inofensivas que possam parecer, foram sempre o sólido alicerce do despotismo oriental, confinaram o espírito humano ao quadro mais estreito possível, fazendo dele o instrumento dócil da superstição, escravizando-o sob o peso de regras tradicionais, privando-o de toda a grandeza e de toda a energia histórica.³⁶⁴

A expansão em profundidade, por sua vez, tende a minar as formas de sociabilidade pretéritas à medida que a o desenvolvimento das forças produtivas aprofunda a divisão do trabalho no seio da sociedade e institui a “livre concorrência”³⁶⁵ como nexos sociais. Em *O Manifesto*, Marx e Engels ainda observaram que:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais", para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal.³⁶⁶

Mais adiante, os autores concluem:

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias.³⁶⁷

Em resumo, Marx e Engels descreveram como o aprofundamento da divisão do trabalho para a produção material da vida vinculou diferentes realidades sociais através do

colonial. Se à escravidão africana acrescentarmos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil, - ‘encomienda’, ‘mita’, ‘indenture’ etc., - resulta que estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa.”

³⁶⁴ MARX, Karl. *A Dominação Britânica na Índia*. 10 de Junho de 1853. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>.

³⁶⁵ Cf. MARX; ENGELS, 1998 [1848], seção I.

³⁶⁶ Ibid., p. 42.

³⁶⁷ Ibid., p. 42.

mundo. Isto permite pensar a ideia de um sistema mundial no qual sociedades organizadas em diferentes regimes de trabalho se articulam por meio do comércio/violência criando certa interdependência para a reprodução material do conjunto das sociedades e de cada sociedade individualmente. Mais importante, eles sugerem como a expansão da produção capitalista desestabiliza sociedades tradicionais, desintegrando as formas pretéritas de sociabilidade baseadas no *status*. Esta desestabilização ocorre quando a lógica capitalista penetra no tecido social redefinindo os fundamentos da ordem social na qual as sociedades se sedimentam. Com efeito, aludem, embora de maneira superficial, à ascensão da economia de mercado como forma dominante de sociabilidade à medida que a relação entre as formas capitalistas de produção e o Estado moderno compele as relações humanas a se diluírem na esfera do valor de troca e, portanto, do fetiche.

Deste modo, pode-se falar em impulso à mercantilização da vida, impulso este que passa a ser o móvel para a compreensão da mudança social a partir da Época Moderna. Não obstante, considerar a mercantilização da vida como móvel da mudança social não significa dizer que toda transformação social conflua nesta direção. Sabe-se que, concretamente, o desenvolvimento capitalista também engendrou formações sociais que se sedimentaram em relações sociais de produção não-capitalistas cujo mecanismo de regulação social era não-econômico. Nas fazendas da América, por exemplo, na expressão de Braudel, o capitalismo encontrava-se em casa alheia. Para ele, as fazendas eram “[...] criações capitalistas por excelência”.

É no litoral do Nordeste brasileiro e no sul, na ilha de São Vicente, que, por volta de 1550, se instalam os primeiros campos americanos de cana-de-açúcar, com suas moendas, os “engenhos de açúcar”. Essas primeiras paisagens do açúcar são todas iguais: mangues reverberantes de água, barcos de transporte nos rios litorâneos, carros de boi de rodas regendo nas pistas de terra, depois a triade, ainda há pouco tempo de pé nos arredores de Recife ou de São Salvador: a casa do dono, a casa grande; os casebres dos escravos, as senzalas; e por fim o engenho do açúcar. O dono passeia a cavalo; reina sobre a família – uma família desmesuradamente ampliada pela liberdade de costumes que não se detém perante a cor da pele dos escravos – e exerce sobre os seus uma justiça sumária e inapelável: estamos na Lacedemônia ou na Roma dos Tarquínios.³⁶⁸

Esta passagem de Braudel ilustra como se concretiza na história brasileira o convívio entre a expansão do capitalismo e as formas não-capitalista de vida. A menção do historiador à Lacedemônia e a Roma dos Tarquínios expressa a tensão entre a Época Moderna nascente sob a égide do capital mercantil e um modo de vida antigo.

³⁶⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 237.

Retornando a nossa linha argumentativa, consideramos que, de maneira geral, as observações de Marx e Engels são muito sugestivas e indicam um caminho teórico para delimitar a nossa problemática. Contudo, à maneira que o trabalho de Marx avançou em *O Capital*, sua atenção voltou-se para a compreensão da dinâmica do capitalismo já constituído. Como lembra Terence Hopkins, “[...] o processo de descrição e explicação da conversão continua de meios não capitalizados de produção e subsistência em capital, no curso da expansão da economia-mundo capitalista para além de seu *locus* formativo [...]” e “[...] a integração desses processos com a autoexpansão do capital [...]” foram deixados em aberto.³⁶⁹ Deste ponto de vista, a discussão de Rosa Luxemburg em *A Acumulação de Capital* foi uma tentativa de avançar a reflexão sobre a tensão entre áreas ou ramos de produção capitalistas e não-capitalista. A essa contribuição nos dedicaremos em seguida.

7.2. Violência como meio da acumulação capitalista³⁷⁰

Uma das preocupações centrais de Rosa Luxemburg foi a expansão do modo de produção capitalista para outras áreas que não aquelas em que teve origem. Se era importante, desde os primeiros autores marxistas, compreender a intrincada relação entre a acumulação capitalista e o papel dos Estados na expansão imperial, foi Rosa quem apresentou de modo mais detalhado as razões pelas quais o modo de produção capitalista, diferentemente de outros modos de produção “imperialistas”, transforma as relações de produção de outras regiões em relações de produção *capitalistas*. Porque, diferentemente de outros imperialismos, o imperialismo capitalista não pode se contentar com a pilhagem de recursos por meio das guerras de conquista, nem tampouco se limitar à extração de impostos (formas muito tradicionais de imperialismo), mas precisa transformar a sua periferia em uma *periferia capitalista*, em que o modo de organização social – o modo de produção da vida – passa a ser ditado pelas leis de acumulação do capital e as pessoas passam a organizar suas vidas por critérios estabelecidos por essa acumulação de capital, em que o conceito de mais valor ocupa

³⁶⁹ HOPKINS, 1979, p. 28.

³⁷⁰ Agradeço aqui as discussões que tive com Thiago Franco. Reproduzo aqui parte de nossas considerações a respeito deste tema, disponível em SANTOS, F. P.; FRANCO, T. F. Diálogos indispensáveis: uma tentativa de aproximação entre as teorias clássicas do imperialismo e a perspectiva dos sistemas-mundo. In: *VII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: desigualdades internacionais na atual crise sistêmica*, Florianópolis - SC, 2013. Disponível em: < http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/vii_coloquio_ANAIS_09-12-2013.pdf>.

papel fundamental.³⁷¹

Daí a preocupação da autora em investigar a reprodução do capital em seu meio. Para Rosa, a acumulação capitalista exige, do ponto de vista de suas condições concretas, a existência de camadas e sociedades não-capitalistas, tanto para assegurar os elementos materiais necessários à ampliação da produção como para fornecer trabalho vivo adequado. Consequentemente, Rosa admite que há uma tendência expansionista intrínseca ao modo capitalista de produção que coloca em tensão o aprofundamento do “mercado interno” (“capitalista”) e o “mercado externo” (“não-capitalista”). Isto se verifica, em primeiro lugar, na luta do capitalismo contra a economia natural, luta que progressivamente vai convertendo em “mercado” as camadas sociais não-capitalistas – através da luta contra a escravidão e a servidão, bem como contra o comunismo primitivo e a economia camponesa patriarcal. O segundo passo é a introdução das sociedades não-capitalistas na circulação mercantil, que viabiliza o acesso aos meios de produção e possibilita a realização do mais valor. A última etapa da conversão da economia natural em economia capitalista é a separação da indústria rural da economia camponesa. Esta separação se dá por diferentes meios: pela superioridade técnica da produção em massa; pela pressão tributária; pela guerra; pela concentração da terra; pela violência política; e pelo código penal. Portanto, segundo R. Luxemburg, o capitalismo toma o lugar da economia mercantil simples e ganha uma sobrevida, isto é, posterga as suas contradições ao subordinar zonas não-capitalistas. Desse modo, a acumulação capitalista se processa entre modos de produção capitalistas e não-capitalistas. Nesta perspectiva, o imperialismo não consiste em um critério de periodização – uma “fase”, ou uma “etapa” – mas numa característica perene do capitalismo. Para Rosa, todo o capitalismo é imperialista³⁷². Em termos concretos, os vínculos vão sendo formados a partir de empréstimos estrangeiros, da construção de estradas de ferro, de revoluções e guerras, à medida que os Estados em formação vão sendo alienados pela dívida pública. A rivalidade entre os Estados fortes para assegurar espaços de acumulação dá origem ao protecionismo que, por sua vez,

³⁷¹ Para uma explicação mais detalhada deste argumento, sugerimos a leitura de FRANCO, Thiago F. *Imperialismo capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo*. 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP; e MARIUTTI, Eduardo B. *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

³⁷² O que não significa, mais uma vez, que e o seu modo de entender o capitalismo e o imperialismo sejam intrinsecamente inconciliáveis em relação aos demais marxistas. Muito pelo contrário. Entretanto, a compatibilização entre estes modos de apreensão do capitalismo é uma tarefa complicada que estamos buscando estabelecer em outros trabalhos. Por ora, gostaríamos de apontar que a expansão do capitalismo explanada por Rosa depende da consideração de diversas características explicitadas pelos demais autores como a concentração e centralização dos capitais que conferem um caráter monopolista às disputas capitalistas; a centralidade do “capital financeiro” enquanto relação capitalista predominante – o que podemos apreender por meio dos exemplos que a autora cita (estradas de ferro, hidrovias, hidrelétricas, atividades de mineração etc); as peculiaridades da exportação de capitais em relação à exportação de mercadorias dentre muitas outras.

conduz à corrida armamentista e ao militarismo, nos quais *a violência converte-se em veículo da acumulação capitalista* por reprimir a força de trabalho e por subordinar formas não-capitalistas de produção.³⁷³

Portanto, “considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não-capitalistas”.³⁷⁴ Mais precisamente, “sob este prisma, ela [a acumulação de capital] consiste na mutilação e assimilação dos mesmos [dos modos de produção não-capitalistas], e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante **destruição progressiva** dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital”.³⁷⁵

Com base nessas observações, a problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil pode ser reconsiderada. Interessa, nesta etapa, atentar apenas às etapas da destruição progressiva engendradas pela acumulação de capital, relacionando-as com a estruturação de uma divisão social, técnica e axial do trabalho em escala mundial.

A primeira etapa, a luta do capitalismo contra a economia natural, consiste na conversão das camadas sociais superiores da sociedade não-capitalistas em mercado consumidor para os artigos de luxo do capital mercantil. No caso da formação da sociedade colonial na América Portuguesa não apenas os artigos de luxo vinham de fora, como também a força de trabalho e os principais insumos para organização das atividades econômicas que eram a própria razão de ser da colônia.³⁷⁶

Pouco a pouco, na opinião de Rosa, à medida que o capital mercantil estabelece vínculos mais estreitos com estes extratos superiores, surge uma tensão para introduzir o

³⁷³ Cumpre-nos destacar que Rosa Luxemburg também não se vale em seu argumento, ao menos de maneira central, do conceito de hegemonia. Entretanto, não podemos deixar de observar a sua crucial importância para a compreensão das motivações que explicam a expansão de um modo de produção capitalista sobre outros e, portanto, como se dá a relação entre sociedades distintas em confronto. Aqui temos duas tarefas importantes no estabelecimento da centralidade do conceito de hegemonia. Primeiramente, no plano interno, temos que compreender como se dá a hegemonia das classes das sociedades capitalistas (tanto os proprietários quanto o próprio proletariado) sobre as outras frações sociais (e cumpre-nos destacar que o problema da hegemonia no pensamento marxista originalmente é um problema sobre como lidar com os camponeses no momento da revolução proletária). Por outro lado, no plano externo, o pensamento de Rosa nos permite estabelecer as conexões de sentido entre a expansão capitalista e a dinâmica centro-periferia, no que a questão das elites coloniais e sua progressiva assimilação pelo capitalismo (enquanto estratégia de acumulação e como modo de vida) se mostra absolutamente fundamental.

³⁷⁴ LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo, SP: Abril, 1984 [1912], p. 285.

³⁷⁵ Ibid., p. 285, grifo nosso.

³⁷⁶ Para uma descrição de como eram os fluxos mercantis do açúcar, ver VIEIRA, P., 2010. Para o período do café, ver: VIEIRA, R., 2012.

conjunto da sociedade na circulação mercantil simples: quer dizer, para orientar todo o sistema de produção, ou parte dele, *para* o mercado mundial. Este é o traço característico central da sociedade colonial que Caio Prado procurou demonstrar a partir da ideia de o sentido da colonização. Como explicita o autor,

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos tomo o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinando a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.³⁷⁷

Esse traço marcou não apenas o período açucareiro, como todas as etapas posteriores, do ouro ao do café.

Por fim, de acordo com Luxemburg, o domínio capitalista ocorre quando “o desenvolvimento da produção capitalista conseguiu arrancar da economia camponesa um por um dos seus ramos artesanais, para concentrá-los na produção fabril maciça”. Consequentemente, a tensão é para reorientar as unidades econômicas de produção *pelo* e *para* o mercado.

No Brasil, esta etapa teve início no período imperial a partir do longo processo de abolição da escravidão. A suspensão do tráfico negreiro em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871, a Lei do Sexagenário em 1885 representam os diferentes momentos do processo que conduziu à Abolição da Escravidão em 1888. *Pari passu* à depreciação do escravo, a migração europeia deu início à reorganização das unidades econômica de produção pelo mercado, com base no regime de assalariamento. Essa reorganização que é, de fato, a destruição progressiva das formações não-capitalistas, equivale, nos termos em que estamos argumentando, ao processo de incorporação de novas áreas à economia-mundo capitalista e de sua tendência a mercantilizar tudo. A análise desse processo indica as motivações e as vias por meio das quais se sedimenta uma extensa divisão social e técnica do trabalho em nível mundial. A maneira como Rosa pensa, portanto, a acumulação capitalista lança luz sobre o modo como o capitalismo atua em seu limite geográfico, i.e., na incorporação da arena externa à periferia da economia-mundo capitalista.

Fernando Novais colocou bem este problema:

Já sabemos que na base de todo o processo de expansão moderna estão, em última instância, as tensões geradas no desenvolvimento do capitalismo comercial; a expansão europeia significou, no fundo, uma expansão comercial, abertura de novos mercados vantajosos, colonização. A colonização significava, como já vimos, também uma extensão da economia de mercado. Ora, bem *encaradas as economias colônias periféricas em conjunto e suas relações com a economia europeia*, como

³⁷⁷ PRADO Jr., 2008 [1942], p. 29.

apêndice dela, a expansão colonial apresentava-se como expansão da economia de mercado; quer dizer, montavam-se núcleos que produziam para os mercados europeus. A colonização foi de fato um desdobramento da expansão comercial. *Examinadas internamente*, entretanto, na sua estrutura, as economias coloniais configuram um modo de produção escravista-mercantil, o que limita a constituição de seu mercado interno; há toda uma substancial camada da população (os produtores diretos) cujo consumo em grande parte se desenrola à margem das transações mercantis. Expansão da economia de mercado, sim, mas trazendo em seu bojo limitações estruturais.³⁷⁸

Deste modo, na sociedade colonial na América portuguesa, “[...] o universo das relações mercantis atingiu apenas a camada social dos colonos senhores de escravos”,³⁷⁹ ao passo que, a massa de produtores diretos, os escravos, vivia fora das relações mercantis.

Do ponto de vista geral, a expansão do capitalismo corresponde, portanto, ao prolongamento do mercado mundial que penetra por meio da violência (i.e., pelo Estado) em formações sociais não-capitalistas instituindo as condições para a emergência do mercado como nexos do conjunto da sociedade. Sobre o impulso dado pelo Estado à criação de relações econômicas de exploração, Pierre Clastres lembra:

para que, numa dada sociedade, o regime de produção se transforme no sentido de uma maior intensidade do trabalho que vise a produção acrescida de bens, é necessário ou que os homens dessa sociedade desejem essa transformação de seu gênero de vida tradicional, ou que, mesmo não a desejando, eles se vejam **obrigados por uma violência externa**. No segundo caso, nada advém da própria sociedade, que sofre a agressão de uma força externa em benefício da qual o regime de produção vai modificar-se: trabalhar e produzir mais para satisfazer as necessidades dos novos senhores do poder. A opressão política determina, chama, permite a exploração.³⁸⁰

Sob estas circunstâncias, as estruturas do cotidiano são postas em xeque, abrindo-se a possibilidade de redefinição das formas de sociabilidade.

Em poucas palavras, neste capítulo nosso esforço se concentrou em explorar teoricamente a tensão entre as formas capitalistas de produção e as sociedades cuja produção material da vida não se organizam de maneira capitalista, com o objetivo de compreender como a primeira revoluciona a segunda e, por consequência, o conjunto da ordem social. Neste sentido, como vimos, Marx e Engels indicaram como o desenvolvimento capitalista transforma sociedades e redefine as formas de sociabilidade em direção à vida mercantilizada. Rosa, por sua vez, explorou justamente as estratégias por meio das quais o capitalismo avança e se relacionam com relações sociais de produção não-capitalistas. As principais contribuições da autora foram destacar o papel da violência como meio para a acumulação capitalista e

³⁷⁸ NOVAIS, 1995 [1972], p. 110-11.

³⁷⁹ Ibid., p. 111.

³⁸⁰ CLASTRES, 2013 [1974], p. 215-16, grifo nosso.

demonstrar a necessidade do capitalismo das formas não-capitalistas de produção. Não obstante, nem Marx nem Rosa exploram sistematicamente como formações sociais não-capitalistas, em tensão com sociedades capitalistas, se convertem em ordens sociais reguladas pela economia de mercado. Por mais polêmica e controversa que sejam as reflexões de Polanyi, neste ponto ele traz contribuições importantes.

7.3. Economia de mercado como processo instituído

Para Karl Polanyi, além da teoria da exploração, Marx abriu outra discussão, pouco explorada pelo marxismo: o caráter limitado da economia de mercado como regulador social.³⁸¹ Como afirma Fred Block:

... os escritos de Polanyi podem apenas ser entendidos como uma continuação e um desenvolvimento de certas ideias dentro da tradição marxista. Polanyi estava consciente da tensão fundamental no trabalho de Marx entre uma abordagem social, que reconhece a dominância do social, e uma abordagem economicista, que procura localizar os determinantes das leis econômicas. Enquanto ferozmente crítico da tendência final de Marx e da tradição marxista, a visão novata de Marx foi o fundamento sobre o qual Polanyi foi formado. Portanto, a análise de Polanyi da dominância do mercado no capitalismo pode ser compreendida como uma elaboração da discussão de Marx em *O Capital* do fetichismo da mercadoria.³⁸²

De maneira nada ortodoxa, Polanyi revistou a teoria do fetichismo da mercadoria a partir de um quadro analítico institucionalista muito influenciado pelos avanços da antropologia da época.³⁸³ Seu objetivo de compreender as especificidades das sociedades modernas o levou a desenvolver uma perspectiva que permitisse comparar diferentes sociedades (primitiva, arcaica, tradicional e moderna), desde a Antiguidade até a Época contemporânea.³⁸⁴ Para tanto, o conceito de *economia substantiva* é central.³⁸⁵ Vejamos como

³⁸¹ POLANYI, Karl. "Book Review: Studies in the Development of Capitalism". *The Journal of Economic History*. 8 (2), p. 207.

³⁸² BLOCK, Fred; SOMERS, Margaret R. Beyond the Economistic Fallacy: the holistic social science of Karl Polanyi. In: SKOCPOL, T. (Org.) *Vision and Method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 76, tradução nossa.

³⁸³ POLANYI, 2012a [1944], p. 47-48.

³⁸⁴ Karl Polanyi é um autor que se situa em um campo crítico peculiar. Ele ataca tanto o liberalismo como o marxismo. Sua crítica ao conceito formal de economia, bem como sua preferência pelos estudos de antropologia ao invés da adoção direta do conceito de modo de produção, explicitam seus desacordos com ambas as tradições. Nesta seção, nosso objetivo é extrair de Polanyi o que ele tem de fecundo para pensar a transição de ordens sociais em direção à vida mercantilizada e, a partir disso, extrair elementos para estudar a formação do Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno. Para uma introdução à sua obra ver: MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o "Grande Debate" entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 165-194, abr. 2012.

mais atenção o quadro analítico desse pensador.

Por *economia* o autor compreende todo "[...] processo instituído de interações que servem para satisfazer as necessidades materiais".³⁸⁶ Essas interações correspondem às ações entre o homem e o meio e entre seus semelhantes por efeito da necessidade de produzir sua própria subsistência. Nestas interações, realizam-se intercâmbios de localização, que são os movimentos espaciais associados à produção e ao transporte dos meios de vida; e de apropriação, constituídos pelas transações e disposições daqueles meios entre as pessoas. Não obstante, a maneira como se processam essas interações depende da *roupagem institucional* na qual a economia (a produção dos meios de vida) repousa. A economia depende, portanto, das formas de integração e das estruturas de apoio que a sustentam.

As *formas de integração* correspondem aos "[...] movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes dos processos econômicos, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição de produção".³⁸⁷ Dizem respeito, portanto, às maneiras como bens e pessoas são combinados para superar as dificuldades que envolvem a produção da subsistência. Segundo Polanyi, existem basicamente quatro princípios de integração: a reciprocidade, a redistribuição, domesticidade (*household*), e a troca.

A *reciprocidade*, segundo Polanyi, "[...] atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, i.e., família e parentesco".³⁸⁸ Com base no exemplo dos ilhéus de Trobriand na Melanésia Ocidental, Polanyi exemplifica tal princípio:

A subsistência da família - a mulher e os filhos - é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica. A exibição cerimonial dos alimentos, tanto em sua própria horta como ante o depósito da que recebe, é uma garantia de que todos conhecerão a elevada qualidade da sua atividade como hortelão. Torna-se aparente, aqui, que a economia hortelã e doméstica é parte das relações sociais ligadas à posição de bom marido e ótimo cidadão. O amplo princípio da reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a

³⁸⁵ De acordo com Polanyi (2012b [1977], p. 63), existe uma definição formal e outra substantiva de econômico: "O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em *economizar* ou *conseguir algo a baixo preço*; desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva de econômico. Os dois significados, o formal e o substantivo, não tem nada em comum."

³⁸⁶ POLANYI, 2012b [1977], p. 78.

³⁸⁷ Ibid., p. 83.

³⁸⁸ POLANYI, 2012a [1944], p. 50.

subsistência familiar.³⁸⁹

A *redistribuição*, por sua vez, atua “[...] em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial”.³⁹⁰ Com base no mesmo exemplo, Polanyi descreve que

Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes' presentes são entregues e reciprocados, de acordo com as regras de etiqueta, e o chefe distribui a todos os presentes habituais), torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento. Do ponto de vista econômico, é parte essencial do sistema vigente de divisão do trabalho, do comércio exterior, da taxaço para finalidades públicas, das provisões de defesa. Entretanto, essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo.³⁹¹

Não obstante, reciprocidade e redistribuição dependem da institucionalização de estruturas de apoio que as validem socialmente. Por exemplo, a integração recíproca depende de uma estrutura simétrica de sustentação. Nesta situação, é necessário que haja “[...] a presença de dois ou mais grupos simetricamente situados, cujos membros possam se comportar de maneira semelhante, uns com os outros, nos assuntos econômicos”.³⁹² No caso da redistribuição, a estrutura centralizada depende da existência de um centro reconhecido. Através destas distinções, Polanyi chamou atenção para o fato do funcionamento do sistema econômico poder ser assegurado pela reciprocidade do comportamento social (simetria) ou pela centralização e redistribuição do excedente social sem, contudo, estar sujeito à uma administração complexa com base em registros escritos (racionalidade instrumental).

Diferentemente da reciprocidade e da redistribuição, a *domesticidade* se refere à grupos fechados ou autárquicos, “[...] tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes [...]”.³⁹³ Nestes casos, “[...] o princípio era o de produzir e de armazenar para a satisfação das necessidades do grupo”.³⁹⁴ O caráter de cada grupo não é relevante, definindo-se pelo sexo, pela localidade e pelo poder político. Irrelevante também é a forma de organização interna de cada grupo, que pode ser despótica ou democrática. A distinção fundamental é a produção de

³⁸⁹ POLANYI, 2012a [1944], p. 50.

³⁹⁰ Ibid., p. 50.

³⁹¹ Ibid., p. 50-1.

³⁹² POLANYI, 2012b [1977], p. 85.

³⁹³ POLANYI, op. cit., p. 56.

³⁹⁴ Ibid., p. 56.

valores de uso. Para tanto, ele recorre a Aristóteles:

Aristóteles insiste na produção para uso, contra a produção visando o lucro, como essência da domesticidade propriamente dita. Assim, uma produção acessória para o mercado, argumenta ele, não precisa destruir a autossuficiência doméstica, uma vez que a colheita seja reinvestida na fazenda, para sustento, seja como gado ou cereal. A venda dos excedentes não precisa destruir a bases da domesticidade.³⁹⁵

O princípio de *troca* ou permuta, por sua vez, depende de um padrão de mercado.³⁹⁶ Por isso, diferentemente da simetria, da centralidade e da autarquia, o padrão de mercado quando se relaciona com a motivação à permuta pode gerar a instituição do mercado formador de preço. Nesta situação específica, o sistema econômico passa a ser regulado pelo mercado, estando sujeito a uma administração complexa (a racionalidade instrumental), conformando assim uma economia de mercado.

Com base nas formas de integração e nas estruturas de apoio, fica evidente que todo agrupamento humano requer algum tipo de *sistema econômico*, que "[...] abarca os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais [...]",³⁹⁷ necessários à reprodução material da sociedade.

Com base nesta noção de economia, que ele denomina de substantiva, Polanyi investigou o lugar ocupado pelo sistema econômico nas diferentes sociedades através do tempo. Ele se interessava em saber se o sistema econômico estava institucionalmente separado ou não do restante da sociedade. Naquelas em que o sistema econômico se encontrava enraizado, imerso, na sociedade, a produção dos meios de vida é "[...] um mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas".³⁹⁸ Nestes casos, a disposição das terras, a organização e divisão do trabalho, e demais atividades envolvidas na produção da subsistência são definidas pelas relações não-econômicas que sedimentam a organização social como, por exemplo, as relações de parentesco ou de lealdade. Os membros deste tipo de sociedade possuem "[...] apenas uma consciência subjetiva da economia".³⁹⁹ Para Polanyi, "o processo objetivo, tal como efetivamente se desenrola, tem lugar fora de qualquer consciência conceitual por parte dos participantes, pois a sequencia causal a que devemos a disponibilidade dos bens de primeira necessidade está presente,

³⁹⁵ POLANYI, 2012a [1944], p. 56.

³⁹⁶ Aqui está a contribuição de Polanyi para o pensamento contemporâneo: demonstrar a importância do Estado para instituir a economia de mercado. Retomaremos este ponto a diante.

³⁹⁷ POLANYI, 2012b [1977], p. 100.

³⁹⁸ Ibid., p. 100-1.

³⁹⁹ Ibid., p. 105.

independentemente de como os homens conceituem a sua existência".⁴⁰⁰

O contrário ocorre nas sociedades em que o sistema econômico se encontra desenraizado, quer dizer, não está mais imerso na miríade das relações sociais. Neste caso, a produção dos meios de vida está sujeita a mecanismos separados institucionalmente do conjunto das relações sociais. Assim, para Polanyi, o surgimento da Economia Política nas sociedades modernas representa a aquisição de uma consciência conceitual do processo econômico. É precisamente neste momento da análise que Polanyi estabeleceu sua crítica ao pensamento econômico, desde a Economia Política Clássica até a revisão neoclássica. Ele argumentou que a consciência conceitual de uma forma específica de economia não corresponde necessariamente a todos os processos objetivos de produção material da vida nas diferentes sociedades através do tempo. Para ele, a falácia sobre a qual se constituíram as ciências sociais, como já indicamos anteriormente, foi justamente projetar o esquema conceitual da economia de mercado para as outras sociedades.

Tendo em mente a concepção de economia substantiva e a crítica ao pensamento social, podemos delimitar de forma clara a problemática de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*. Neste livro clássico, Polanyi narra a história do capitalismo de um ângulo particular. Ele problematiza a ascensão das sociedades modernas a partir da transição de sociedades em que os sistemas econômicos se encontravam enraizados nas tradições para sociedades em que os mesmos foram institucionalmente separados do conjunto das relações sociais, subordinando a vida social à lógica de funcionamento do mercado formador de preço.

Para Polanyi, historicamente, esta transição envolveu uma transformação radical nos fundamentos das relações que sedimentam os agrupamentos humanos. A ascensão da sociedade moderna exigiu a substituição das relações baseadas em *status* por relações baseadas em *contractus*. Enquanto nas sociedades baseadas no *status* a produção e distribuição dos meios de subsistência estavam enraizadas em laços de parentesco, lealdade ou outras relações sociais, nas sociedades baseadas em *contractus*, a produção da vida material está sujeita a relações de interesse mútuo entre indivíduos com o objetivo de satisfazer a fome ou o desejo pelo lucro. Tal transformação nas motivações adveio da conversão do trabalho e da terra em mercadorias como se fossem produzidas para a venda (as mercadorias fictícias). Quando isto ocorreu, o destino do homem e da natureza subordinou-se aos mecanismos da economia de mercado (*price-making*). Sendo assim, para Polanyi as sociedades não-capitalistas limitavam a ascensão do mercado como regulador social.

⁴⁰⁰ POLANYI, 2012b [1977], p. 105-6.

Nas sociedades modernas capitalistas o mercado formador de preço emerge como um dispositivo institucional que controla as pessoas e os recursos naturais, ao tempo em que os mecanismos de incentivo da ação individual passam a ser o medo de não satisfazer as carências e necessidades ou a expectativa de lucro. A construção deste mecanismo foi, em parte, discutida por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva quando abordou a expropriação dos camponeses e as leis sanguinárias contra os expropriados. Polanyi também ilustra a questão ao discutir a Lei dos Pobres. A presença de uma economia de mercado é capaz de redefinir, para Polanyi, toda a organização social.

Portanto, através da metáfora da grande transformação, Polanyi expôs a singularidade da civilização do século XIX em relação à história da humanidade: antes das Revoluções Industrial e Francesa “o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social”.⁴⁰¹ A grande transformação significou a ruptura do sistema econômico com a sociedade, e o esforço para introduzir o mercado formador de preço (a competição) como mecanismo de regulação social.

Em seu esforço de aproximação com o materialismo histórico, o professor Eduardo Mariutti repõe a questão do desenraizamento de uma maneira que nos permite aproximar Polanyi das contribuições de Marx e Luxemburg discutidas anteriormente. Mariutti afirma:

a autonomização [ou desenraizamento] deve ser entendida no sentido preciso de ocupar um papel central na *articulação* do modo de produção (da vida), ou, em outros termos, no capitalismo é a ‘economia’ que estabelece o nexo central que estrutura e dá unidade a um modo de produção. [...] O ponto fundamental é que o modo de produção capitalista eliminou ou *deslocou* para os bastidores as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o ‘mercado’ (ou, mais precisamente, sobre os meios de produção), tais como, por exemplo, os sistemas redistributivos, a religião e a magia, ou as estruturas de parentesco. Examinar os mecanismos e as formas de reprodução do capital mercantil e, essencialmente, tentar apontar as vias com que ele conseguiu penetrar na sociedade é uma das possibilidades para tentar dar alguma coerência a essa transformação singular.⁴⁰²

A resposta de Polanyi ao que Mariutti chama de *deslocamento* é central para a compreensão da história do capitalismo. Nela se revela o que consideramos a principal contribuição do Polanyi. Ele demonstrou que a centralidade da economia de mercado na organização da vida social moderna derivou da introdução da máquina na sociedade

⁴⁰¹ POLANYI, 2012a [1944], p. 71.

⁴⁰² MARITUTTI, 2012, p. 21-2. Para uma discussão mais aprofundada, ver também MARITUTTI, E. Capital Comercial Autônomo e a Transição ao Capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades. *Textos de discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 227, fev. 2014.

comercial (a Revolução Industrial) e da transformação do Estado Absoluto em Estado liberal (Revolução Francesa). Conjuntamente, ambas conduziram ao desenraizamento da produção dos meios de vida do conjunto da vida social, subordinando a última às leis de mercado. Além disso, ele também demonstrou que a economia de mercado não teria emergido como um mecanismo de regulação social sem a intervenção do Estado. As ambiguidades em torno do papel do Estado surgem porque, reversamente, foi esse mesmo Estado que também agiu no sentido de proteger a sociedade, o que Polanyi caracterizou como contra-movimento ou autoproteção da sociedade.

Como afirma Polanyi, a Revolução Industrial causou um deslocamento do eixo da vida. A melhoria das ferramentas de produção e a introdução do sistema de máquinas redefiniram a relação entre homem e natureza e entre homem e seus semelhantes convertendo ambos, natureza e homem, em mercadorias fictícias. Nesse sentido, Polanyi não discordava da análise de Marx sobre o processo de expropriação. Entretanto, ao invés de desdobrar sua reflexão em direção às teorias da acumulação fundada na teoria da exploração, como em geral fizeram os economistas políticos marxistas, a preocupação de Polanyi foi esclarecer o impacto dessa revolução sobre os arranjos institucionais que sedimentam as sociedades.

Não obstante, para apreendermos com mais precisão o argumento do autor, faz-se necessário introduzir a diferença conceitual entre economia e mercado, bem como analisar o papel do mercado na organização do comércio.

Ao contrário das vertentes que estabelecem uma identidade entre economia e mercado, para Polanyi o conceito economia se refere tão somente às atividades que envolvem a produção material dos meios de vida, ao passo que “um mercado é o lugar de encontro para o propósito da barganha ou compra e venda”.⁴⁰³ Ademais, o *mercado*, para ele,

não presume necessariamente, um mecanismo de oferta-procura-preço. Ele é uma conjunção de traços institucionais definidos, que chamaremos de elementos de mercado. São ele: um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências. Portanto, em termos institucionais, o mercado só postula uma situação de troca; aqui, entende-se “troca” não no sentido catalático⁴⁰⁴, mas no sentido puramente operacional do termo. Implica um simples movimento de ida e volta de mercadorias entre “mãos”, conforme índices que podem ser determinados pelos costumes, pelo governo, pela lei ou pela própria instituição do mercado. Sempre que os elementos de mercado se combinam para formar um mecanismo de oferta-procura-preço, falamos em mercados formadores de preços. Se isso não ocorre, o encontro de ofertante e demandante, efetuando trocas por meio de existência de equivalências fixas, estabelece um mercado não formador de preço. Abaixo disso, não devemos falar em mercados, mas apenas nas várias combinações dos elementos de mercado presentes

⁴⁰³ POLANYI, 2012a [1944], p. 59.

⁴⁰⁴ Cf. POLANYI, 2012b [1977], p. 127-32.

em uma situação de troca.⁴⁰⁵

Deste modo, na argumentação de Polanyi a função do mercado em diferentes sociedades depende, em última instância, das estruturas em que se apoia. Por exemplo, sobre as estruturas de apoio simétrica, centralizadora ou autárquica, os mercados não dão origem a um mecanismo formador de preço. Sendo assim, Polanyi chamou a atenção para o fato de que o mecanismo formador de preço é uma característica da forma específica de mercado que emerge de um padrão de mercado instituído pelo Estado, que sustenta a troca como a forma de integração dominante.

Para analisar o papel do Estado nacional na instituição da economia de mercado, Polanyi explorou o papel do mercado na organização de três tipos de comércio: local, externo ou interno. Para ele, o papel do mercado como veículo para o comércio muda de acordo com sua função e origem. Historicamente, no comércio local intercambiavam-se bens originários na própria região, ou porque eles são pesados e volumosos ou porque são perecíveis. Por outro lado, o comércio externo oferece bens ausentes naquela região particular. Ocorre que ambos são geralmente geograficamente distantes, tendo suas origens nas necessidades da sociedade para salvaguardar a si mesma. Nestes casos, os mercados são basicamente organizados nas formas de feiras ou portos e agrupam bens que não se sobrepõem uns aos outros. Consequentemente, o comércio local e externo são complementares e não engendram competição entre eles.

Entretanto, a origem e o caráter do *mercado interno* ou nacional é completamente diferente. Segundo Polanyi, na época do mercantilismo, a intervenção do Estado absolutista sobre seu domínio territorial para prover os recursos à sua burocracia e exército levou à criação de barreiras artificiais que afetaram a relação de complementariedade entre o comércio local e externo. Por meio de um sistema de tributação o Estado promoveu, em contraste, um excesso de bens similares na escala do país, engendrando a competição entre o comércio local e externo, dando origem, assim, ao mercado interno ou nacional. Não obstante, o domínio absolutistas do comércio interno nascente permaneceu regulado pelo Estado, pois sob o domínio do Estado absoluto, “o mercantilismo se preocupava com o desenvolvimento dos recursos do país, inclusive o pleno emprego, através dos negócios e do comércio – e levava em conta, como um dado certo, a organização tradicional da terra e do trabalho”.⁴⁰⁶ Mas, ainda neste período, a crença no poder absoluto do déspota impedia que a economia se

⁴⁰⁵ POLANYI, 2012b [1977], p. 186.

⁴⁰⁶ POLANYI, 2012a [1944], p. 76.

desenraizasse completamente.⁴⁰⁷

Em termos gerais, foi a conversão do Estado absoluto em Estado liberal que desatou os laços que impediam os mercados de se organizarem através de um mecanismo autorregulado. Para Polanyi, as revoluções liberais permitiram concluir o deslocamento iniciado pela Revolução Industrial. De acordo com autor,

A transição para um sistema democrático e uma política representativa significou a total reversão da tendência da época, e da mesma forma a mudança de mercados regulamentados para autorreguláveis, ao final do século XVIII, representou uma transformação completa na estrutura da sociedade.⁴⁰⁸

Polanyi observa que:

Um mercado autorregulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômicas e políticas. Do ponto de vista da sociedade como um todo, uma tal dicotomia é, com efeito, apenas um reforço da existência de um mercado autorregulável. Pode-se argumentar que a separação dessas duas esferas ocorra em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos. Uma tal interferência, porém, seria baseada numa falácia. É verdade que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isso não implica a existência de instituições econômicas separadas. Normalmente a ordem econômica é apenas uma função do social, no qual ela está inserida. Como já demonstramos, não havia um sistema econômico separado na sociedade, seja sob condições tribais, feudais ou mercantis. A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta”.⁴⁰⁹

Mais ainda:

Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências. Uma economia de mercado, só pode existir em uma sociedade de mercado. Chegamos a esta conclusão, de uma maneira geral, em nossa análise do padrão de mercado. Podemos especificar agora as razões desta nossa afirmativa. Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. (Numa economia de mercado, este último é também um elemento essencial da vida industrial, e a sua inclusão no mecanismo de mercado acarretou, como veremos adiante, consequências institucionais de grande alcance). Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a subsistência da própria sociedade às leis do mercado.⁴¹⁰

Portanto, “a separação institucional da sociedade em esferas política e econômica”

⁴⁰⁷ Esta foi uma tensão latente na época colonial, sobretudo após a penetração das ideias de Adam Smith na colônia. Um exemplo característico ocorrida em fins do século XVIII na Praça de Salvador foi o debate entre José da Silva Ribeiro, defensor do liberalismo, e José Rodrigues de Brito, opositor ferrenho do *laissez-faire*. O debate entre ambos ilustra bem a tentativa do sistema econômico se desenraizar e as resistências do Estado para mantê-lo subordinado. Para mais detalhes, ver GRAHAM, Richard. *Feeding the City: from Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780-1860*. Austin: University of Texas Press, 2010, capítulos 10 e 11.

⁴⁰⁸ POLANYI, 2012a [1944], p. 76.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 76-7.

⁴¹⁰ Ibid., p. 77.

não implica uma disjunção das mesmas em nível concreto, como bem observou o professor Mariutti. Na verdade, isto significa que existe uma nova forma de articulação, onde os fins econômicos são reafirmados através e pelo Estado. O Estado liberal assegura a propriedade privada e ao fazê-lo converte o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias fictícias, definindo as regras que organizam todas essas mercadorias em mercados específicos. Ao nível da política estatal, o Estado liberal garante o lucro gerindo a competição entre mercados através das políticas econômicas.

Nada mais insuspeito que a própria interpretação de um liberal, como Macpherson, para quem o estabelecimento de uma economia de mercado “[...] foi uma força liberalizante enorme. Ela mudou não só os arranjos econômicos mas toda a sociedade.” De fato, ele continua, “em vez da sociedade baseada sobre os costumes, status ou alocação autoritária do trabalho e recompensas, tem-se uma sociedade baseada na mobilidade individual, sobre contrato e sobre uma alocação de mercado impessoal do trabalho e das recompensas em resposta às escolhas individuais”.⁴¹¹ Requeria-se do Estado,

[...] um tipo de lei e regulamentação e estrutura de impostos que pudesse fazer funcionar a sociedade de mercado, ou permiti-la funcionar, e um tipo de serviço estatal – defesa, e mesmo expansão militar, educação, saneamento básico, e vários tipos de assistência para a indústria, como tarifas e auxílios para o desenvolvimento de ferrovias – que foram necessariamente pensados para fazer o sistema operar com eficiente e lucratividade.⁴¹²

Recapitulando. Desestabilização de estruturas sociais, violência e regulação da vida pelo mercado são os elementos que marcam o desenvolvimento capitalista e a expansão do sistema-mundo moderno. Em sua origem, o sistema econômico mundial conectou diferentes sociedades através do mundo por meio da divisão do trabalho, muito embora, a maneira pela qual cada formação social se integrava e se regulava não dependesse do mercado. Não obstante, a partir do século XIX, com a exportação do modo de vida capitalista, sociedades não reguladas pelo mercado passaram a sofrer pressões internas e externas para se integrarem completamente nos marcos da civilização capitalista, isto é, para adotarem métodos capitalistas de produção, se organizar politicamente através do Estado liberal e se orientar por valores seculares. Isso envolveu processos de transição global do conjunto da sociedade, no qual a separação institucional do sistema econômico do tecido social era a ruptura fundamental para impelir as relações sociais para a esfera do valor de troca. Foram processos permeados pela violência tanto para instituir os mecanismos da economia de

⁴¹¹ MACPHERSON, 1966, p. 7. Noutras palavras, foi necessário construir as bases para a cidadania. Para uma visão histórica sobre o papel da cidadania no processo construção da nação, ver HOBBSAWM, 1990.

⁴¹² MACPHERSON, op. cit., p. 7-8.

mercado, como para disciplinar aqueles que não se ajustavam às leis econômicas de mercado.

A singularidade dos sistemas econômicos regulados por uma mercado formador de preço é a sua necessidade de expansão contínua. A sede insaciável por lucro impele a economia de mercado a se ampliar tanto em extensão como em profundidade. Por um lado, requer sujeitar novas áreas e estabelecer o contato com outras sociedades das quais possam extrair alguma vantagem econômica através do comércio ou da violência. Por outro lado, requer também o avanço sobre todas as esferas da vida alterando o caráter das relações sociais, impondo a lógica mercantil a qualquer tipo de relação social. É, pois, neste sentido que retomamos Marx, Luxemburg, Polanyi e Wallerstein, e consideramos o desenvolvimento capitalista como um processo de mercantilização da vida.

Sendo assim, a partir do século XIX, a base e a referência a partir da qual a vida em sociedade deveria ser organizada e regulada era o mecanismo formador de preço. Em termos concretos, o mercado interno. Nele, a competição se impõe como mecanismo disciplinador da conduta humana em busca do autointeresse. É por isso que instituir um mercado interno é a base para a consolidação de uma sociedade nacional nos marcos da civilização capitalista. O mercado interno é a expressão concreta da disjunção do sistema econômico do tecido social no qual se apoia. Enquanto mecanismo de regulação instituído, o mercado interno *segue* a formação do Estado nacional, fundado em princípios liberais de direito, base da cidadania. Neste marco, o mercado interno é o espaço para o exercício da liberdade individual na medida em que desloca para esfera privada as decisões econômicas, inclusive as que dizem respeito à subsistência do homem.

Essas são algumas das singularidades da economia de mercado que emerge das transformações que se consolidam ao longo do século XIX na Europa e que de lá se projetaram para todo o mundo. A polêmica em torno do falecimento da economia de mercado como mecanismo de regulação que se seguiu às duas grandes guerras não eliminou do horizonte de expectativas dos pensadores do século XX o ideal liberal de que o privilégio e o arbítrio deveriam ser combatidos pela instituição de mecanismos impessoais de regulação. No pós-Segunda Guerra Mundial, o debate sobre o planejamento, em que se opunham reformadores do sistema capitalista como K. Mannheim⁴¹³ e neoliberais da estirpe de F. Hayek,⁴¹⁴ ilustra, em alguma medida, a preocupação da *intelligentsia* de precaver o

⁴¹³ Por exemplo, MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1972 [1950].

⁴¹⁴ Por exemplo, HAYEK, Friedrich A. von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1946.

desmoronar do modo de vida capitalista.

Historicamente, embora a Europa tenha sido o continente que se abriu ao modo de vida capitalista, foi nos Estados Unidos que o desenvolvimento capitalista encontrou terreno excepcionalmente fértil para a sua expansão, como bem observou Antônio Gramsci. Não havia aí o peso da tradição europeia, que frequentemente resistia ao estilo de vida disciplinado pela racionalidade instrumental. Não obstante, durante a Era de Ouro (1945-73) no centro do sistema-mundo moderno, o sistema de proteção social criado para contrapor os efeitos da economia de mercado, engendrou a esperança entre os liberais de inspiração clássica e em segmentos da esquerda de que a sociedade estava enfim retomando o controle sobre o sistema econômico, sendo capaz de dar outro destino que não o enriquecimento privado, para a capacidade de criação riqueza da humanidade. Contudo, como exploraremos mais adiante com base em Eric Hobsbawm, por debaixo do véu de um suposto capitalismo regulado, a economia de mercado aprofundou ainda mais sobre o tecido social.

8. Economia de mercado e descontinuidade social

Ao longo do capítulo 7 nossa preocupação foi indicar como a forma capitalista de produção embora possa conviver com outros modos de produção da vida, acabam por desestabilizar ordens sociais instituídas e, por meio da violência, exercer pressões para reorientar o conjunto social para o modo de vida capitalista, no qual a economia de mercado emerge como o mecanismo central da regulação social. No presente capítulo, vamos dar um passo adiante e verificar como esses três elementos engendram formas de sociabilidade específicas, ajustas às necessidades de reprodução ampliada do capital.

Em *Americanismo e Fordismo* de Antônio Gramsci e em *A Era dos Extremos* de Eric Hobsbawm, encontramos os elementos necessário para estudar o aprofundamento da economia de mercado e a descontinuidade social que ela implica. Nos idos da década de 1930, Gramsci, mesmo no cárcere, estava preocupado com a introdução, na sociedade italiana, do novo industrialismo que nascia nos Estados Unidos. Gramsci percebeu que havia uma tensão entre os novos requerimentos que a expansão do modo de produção da vida capitalista exigia após a crise do final do século XIX e as resistências intelectuais e morais das classes parasitárias do Antigo Regime que ainda se faziam presentes na sociedade italiana. Ao entrar nesse debate, Gramsci delineou os principais elementos que conformam a sociabilidade da vida regulada pela economia de mercado, apontando algumas tendências que vieram a marcar o século XX. Hobsbawm, de um ângulo privilegiado, de uma “vista aérea”, teve a oportunidade de analisar e reconstruir historicamente as tendências apontadas por Gramsci, descrevendo o processo de democratização da economia de mercado durante a Era de Ouro (1945-1973).

Neste capítulo nosso objetivo é, através das análises de Gramsci e Hobsbawm, extrair aqueles elementos que requerem atenção para o estudo da transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Para tanto, primeiro vamos apresentar o argumento de Gramsci e, em seguida, o de Hobsbawm. Ao final, tiraremos as implicações para nossa discussão.

Para Gramsci, a crise do fim do século XIX colocou novos desafios à expansão do modo de vida capitalista, emergindo como questão central a necessidade de uma economia programática. Para ele não estavam em discussão as formas de organização capitalista de produção. O principal desafio à época era encontrar uma racionalidade ótima entre os diversos

setores da população e o sistema social existente. Dito de outra forma, o desenvolvimento capitalista exigia a extinção das classes parasitárias.

Deste ponto de vista, para o pensador italiano, os Estados Unidos eram um caso singular na medida em que não apresentavam desequilíbrio entre a população ativa e passiva, ou seja, existia uma racionalização da composição demográfica. Para ele “a inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio [...]”.⁴¹⁵ Neste contexto, a racionalização da produção e do trabalho requeria combinar força e persuasão. No primeiro caso, a força era necessária para vedar os espaços de organização sindical operária de base territorial. Em contrapartida, para engajar os trabalhadores na vida industrial do país, os mesmos foram persuadidos pelas políticas de altos salários, pelos benefícios sociais e pelas propagandas ideológicas e políticas.

Entretanto, na visão de Gramsci, operava uma transformação mais profunda por trás do véu da racionalização da composição demográfica no modo capitalista de produção da vida. Segundo o autor, tal racionalização exigia um novo tipo humano no qual os instintos deveriam ser regulados. Em suas palavras,

A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência.⁴¹⁶

Para ilustrar seu ponto, Gramsci desenvolve o problema a partir da questão sexual, pois, a repressão dos institutos sexuais permite envolver em uma mesma análise diferentes aspectos da reprodução do conjunto social. Para o pensador italiano, ela engendra não só conflitos geracionais como também inflama as tensões com os imigrantes estrangeiros. Além disso, a questão sexual abre a discussão sobre as funções de reprodução ou de lazer do sexo, definindo ao mesmo tempo o padrão estético da mulher e estabelecendo a conduta ético-civil. “A verdade é que”, segundo Gramsci, “não se pode desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado”.⁴¹⁷

Com efeito, para Gramsci, o Americanismo é uma ação real “[...] que modifica

⁴¹⁵ GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1934], p. 247.

⁴¹⁶ Ibid., p. 251.

⁴¹⁷ Ibid., p. 252.

essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultural real)”.⁴¹⁸ Corresponde ao modo de viver em que a ação civilizadora do industrialismo é a repressão dos instintos “contra a animalidade do homem”.⁴¹⁹ Um processo essencialmente ininterrupto e doloroso de sujeição dos instintos por meio da violência, que se apresenta de maneiras distintas, ora como coerção brutal ora como educação.

Neste caminho, o avanço da civilização capitalista traz consigo a tensão entre a crise do libertinismo (a coerção sobre o corpo social e o desejo de liberdade) e o processo civilizador (a adequação do trabalhador ao industrialismo). Para Gramsci, a particularidade do pós Primeira Guerra Mundial residia nas dificuldades de adaptar a vida sexual aos novos métodos de racionalização da produção e do trabalho. Como ele destacou,

A crise foi (e ainda é) mais violenta por ter atingido todas as camadas da população e por ter entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que foram se impondo nesse meio tempo (taylorismo e a racionalização em geral). Estes novos métodos exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), ou seja, um fortalecimento da “família” em sentido amplo (são desta ou daquela forma do sistema familiar), da regulamentação e da estabilidade das relações sexuais.⁴²⁰

Com isso Gramsci quer chamar atenção para o fato do fordismo estabelecer uma luta contra o humano. A preocupação do novo industrialismo era “conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador”.⁴²¹ Contudo, a eficácia deste controle não poderia ser continuamente externa, deveria ser incorporada pelo próprio trabalhador. Daí a importância de serem combinados elementos de persuasão e de proibicionismo.

À medida que os altos salários permitiam aos trabalhadores acesso a novos bens de consumo, o álcool, destruidor de força de trabalho, foi submetido a duras leis que o tornaram um bem de luxo. De maneira indireta, o mesmo pode ser dito para o sexo que, praticado em excesso, concorre pela energia necessária ao trabalho obsessivo. Buscava-se reduzir o sexo a sua função reprodutora. Foi deste modo que persuasão e proibicionismo levaram o modo capitalista da vida para dentro da esfera de sociabilidade primária, a família, propondo uma intervenção na vida privada.

Colocando-se em perspectiva o argumento de Gramsci, o Americanismo é um modo de racionalização extrema do trabalho associado a proibicionismos disciplinadores

⁴¹⁸ GRAMSCI, 2001 [1934], p. 254.

⁴¹⁹ Ibid., p. 262.

⁴²⁰ Ibid., p. 264.

⁴²¹ Ibid., p. 267.

diretos ou indiretos da força de trabalho no novo industrialismo. Representa, portanto, a consciência objetiva de construção de um novo homem, no qual se buscava

desenvolver em grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.⁴²²

De acordo com Gramsci, portanto, embora o Americanismo propusesse “uma transformação das bases materiais da civilização europeia”,⁴²³ ele era mais bem “[...] um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano”.⁴²⁴

Se Gramsci indicou tendências por onde o capitalismo avançaria no século XX, Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos*, explorou, do ponto de vista de um “observador participante”, a forma como as pessoas viveram neste século. Na contramão das visões encantadas que afirmavam e – ainda afirmam – que a particularidade do pós-Segunda Guerra Mundial foi a domesticação do sistema econômico através da criação de mecanismos de proteção social, Hobsbawm argumentou que durante a Era de Ouro (1947-1973) ocorreu uma democratização da economia de mercado. Para o autor, ela penetrou tão profundamente no tecido social que engendrou um processo de descontinuidade, o qual tem colocado em xeque a própria existência do capitalismo.

Hobsbawm organizou seu argumento a partir das transformações nas estruturas do cotidiano, analisando o impacto da revolução tecnológica sobre a organização da vida material, a centralidade do planejamento para a reestruturação social no pós-guerra, o sentido do estado de bem-estar social e as consequências sociais e culturais do avanço da economia de mercado na regulação da vida.

De acordo com Hobsbawm, a revolução tecnológica promoveu, através da difusão da máquina na vida cotidiana, uma melhoria nas condições materiais de existência da maioria das pessoas que viviam no centro da economia-mundo capitalista. Com a organização fordista da produção, a inovação tecnológica não foi apenas convertida em rotina na corporação capitalista, mas provocou também uma intensificação da participação do capital no processo de produção não ficando restrita à órbita da indústria, mas penetrando tanto no campo e como nos serviços. Além disso, a revolução tecnológica não ficou restrita apenas ao centro do

⁴²² GRAMSCI, 2001 [1934], p. 266.

⁴²³ Ibid., p. 280.

⁴²⁴ Ibid., p. 281.

sistema, através das exportações de capitais ela se espalhou também para a periferia.⁴²⁵

Para ilustrar o impacto da revolução tecnológica sobre a vida cotidiana, Hobsbawm destaca mudanças como, por exemplo, os modos de comunicação (Rádio), a forma de alimentação (*fast food*) e o deslocamento das atividades domésticas com a introdução de máquinas que substituem tarefas domésticas. Se, por um lado, esta forma de produção respondia à explosão demográfica, por outro, liberava força de trabalho, especialmente a mulher, tornando-a objeto do processo de proletarianização. Ao mesmo tempo, na periferia da economia-mundo capitalista, especialmente na América Latina, como consequência dos tempos de guerra, o processo de industrialização avançou por meio da substituição de importação, com a qual países, como o Brasil, incorporavam tecnologias muitas vezes ultrapassadas que buscavam estender seu ciclo de vida útil.⁴²⁶

Mas, para Hobsbawm, a revolução tecnológica não explica todas as transformações que ocorreram durante a Era de Ouro. Ele também destacou o papel do *planejamento*. O planejamento, que também foi objeto de análise de Gramsci, é um tópico transversal que vincula diferentes aspectos da realidade naquele tempo. Para Hobsbawm, o planejamento não apenas salvou a economia da anarquia do mercado, mas também possibilitou a reestruturação e reforma do capitalismo como um todo. No nível do sistema interestatal, o planejamento ajudou a definir os arranjos institucionais que suportavam a ordem mundial. Em nível dos Estados nacionais, ele tornou possível aos governos organizarem processos de industrialização e construir compromissos políticos como o pleno emprego e a seguridade social para legitimar o capitalismo. Em nível da corporação capitalista, o planejamento tem habilitado as empresas a definirem estratégias globais articuladas com governos apoiadas por arranjos interestatais. Como resultado, o processo produtivo foi integrado através de investimentos diretos ou por meio de financiamentos governamentais ou privados.⁴²⁷ Em países como o Brasil, todas estas reestruturações apareceram como oportunidades para superar o subdesenvolvimento através da industrialização planejada pelo Estado para concluir o processo de integração do mercado interno.

Através desta perspectiva, o estado de bem-estar social foi um compromisso político entre governo, capitalista e trabalhadores para reestabelecer o modo de vida capitalista. Como Hobsbawm argumentou, esta aliança foi apoiada em três condições de

⁴²⁵ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, capítulo 9, parte I.

⁴²⁶ Ibid., capítulo 9, parte II.

⁴²⁷ Ibid., capítulo 9, parte III.

equilíbrio: produtividade crescente para sustentar os altos salários e as taxas de lucro; consumo crescente para sustentar a produção; e, no poder econômico e político dos Estados Unidos para estabilizar as taxas de câmbio que, sob o padrão dólar-ouro, habilitou o mercado mundial operar. Enquanto a economia mundial do pós-guerra era reconstruída, foi possível manter estas condições de equilíbrio. Uma vez reconstruído o mercado mundial sob bases transnacionais na década de 1970, uma crise geral veio à luz, expondo as fissuras do modo de vida capitalista.⁴²⁸

Para desvelar a Era de Ouro, Eric Hobsbawm foi um pouco mais longe e conectou a democratização da economia de mercado – o avanço da proletarianização com alguma proteção social – às mudanças sociais e culturais da época. Em termos sociais, Hobsbawm argumentou que, durante a Era de Ouro, o mundo observou a morte do camponês e a ascensão do homem urbano; a explosão do sistema universitário através do mundo e a emergência de uma classe universitária; a crise da consciência da classe trabalhadora; e a elevação da consciência de gênero (o feminismo).⁴²⁹ Não obstante, as mudanças não param por aí. A estrutura da família também foi afetada. Os arranjos patriarcais começaram a se desintegrar quando as mulheres começaram a trabalhar e ter sua consciência de gênero aumentada. A queda do patriarcalismo tem seguido também pela liberalização do sexo. Esta mudança no núcleo da família trouxe a juventude como um agente social independente. Isto criou uma tensão geracional entre filhos e pais e entre estudantes e professores, crescendo suas insatisfações. Mas, a juventude também se tornou um segmento do mercado pela forma como se relacionam com a tecnologia, reforçando a ruptura geracional. Mais que isso, uma cultura jovem produzida internacionalmente. Todas essas tensões levaram ao Maio de 1968.⁴³⁰ Consequentemente, a libertação pessoal e social se reforçam mutuamente contra todas as formas de proibicionismo. Para Hobsbawm:

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derrubadas ou perdiam sua justificação; ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa além da sociedade anômica.⁴³¹

⁴²⁸ Cf. HOBBSAWM, 1995, capítulo 9, parte IV.

⁴²⁹ Ibid., capítulo 10.

⁴³⁰ Ibid., capítulo 11.

⁴³¹ Ibid., p. 328.

O argumento central do historiador é, portanto, que a Era de Ouro atacou a estrutura tradicional sobre a qual o capitalismo estava fundado. Recuperando a metáfora do galho de árvore, Hobsbawm observa:

Contudo, Marx e os outros profetas da desintegração dos velhos valores e relações sociais tinham razão. O capitalismo era uma força revolucionária, permanente e contínua. Claro que ela acabaria por desintegrar mesmo as partes do passado pré-capitalista que antes achava convenientes, ou até mesmo essenciais, para seu próprio desenvolvimento: acabaria serrando pelo menos um dos galhos em que se assentava. Isso vem acontecendo desde meados do século. Sob o impacto da extraordinária explosão econômica da Era de Ouro e depois, com suas consequentes mudanças sociais e culturais – a mais profunda revolução na sociedade desde a Idade da Pedra –, o galho começou a estalar e partir-se.⁴³²

As análises de Gramsci e Hobsbawm nos conduzem além dos aspectos econômicos da Era de Ouro. Abordando também as dimensões políticas e culturais, eles identificaram uma descontinuidade estrutural na história do capitalismo à medida que a mercantilização penetra em todas as esferas do tecido social e engendra uma crise estrutural.

Contudo, se aceitarmos o argumento de Hobsbawm, então abre-se uma polêmica entre ele e Karl Polanyi a respeito das transformações do capitalismo. Como vimos anteriormente, para Polanyi, a crise do fim do século XIX, cujo agravamento deu origem à primeira Guerra Mundial e à consequente ascensão do nazismo e do fascismo, é explicada essencialmente pela falha do mecanismo de mercado como regulador social. Por outro lado, com base no argumento de Hobsbawm, o ponto de inflexão desloca-se para o último quartel do século XX. Pode-se observar, portanto, um desacordo com relação ao ponto de inflexão da “grande transformação”.

Para Hobsbawm, “[...] Polanyi exagerou a lógica do capitalismo em sua época, do mesmo modo como Adam Smith tinha exagerado a medida em que, tomada por si mesmo, a busca da vantagem econômica por todos os homens maximizaria automaticamente a riqueza das nações”.⁴³³ Na opinião do historiador, “[...] o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para o sucesso, mas não suficientes”.⁴³⁴ De acordo com Hobsbawm, portanto,

Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas. A ironia histórica do neoliberalismo que se tornou moda nas décadas de 1970 e 1980, e que olhava de cima as ruínas do regime comunista, foi que triunfou no momento mesmo em que deixava de ser tão plausível quanto parecera outrora. O

⁴³² HOBBSAWM, 1995, p. 25.

⁴³³ Ibid., p. 336.

⁴³⁴ Ibid., BSBAWM, 1995, p. 336.

mercado dizia triunfar quando não mais podia ocultar sua nudez e inadequação.⁴³⁵

Os meandros dessa polêmica não é alvo de nossa discussão. Queremos apenas destacar que a existência de tal polêmica reforça em alguma medida a posição de Gramsci ao propor que o novo industrialismo é um prolongamento do velho industrialismo ajustado às necessidades da economia programática. Expressa também a complexidade sobre a qual opera o sistema-mundo moderno e reforça o processo de mercantilização da vida como processo central para compreender a época contemporânea. A dinâmica de expansão do modo capitalista de produção da vida, tanto em extensão como em profundidade, é plástica e se plasma nos mais variados ambientes sociais.

Retiramos dessa discussão a proposição de que o desenvolvimento das formas capitalista de produção além de desestabilizar ordens sociais sedimentadas em relações de status, tende a engendrar por meio da violência a economia de mercado como regulador social, trazendo em seu bojo a necessidade de um novo tipo de homem extremamente reprimido e ajustado ao sistema de produção que nega sua humanidade e enaltece o triunfo do indivíduo sobre a sociedade. Estes são os elementos subjacentes ao processo de mercantilização da vida que afetam as estruturas do cotidiano. Deste modo, a constituição de um modo capitalista de produção da vida envolve uma transformação global das sociedades à medida em que estas se abrem – ou são abertas – ao capitalismo. A formação de sociedades nacionais é a evidência empírica do avanço da civilização capitalista sobre as estruturas do cotidiano. Os principais símbolos de seu triunfo são os conflitos em torno de várias dimensões da vida social: na organização do poder político em Estados Nacionais; da adoção da democracia como regime de governo; da instituição da economia de mercado como regulador social; e da construção da cidadania como elementos de interpelação da hierarquia social que a ordem liberal implica. A maneira pela qual podemos enlaçar esse conjunto de transformações é apreendê-la a partir das formas de sociabilidade.

Olhar a transição do ponto de vista da transformação das formas de sociabilidade permite evitar os dilemas teóricos presentes no debate brasileiro sobre o desenvolvimento. Por exemplo, considerar o Estado nacional como unidade fundamental para dar inteligibilidade ao estudo da mudança social, ou ainda, não distinguir níveis de realidade de esferas da existência. Por outro lado, o estudo das formas de sociabilidade permite uma releitura da perspectiva do sistema-mundo escapando dos esforços que buscam justapor o Brasil aos movimentos da economia-mundo capitalista mediada pelas características hegemônicas de

⁴³⁵ HOBSBAWM, 1995, p. 336.

cada época. Compreender a mudança social à luz das transformações das formas de sociabilidade permite repor, portanto, o problema do lugar da economia da sociedade colonial e compreender o processo de formação do Brasil contemporâneo como um processo de desenraizamento do econômico através do qual se buscou substituir a escravidão pela economia de mercado como mecanismo de regulação social. Como pudemos observar na revisão que fizemos de algumas perspectivas sobre a formação do Brasil contemporâneo, o debate sobre o desenvolvimento e a polêmica sobre a formação do mercado interno expressou, na verdade, os diversos entraves e encruzilhadas na instituição do mecanismo de mercado.

Conforme já havíamos indicado em nossa introdução, ainda que o Brasil contemporâneo seja produto da empresa colonial, a fazenda não foi o único núcleo de organização social, como atestam o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos; ou o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente; ou ainda o gaúcho, que povoou o sul colonial. As estruturas sociais desses diferentes núcleos sociais não eram reguladas com base em uma economia de mercado. Mesmo no latifúndio exportador que, apesar da vinculação às cadeias mercantis globais, a instituição da escravidão e o caráter autárquico da fazenda asseguravam a produção dos meios de vida de todos envolvidos na atividade exportadora sem que fosse necessário estabelecer uma mediação *pelo* mercado.⁴³⁶ A sociedade colonial tinha, por definição, condições de assegurar a subsistência de seus membros fora do mercado formador de preço.

A configuração das fazendas, como elemento dominante na sociedade colonial não implicou, portanto, a não existência de outras formas organização social sedimentadas em outros sistemas de dominação e de status no interior da colônia. Também não significa que esses núcleos não intercambiassem bens necessários à reprodução de cada núcleo colonial. O comércio, de fato, existia. Foi sobre esses núcleos distintos que se formou um mercado “interno”. Não podemos, no entanto, pressupor que o curso natural do Brasil seria a consolidação de uma economia de mercado e uma sociedade de mercado. Este ponto parece crucial para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a questão que precisa ser esclarecida é: quando, como e por que se conseguiu construir uma economia de mercado e uma sociedade de mercado no Brasil a partir da desarticulação dos diferentes núcleos de organização social que formavam o Brasil colonial? Esta pergunta precede qualquer

⁴³⁶ Sobre os diferentes modos de vida no Brasil, ver Darcy Ribeiro (1995) e Antonio Candido (1997 [1964]).

interrogação sobre o caráter singular da dinâmica da economia brasileira.

Para ilustrar o ponto para o qual queremos chamar atenção, no próximo capítulo nós: i) esboçar brevemente uma paisagem dos diferentes modos de vida no período colonial, destacando como a economia de mercado estava à margem da regulação social de cada núcleo; ii) explorar como o processo de formação do Estado nacional brasileiro engendrou os elementos que romperam a estabilidade dos núcleos colônias, criando condições para a penetração da economia de mercado nas estruturas do cotidiano; por fim, iii) recuperar a análise sobre o modo de vida caipira no interior de São Paulo feita por Antonio Candido em *Parceiros do Rio Bonito*. Através dela iremos matizar o processo de transição para o Brasil contemporâneo, destacando o modo com o desenvolvimento capitalista, ao penetrar na cafeicultura brasileira, destruiu essa forma de vida sedimentada fora do capitalismo, empurrando o caipira para a vida na cidade e forçando-o a redefinir sua sociabilidade pelo mercado.

9. Expansão da economia de mercado e a formação do Brasil contemporâneo

Quando abandonamos o véu da construção da nação para apreender a mudança social através das transformações das formas de sociabilidade e retornamos aos ensaios sobre a formação econômica do Brasil, em especial ao trabalho clássico de Celso Furtado, algumas nuances importantes para compreensão da formação do Brasil contemporâneo podem ser apontadas.

Ao explicar o mercado interno a partir da análise do fluxo da renda, Furtado concentrou-se na maneira como a renda monetária se distribuía em cada ciclo econômico, desde o açúcar até o café, em função da variação dos preços básicos. Baseado nisso, ele se interrogava sobre os obstáculos à conversão do excedente em uma taxa de investimento crescente e sustentada. Furtado estava preocupado em destravar os dispositivos que impediam a formação de um sistema econômico nacional autônomo centrado em um mercado interno dinâmico capaz de prover as bases da cidadania aberta a todos os brasileiros.

Se confrontarmos a narrativa de Furtado com os conceitos básicos da perspectiva histórico-mundial que apreende a mudança social a partir das transformações das formas de sociabilidade, na qual a mercantilização da vida é o fio condutor da análise, podemos observar que o termo *economia* tem diferentes significados. É sinônimo de *mercado*, por exemplo, quando ele argumenta que “será necessário que a Guerra da Secessão exclua temporariamente o algodão norte americano do mercado mundial para que a economia desse artigo conheça no século XIX nova etapa de prosperidade no Brasil”.⁴³⁷ E pode equivaler a sistema econômico, quando diz: “é das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira”.⁴³⁸ Furtado pressupunha ainda que a economia brasileira pode ser descrita heurísticamente como um sistema econômico nacional formado por sistemas econômicos regionais, que adensam através do espaço uma divisão social do trabalho, cujas atividades são complementares e não concorrentes, quando escreve: “o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em

⁴³⁷ FURTADO, 2003 [1959], p. 118-9.

⁴³⁸ Ibid., p. 44.

um sistema com um mínimo de integração”.⁴³⁹

Ora, como já discutimos em capítulos anteriores, por economia nós compreendemos a produção dos meios de vida ao passo que por mercado compreendemos aquele espaço no qual se realiza a troca. O mercado pode ou não formar preço, isto depende da estrutura de apoio no qual ele está imerso. A noção de sistema econômico, por sua vez, corresponde ao conjunto de atividades envolvidas na produção e distribuição dos meios de vida necessários a reprodução material de uma determinada sociedade. Este pode estar enraizado ou desenraizado da sociedade. Quando o sistema econômico está enraizado na sociedade, a forma e organização da produção dos meios de vida da sociedade são estabelecidas com base em critérios outros distintos da racionalidade instrumental. Quando o sistema econômico está desenraizado, configura-se uma economia de mercado em que o mercado é capaz de formar preço.

Levando isso em consideração, o sentido que Furtado dá ao conceito de mercado interno pode ser revisitado. Ao longo de sua obra este conceito se refere aos circuitos de comércio no interstício dos diferentes núcleos coloniais, por exemplo,

No Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário através de suas exportações para o mercado interno do país. Essas exportações; particularmente as de charque, que chegaram a constituir a metade das vendas totais do estado para os mercados interno e externo, no fim do século XIX, reintegraram a pecuária rio-grandense na economia brasileira.⁴⁴⁰

Mas Furtado também emprega mercado interno para descrever a demanda por bens de consumo que advém da massa de salários pagos no setor exportador, com a introdução do assalariamento no complexo cafeeiro. Como observa Furtado, “a massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno”.⁴⁴¹ Somente neste último sentido a análise de Furtado se aproxima da perspectiva que prioriza a ascensão da economia de mercado como mecanismo de regulação. Pois, nestas circunstâncias ele se refere a um sistema econômico regulado pelo mercado formador de preço cuja expressão concreta corresponde ao mercado interno no sentido atribuído por Polanyi.

Por isso, quando Furtado denomina de mercado interno os espaços de troca que organizavam o comércio entre os diferentes núcleos coloniais, cria-se a imagem de um mercado interno em germe, potencial, que precisava ser desobstruído. Contudo, como

⁴³⁹ FURTADO, 2003 [1959], p. 245.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 151.

⁴⁴¹ Ibid., p. 158.

veremos mais adiante, apesar de seu caráter mercantil, a existência desses intercâmbios não é suficiente para afirmar que havia uma coerência interna à colônia, nem que esta estaria integrada pela competição e submetida ao mecanismo formador de preço e que conferissem ao mercado a capacidade de regulador social. Os vínculos mercantis, aos quais Furtado se referiu, não chegavam a penetrar nas estruturas do cotidiano e, portanto, não tinham a capacidade de redefinir as formas de sociabilidade em que os diferentes núcleos coloniais se estabilizavam. Por exemplo, a fazenda exportadora permanecia escravista, a atividade pecuária continuava dominada pelo sistema de parceria, e continuava inalterada a solidariedade do bairro caipira. Nesses diferentes núcleos, a produção dos meios de vida se organizava com base em uma “economia de subsistência” em que o trabalho se organizava e se realizava com base em relações não-mercantis, o que, dado o isolamento, conferia um caráter de domesticidade às unidades domiciliares. Os meios de vida dos quais careciam eram obtidos com base em intercâmbios de excedentes. Na bela expressão de Braudel, o capitalismo estava aí em casa alheia. Na verdade, as formas de integração e as estruturas de apoio sobre o qual se estabilizaram esses núcleos eram não-econômicas, muito embora estivessem articulados por cima ao circuito mercantil da economia-mundo capitalista em formação.

Não obstante, pode-se afirmar que na situação em que Furtado se refere ao mercado interno como a massa de salários pagos no setor exportador, a lógica do mercado formador de preço passou a pressionar as estruturas do cotidiano colonial, dando origem a um processo de transformação as formas de sociabilidade. Nesta acepção específica, Furtado vincula a formação do mercado interno ao processo de proletarianização da força de trabalho, aproximando-se da ideia de economia de mercado a partir da qual desenvolvemos nosso argumento. Em alguma medida, foi neste caminho que a Escola de Campinas levou adiante a discussão de Furtado, quando João Manuel Cardoso de Mello incorpora à sua análise a discussão sobre o processo de subsunção formal e real do trabalho, esclarecendo alguns pontos sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado no Brasil.

A lacuna que permanece quando se tente apreender a transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo a partir do fluxo da renda, como fez Furtado, ou da constituição de forças produtivas especificamente capitalistas, como fez Cardoso de Mello, reside no fato de não sabermos se eles estão enfocando a situação em que o mercado organiza tão somente as redes de comércio no interstício dos núcleos coloniais ou se estão considerando o mercado em seu sentido sociológico de regulador social.

Para recolocar a discussão, precisamos, portanto, retomar a discussão sobre a economia de subsistência na colônia. Furtado reconhecia que a economia de subsistência permitia a manutenção dos diferentes núcleos coloniais. “Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A ‘roça’ era e é a base da economia de subsistência,” destacou Furtado. Embora observe a disponibilidade de terras e a roça como elementos de estabilidade da vida no interior da colônia,⁴⁴² ele não percebeu na roça os elementos de integração sobre os quais se estabilizavam os diferentes núcleos coloniais. Ao contrário, influenciado pela ideia de progresso e compreendendo o capitalismo como expressão desse progresso, Furtado estabeleceu uma identidade entre o setor subsistência e o setor atrasado, vendo naquele um obstáculo à transição para o trabalho assalariado e, conseqüentemente, à constituição do mercado interno como um mecanismo de regulação social. Como ele bem observou:

Se se excetuam algumas regiões de maior concentração demográfica e características algo diversas - como o sul de Minas -, a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.⁴⁴³

As formas de estabilização dos diferentes núcleos colônias, em que a produção da subsistência permitia à força de trabalho se reproduzir fora do mercado, desestimulava a formação de um mercado de trabalho. Esta constatação pode gerar certo desacordo no debate. Por isso, convém recuperar a discussão sobre economia de subsistência e os diferentes tipos de excedente.

Conforme Polanyi argumentava, o mercado local e o mercado de longa distância operavam, em grande medida, a partir da troca de excedentes. Então podemos pensar que há dois tipos de excedentes. Um derivado da produção para troca, que é o caso de alguns gêneros produzidos para o comércio de longa distância, como por exemplo, o açúcar, gado, café, etc.; e outro derivado da sobra dos víveres oriundos da produção de consumo próprio não absorvidos pelos membros dos núcleos, como é o caso de alguns gêneros perecíveis vinculados à alimentação, e negociados no mercado local. Não obstante, como havia indicado Pierre Clastres em *A sociedade contra o Estado*, “constatamos que a ideia de economia de subsistência gostaria de ser um julgamento de fato, mas envolve ao mesmo tempo um

⁴⁴² FURTADO, 2003 [1959], p. 157.

⁴⁴³ Ibid., p. 127.

juízo de valor sobre as sociedades assim qualificadas: avaliação que destrói imediatamente a objetividade que ela pretende fixar-se”.⁴⁴⁴ Em sua opinião, economias de subsistência produzem sim excedentes, porém, este excedente era obtido sem sobretrabalho, diferindo, portanto, da produção para o mercado que pressupõe sobretrabalho.

Podemos admitir a partir de agora, para qualificar a organização econômica dessas sociedades [não-capitalistas] a expressão econômica de subsistência, desde que não há entendamos no sentido da necessidade de um *defeito*, de uma incapacidade, inerentes a esse tipo de sociedade a à sua tecnologia, mas, ao contrário, no sentido de uma recusa de um *excesso* inútil, da vontade de restringir a atividade produtiva à satisfação das necessidades. E nada mais.⁴⁴⁵

A observação de Clastres com relação ao conceito de economia de subsistência levanta um ponto importante sobre o caráter da economia de subsistência e nos faz questionar a maneira como ela foi considerada pelas interpretações da formação do Brasil contemporâneo. Dado o isolamento dos núcleos coloniais, o papel que a produção de subsistência exercia na reprodução do conjunto da vida social da colônia permite repensar o lugar que a economia – a produção dos meios de vida – ocupava na colônia. Permite levantar a questão se a produção dos meios de subsistência estava enraizada ou desenraizada no conjunto da relações sociais.

A dificuldade, pois, reside no critério com que se estabelece o recorte para a análise. Em geral, enfoca-se ou o caráter da atividade econômica, ou a região em que ela se desenvolveu, ou ainda, o destino que se dava à produção. Segundo Antonio Candido, cada recorte permite um tipo integrado de análise. O nosso recorte privilegia a unidade doméstica, reconhecendo que esta pode apresentar duas formas de produção: uma vinculada à produção direta dos meios de vida e outra à produção de mercadorias para troca. Por este caminho, o desenraizamento da economia envolve o ataque às condições de produção da subsistência, ou seja, a produção direta dos meios de vida. A transformação da terra e do trabalho em mercadorias atacou a coesão sobre a qual se estabilizavam os diferentes núcleos coloniais que davam forma à sociedade colonial na América portugueses.

Nas próximas três seções, iremos esboçar em traços largos como se deu o processo de desenraizamento da economia no Brasil. Em primeiro lugar vamos destacar que no período colonial a economia de mercado estava à margem da regulação social nos diferentes núcleos coloniais. Em seguida, destacaremos como a formação do Estado nacional instituiu os elementos que permitiram romper as formas de integração sob as quais os

⁴⁴⁴ CLASTRES, 2013 [1974], p. 34-5.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 208.

diferentes núcleos se estabilizavam, abrindo a possibilidade para que a economia de mercado ascendesse como mecanismo de regulação social da sociedade nacional em formação. Por fim, taremos ilustrar como se deu o desenraizamento da economia no cotidiano caipira.

9.1. Paisagem colonial: a economia de mercado à margem da regulação social

A expansão da economia-mundo europeia se deu a partir do comércio de longa distância. Eduardo Mariutti trabalha bem este ponto em seu artigo sobre o capital mercantil.⁴⁴⁶ Ele aponta o papel que o mercador cumpriu no sentido de conectar diferentes civilizações no longo século XVI e de sugerir que, por alguma razão, pouco a pouco o mercador, que era um tipo social alheio a todas as sociedades (ou seja, era o forasteiro e não pertencia a lugar nenhum), foi sendo aceito na civilização europeia. A ideia de que o capitalismo entra pelo campo já está expressa no subtítulo do primeiro volume do Wallerstein, “agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI”.⁴⁴⁷ Se o capitalismo pouco a pouco penetrou na Europa e através dela se alavancou para o mundo, isto não implica que as sociedades que foram sendo conectadas à Europa ou mesmo forjadas nesse processo, caracterizam-se por serem capitalistas, no sentido de que eram sociedades reguladas pela economia de mercado. A colônia portuguesa na América é um bom exemplo.

Se fosse possível retirar uma fotografia da paisagem colonial na virada do século XVIII para o XIX, encontraríamos diferentes núcleos colônias que se estabilizaram em bases distintas, conformando modos de vida peculiares, ajustados às condições de equilíbrio com o meio a qual cada núcleo estava sujeito. Por exemplo, nas terras de massapé do Nordeste e no recôncavo baiano, deu-se a instauração de engenhos açucareiros e a consolidação de um modo de vida crioulo. Em seu entorno, adentrando pelo agreste e penetrando na caatinga e no cerrado, formaram-se latifúndios pastoris e um modo de vida sertanejo. Para além do sertão, embrenhando-se pela Amazônia, aldeamentos extrativistas deram origem ao modo de vida caboclo. No sudeste, entre as terras de São Vicente até às Gerais, por sua vez, sobre os resquícios das Bandeiras, estabilizaram-se, em formas de bairros, o modo de vida caipira. No sul da colônia, por sua vez, avançando sobre o planalto formaram-se as estâncias, dedicadas à

⁴⁴⁶ Cf. MARIUTTI, 2012.

⁴⁴⁷ Cf. WALLERSTEIN, 1974.

pecuária, em torno da qual teve origem o modo de vida gaúcho. Na faixa litorânea sulina, desde o Rio Guaíba até Santa Catarina, encontramos o modo de vida matuto. Ainda na região sul, entre as estâncias do planalto e o litoral, encontravam-se as granjas, baseadas na pequena propriedade, configurando o modo de vida gringo.

Esses diferentes brasis, na linguagem de Darcy Ribeiro, constituem a matriz da formação do Brasil contemporâneo. Como Caio Prado Jr. já demonstrou e Furtado em alguma medida realçou, o núcleo açucareiro nasceu dentro do sistema mercantil que deu origem ao sistema capitalista mundial, que Wallerstein denominou economia-mundo europeia. Prado Jr. e Furtado demonstraram também a complementariedade mercantil que existia, por exemplo, entre o engenho açucareiro e o latifúndio pastoril, apesar do isolamento que caracteriza a vida em ambos os núcleos.

Nós nos debruçamos sobre o modo de vida no interior desses núcleos coloniais, destacando as formas sobre as quais essas organizações sociais definiram formas de produção dos meios de vida e regulação social no isolamento próprio de cada unidade doméstica (engenho açucareiro, latifúndio pastoril, aldeamento extrativista, estâncias, etc.), para atender as necessidades do sistema mercantil. Apesar da estrutura mercantil que envolvia os núcleos coloniais dando-lhes sentido, queremos sublinhar que o a regulação social em cada núcleo não se fundava na economia de mercado. Quando se analisa as formas como se integravam o regime de propriedade da terra, os diferentes regimes de trabalho e a organização da produção dos meios de vida em cada núcleo, observa-se que a economia de mercado se encontrava enraizada em um sistema de valores patriarcais em que a lealdade tanto dos escravos como dos homens livre era assegurada com base na violência da oligarquia. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a economia de mercado não penetrava na estrutura do cotidiano colonial.

Vejamos, por exemplo, o engenho açucareiro. Sob o regime de propriedade das sesmarias, a distribuição do uso da terra no engenho açucareiro se dava em função de sua qualidade. As áreas mais férteis destinavam-se ao cultivo da cana-de-açúcar, as pastagens eram reservadas para a criação do gado, uma parcela era reservada para a organização da lavoura, onde eram cultivados em sistema de roça a maioria dos meios de vida necessários à reprodução do engenho, e a mata era reservada para a extração da madeira, tanto para o fabrico de móveis e utensílios como para a lenha necessária à produção do açúcar.

O sistema de produção da cana-de-açúcar, como sabemos, organizava-se com base em grandes extensões de terra, intensiva em trabalho, sobretudo escravo, não obstante, incorporasse outras formas de trabalhadores especializados necessários ao refino do açúcar. A

produção do açúcar era voltada exclusivamente para a venda nas redes de comércio de longa distância, a qual estava sujeita ao monopólio colonial. Dada a escala da produção, o custo financeiro da fabricação era elevado e exigia algum planejamento da produção para se obter o lucro mercantil necessário a manutenção do direito de exploração da terra.

Apesar de sua autonomia, o engenho açucareiro necessitava de atividades de apoio que se desenvolviam na orla do engenho. Este carecia, por exemplo, da produção do tabaco, essencial para o comércio de escravos, e da produção de alguns víveres necessários à alimentação. Nessas áreas, ocupadas basicamente por mestiços, a escravidão não penetrava. A produção destes artigos se organizava com base no sistema de granja ou de parceria.

Assim, consolidou-se uma estrutura social hierárquica na qual o senhor de engenho, o coronel, ocupava o topo da hierarquia social na colonial. Ai dividia os interesses com o patronato parasitário, que organizavam as redes de comércio de longa distância, que alimentavam a colônia de escravos e comercializava o açúcar na Europa, bem com o patriciado governamental, que asseguravam a ordem política imperial na colônia. Granjeiros e parceiros eram, apesar da situação precária de vida, considerados homens livres, muito embora os vínculos com os senhores de engenho se estabelecesse com base na lealdade. Como bem observou Darcy Ribeiro, “o caráter oficial do empreendimento açucareiro – instituindo e estimulado pela Coroa através da concessão das terras em sesmarias, da atribuição de privilégios, honrarias e títulos honoríficos – dá aos senhores de engenho um poder hegemônico na ordenação da vida colonial”⁴⁴⁸.

Compreender o regime da sesmaria é fundamental para apreendermos as diferentes ordens sociais na colônia. Segundo Roberto Smith, dos séculos XVI ao XVIII, a Coroa ou a Igreja outorgava a concessão da terra, condicionada à efetiva exploração econômica da mesma, sob a possibilidade de reversibilidade do direito de uso. Com isso, o Império português impedia a absolutização da terra, como ocorrera no feudalismo, porém a distinção entre o público e o privado não ficava clara. Neste sentido, à medida que o regime da sesmaria concedia autoridade ao senhor de engenho nas terras portuguesas na América, o arbítrio se instituíra como norma dentro engenho açucareiro. Novamente, Darcy delimitou bem a questão:

Assim, o poder do senhor de engenho, dentro do seu domínio, se estendia à sociedade inteira. Situando nessa posição dominadora, ele ganha uma autoridade que a própria nobreza jamais tivera no reino. Diante dele se curvavam, submissos, o clero e a administração reinol, integrados todos num sistema único que regia a

⁴⁴⁸ RIBEIRO, 1995, p. 284.

ordem econômica, política, religiosa e moral. Nesse sentido, constituía uma oligarquia que operava com a cúpula patronal da estrutura de poder da sociedade colonial. Frente a ela, só a camada parasitária de armadores e comerciantes exportadores de açúcar e importadores de escravos – que era também quem financiava os senhores de engenho – guardava certa precedência. Mas não dava lugar a antagonismos, porque suas disputas eram menos relevantes que sua complementariedade.⁴⁴⁹

Nestes termos, pode-se dizer que o mecanismo de regulação social no interior do engenho açucareiro era arbítrio do senhor.

Primeiro, porque importa na subordinação direta e total de toda a população engajada à autoridade única do proprietário das terras, que é também dono das casas, das instalações, dos animais, das pessoas, e de tudo podendo dispor com absoluto arbítrio. Essa centralização autocrática combinada com uma atitude puramente mercantil – que levava a tratar as pessoas integradas na plantação, sobretudo os escravos, como simples instrumento de ganho – permitia exercer uma pressão conformadora dos costumes e impositiva da deculturação, maior que em qualquer outro sistema de produção.⁴⁵⁰

Isto fica evidente se recuperamos a discussão de economia de subsistência do ponto de vista da produção dos meios de vida necessários à reprodução desta unidade doméstica. Aqui a polêmica sobre a *brecha camponesa* no interior do sistema escravista é fundamental. Como delimitou Ciro Flamarion,

Devemos a Tadeusz Lepkowski a expressão “brecha camponesa” para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendido em sentido estrito. Ele distinguia duas modalidades de tal brecha camponesa: 1) a economia independente de subsistência que os quilombolas organizavam em seus quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não-domésticos, criando o que autor chama de mosaico camponês-escravo, coexistindo este, porém, com a “massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais, o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de uma organismo de produção”.⁴⁵¹

Não convém aqui recuperar o polêmico debate sobre o cativo ser escravo ou camponês. Queremos apenas destacar, que no modo de vida crioulo, a produção da subsistência se realizava *fora* do âmbito da esfera do valor de troca. Na resenha que Ciro fez de Schwartz nosso ponto fica claro quando afirma que:

[...] no engenho Sergipe, cada escravo recebia um machado, uma picareta e uma enxada, marcados com o símbolo do Colégio de Santo Antônio, e pelos quais era responsável, para trabalhar a sua parcela. Mas em geral, diz o autor que eram muitos – [...] - os engenhos que usavam o sistema de lotes de terra dados aos escravos com tempo para cultivá-los e a possibilidade de dispor livremente dos excedente produzidos. Aliás, como tais propriedades açucareiras trabalhavam com frequência segundo um sistema de quotas, estas uma vez cumpridas, os cativos poderiam trabalhar pelo resto do dia em suas próprias parcelas. O tempo, em princípio, concedido para tal era muito variável nos documentos, e provavelmente também na

⁴⁴⁹ RIBEIRO, 1995, p. 284.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 283.

⁴⁵¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 54.

realidade: há textos que falam só de domingos e feriados, outros de um dia útil a mais por semana.⁴⁵²

Com base nessas observações, pode-se inferir que, durante o período colonial, a economia de mercado não penetrava na estrutura do cotidiano do engenho açucareiro.

No latifúndio pastoril, que se proliferava no entorno do engenho açucareiro, a escravidão não era a instituição central. Contudo, isto não significava necessariamente uma vida melhor. Tal como no engenho açucareiro, a propriedade estava fundada no regime da sesmaria. No começo, o direito era concedido aos próprios senhores de engenho, mas com o passar do tempo, à medida que a atividade foi se especializando, aqueles que mereciam o favor real, eram chamados de criadores. A criação do boi ou do bode se dava com base nos currais que eram construídos próximos às águas ribeiras, onde o gado poderia tomar água e encontrar sal. A atividade de cuidar dos animais era, por sua vez, entregue aos vaqueiros. Eles recebiam um soldo em gêneros, em geral sal e crias em rebanho, uma rês a cada três marcas para seu dono. Ainda dentro do latifúndio, os criadores exploram outras atividades que assistiam os engenhos, como por exemplo, a exploração do mocó (uma espécie de algodão de árvore) ou a extração das palmeiras de carnaúba (insumo importante para alimentar os rebanhos, adubar o solo e fabricar cera). Essas atividades se organizavam com base no regime de meação, em que os meeiros, recebiam uma parcela de terras para cultivar os alimentos de que necessitavam, bem como para produzir os gêneros comercializáveis, dos quais a metade deveriam entregar ao criador.

Deste modo, pode-se observar que no latifúndio pastoril, além do criador e do vaqueiro (e sua família), reuniam-se: aprendizes que auxiliavam o vaqueiro; boiadeiros, que arrebanhavam os bois a serem levados para o litoral bem como trazia sal; e alguns meeiros dedicados a atividades extrativas. Ainda que menos desigual que o engenho açucareiro, o latifúndio pastoril era também rigidamente hierárquico. De acordo com Darcy Ribeiro,

O criador e seus vaqueiros se relacionavam como um amo e seus servidores. Enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre os bens e, às vezes, pretendia tê-la também sobre as vidas e, frequentemente, sobre as mulheres que lhe apeteassem. Assim, o convívio mais intenso e até a apreciação das qualidades de seus serviços não aproximavam socialmente as duas classes, prevalecendo um distanciamento hierárquico e permitindo arbitrariedades, embora essas estivessem longe de se assemelhar à brutalidade das relações prevalecentes nas áreas da cultura crioula.⁴⁵³

Portanto, No modo de vida sertanejo que se consolidou dentro do latifúndio

⁴⁵² CARDOSO, C., 1987, p. 95-6.

⁴⁵³ RIBEIRO, 1995, p. 343.

pastoril, o arbítrio do criador se instituíra como mecanismo de regulação social. Ribeiro ainda observou que:

Sob essas condições de domínio despótico, as relações do sertanejo com seu patrono se revestem do maior respeito e de referência, esforçando-se cada vaqueiro ou lacrador por demonstrar sua prestimosidade de servidor e sua lealdade pessoal e política. Temeroso de que qualquer os tornos malvistas, submetem-se à apropriação de receber visitantes de outras fazendas e, ainda mais, de tratar com estranhos, além de toda uma série de restrições à sua conduta pessoal e familiar. Seu temor supremo é verem-se desgarrados, sem patrão e senhor que os proteja do arbítrio do policial, do juiz, do cobrador de impostos, do agente de recrutamento militar. Ilhados no mar do latifúndio pastoril dominado por donos todo-poderosos, únicos agentes do poder público, têm verdadeiro pavor de se verem excluídos do nicho em que vivem, porque isso equivaleria a mergulhar na terra de ninguém, na condição de fora-da-lei. Paradoxalmente essa saída desesperada é a única que enseja ao sertanejo libertar-se da opressão em que vive, seja emigrando para outras terras, seja caindo no banditismo.⁴⁵⁴

No núcleo sertanejo, a subsistência estava baseada majoritariamente na roça. “Os núcleos formados nos currais plantavam roçados e amansavam umas quantas vacas para terem leite, coalhada e queijos. Carneavam, por vezes, uma rês, garantindo-se assim uma subsistência mais farta e segura do que a de qualquer outro núcleo rural brasileiro”,⁴⁵⁵ destacou o antropólogo.

Darcy captou a essência da sociabilidade sobre a qual a vida no mundo sertanejo se articulava:

Apesar das enormes distâncias entre os núcleos humanos desses currais dispersos pelo sertão deserto, certas formas de sociabilidade se foram desenvolvendo entre os moradores dos currais da mesma ribeira. A necessidade de recuperar e apartar o gado alçado nos campos ensejava formas de cooperação como as vaquejadas, que se tornaram prêmios de habilidade entre os vaqueiros, acabando, às vezes, por transformar-se em festas regionais. O culto dos santos padroeiros e as festividades do calendário religioso – centralizado nas capelas com os respectivos cemitérios, dispersos pelo sertão, cada qual com seu círculo de devotos representado por todos os moradores das terras circundantes – proporcionavam ocasiões regulares de convívio entre as famílias de vaqueiros de que resultavam festas, bailes e casamentos. Afora essa convivência vicinal e que se circunscrevia aos vaqueiros da mesma área, o que prevalecia era o isolamento dos núcleos sertanejos, cada qual estruturado autarquicamente e voltado sobre si mesmos, na imensidade dos sertões.⁴⁵⁶

Visto em perspectiva, tanto no engenho açucareiro como o latifúndio pastoril, a reprodução da vida material não tinha uma dependência direta do mercado. O mesmo se pode observar nas estâncias no planalto gaúcho ou nos aldeamentos extrativistas na Amazônia.

Ao sul da colônia, adentrando ao planalto que protege a bacia do Rio da Prata,

⁴⁵⁴ RIBEIRO, 1995, p. 350-1.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 342.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 344.

localizavam-se as estâncias gaúchas. Sedimentação das antigas invernadas, que buscavam arrebanhar o gado selvagem, as estâncias estabilizaram um modo de vida particular em torno do latifúndio pastoril. Dedicando-se a pecuária de bovinos, cavalos e muares para suprir as necessidades colônias de carne, couro, força de tração e transporte de carga. No isolamento da estância, a produção material da vida também se baseava em laços de lealdade, apesar da orientação mercantil da pecuária. O regime de sesmarias concedia ao estancieiro o direito de aquerenciar o gado selvagem ou trazido por vacaria, bem como criar cavalos e muares. No interior das estâncias as relações sociais dependiam das características das atividades que eram realizadas. Por exemplo, nos saleiros, onde o trabalho era pesado e intenso a mão de obra escrava foi frequentemente utilizada. Contudo, os cuidados da criação, que exigiam um regime de trabalho disciplinado, foram entregues aos campeiros ou peões presos à terra pelo assalariamento. Não obstante, o contingente de pessoas que não era incorporado no cuidado dos animais era dispensado das estâncias. Alguns se recusavam à disciplina do assalariamento, como por exemplo, o gaúcho-a-pé que, tal como o caipira, era um subproduto do latifúndio. Alguns eram convertidos em trabalhadores temporários de acordo com a necessidade de caudilho na execução de tarefas específicas como bater os campos, aramado ou tosquia. Outra parte era incorporada ao latifúndio sob o regime de parceria. Eram totalmente dependentes dos estancieiros proprietários na medida em que estes lhes cediam parcelas de terras onde podiam cultivar alguns gêneros. Em troca, pagavam a meia ou terça parte da colheita pelo uso da terra. Além disso, o estancieiro exigia a lealdade pessoal e política. Este trato pessoal também se observava na relação do estancieiro com os peões. Apesar de cordial e respeitoso, o convívio era marcadamente assimétrico, característico das relações entre patrões e empregados. Como observou Darcy Ribeiro:

Nessas circunstâncias, tanto o gaúcho de estância quanto o gaúcho parceiro, imersos no latifúndio pastoril, não alçam as condições mínimas para uma conduta autônoma de cidadãos. São homens de seus patrões, temerosos de perder um vínculo que lhes parece um amparo face da ameaça de se verem lançados em condições ainda mais difíceis.⁴⁵⁷

Na região norte da colônia, na região da bacia amazônica, constituíram-se outros núcleos de colonização sedimentados na forma de aldeamentos extrativistas. Estes núcleos foram basicamente organizados em torno da busca por drogas da mata – cravo, canela, quina, urucu, açafrão e óleos, sementes, resinas, tubérculos em geral – e, mais tarde, a borracha. Aí se constituiu uma variante cultural diferente que, segundo Darcy Ribeiro, pode ser denominada de caboclos da Amazônia. O modo de vida caboclo tem por base a adaptação

⁴⁵⁷ RIBEIRO, 1995, p. 424.

indígena ao meio. Contudo, o caráter mercantil das atividades extrativas, exigiu a organização de atividades acessórias, como a pastoril e a agrícola, que asseguravam a reprodução material. Ergueu-se aí uma sociedade estratificada a partir da sujeição do gentil ao trabalho compulsório, em que a oligarquia foi formada por funcionários da coroa e comerciantes que repartiram as propriedades jesuíticas após sua expulsão. O componente de estabilização fundava-se em dois pilares, a aliança entre o patronato contra qualquer rebelião indígena e a servilidade dos caboclos aculturados. Ambos os pilares eram permeados pela violência. Ao nível dos aldeamentos extrativistas, a subsistência provinha da adaptação à floresta tropical, de onde retiravam seu sustento através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos. Além disso, cultivavam roças de mandioca e milho.

Com base nessas breves considerações, indica-se que no alvorecer do século XIX, a sociedade colonial na América portuguesa era, um arquipélago de modos de produção da vida que foram sendo gestados nos três séculos anteriores, no contexto do Antigo Sistema Colonial. A maneira como cada núcleo colonial se estabilizou dependeu em grande medida do choque de civilização entre o europeu e o gentil em um longo e violento processo de adaptação cultural. Apesar de submetidos aos circuitos mercantis, tanto na fazenda exportadora, como nos latifúndios pastoris do nordeste e do sul, ou ainda no aldeamento extrativista, a produção dos meios de vida que permitiam a reprodução material de cada núcleo dependia em grande medida da roça, cujo cultivo estava sujeito à vontade do senhor de escravos, do criador, do estanceiro ou do patronato. Parceiros, meeiros e escravos, recebiam uma determinada área a partir da qual produziam seu próprio alimento e entregavam parte ao proprietário. Um eventual excedente da roça era destinado para troca. Deste modo, o que não era produzido no interior da unidade doméstica era suprido através do intercâmbio de excedentes. Portanto, o que é transversal aos modos de vida crioulo, sertanejo, gaúcho e caboclo é o fato da produção material se encontrar enraizada em um sistema patriarcal de valor, em que a lealdade tanto dos escravos como dos homens livres era assegurada com base na violência da oligarquia ou na troca de favores e serviços. Quando se observa esta paisagem colonial, veem-se ordens sociais fundadas no poder arbitrário.

Nesse sentido, pode-se dizer que esses núcleos eram abertos no topo, porque se vinculavam a algum interesse mercantil de longa distância – interna ou externa à colônia –, porém, ao mesmo tempo, eram sociedades fechadas para dentro, rigidamente hierárquicas e quase sem mobilidade social. O crescimento vegetativo da população era estimulado pela expansão das fronteiras com a tutela do proprietário e da Coroa. Tudo isso estava assentado

na sesmaria, um regime de propriedade da terra na qual o dono da terra era o Rei, que cedia seu uso fruto para alguns poucos privilegiados.

Tudo muda com o processo de emancipação política a independência em relação a Portugal. Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, observam-se dois processos interconectados: o processo de suprimir a escravidão (abolição) e o processo de estabelecimento do direito de propriedade privada da terra (lei de terras). Esses dois processos impactam pouco a pouco os modos de vida sedimentados nos diferentes núcleos.

Visto em perspectiva, portanto, não se pode dizer que antes de 1808 ou 1822 o mercado interno era sufocado, pois se quer existia condições para a emergência de um mercado interno, tanto devido à forma como se organizava a vida na colônia, como por não existir ainda um Estado nacional.⁴⁵⁸

Nesta altura, é importante para o nosso argumento (que tenta inserir o Brasil na grande narrativa do sistema-mundo moderno) recuperar a tese do professor Fernando Novais para quem o surgimento do Brasil como Estado nacional sob um regime imperial foi uma resposta à crise do Antigo Sistema Colonial. No momento em que a economia-mundo capitalista estava se consolidando no centro, o Estado português, sob liderança de Pombal, tentando recuperar alguma influência no sistema interestatal, impõe uma dura reforma à colônia, intensificando os níveis de exploração. Ocorre que, desde meados do século XVIII, a densidade da vida material na colônia, impulsionada pela descoberta do ouro nas Gerais, já não conseguia se reproduzir mais em nível de produção para subsistência. Isto fez com que as redes de comércio entre as diferentes regiões da colônia ganhassem importância para a reprodução do conjunto da vida na colônia. Neste contexto, a questão que surge é: quem organizava estas redes de comércio?

Para não desviarmos do percurso, por ora mantemos a hipótese de que, à época, existiam redes de comércio que estabeleciam vínculos entre diferentes regiões da colônia. As trocas realizadas por estas redes não implicavam necessariamente em um mercado interno, isto é, não engendravam competição entre o comércio local e o de longa distância. Não obstante, algumas redes atingiram densidade suficiente ao ponto de permitiram ao mercador enobrecer e alçar, frente à coroa, posição relativa aos senhores de engenho. Talvez o exemplo mais característico foi Irineu Evangelista de Sousa ao se converter em Barão de Mauá. Vale

⁴⁵⁸ De acordo com o Polanyi (2012a [1944]), é o Estado quem cria o mercado interno. Por sua capacidade de controlar as fronteiras, ele é capaz de instituir mecanismos de concorrência entre mercados locais e de longa distância, rompendo o caráter complementar que outrora se observava.

lembrar, que grande parte do comércio na colônia era o comércio de escravos, primeiro transferindo-os dos engenhos do açúcar para as Minas Gerais e depois, de aí para as fazendas de café. O ponto é: à medida que a vida material se alargava na colônia, ela exigia o surgimento de uma economia de mercado para reger o conjunto das trocas, assegurando, desse modo, a reprodução do conjunto da colônia. Com ela, a tentativa de reforma da coroa portuguesa e os interesses do colono divergiram, levando à independência. É para o processo de formação do Estado brasileiro que nos voltaremos agora atentos a sua relação com o desenraizamento da economia.

9.2. Formação do Estado nacional e o desenraizamento da economia

Objeto desta seção é articular a crise do Antigo Sistema Colonial com a formação do Estado brasileiro e analisar como este contribuiu para a instituição dos elementos que possibilitaram o desenraizamento da economia nos diferentes núcleos que compunham a sociedade colonial na América portuguesa. Para estabelecer essas mediações vamos recuperar o trabalho do professor Fernando A. Novais e alguns de seus desdobramentos.

Fernando A. Novais demonstrou, em seu clássico *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, de que maneira o sistema colonial era peça do mecanismo de acumulação primitiva do capital na transição do feudalismo ao capitalismo, o qual engendrou uma certa sociedade escravista no Novo Mundo na Época Moderna.

Para o historiador, a colonização foi uma resposta dos Estados absolutistas à crise geral do feudalismo na Europa. A superação da crise tinha dois pilares. Por um lado, o alargamento dos mercados à escala do mundo e, por outro, a centralização do poder político (a formação de Estados nacionais em competição). A expansão desse mundo europeu para o Oriente, África e Novo Mundo foi comandada pelo capital mercantil sem contudo dominar a órbita da produção. Isto implicava uma maior dependência do Estado no sentido deste manter o ritmo da acumulação através de mecanismos extra econômicos.

Nas palavras do professor,

[a] expansão comercial europeia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Desse modo, a análise, embora centrada numa região,

seria sempre a análise do movimento em seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva do capital mercantil no centro do sistema. Ultrapassar-se-ia a visão da simples exploração da colônia pela metrópole, pois na metrópole há uma camada social específica que se beneficia do processo, a burguesia mercantil, a qual explora também seus compatriotas; bem como, na colônia, o senhorio consegue descarregar o ônus sobre o trabalho compulsório de produtores servilizados ou escravizados. Assim se reformularia e aprofundaria a visão de conjunto. Contudo, insistimos, esta é uma crítica que parte da análise de Caio Prado Jr. e a incorpora.⁴⁵⁹

Para incorporar a crítica a Caio Prado Jr., Novais alterou a forma de aproximação do problema. Enquanto Prado Jr. enfatizava maneira pela qual o capital mercantil organizava a vida econômica e social na colônia tropical, Fernando Novais, por meio da política econômica imperial de caráter mercantilista, ressaltou a estrutura e a dinâmica do Antigo Sistema Colonial. Isto permitiu ao historiador incorporar novos elementos constitutivos do processo de expansão comercial, caracterizando-o como expressão da Crise do Antigo Regime. Desta forma, Novais não explica o modo como se organizava a produção e a vida social da colônia apenas pela lógica econômica. Ao contrário, ele apreende a formação da economia colonial através do fenômeno político. Como o próprio autor destaca, “[...] a análise da política colonial portuguesa relativa ao Brasil nas suas últimas etapas permite situarmo-nos numa posição verdadeiramente estratégica para repensar aqueles diferentes aspectos e tentar articular as conexões entre os diversos níveis da realidade naquele momento histórico”.⁴⁶⁰

Isto permitiu a Novais revisitar a noção de *sentido da colonização* a partir da estrutura e da dinâmica do Antigo Sistema Colonial.

O sistema de colonização que a política econômica mercantilista visa a desenvolver tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo, e a eles se subordina. Por isso, a primeira preocupação dos Estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial em face das demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo. Mas a medula do sistema, seu elemento definidor, reside no monopólio do comércio colonial. Em torno da preservação desse privilégio, assumido inteiramente pelo Estado, ou reservado à classe mercantil da metrópole ou parte dela, é que gira toda a política do Sistema Colonial. E aqui reaparece o caráter da exploração mercantil, que a colonização incorporou da expansão comercial, da qual foi um desdobramento.⁴⁶¹

Deste modo, Novais conclui que “o *monopólio do comércio* das colônias pela metrópole define o Sistema Colonial porque é por meio dele que as colônias preenchem a sua *função histórica*, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que forma a sua

⁴⁵⁹ NOVAIS, 2005, p. 288-89.

⁴⁶⁰ NOVAIS, 1995 [1972], p. 5.

⁴⁶¹ NOVAIS, op. cit., p. 49.

razão de ser, enfim, que lhes dão sentido”.⁴⁶²

Daí o Sistema Colonial cumprir o seu papel na acumulação primitiva de capitais no processo de formação do modo de produção capitalista na Europa. Estruturado com base no monopólio comercial, a economia colonial estava subordinada aos interesses do capital mercantil que determinava o modo de sua produção de maneira e assegurar alta lucratividade. Mas a lucratividade não estava apenas assegurando pelo lado do privilégio comercial, a outra face era a organização da produção e da vida colonial dava-se pelo escravismo. Nas palavras do próprio autor,

Escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam, portanto, o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio vincula-se ao escravismo e, por intermédio dele, às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizadas em grandes empresas. Daí decorre também o atraso tecnológico, o caráter predatório, o “cíclico” no espaço e no tempo, que assume a economia colonial. A sociedade estamentiza-se em castas incomunicáveis, com os privilégios da camada dominante juridicamente definidos, que de outra forma seria impossível manter a condição escrava dos produtores diretos.⁴⁶³

Para Fernando Novais, portanto, o escravismo e a política mercantilista se apresentam como elementos através dos quais é possível apreender ao mesmo tempo a essência do processo de colonização e a forma como se articula à constituição do mundo moderno a sociedade colonial na América portuguesa por meio do Antigo Sistema Colonial.

Com base nisso, Novais argumenta que a sociedade senhorial-escravista que se organiza na colônia estava fundada em uma economia que, no plano da produção, estava organizada em dois setores: uma para exploração outra para subsistência. O primeiro setor se caracterizava pela grande propriedade, sob o regime de trabalho escravo (indígena ou negro) e orientado ao consumo europeu. O setor de subsistência, por sua vez, era caracterizado pela pequena propriedade, organizado sobre trabalho independente e orientado para consumo próprio ou local. Posto deste modo, Novais compreende que a dinâmica da economia colonial era definida pelo setor exportador, pois, segundo ele, o centro dinâmico se localizava na Europa.

A produção colonial de base mercantil-escravista se processava com base em escassez de capital, abundância de terras e força de trabalho escrava. Neste caso, segundo Novais, a escravidão bloqueava o desenvolvimento tecnológico resultando em um sistema econômico com baixa produtividade. Consequentemente, a expansão da economia colonial

⁴⁶² NOVAIS, 2005, p. 49.

⁴⁶³ Ibid., p. 60.

possuía um caráter predatório em que o limite de acumulação de capital era dado pelo esgotamento dos recursos disponíveis para produção colonial.

Do ponto de vista do excedente, a produção colonial organizada com base no exclusivismo colonial e na escravidão implicava numa distribuição extremamente desigual da renda. A maior parcela da renda gerada pelos gêneros coloniais era transferida para a Europa por meio do exclusivismo. A parcela restante se concertava nas mãos dos senhores de escravos. Isso lhes permitia ao mesmo tempo financiar a produção e levar uma vida de fausto (importação de bens de luxo).

Por este caminho Novais explorou a contradição do Antigo Sistema Colonial. Ainda que a expansão colonial fosse produto da expansão da economia de mercado europeia, a sociedade colonial que se estruturou na América portuguesa limitava a expansão dessa economia. O escravismo, por não possuir nenhuma tendência intrínseca a elevar produtividade, gerava uma baixa rentabilidade, que era compensada pela redução dos custos de reprodução do escravo a partir do alargamento das faixas de produção de subsistência. Portanto, à margem das transações mercantis. Em função da renda se concentrar nos senhores de escravo, o universo mercantil se articulava, portanto, à camada superior da sociedade.

A ruptura ocorreu, segundo Novais, quando a própria expansão dessa economia de mercado em formação na Europa se tornou incompatível com o escravismo. Isto ocorreu quando a Revolução Industrial mecanizou a produção e elevou a produtividade ao ponto em que foram exigidos novos volumes de matérias-primas como também da generalização das relações mercantis para expandir o consumo. Neste cenário, a expansão extensiva das atividades em base predatória se tornou incompatível.

Recapitulando, o sistema colonial promoveu a transição ao capitalismo industrial na Europa na medida em que as atividades econômicas colônias eram complementares à Europa. Ao favorecer a autonomia dos impérios ou dos Estados nacionais em formação, aos quais elas estavam vinculadas, as colônias eram também objeto de disputa entre os Estados fortes. Em face da escalada da competição no século XVIII, a reação dos Estados foi rever suas políticas coloniais procurando intensificar seu domínio. Não obstante, o aumento das exigências sobre as colônias encontrou na época resistências nos interesses coloniais que foram se sedimentando através dos séculos de colonização. A ruptura das 13 colônias com a Inglaterra em 1776 representa, pois, o início da crise terminal do Antigo Regime.

Segundo Novais, é nos marcos da crise do antigo sistema colonial que se deve

buscar compreender o processo de emancipação política da colônia. Deslocando-se do nível estrutural ao eventual, Novais desvela os mecanismos da crise a partir das tensões entre colônia e metrópole e, internamente, senhores e escravos. Para ele, o eixo da análise está no colono. Segundo Novais, “esta camada social é que encarnava (como projeto político) os interesses da ‘colônia’, e se contrapunha à massa escrava, esta sim ‘colonizada’”.⁴⁶⁴

Novais delimita os conflitos nos seguintes termos:

Aqui, três possibilidades se abrem: primeira, a emancipação se dá sob a forma republicana de governo e se abole a escravidão, e é o caso das colônias espanholas; segunda, sob a forma republicana, mantém-se a escravidão, e fora o caso dos Estados Unidos da América; terceira, a libertação da colônia mantém a monarquia e preserva a escravidão, e este é o caso do Brasil.⁴⁶⁵

Com base nisso, diante dos diferentes tipos de encaminhamentos observados por toda a América, o Brasil representa um caso particular em que a vitória dos colonos com a metrópole não foi seguida pela libertação do trabalho compulsório e nem pela instauração de regimes democráticos de governo. No Brasil, apesar do caráter liberal de sua constituição, a escravidão foi mantida e o regime imperial de governo foi instituído.

Esta visão articulada que o professor F. Novais oferece permanece válida até o momento que se conclui o movimento da independência e a colônia se separa de Portugal, dando origem ao Brasil como nação soberana. Isso porque a reflexão de Novais se restringe ao período do Antigo Regime (até fins do século XVIII, princípio do XIX). A contribuição de Novais para compreensão do Brasil contemporâneo foi ter demonstrado as peculiaridades das *condições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se fundou o Estado nacional brasileiro e, a partir de qual, construiu-se uma identidade nacional que, em grande medida, é peculiar.*

A reflexão do professor Novais sobre o período Colonial da História do Brasil ganhou continuidade e tem ganhado profundidade com a contribuição de um conjunto extenso de pesquisas. Por ora, gostaríamos de nos deter nos trabalhos de Ronaldo Marcos dos Santos e Eduardo Barros Mariutti, que contribuem diretamente ao nosso objetivo.

Ronaldo dos Santos, em sua tese de doutorado intitulada *O Rascunho da Nação*, segue a pista deixada por Novais. Neste trabalho, Santos procurou subsidiar o debate sobre a gênese do modo especificamente capitalista no Brasil a partir de uma narrativa que privilegiava a tensão entre os elementos externos e internos à colônia. Ele explorou a tensão

⁴⁶⁴ NOVAIS, 2005, p. 190.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 191.

entre a Revolução Industrial, a crise do Antigo Sistema Colonial e novo papel colocado às periferias pela transformação do caráter da acumulação capitalista, que aprofundaram a divisão social do trabalho na colônia e provocaram a ultrapassagem dos limites internos a mercantilização na colônia. Para este autor, a fase da economia mineira representa um momento de ruptura fundamental na medida em que o aprofundamento da divisão social do trabalho na colônia deu origem ao capital mercantil nacional que passou a conectar diferentes mercados locais dispersos pela colônia, promovendo uma espécie de acumulação mercantil “interna”. Para Santos, o aprofundamento das relações mercantis internas elevou a capacidade da colônia assimilar os novos estímulos engendrados pelo “novo” mercado mundial criado pelo capital industrial britânico. A colônia passou a operar como periferia produtora de alimentos e matérias-primas e consumidora de produtos maquinofaturados. Decorre daí o significado econômico da independência:

o Estado Nacional é, portanto, a culminância do desenvolvimento dos circuitos mercantis responsáveis pela acumulação interna, conferindo-lhes o impulso e a estabilidade vitais para sua reprodução ampliada em bases relativamente autônomas. O capital mercantil deverá necessariamente se desenvolver apoiado no Estado para que se criem condições para a supressão do escravismo e para o surgimento do capitalismo.⁴⁶⁶

Eduardo Barros Mariutti, por sua vez, segue os caminhos do Professor Novais em duas direções. Primeiro, a de demonstrar o caráter mercantil da acumulação capitalista no período da Crise do Antigo Regime, ao enfatizar o meio pelo qual o capital mercantil dava coesão à economia-mundo capitalista em formação, articulando diferentes formações sociais, como, por exemplo, a Europa Oriental e o reestabelecimento da segunda servidão, e as Colônias na América, por meio do Antigo Sistema Colonial, predominantemente escravista. Segundo, a de sugerir as formas através das quais o capital mercantil vai penetrando na sociedade, implicando numa estratificação social fundada na riqueza que, por sua vez, transforma as formas de sociabilidade e configura um novo modo de produção da vida.⁴⁶⁷

Se, por um lado, a reflexão de Ronaldo dos Santos enfatiza as condições sobre as quais emerge o capital mercantil na colônia portuguesa na América, elemento essencial para compreender a transição para o Brasil contemporâneo, por outro, sua análise carece de um aprofundamento dos determinantes mais gerais do desenvolvimento da economia-mundo capitalista e suas conexões com os diferentes modos de vida presentes na colônia e a transformação das formas de sociabilidade como tem sugerido Eduardo Mauriti. Se a reflexão

⁴⁶⁶ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985, p. 195.

⁴⁶⁷ Cf. MARIUTTI, 2012.

de Mariutti prioriza os determinantes gerais do desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua configuração real, a economia-mundo capitalista em formação, atento às implicações para as formas de sociabilidade, escapam à sua análise as indicações para pensar o Brasil no quadro enfatizado por Ronaldo dos Santos. Deste ponto de vista, Santos e Mariutti, a despeito de algumas divergências, são complementares. Conjuntamente com F. Novais nos ajudam a compor a paisagem daquilo que foi o período colonial da Época Moderna e a situar o Brasil nos quadros da formação do capitalismo. Entretanto, em Novais, Santos e Mariutti o conjunto das determinações sugeridas para pensar o Brasil *é válido apenas para o período do Antigo Regime*.

Seguindo adiante, João Antonio de Paula abre um caminho que nos permite integrar essas análises em direção a um objetivo comum, qual seja, o de revisitar esses argumentos do ponto de vista da formação do sistema-mundo moderno. Em seu artigo, *O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história*, Antonio de Paula adentra por um caminho semelhante ao que buscamos construir. Paula procura, por um lado, destacar a centralidade do mercado interno na gênese e dinâmica das economias capitalistas e, por outro, indicar algumas especificidades do processo de constituição do mercado interno no Brasil. Com isso, o autor entende,

[...] a relativamente longa trajetória dos mercados no Brasil (desde o início da colonização e a vigência do escambo até a multiplicação e complexificação dos mercados, a partir do final do século XVIII) como processo histórico – isto é, como processo de vivência das diferenças, do que é sempre singular e irrepetível, mesmo quando expressando conteúdos universais. É este o material de que é feita a história, o tecido que se tece a si mesmo pela intercorrência da cor local, pelas variadas maneiras como as sociedades se apropriam e aclimatam as realidades gerais. Assim, a implantação do mercado no Brasil não seguiu qualquer pauta prévia, não reproduziu qualquer padrão anterior, mas foi um processo único.⁴⁶⁸

As particularidades que marcam, segundo Antonio de Paula, a formação do mercado interno no Brasil, são:

1) a longa permanência no Brasil da fragmento do mercado interno – apesar do embrião de articulação do mercado interno, representado pela economia mineira no século XVIII, a realidade dominante do mercado interno no Brasil, foi, até a segunda metade do século XX pelo menos, a sua falta de integração, a existência de um efetivo arquipélago de relações de trabalho, tecnologias, graus de mercantilização e monetização, estruturas fundiárias regionalmente diferenciadas; 2) o importante papel no desenvolvimento das relações econômicas no Brasil da continuidade de uma política de terras, que herdada da tradição sesmarial lusitana, prolongou-se no latifúndio e no bloqueio ao acesso à terra aos muitos que dela dependem, e que a demandam desde a época colonial até os mais recentes movimentos de luta pela terra; 3) a importância da mobilidade especificamente brasileira da constituição do mercado de trabalho, marcada pela longuíssima duração da escravidão e pela pesada

⁴⁶⁸ PAULA, J. A., 2002, p. 12.

herança de uma sociedade parasitária e excludente, que tem reiterado historicamente mecanismos de interdição dos direitos sociais e de desqualificação da força de trabalho.⁴⁶⁹

Antonio de Paula insiste em dizer que o mercado interno está no centro da gênese e da dinâmica do capitalismo. Esta observação está correta se a consideramos no sentido mais amplo de modo de produção da vida na medida em que a formação de um mercado interno corresponde a um elemento da instituição de uma sociedade nacional na qual o sistema econômico é separado institucionalmente do restante da sociedade, sujeitando-a à lógica do mercado formador de preço. O que não se observa, porém, é que o próprio processo de formação do mercado interno corresponde ao processo de expansão do mercado mundial. Este se expande não apenas exportando capital do centro em direção à periferia, mas também instituindo relações especificamente capitalistas de maneira espreiada como em um processo de metástase no qual os fundamentos de uma ordem social liberal migram pela via do capital mercantil.

O argumento que procuraremos desenvolver considera a formação dos mercados de terra e de trabalho, essenciais ao processo de formação do mercado interno, como mudança estrutural. Eles definiram, na verdade, os parâmetros dentro dos quais se processaram o desenraizamento das economias imersas nas relações sociais em que se estabilizaram os diferentes modos de vida na paisagem colonial ao longo do século XIX.

Apesar de sua posição inferior da hierarquia do poder mundial e do regime de governo imperial optar por preservar a escravidão, como observou Novais, é importante destacar que o Estado em formação se pretendia liberal. E, enquanto tal, ele engendrou ao longo do século XIX as condições para o surgimento de uma possível sociedade de mercado na periferia.

Primeiro, criando o Banco do Brasil em 1808 e, conseqüentemente, dando origem ao mercado de dinheiro até então escasso. Segundo, criando o direito de propriedade, e neste caso, o exemplo mais importante é a lei de terras de 1850. Ela representou romper definitivamente o cordão umbilical com a Coroa Portuguesa. E, por fim, a abolição da escravidão em 1888 que, junto com a imigração, foram base para organização de um mercado de trabalho livre.⁴⁷⁰ Vejamos com mais detalhes as questões da terra e do trabalho.

O processo de formação da propriedade privada e da abolição são partes de uma

⁴⁶⁹ PAULA, J. A., 2002, p. 12-3.

⁴⁷⁰ Ibid., 2002.

transição mais lenta que se processou por rupturas sucessivas em direção ao modo de vida capitalista. Por isso, não podemos pensar a formação do mercado de terras e do mercado de trabalho separadamente. Em conjunto eles abriram uma tensão contra a manutenção das diferentes formas de sociabilidade na qual se assentavam os diferentes modos de vida na colônia. Como pontuou Roberto Smith, “[...] A propriedade privada da terra é, histórica e logicamente, um dos pressupostos da formação do mercado de trabalho”.⁴⁷¹

Quando observamos conjuntamente os fatos com relação à propriedade da terra e ao fim da escravidão, eles se embaralham. Entre os séculos XVI e XVIII o direito sobre a terra se baseava no domínio régio com base na sesmaria e na posse.⁴⁷² Em fins do século XVIII, abriu-se o período de extinção do regime da sesmaria. Como observou Roberto Smith, a alta dos preços da Europa em função das guerras napoleônicas e da crise de produção colonial das Antilhas e nos EUA, promoveram um surto de crescimento da agricultura mercantil de exportação na colônia portuguesa na América. Este surto, porém, teve impacto diferente segundo a região. No nordeste, por exemplo, a produção açucareira avançou dentro do latifúndio, ao passo que no Vale do Paraíba, ela avançou para zonas de fronteiras. Além disso, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e o indício da organização de uma economia urbana, o encadeamento de alguns circuitos mercantis internos também estimularam a expansão da agricultura mercantil. Tal expansão contribuiu para a desorganização do regime das sesmarias, que fora agravado pelo afrouxamento dos rígidos controles colônias. A extinção formal do regime de sesmaria se deu com a Independência em 1822. Como lembra Smith,

O fim do regime de concessão de sesmarias pode ser enquadrado no panorama geral do movimento antiabsolutistas que emana da Revolução do Porto, cujos efeitos, no Brasil, vinculam-se mais ao movimento que oscila entre a independência e a obtenção de um status de país associado a Portugal, do que efetivas conquistas liberais, como assinala Viotti da Costa.⁴⁷³

Da declaração da independência até a publicação da Lei de Terras em 1850, o Brasil viveu o terceiro período que marca o fim do regime de sesmaria. Como lembra Smith, a constituição de 1824 foi omissa com relação à questão da terra. A característica principal desse período foi o apossamento indiscriminado da terra. Correspondeu, portanto, ao período de formação efetiva dos latifúndios. Como lembra Smith, sem nenhum tipo de

⁴⁷¹ SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 336.

⁴⁷² Cf. SILVA, Ligia Maria Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.

⁴⁷³ SMITH, R., op. cit., p. 343.

regulamentação, as restrições por áreas e números de propriedades do detentor das sesmarias ou ainda as cobranças de foros e morgadio foram removidas, permitindo a concentração fundiária. Vale lembrar que a partir da década de 1830 o café começava a despontar como atividade econômica relevante.

Foi apenas em 18 de setembro 1850 que o Estado brasileiro definiu o novo regime de propriedade da terra. Como observou Smith, “o reordenamento do processo de legitimação fundiária aparecia vinculado ao rumo que se pretendia dar à colonização europeia, baseada na implementação do trabalho livre”.⁴⁷⁴ Alguns dias antes, em 4 de setembro do mesmo ano, foi publicada a Lei Eusébio de Queiros que passava a proibir o tráfico negreiro. Neste mesmo ano, o Código Comercial também foi consolidado e a Guarda Nacional reorganizada. Visto em perspectiva, Smith observa que:

Esse conjunto de medidas legais, de significativa densidade social e longo processo de conflituosa maturação, expõe transformações efetivas e, termos de um redirecionamento das relações de produção, mercantis e de propriedade. Assinala fundamentalmente o fim do padrão de acumulação escravista. Denota intencionalmente que parte do Estado, como se este fosse portador de um projeto para a nação, um projeto com elementos conservadores, mas progressista no sentido de uma direção para o capitalismo.⁴⁷⁵

Nesse sentido, todos esses dispositivos são complementares entre si e expressam o desvencilhamento com a ordem colonial anterior. É neste marco que se deve pensar a formação da propriedade privada da terra no Brasil, cuja regularização não foi um processo estanque. Ao contrário, foi lento e esteve sujeito à obstáculos como as restrições de áreas e à violência.

Do ponto de vista da relação entre a propriedade da terra e o assalariamento, Smith observou que

A legitimação da propriedade da terra pelo Estado é um dos pressupostos para o trabalho assalariado que surge na história do país. Mas a trajetória histórica para o assalariamento ainda teria um permeio, tanto o regime de colonato alimentado pelo imigrantismo na região do café, quanto a continuidade da hegemonia do capital mercantil presente no revigoramento por que passa a economia açucareira do Nordeste, no avanço do café sobre o Oeste Paulista, e mesmo nas formas de submissão do trabalho rural vinculado à pequena produção de subsistência com geração de excedentes.⁴⁷⁶

Pari passu à institucionalização da propriedade privada da terra ocorreu aquilo que se denominou de abolição progressiva da escravidão no Brasil. A suspensão do tráfico foi o um primeiro passo em direção à formação do mercado de trabalho assalariado. A ela se

⁴⁷⁴ SMITH, R., 1990, p. 345.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 345.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 351.

somariam em 1871 com a Lei do Ventre Livre que tornava livre todos os filhos de escravos, e a Lei do Sexagenário em 1885 que assegurava a liberdade dos escravos com mais de 60 anos. Apenas em 1888, com a Lei Áurea, foi decretado o fim da escravidão no Brasil. Não obstante, Silva observou que a abolição progressiva da escravidão no Brasil não implicava diretamente em uma “introdução progressiva” do trabalho assalariado.⁴⁷⁷ As dificuldades advinham justamente do fato do trabalhador estar preso à terra por meio da economia de subsistência. Como lembra Silva,

Aquele que poderíamos chamar de o camponês brasileiro devia assegurar ele próprio a sua subsistência, explorando por seus meios as terras que lhe eram concedidas pelo latifundiário. Em contrapartida, devia trabalhar para o latifundiário, recebendo por esse trabalho uma retribuição mínima e, em geral, in natura (uma parte da colheita ou uma certa porcentagem do gado que ele havia criado, conforme o proprietário dedicasse as suas terras à agricultura ou à criação).⁴⁷⁸

Portanto, permeando essa contradição do processo de abolição que ao mesmo tempo liberava o escravo, e a existência de trabalhadores livres na ordem escravocrata, ambos ficavam vinculados à terra por meio de uma agricultura de subsistência. A terceira componente importante para compreender a formação do mercado de trabalho no Brasil foi a imigração:

Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem europeia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. E nesse mercado de trabalho, formado pelos trabalhadores imigrados, se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros [...]⁴⁷⁹

Findada a escravidão, o regime de governo imperial também é abandonado com a proclamação da República em 1889. Este seria o primeiro passo para a instituição de um regime democrático de governo.

Tanto Roberto Smith como Sergio Silva oferecem elementos para uma análise de como o processo de instituição do Estado nacional deu início ao processo de desenraizamento da economia. Não obstante, eles demonstram também as contradições envolvidas nesse processo, indicando, sobretudo, as resistências a esta separação e os espaços de fuga que retardaram a organização tanto do mercado de terras como do mercado de trabalho.

Em *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*, Lígia Osório Silva também explora a relação entre a privatização da terra e sua relação com a formação do trabalho assalariado. De acordo com a professora, a Lei de Terras não eliminou a posse. Com

⁴⁷⁷ SILVA, S., 1976, p. 47.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 42.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 44.

a instituição da república e a promulgação da Constituição de 1891, a questão da terra e da mão-de-obra passa a ser assunto estadual. Essa transferência de poder alterou a lei de terras em dois aspectos. Prorrogaram-se as datas de validade das posses e alteraram-se os prazos para reivindicar as sesmarias e legitimar a posse.⁴⁸⁰ Lígia ainda destaca que neste período o mecanismo seletivo de acesso à terra era muito dependente do coronelismo. “Controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis, ‘fieis’ às oligarquias que dominavam a política estadual, representavam um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporavam ao patrimônio privado”, observa Lígia.⁴⁸¹ Do ponto de vista dos pequenos posseiros, agregados, ex-escravos e índios, a violência exercida sobre eles pelos posseiros mais fortes (os latifundiários) criava uma situação de permanente instabilidade. Muito embora a fronteira aberta permitisse acomodar muitos conflitos em torno da privatização da terra, a violência era essencial para assegurar a posse até sua regularização por via administrativa. Aqui também havia um impasse na formação da propriedade privada da terra. Dado o caráter predatório da agricultura, não havia muito interesse em regularizar a propriedade da terra na medida em que fosse possível incorporar novas terras devolutas. Em 1916, com novo Código Civil, foram estabelecidas as normas para transmissão da propriedade entre particulares. Isto transferia para a via judicial o processo de regularização da propriedade da terra. A partir de então, colocava-se em questão a possibilidade do usucapião sobre as terras devolutas. Como a professora Lígia, observa:

Aceitar a possibilidade do usucapião das terras devolutas significava derrubar um dos pilares sobre os quais se assenta a Lei de Terras, que, embora não tivesse conseguido estancar o apossamento, permanecia como um marco definidor das atribuições do Estado e dos proprietários de terras.⁴⁸²

Dessas análises da formação da propriedade da terra e da abolição da escravidão, João Antonio de Paula conclui que:

Contudo, e esta é a questão central, tais iniciativas e mudanças foram de tal ordem e foram marcadas por tais limitações, que o resultado final seria a instauração de uma *modernidade atrofiada*, a constituição de um mercado incompleto e excludente, a afirmação de privilégios e desequilíbrios, e a reiteração de desigualdades sociais e regionais comprometedoras tanto da construção nacional quando da democracia.⁴⁸³ (p.32 grifo nosso)

Em nossa leitura, contudo, parece que grande parte da literatura crítica da formação do Brasil contemporâneo costuma definir a realidade brasileira a partir do pólo

⁴⁸⁰ SILVA, L., 1996, p. 358.

⁴⁸¹ Ibid., p. 358.

⁴⁸² Ibid., p. 363.

⁴⁸³ PAULA, J. A., 2002, p. 32.

negativo da contradição. É isto que sugere a ideia de modernidade atrofiada, tardia ou selvagem. Isto ocorre porque se pressupõe a existência de modos de vida superiores ou avançados e outros inferiores ou atrasados. Mais que isso, que o polo inferior ou atrasado bloqueia o despertar do avançado. Na leitura que propomos sobre o sistema-mundo moderno, o que parece estar em jogo é outra coisa.

Não é estranho, apesar de todas as contradições, que o regime imperial de governo tenha caído justamente quando se institui a possibilidade de organização dos mercados de terra e trabalho simultaneamente. Não se trata de atrofiamento ou bloqueio, mas da distensão do tecido social colonial, trata-se, portanto, de um processo de longa duração de transição ao modo de vida capitalista.

A instituição das condições para formar uma sociedade regulada pela economia de mercado na periferia não implica que o mercado interno irá se consolidar da mesma maneira como ocorreu no centro do sistema-mundo moderno, como esperam os economistas, sobretudo os desenvolvimentistas. A ideia de bloqueio só faz sentindo em uma perspectiva que parte da oposição ideal entre mercado interno homogêneo e mercado interno heterogêneo. Mas esta não parece ser a questão central.

Com base na perspectiva que delineamos ao longo da segunda parte do trabalho, o que deve estar em mira, portanto, são as condições de reprodução do sistema-mundo moderno (acumulação de riqueza e poder) na periferia em tensão com as condições de reprodução das diferentes formas de organização social que se encontram estabilizadas, dentro ou fora do sistema, conformando uma “nova” fronteira para a acumulação capitalista. Dito de outra forma, nossa ênfase recai sobre o processo de mercantilização da vida que vincula a busca pelo máximo lucro capitalista (acima do mercado a partir das condições de monopólio que, em grande parte, esta assegurada por meio do poder de coerção do Estado) às transformações nos modos não-capitalistas de produção da vida.

Deste ponto de vista, o eixo da análise deve ser a expansão do mercado mundial. A dificuldade que surge então é como compreender a formação de mercados internos, base para uma vida social regulada pelo mercado na periferia da economia-mundo capitalista, como uma etapa da expansão do mercado mundial.⁴⁸⁴

Retornando para nossa linha argumentativa, a Revolução de 1930 e a "Era

⁴⁸⁴ Esta nos parece a melhor forma de colocar o problema e evitar as falácias que se criaram em torno da possibilidade de um “desenvolvimento autônomo” que, ao não se realizar, fez as análises se deslocarem para a discussão da transnacionalização do capital.

Vargas" representam o passo posterior ao que foi dado pelo Império no sentido criar, pelo Estado, o mercado interno. Portanto, além de instituir o mercado de terra, trabalho e dinheiro, faltava ainda o passo fundamental em direção a uma sociedade de mercado: introduzir definitivamente a máquina no tecido social e redefinir, de forma irreversível, as relações sociais. Ou seja, em princípios do século XX, o Brasil ainda não tinha dado o passo definitivo à mercantilização da vida.

É deste ponto de vista que podemos repensar a industrialização para além das polêmicas usuais dos economistas em torno da polêmica do planejamento estatal em oposição à suposta eficácia do mecanismo anárquico dos mercados, ou ainda dos determinantes internos versus os determinantes externos do processo de industrialização. Embora o processo de industrialização tenha começado durante a República Velha (1889-1930), o impulso para a mercantilização da vida permanece contido sob os governos oligárquicos. Foi apenas durante a Era Vargas (1930-1945) que o processo de consolidação da sociedade nacional através da integração do mercado interno começou a ser perseguido como política deliberada do Estado nacional. O projeto de industrialização planejada surgiu neste contexto como estratégia deliberada que conduziria a sociedade brasileira em formação à Modernidade. No entanto, a estratégia de Vargas para integrar um mercado nacional havia encontrado problemas. Em primeiro lugar, os capitalistas brasileiros não foram capazes de reorientar ou expandir suas atividades a fim de apoiar o processo de industrialização devido ao alto risco dos investimentos. O segundo problema enfrentado por Vargas foi a resistência dos capitalistas estrangeiros cujo conflito de interesses com o governo brasileiro com relação ao destino dos excedentes das exportações de capitais, que se constituíram em oportunidades para resolver a crise de superprodução de capital no centro. Vargas tentou tirar o máximo de vantagens da rivalidade interestadual, que atingiu o seu clímax com a Segunda Guerra Mundial, mas, a possibilidade de um mercado nacional autônomo dependia dos interesses imperialistas. A industrialização, que só foi concluída durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi possível porque a ideia da autonomia do mercado interno foi abandonada pelo estabelecimento de alianças com o capital estrangeiro. Consequentemente, a contrapartida para o avanço da industrialização na sociedade brasileira foi deixar o mercado "aberto" aos interesses estrangeiros durante a Era de Ouro (1945-1973). Assim, a industrialização no Brasil refletiu, através da absorção do americanismo e do fordismo, a expansão do mercado mundial após a Segunda Guerra Mundial.

Esse mercado mundial, que nasceu com as revoluções industrial e liberal, e mais

tarde foi reformulado nos Estados Unidos, nada se parece com o mercado de longa distância que deu origem à economia-mundo europeia no longo século XVI. O mercado mundial que se transfigura no século XIX tem algumas diferenças qualitativas. Ele não articulava diferentes sociedades através de circuitos mercantis de longa distância. A Revolução Industrial exigiu uma organização da produção pelo capital, redefinido a forma de sociabilidade dos indivíduos.⁴⁸⁵ Embora tenha suas origens em experiências nacionais (por exemplo, Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos), resultando em mercados internos homogêneos e dinâmicos, suficientes para sustentar a cidadania liberal, a Revolução Industrial foi um fenômeno histórico-mundial. Não obstante, considerando que estas economias nacionais (estes mercados internos) estavam crescendo, eles não só começaram a exportar capitais, intensificando a rivalidade interestatal, como também deram origem a uma nova forma de propriedade, a sociedade anônima.⁴⁸⁶ Consequentemente, o que era antes capital inglês, alemão, francês ou americano, pouco a pouco se tornou irreconhecível, operando em um mercado mundial autocentrado que, para manter a taxa de acumulação, renova constantemente as suas próprias condições de produção (destruição criativa) e avança sobre outras formas de sociedade.

Portanto, não se trata unicamente de identificar os obstáculos econômicos para a industrialização, como argumentaram Prebisch (1949) e Furtado (1959), ou de delimitar a expressão interna do conflito de classes na sociedade brasileira, como queriam Cardoso e Faletto (1979). O que nos parece central na discussão sobre a formação do mercado interno é o fato de ele representar a disjunção dos sistemas econômicos sobre os quais os diferentes núcleos colônias se assentavam, pressionando os indivíduos para a esfera do valor de troca. Ou seja, indica um avanço da economia de mercado sobre as estruturas do cotidiano colonial, forçando a construção de uma sociabilidade pelo mercado nos marcos de uma sociedade nacional em formação.

A experiência brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial atesta que, nas zonas periféricas, alta taxa de acumulação de riqueza não é sinónimo de distribuição menos desigual de renda e de democratização do Estado liberal.

Entre 1950 e 1973, o PIB da Europa Ocidental (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido) cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano. Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos, por

⁴⁸⁵ Cf. MARX, 2004.

⁴⁸⁶ Cf. LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo Centauro Editora, 2008 [1916].

sua vez, cresceram juntos em uma taxa média de 3,86% ao ano. No caso brasileiro, o PIB cresceu a uma taxa média de 6,25% ao ano. Como resultado, no final da Era de Ouro da economia brasileira era 4,5 vezes maior do que em 1950. Em termos de taxas e trajetória individual, o Brasil mostrou um bom desempenho. No entanto, no início da Era de Ouro a participação relativa da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, Canada, da Austrália e da Nova Zelândia juntos no PIB mundial era de 54,8%, enquanto a brasileira era de 1,7%. No final deste mesmo período, o Brasil aumentou sua participação para 2,5%, enquanto a Europa Ocidental, os Estados Unidos, Canada, Austrália e Nova Zelândia juntos tiveram uma queda suave para 48,2%.⁴⁸⁷

Apesar das vigorosas taxas de crescimento econômico, o Brasil não alterou significativamente sua participação na relação de apropriação da riqueza global, não obstante, o processo de industrialização tenha modificado o tecido social brasileiro profundamente. Por exemplo, no final da Era de Ouro, princípios da década de 1970, a participação industrial no PIB aumentou até 40%, ao passo que a participação da agricultura caiu para perto de 10%.⁴⁸⁸ É interessante observar também a correlação positiva entre a percentagem de fluxo de capital estrangeiro (investimento direto estrangeiro além de outros tipos de investimentos) e da participação da indústria no PIB. Entre 1947 e 1984, o coeficiente de correlação foi de 0,85.⁴⁸⁹

Com o desenvolvimento da indústria, a vida material cotidiana da família brasileira mudou bastante. Em 1960, 88,4% dos domicílios tinham fogões, 35,4% tinham rádio, 11,6% possuíam refrigeradores e 4,6% tinham TV. Dezesesseis anos mais tarde, todos esses números aumentaram para 94,2%, 75,9%, 42,3% e 46,6%, respectivamente. O carro também se fez presente na vida diária, especialmente para as classes média e alta. Em 1970, 9,1% dos domicílios possuíam automóveis, ao passo que em 1976 subiu para 17,7%. Durante a Era de Ouro, as mulheres também foram incorporadas ao mercado de trabalho brasileiro. Elas representavam 28,8% da população economicamente ativa em 1976 e em 2002 o número aumentou para 50,3%.⁴⁹⁰ Do ponto de vista da composição da renda das famílias, a participação das mulheres aumentou de 15,7% em 1981 para 23,8% em 2002.⁴⁹¹ A

⁴⁸⁷ Fonte: MADDISON, Angus. *The world economy*. Paris, France: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2006.

⁴⁸⁸ Fonte: IPEADATA.

⁴⁸⁹ Cf. SANTOS, Fabio Padua dos. *Desigualdade da renda no Brasil em perspectiva histórico-mundial, 1839-2001*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Economia, 2008. Dados extraídos a partir do BACEN e do IPEADATA.

⁴⁹⁰ Fonte: Fundação Carlos Chaga. Banco de dados sobre o trabalho da mulher. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>.

⁴⁹¹ Fonte: HOFFMANN, Rodolfo, e LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Departamento de Ciências Econômicas.

incorporação das mulheres no mercado de trabalho também afetou a estrutura da família. A proporção entre os divórcios e casamentos aumentou de 9,98% em 1984 para 31,29% em 2002.⁴⁹²

O outro lado da Era de Ouro no Brasil foi a supressão dos direitos políticos em 1964. O presidente João Goulart (1961-1964), que tentou impor as reformas de base, com especial atenção à reforma agrária, a fim de estabelecer os direitos básicos da cidadania em uma sociedade em que a economia de mercado ascendia como mecanismo de regulação social, foi deposto por um golpe de Estado. Mais uma vez a tendência da sociedade brasileira ao autoritarismo se fez presente. Mas, ao contrário da hipótese contemporânea de uma volta para a sociedade agrária, o regime ditatorial contribuiu para a consolidação da economia de mercado como regulador social da vida dos brasileiros, especialmente através do programa do governo ação econômica (PAEG) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Nessas circunstâncias, a Era de Ouro mudou o padrão interno da desigualdade no Brasil. De acordo com a Figura 1, o Brasil tem dois padrões históricos de desigualdade. Uma perto do equilíbrio de baixa desigualdade, e outra acima do equilíbrio da alta desigualdade. Observando os dados através do tempo, como sugere a Figura 2, o Brasil mudou seu equilíbrio interno de desigualdade entre 1939 e 1970, sem, no entanto, experimentar mudanças significativas em seu poder econômico relativo.

Como temos defendido, o deslocamento para o nível de desigualdade elevada é uma consequência da incapacidade que os Estados semiperiféricos tem para transferir os custos de modernização.⁴⁹³ Mas, na perspectiva adotada nesta tese, pode-se interpretar este elevado nível de desigualdade como uma sociedade de mercado que não está aberta. Consequentemente, o Estado foi capaz de apenas fornecer a cidadania restrita. Por exemplo, entre 1947 e 1972, o número de unidades de ensino superior aumentou de 332 para 2.473. Ao mesmo tempo, o número de universitários também registrou aumento de 31.185 para 478.184. No entanto, dividindo-se o número de alunos matriculados pela população brasileira, temos um índice indireto para demonstrar quão fechada era a educação superior no Brasil naquela época. Apenas 0,06% da população teve a oportunidade de estudar em qualquer instituição de ensino superior em 1947. Em 1972 a proporção ainda era baixa, de 0,49%.⁴⁹⁴

Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

⁴⁹² Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1984-2002.

⁴⁹³ SANTOS, F. P., 2008.

⁴⁹⁴ Fonte: IBGE, 2003.

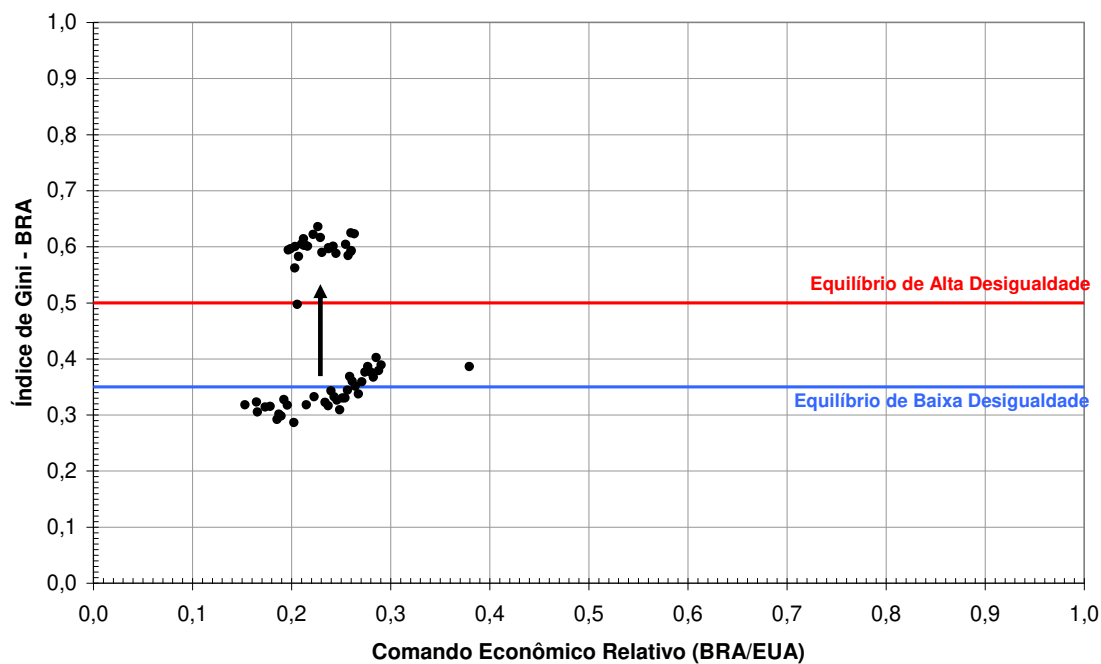


Figura 1 - Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade.

Fonte: Santos (2008).

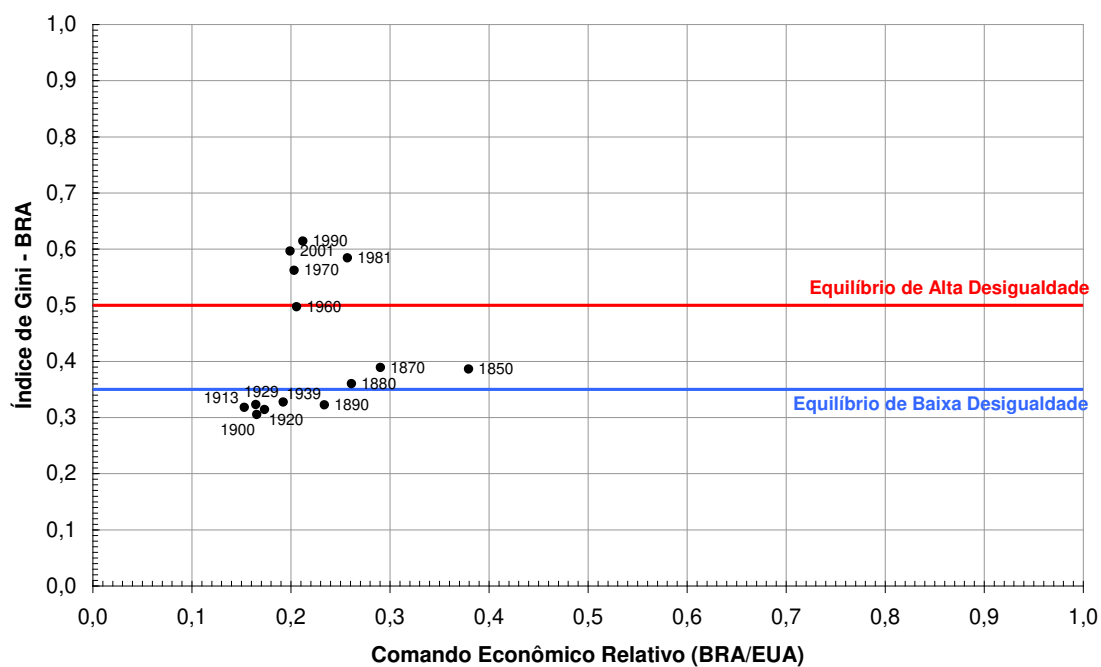


Figura 2 - Deslocamento do equilíbrio interno de desigualdade do Brasil através do tempo.

Fonte: Santos (2008).

Na periferia e na semiperiferia, a questão que parece importante a ser considerada é a extensão e profundidade em que o mercado interno se forma, ou, reversamente, a extensão e profundidade em que o mercado mundial penetra nas formas de organização existentes de vida, depende das condições de reprodução ampliada do sistema-mundo como um todo. Deste ponto de vista, a maior taxa de acumulação possível de riqueza e poder não corresponde necessariamente com distribuição equitativa da renda ou com a democratização do sistema político.

E aqui a ditadura cumpriu um papel fundamental no sentido de consolidar a formação da sociedade de mercado no Brasil com bases em um mercado interno aberto. Jango, que tentou implementar de alguma forma as reformas de base, estendendo os direitos de cidadania para contrabalancear o aprofundamento da economia de mercado sobre a vida dos brasileiros, foi deposto. Não obstante, as formas de proteção social criadas pelo Regime Militar em nenhum momento restringiram as taxas de acumulação de capital, ao contrário, tiveram por objetivo fortalecer a institucionalidade de uma sociedade fundada em uma economia de mercado.

Vejamos agora, através da transformação do mundo caipira, como o avanço do desenvolvimento capitalista foi moldando em parte o Brasil contemporâneo.

9.3. O fim dos parceiros do Rio Bonito

Nesta ultima seção nosso objetivo é ilustrar através do exemplo do modo caipira de produção da vida o processo de desenraizamento da economia e como isto envolveu uma redefinição da forma de sociabilidade caipira.

Para tanto, recuperamos as contribuições de Antonio Candido em seu livro *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Primeiro apresentaremos como a vida caipira se estabilizou no interior paulista para em seguida indicar como este modo de produção da vida foi desestabilizado no processo de expansão da agricultura capitalista e o processo de urbanização concomitante, pressionado a redefinição de sua forma de sociabilidade com base na proletarianização.

Antonio Candido, influenciado por Marx, retoma a questão dos meios de vida

como fator dinâmico para a compreensão das formas de sociabilidade e de solidariedade caipira na medida em que para satisfazer suas necessidades humanas os homens estabelecem relações entre eles e com a natureza se agrupando em torno do trabalho.

Em seu livro Antonio Candido buscou reconstituir a vida do homem da roça nos séculos XVIII e XIX e avaliar as transformações que este sofreu durante a primeira metade do século XX. Para tanto, Candido problematizou esta questão a partir da obtenção dos meios de vida, situando-a em unidades mínimas de vida econômica e social em que as relações sociais encontram um primeiro ponto de referência, o agrupamento de parceiros ou bairro, cuja rusticidade é a característica central.

A expressão caipira exprime deste modo uma forma de cultura rústica, um modo de viver ou um tipo de vida social que, no universo das culturas tradicionais, resultou do ajustamento do colono português ao meio, em contato com o aborígene.

A vida caipira tradicional tem por base uma economia marcadamente de subsistência e autárquica, que conservava o nomadismo bandeirante de sua origem associado a traços das culturas indígenas, cuja obtenção dos meios de vida advinha da presa e coleta e de uma agricultura itinerante que, dado o caráter instável, exigia a mobilidade dos indivíduos e grupos. Daí, pois, a rusticidade da habitação, vestuário, utensílios e do próprio caráter do homem caipira.

Na verdade, essa agricultura itinerante, extensiva, permitia ao caipira tradicional estabelecer um equilíbrio com o meio ecológico, dada a falta de técnicas que permitissem se sedentarizar com base no uso da terra. Como apontou Candido:

[...] a agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posses; sobretudo estas, que abriam para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. A posse, mais ou menos formal, ou a ocupação pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência, o alheamento às mudanças sociais. Vida de bandeirante atrofiado, sem miragens, concentrada em torno dos problemas de manutenção dum equilíbrio mínimo entre o grupo social e o meio.⁴⁹⁵

Esta observação ilustra a relação entre o tipo de regime de propriedade da terra, a possibilidade de obtenção dos meios de vida e as condições para a formação de uma sociabilidade que permite a estabilização de ordens sociais.

No caso da vida caipira, seu equilíbrio com o meio presumia uma dieta em que a

⁴⁹⁵ CANDIDO, 1997 [1964], p. 46.

obtenção dos recursos alimentares deveria favorecer a mobilidade que o modo de vida seminômade impunha. Assim, a base da alimentação caipira era o feijão, o milho e a mandioca. De maneira não regular, se alimentavam também de diversas abóboras e tuberosas, como a batata doce. Couve e chicória também faziam parte da dieta. Entre os condimentos sal e toicinho era os principais temperos. Não obstante, a sobrevivência do caipira dependia ainda da coleta, da caça e da pesca.

A maneira como as atividades eram organizadas para a obtenção desses meios de vida implicava formas de solidariedade que diferenciavam a vida do caipira em relação a outros núcleos coloniais, ganhando uma expressão espacial em forma de povoamento. No caso caipira, o bairro correspondia à base territorial sob a qual se desenrolava a vida, configurando um sentimento de localidade de seus membros. Este era também o espaço de convivência em função da proximidade física e da necessidade de cooperação para organizar a produção dos meios de vida.

No bairro, distinguiam-se dois tipos de moradores, o permanente e o transitório. Eram moradores permanentes o fazendeiro, proprietários da sesmaria, e o sitiante, proprietário ou arrendatário do sítio. Por sua vez, eram moradores transitórios o posseiro, o agregado e o cultivador nômade. Este último ocupava a terra de maneira precária, ao passo que o agregado dependia do consentimento do proprietário e o posseiro era quem de fato ocupava a terra, muitas vezes a mando do morador permanente.

Do ponto de vista da produção dos meios de vida, trata-se basicamente de uma economia semifechada. O acesso à terra era assegurado por meio da posse e a organização do trabalho era essencialmente com base no trabalho isolado, o qual ocasionalmente contava com a cooperação vicinal alicerçada no mutirão. O mutirão, descreve Candido:

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.⁴⁹⁶

Portanto, o sustento, baseado em uma dieta mínima, era assegurado pelo mutirão, permitindo ao bairro a autossuficiência.

Além do mutirão, o bairro também possuía uma dimensão lúdico-religiosa, central

⁴⁹⁶ CANDIDO, 1997 [1964], p. 68.

para a preservação da sociabilidade em áreas pouco povoadas. Consistiam basicamente em atividades que transcendiam o âmbito familiar e configuram um espaço de festejos religiosos locais. De acordo com Candido, trabalho e religião, “[...] se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas umas das outras, constituem unidades, na medida em que participam no sistema destas atividades”.⁴⁹⁷

Candido quer, portanto, chamar atenção ao fato da dieta prover um mínimo vital ao passo que o bairro oferece um mínimo social para sedimentação instável da vida caipira.

O bairro, cujos limites e funcionamento ficaram sugeridos acima por meio de dois aspectos [mutirão e festejo], é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira. Aquém dele, não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado, que tende a superar este estágio, ou cair em anomia; além dele, há agrupamentos complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características duma sociabilidade mais rica. Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um *mínimo social*, equivalente no plano das relações ao *mínimo vital* represento pela dieta [...]⁴⁹⁸

A partir do século XVIII, este isolamento do caipira foi sendo quebrado ou reajustado com a fixação do paulista e o surgimento de vilas e fazendas abastadas. Para compreender essa transformação, Candido destaca a importância da estratificação social do bairro, distinguindo entre *participante* (o fazendeiro abastado) e *integrante* (sitiante) da cultura caipira. Segundo o autor, estava diferenciação estava baseada na capacidade de contratação de trabalho compulsório ou servil. Para Antonio Candido, a capacidade de contratar trabalho permitia ao fazendeiro abandonar o sistema de cooperação vicinal característico da vida caipira. Se o leitor nos permite, faremos uma longa citação irreparável do professor Antonio Candido, de modo a esclarecer o argumento:

Mas a possibilidade de empregar mão-de-obra servil, criou, desde as fases iniciais do apresamento, um fermento de diferenciação que se iria acentuando, não apenas pela superioridade econômica dos donos de escravos, como pela formação, na estrutura demográfica, de um elemento relativamente desqualificado socialmente – antigo escravo ou descendente de escravo. A combinação de ambos os traços permite entender a difusão do tipo social do fazendeiro, proprietários de terras lavradas pelo servo indígena, mais tarde pelo negro, comandando certa quantidade de agregados dependentes de seu favor.

A presença do escravo, depois do colono estrangeiro, levou a uma recomposição na organização dos bairros, onde os mais ricos abandonaram o sistema de cooperação vicinal, marcando assim a diferença crescente entre sítio e fazenda. Ao mesmo tempo, o latifúndio se formava à custa de proprietários menores, por compra ou espoliação – esta sempre fácil numa sociedade em que a precariedade dos títulos e a generalização da posse de fato desarmou o lacrador, na fase em que a expansão econômica passou a exigir requisitos legais para configurar o direito de propriedade. Neste passo, podemos compreender melhor o duplo caráter (ao mesmo tempo

⁴⁹⁷ CANDIDO, 1997 [1964], p. 71.

⁴⁹⁸ Ibid. p. 74.

instabilizador e reparador) da mobilidade no espaço, à busca de terras disponíveis. No latifúndio produtivo, assim formado, trabalho escravo criou condições dificilmente aceitáveis para o homem livre, que refugou também, posteriormente, a dependência social do colonato; não se tendo preparado a sua incorporação a este, agia sempre como fator negativo a comparação com o cativo. Em consequência, a cultura tradicional sofreria impactos sérios, tendentes a marginalização, isto é, torna-la um sistema de vida dos que não eram incorporados às formas mais desenvolvidas de produção. Do seu lado, ela apresentou a faculdade apreciável de resistência, enquistando-se em vários casos, quando as condições permitiam conservar o caráter autárquico.

Aí vemos a relativa indiferença do começo substituída pela estrutura mais complexa que lhe sucedeu, sobrepondo o fazendeiro ao seu aparente sitiante (muitas vezes, senhor de tantas terras quanto ele, mas trabalhando-a pessoalmente), que por sua vez se sobrepunha a agregados sem estabilidade. Nas três camadas encontrara presença da cultura caipira; mas na intermediária se localizam as suas manifestações mais típicas, visto como a superior tende com o tempo a se desligar dela, acompanhando a evolução dos núcleos urbanos; e a inferior nem sempre possui condições de estabilidade, que lhe permitam desenvolver as formas adequadas de ajustamento social.

O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra, e dependendo do bel-prazer dos latifundiários para prosseguir na sua faina. Depois de Oliveira Viana e sua análise, hoje em dia clássica, do poder centralizador do grande domínio rural, tornou-se lugar-comum acentuar a independência do fazendeiro. O sentido sociológico de autarquia econômico-social não deve, porém, ser buscado no latifundiário, largamente aberto a influências externas, graças à sua própria situação de estrutura-líder; e sim no bairro caipira, nas unidades fundamentais do povoamento, da cultura e da sociabilidade, inteiramente voltadas sobre si mesmas.

Nelas se desenvolveu uma população dispersa, móvel, livre, branca ou mestiça, geralmente de branco e índico, com pouco sangue negro.⁴⁹⁹

Posto deste modo, pode-se afirmar que Antonio Candido divide a história do caipira em três momentos. O primeiro corresponde àquela época de equilíbrio instável, mas no qual o caipira possuía uma vida voltada para si. Um segundo momento compreende as primeiras tensões colocado pelo avanço da economia capitalista no território paulista no qual a economia de subsistência, a formação de organização e a concepção de mundo foi sendo colocada em xeque com a expansão da agricultura comercial, engendrando uma crise social e cultural. Neste período de transição, em que as tensões ainda não haviam sido resolvidas, Candido observou casos em que houve o desaparecimento da cultura caipira como também situações em que ocorreu a persistência. Um retorno à forma tradicional mais elementar como a parceria foi adotado como recurso de ajuste em face da civilização urbana em expansão. O terceiro momento corresponde justamente à dificuldade de resistir à expansão capitalista. Reflete o momento em que a vida caipira é a incorporada à economia moderna. Neste momento, há uma ruptura em todos os planos: ecológico, econômico, cultural, social e psíquico.

⁴⁹⁹ CANDIDO, 1997 [1964], p. 80-1.

Ao longo da terceira parte do livro, Candido descreve justamente como essas diferentes dimensões da vida foram sendo alteradas implicando em novas relações de trabalho mais rotineiras e aceleradas, um novo tipo de ajustamento ecológico, baseado em novas técnicas e usos e como isto afetou a estrutura social tradicional redefinindo novos estratos sociais e a relação entre eles.

Como ilustração, vejamos como Antonio Candido crescer a crise do ponto de vista dos parceiros:

Na sua vida meio ambígua de autonomia sem estabilidade, e autoderminação sem garantias, a crise cultural e social se manifesta com mais intensidade, colocando-o, de fato, entre o sitiante e o assalariado, e dando lugar a uma coexistência mais perceptível da tradição e da mudança.

Onde podemos claramente avaliar esta última, em relações sociais ligadas à obtenção dos recursos, é no que se poderia chamar de *comercialização da cooperação*.

Mostrou-se no capítulo 8º que os parceiros estudados não podem dar conta das tarefas sem auxílio vicinal, que continua, assim, elemento integrante da sua sociabilidade e da sua economia. Verificou-se, no entanto, acentuada substituição das formas desinteressadas pelas que envolvem retribuição, computada rigorosamente – fazendo como que as instituições tradicionais do *termo* e do *mutirão* cedam lugar às diversas modalidades de troca de serviço, individual ou coletivo. Os lavradores de mentalidade mais econômica refugam aquelas, que continuam vigorando para os conservadores ou os que lhes estão quase naturalmente sujeitos pelos vínculos de parentesco. Os problemas de mão de obra se solucionam pois, para eles, num compromisso entre velhas práticas, baseadas na solidariedade tradicional de vizinhança, e necessidades novas, que propiciam fluência do dinheiro como aferidor das coisas e dos atos.⁵⁰⁰

Na visão do autor, o que se observar é “[...] a relativa explosão da sociabilidade centrada nos velhos grupos vicinais”.⁵⁰¹

Dessa forma, frente à expansão da civilização urbana, a parceria expressa um tipo de cooperação transitória entre uma situação tradicional e seu sufocamento pela economia capitalista. Ela é a forma de reajustamento à condição de um mínimo vital e social no contexto em que não proprietários, nômades, agregados e posseiros, eram forçados pelas novas circunstâncias, a se tornarem colonos ou assalariados nas fazendas ou sítios, ou migrarem para as cidades. Assim, a parceria é uma espécie de adaptação regressiva que expressa justamente a crise do modo de vida caipira. Do ponto de vista da alimentação, se viram forçados a retornar aos padrões básicos de alimentação ao mesmo tempo em que a cooperação vicinal é diluída, reduzindo a sociabilidade ao espaço familiar, o qual engendra o perigo de anomia.

Como observou Antonio Candido,

⁵⁰⁰ CANDIDO, 1997 [1964], p. 191-92.

⁵⁰¹ Ibid., p. 192.

[...] a urbanização veio propiciar ao caipira, no plano ecológico, novas manifestações da sua velha e já aqui muito comentada tendência ao nomadismo. Não se trata mais agora de uma agricultura itinerante, nem da busca de novas terras para substituir as que se tornam inóspitas por cansaço ou expulsão. Trata-se, como vimos, na 3ª parte, da mobilidade como fuga à sujeição econômica total – seja mudando de lugar na mesma área, seja, buscando zonas pioneiras, seja rompendo com o passado e migrando para a cidade. A instabilidade de outrora se renova hoje por novos motivos, e no contexto da presente análise pode ser considerada como outra forma de regressão adaptativa.⁵⁰²

Antonio Candido matiza com muitas nuances como o modo de vida caipira reage ao ser desestabilizado pelo avanço de uma agricultura capitalista no interior paulista.

Agora, se confrontarmos o exemplo do caipira de Antonio Candido com o processo subjacente a formação do Estado nacional e do desenraizamento da economia que progressivamente ele foi promovendo, podemos retirar implicações para pensar a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno, visto pelo seu lado avesso, qual seja, pelo modo como o desenvolvimento do capitalismo histórico redefine formas de sociabilidade pretéritas sujeitando-as a acumulação são fim de capital, à esfera do valor de troca.

À medida que o Estado nacional se forma, ainda no período imperial, a instituição da propriedade privada da terra e a incorporação do migrante sob o regime de assalariamento, permitia no caso paulista o abandono do sistema econômico baseado na cooperação vicinal, do qual o caipira retirava o seu sustento. É claro que da dissolução da cooperação vicinal para a sociabilidade definida pelo mercado, passando pela comercialização da cooperação, o processo avançou de maneira lenta e descontínua que merece pesquisa empírica detalhada para extrair qualquer conclusão. Não obstante, o exemplo do caipira de Antonio Candido ilustra o eixo da análise que procuramos construir em que se prioriza a maneira como o desenvolvimento capitalista desestabiliza formas sociais tracionais, pressionando pela finição da forma de organização e de regulação social.

⁵⁰² CANDIDO, 1997 [1964], p. 222.

Conclusão: o mito do capitalismo domesticado no Brasil

Começamos nossa tese afirmando que os estudos sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil estão reféns dos próprios termos em que o debate foi estabelecido. Ao longo da primeira parte, nós demonstramos como o estudo da mudança social tem sido problematizado à luz da construção da nação, no qual o debate sobre o desenvolvimento é parte do esforço para construir uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno desde o século XIX. Quando confrontadas as posições analisadas neste trabalho, verificar-se um desacordo entre os intérpretes em torno daquilo que singulariza a formação do Brasil contemporâneo e, conseqüentemente, sobre os caminhos possíveis para fazer da ex-sociedade colonial na América portuguesa um país independente política e economicamente, portanto, soberano, democrático e menos desigual.

Para explorar as divergências sobre o que singulariza o Brasil, destacando as semelhanças e diferenças presentes no debate, buscamos recuperar brevemente a cultura liberal. Como indicamos no primeiro capítulo, as narrativas do pensamento econômico brasileiro não levam em consideração o liberalismo como ideologia estruturante do pensamento social na Época Contemporânea. Nós, por outro lado, consideramos pertinente recuperar a cultura liberal como estrutura significativa global, pois, tal como o mercantilismo é central à compreensão das sociedades do Antigo Regime, o liberalismo é fundamental para o entendimento das sociedades nacionais no sistema-mundo moderno. Colocados em perspectiva, economia de mercado, Estado liberal, democracia e cidadania são os principais elementos desta cultura. Tais elementos permitem clarificar a posição dos autores com relação ao tipo de sociedade que se buscava construir a partir da sociedade colonial da América portuguesa. Portanto, em nosso regaste da cultura liberal, procuramos destacar a centralidade do Estado liberal para instituir e assegurar a economia de mercado como mecanismo de regulação social.

Por este caminho, o debate sobre a construção da nação no Brasil se integra às Revoluções liberais que marcam o sistema-mundo moderno desde 1776/89 e indicam a expansão progressiva da civilização capitalista no século XX. Como pudemos observar através da revisão de algumas perspectivas sobre a formação do Brasil contemporâneo, o debate brasileiro sobre o desenvolvimento, que se concentrou entre o segundo e terceiro quartis do século XX, representa um momento-chave da discussão que vinha sendo disputado

com furor desde o século XIX. À medida que o desenvolvimento capitalista penetrava nas estruturas do cotidiano colonial transformando a realidade do país de maneira muito particular, o debate discutia e disputava o caráter desta sociedade nacional que se formava na periferia do sistema-mundo moderno. Sociedade essa que já não estava mais presa aos mecanismos característicos do Antigo Regime, mas, ao mesmo tempo, apesar de certa modernização, encontrava-se longe de alcançar a Modernidade. Todas as categorias que procuram reter nossa singularidade, como por exemplo, subdesenvolvimento, dependência, heterogeneidade estrutural, superexploração, capitalismo tardio, revelam em alguma medida aquilo que já não se pode mais chamar de colonial, mas também ainda não pode ser incluído na Modernidade. Elas captam, a partir de posições muito particulares, a maneira como o desenvolvimento capitalista transformou a paisagem colonial.

Nessa transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo, identificamos que a crítica desenvolvimentista não se direciona ao capitalismo em geral e, conseqüentemente, ao mecanismo de mercado como regulador social. Ao contrário, eles procuram identificar os obstáculos à constituição do mercado interno, preocupado com as possibilidades de crescimento autossustentado, condição precípua para a mobilidade social. De maneira mais precisa, a crítica desenvolvimentista chama atenção para as conseqüências da sociedade se sujeitar ao mecanismo de mercado capitalista sem nenhum tipo de proteção social. Deste ponto de vista, eles buscam um equilíbrio entre desejos e vontades da sociedade nacional em formação e as necessidades da acumulação capitalista. O planejamento seria o meio pelo qual acreditavam ser possível encaminhar democraticamente um caminho que assegurasse tanto a acumulação de riqueza quanto a mobilidade social. Por este motivo, para os desenvolvimentistas, o Estado encarna, como “razão de Estado”, a possibilidade de controle social sobre o sistema econômico. Por isso, o Estado emana como objeto de defesa por aqueles que buscam introduzir critérios sociais para a decisão do gasto capitalista.

Quando confrontamos a posição dos autores sobre o desenvolvimento capitalista e os meios para a superação do subdesenvolvimento com o caráter liberal do Estado em formação, podemos desvelar o mito da domesticação do capitalismo no Brasil. O mito tem origem na contradição constitutiva do Estado liberal. Se, por um lado, ele tenciona progressivamente pelo desenraizamento do sistema econômico do seio das diferentes núcleos coloniais, por outro, ele tem capacidade de absorver relativamente pressões por proteção social contra as tendências desigualizadoras inerentes ao modo de vida capitalista. A defesa

do Estado como agente equalizador está fundada na ideia segundo a qual a proteção social do Estado é capaz de intervir na maneira como estruturalmente as sociedades nacionais se sedimentam.

Contudo, em nosso entender, esta contradição é aparente. A formação do Estado nacional implica simultaneamente ao menos dois tipos de tensões que operam em níveis de realidade distintos. A tensão pela disjunção do sistema econômico da sociedade engendrada pelo Estado liberal produz transformações em nível estrutural, isto é, redefine a maneira como se articulam as esferas da existência no modo de produção da vida no tempo e através do espaço. A tensão por proteção social, por sua vez, opera em nível conjuntural da realidade. A cidadania segue a formação do Estado e a instituição de um regime democrático de governo. Consequentemente, ela tende a ser revisitada e, em geral, mais reforça o modo de vida capitalista do que engendram algum tipo de fissura contestatória na estrutura sobre a qual a vida se organiza. Como vimos, Hobsbawm demonstrou elegantemente como houve, apesar do estado de bem-estar social na Europa, um aprofundamento sem precedentes da mercantilização da vida durante a Era de Ouro. Sendo assim, por não distinguirem de maneira clara esfera da existência da vida (economia, política, cultura) de nível de realidade (estrutura, conjuntura e evento), os desenvolvimentistas muitas vezes defendem o Estado não só como agente civilizador do capitalismo brasileiro como também maestro de um processo de depuração dos elementos indesejados da civilização capitalista e garantidor dos autênticos valores humanistas.

Diante desse reconhecimento e demonstrada a centralidade do Estado, sobretudo, do uso dos meios de coerção para instituir o mercado como regulador social, nos propusemos a impensar o desenvolvimento capitalista no Brasil, buscando um caminho alternativo ao estudo da mudança social. Um caminho a partir do qual pudéssemos desviar dos problemas que advêm da apreensão a formação do Brasil contemporâneo a partir da lente da construção da nação. Nesta empreitada, é preciso reconhecer que não conseguimos ir muito além do que recuperar um caminho teórico, frequentemente ignorado, mas que se revelou fértil para a elaboração de futuras narrativas.

Ao longo da segunda parte, para analisar a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno, nós buscamos retomar o estudo da mudança social a partir das transformações das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento capitalista. Para tanto, nós recuperamos as contribuições de Wallerstein explorando o lado avesso de sua perspectiva com o intuito de reconstruir as conexões entre a formação do Brasil

contemporâneo e a estrutura e dinâmica do sistema-mundo moderno. Dele retiramos que o eixo central para tal rearticulação é o processo de mercantilização da vida, o qual envolve transformar globalmente as diferentes sociedades espalhadas pelo mundo que, antes *interligadas* por uma extensa divisão social e técnica do trabalho, passam a se *integrar* e serem *reguladas* pelo mercado.

Ainda que Wallerstein delimite o sistema-mundo moderno como unidade de análise apropriada ao estudo das sociedades nacionais, fez-se necessário retornar a alguns clássicos para aprofundar a análise e delimitar um esquema no qual pudéssemos perceber dinamicamente os elementos envolvidos no processo de formação do Brasil contemporâneo. Com base em Marx, Luxemburg e Polanyi, indicamos que o desenvolvimento das formas capitalistas de produção desestabiliza ordens sociais tradicionais, sendo a violência o meio pelo qual a economia de mercado é instituída como mecanismo de regulação social. Isto implica não só um novo tipo de sociabilidade em que as relações humanas passam a ser mediadas pelo mercado, mas também um novo tipo de homem, como previu Gramsci, o qual abriu uma ruptura social sem precedentes a partir de 1968/73, conforme constatou Hobsbawm.

Em nossa tentativa para compreender a formação do Brasil contemporâneo a partir de uma perspectiva histórico-mundial, contudo, sem perder de vista as próprias especificidades que a ideia de Brasil engloba e eclipsa, repomos a problemática da formação a partir das formas de sociabilidade em que as sociedades se sedimentam. Deste ponto de partida, pensar o Brasil contemporâneo requer compreender a formação de uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno, assumindo que o vetor central da mudança é a instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social. Deste ângulo, pode-se considerar a formação do Brasil contemporâneo como a dissolução dos diferentes modos de produzir a vida produto da colonização em tensão para rearticulá-los em uma nova forma de vida em que os arranjos institucionais da ordem nascente pressionam para a configuração de uma sociabilidade definida na esfera do valor de troca.

Por isso, procuramos demonstrar como nos diferentes núcleos, o engenho açucareiro, o latifúndio pastoril, o aldeamento extrativista ou as estâncias gaúchas, as condições de existência passavam em grande medida à margem da economia de mercado, apesar do sistema mercantil que os envolviam. Quando se analisam as formas como se integravam o regime de propriedade da terra, os diferentes regimes de trabalho e a organização da produção dos meios de vida em cada núcleo, observa-se que a economia de

mercado se encontrava enraizada em um sistema de valor patriarcal em que a lealdade tanto dos escravos como dos homens livre era assegurada com base na violência da oligarquia. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a economia de mercado não penetrava na estrutura do cotidiano colonial. O desenvolvimento capitalista no Brasil se plasmou de maneira muito particular em cada um dos diferentes núcleos. A partir dessa perspectiva, faz-se necessário expandir a pesquisa história para estabelecer como se processaram tais vinculações ao ponto de reordenar o conjunto da vida das pessoas.

Não obstante, quando confrontamos a perspectiva que enfoca na transformação das formas de sociabilidade com a perspectiva da construção da nação contida no pensamento desenvolvimentista, algumas observações podem ser destacadas. Primeiro, o enfoque histórico-estrutural de Furtado como a Economia Política da Escola de Campinas deixam em aberto, em suas respectivas análises, aquilo que permite repensar a singularidade do Brasil no processo universal de mercantilização da vida: a economia de subsistência e os diferentes tipos sociais que se sedimentaram no entorno dela. Frequentemente a economia de subsistência é ignorada ou tratada como obstáculo à modernização, pois para eles é subsistência toda atividade que não é suficientemente capitalista. Contudo, como procuramos destacar, a economia de subsistência é central para compreendermos a transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. É justamente nesse ponto que podemos apreender que as tensões engendradas pelo e sobre o Estado para instituir o modo capitalista de produção da vida e para criar alguma proteção social atuam em temporalidades diferentes. Como procuramos destacar, a emancipação política de Portugal e a instituição do Estado nacional, a formação da propriedade privada da terra, a abolição progressiva da escravidão, a imigração, a proclamação da república e a industrialização indicam um acúmulo de rupturas sucessivas em direção à separação institucional do sistema econômico do seio da vida colonial. Lentamente todas essas disjunções foram redefinindo o lugar da economia, da produção dos meios de vida, desestabilizando os diferentes modos de produção da vida que conformavam a paisagem colonial. Ainda que lento e conservador, o impulso à mercantilização da vida penetrou nas estruturas do cotidiano colonial e a formação do Brasil contemporâneo corresponde ao esforço de redefinição das diferentes formas de sociabilidade sedimentadas ao longo do período colonial nos marcos da sociedade nacional na qual a economia de mercado atua como mecanismo de regulação social. Isto implica reconhecer uma descontinuidade em curso que, frequentemente, é apreendida através de ideias dualistas como arcaico e moderno, tardio e avançado, subdesenvolvido e desenvolvido. Em nosso entender,

não se trata de um retorno ao tradicional. Desvelar o seu real caráter é a questão que ainda permanece em aberto no debate brasileiro sobre o desenvolvimento, muito embora as diferentes correntes permaneçam disputando acirradamente as questões do desenvolvimento nacional. Não se trata de tarefa fácil. Requer um estudo mais aprofundado de monografias históricas sobre como se produzia a vida nos diferentes núcleos coloniais e como estes núcleos foram afetados pelo desenvolvimento capitalista que, buscando se expandir, tentou fazer deles uma única realidade nacional sem, contudo, abrir a sociedade nacional em formação aos povos historicamente excluídos.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. 5ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.
- ANDERSON, Perry. *El Estado Absolutista*. 14ª ed. Siglo XXI, 1996 [1974].
- ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSBAWM, Eric (Org.) *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARONOWITZ, S. A Metatheoretical Critique of Immanuel Wallerstein's The Modern World-System. *Theory and Society*. No. 10, 1981, p. 503-20.
- ARRIGHI, G.; HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. (Ed.) Modos de Producción en América Latina. *Cuadernos Pasado y Presente*, No. 40. Córdoba: Siglo XXI, 1973.
- AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. [1976].
- BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México, D.F: Siglo veintiuno, 1979.
- BELLUZZO, L. G. M. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- BICHIR, Maíra Machado. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 1 Rio de Janeiro, RJ: Record, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000 [1988].
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: *SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*, Santiago de Chile, 2005.
- BLOCK, Fred; SOMERS, Margaret R. Beyond the Economistic Fallacy: the holistic social science of Karl Polanyi. In: SKOCPOL, T. (Org.) *Vision and Method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 47-84.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, Francois. *A Critical Dictionary of Sociology*. London: Routledge, 1989.
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza: uma contribuição a teoria da dinâmica capitalista*. (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Debates. Perspectiva, 1992 [1959].
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRENNER, R. The Origins of Capitalist Development: a critique of neo-smithian marxismo. *New Left Review*. I/104 (July-August), 1977, p. 25-92.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. República e Desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/2014/02/1409833-republica-e-desenvolvimentismo.shtml>>. Acessado em: 13 fev. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª ed. atual. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CALIXTRE, André Bojikian (Ed.); BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Coord.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília, DF: IPEA, 2014.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Discurso do Acadêmico Roberto Campos na Academia Brasileira de Letras*. 1999. Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/roberto-campos/discurso-de-posse>>. Acessado em: 18 abr. 2014.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: Apec Ed., 1964.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações de seus meios de vida*. 8ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 [1970].
- CARNEIRO, Ricardo M.; MATIJASCIC, Milko (Org.). *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Campinas: IPEA, IE-Unicamp, 2010.
- CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CASTRO, Ana Celia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1976.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1974].
- CONSTANT, Benjamin. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”. *Filosofia política*, v. 2, p. 9-25, 1985 [1819].
- COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1977].
- DOBB, Maurice. *Theories of Value and Distribution since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*. Cambridge England: University Press, 1973.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. [1980].
- DU BOIS, W. E. B. *The souls of Black folk*. New York: Modern Library, 2003 [1903].
- DUSSEL, E. Beyond Eurocentrism: the world system and the limits of modernity. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Ed.). *The Cultures of Globalization*. Duke University Press, 1998, p. 3-37.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].
- FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- FIORI, José Luís (Org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRANCO, Thiago Fernandes. *Imperialismo capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo*. 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000794932>>.
- FRIEDMAN, Jonathan. Crises in Theory and Transformations of the World Economy. *Review (Fernand Braudel Center)*, II, 2, Fall, 1978, p. 131-46.
- FUKUYAMA, Francis. "The end of history?". *The national interest*, n. 16, p. 3-18, 1989.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGA. *Banco de dados sobre o trabalho da mulher*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>.
- FURET, François. Prefácio: o sistema conceptual da Democracia na América. In: TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. XI-XLIX
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962b.
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 [1959].
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 05-19, 1992.
- FURTADO, Celso. Opções para o Brasil. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 3(2): 9-15, jul./dez. 1999.
- FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estado democrático*. Recife, PE: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962a.
- GIAMBIAGI, Fábio, et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- GODECHOT, Jacques. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOLDMANN, Lucien. *The Hidden God: a study of tragic vision in the Pensées of Pascal and the Tragedies of Racine*. London: Routledge, 2013 [1964].
- GONÇALVES, Jose Ricardo Barbosa. *A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, SP, 1989.
- GRAHAM, Richard. *Feeding the City: from Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780-1860*. Austin: University of Texas Press, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.
- HOFFMANN, Rodolfo, e LEONE, Eugênia Troncoso. *Participação da mulher no mercado de*

- trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002*. Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- HOPKINS, Terence K. The study of the capitalist world-economy: some introductory considerations. In: GOLDFRANK, W. L. (Ed.) *The World-System of capitalism: past and present*. Beverly Hills, Calif: Sage Publications, 1979.
- IANNI, Octávio. A “redemocratização” de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMERECSÁNYI, T.; GRANZIERA R. (Org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- IANNI, Octávio. *A Ideia da Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas do Século XX*. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas do Registro Civil 1984-2002*.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2006.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1969.
- LASKI, Harold Joseph. *The Rise of European Liberalism: An Essay in Interpretation*. London: G. Allen & Unwin Ltd., 1936.
- LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008 [1916].
- LESSA, Carlos; DAIN, Salumis. Capitalismo Associado: algumas referências para o tema do Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1980].
- LUPORINI, Cesare. (Ed.) El concepto de formación económico-social. *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº. 39. Córdoba: Siglo XXI, 1973.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo, SP: Abril, 1984 [1912].
- MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.21, n.1 (44), p.165-194, abr. 2012.
- MACPHERSON, C. B. *The Real World of Democracy*. Oxford: Clarendon, 1966.
- MADDISON, Angus. *The world economy*. Paris, France: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2006.
- MALTA, Maria Mello de (Coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: IPEA, 2011.
- MALTA, Maria Mello de. *A Teoria da Acumulação de James Steuart: controvérsia no contexto da economia política clássica*. Tese. Niterói, RJ: UFF, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo, 1954.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. No. 20. São Paulo, SP: Alameda, 2012 [1977].
- MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, C. E. (Comp.) *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008 [1973].

- MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais!* No. 5, 1998.
- MARITUTTI, Eduardo Barros. Capital Comercial Autônomo e a Transição ao Capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades. *Textos de Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, SP. n. 227, fev. 2014.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, SP: HUCITEC, 2004.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução. *Textos de Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, SP. n. 214, dez. 2012.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, SP: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. On Imperialism on India. In: Tucker, Robert C. *The Marx-Engels reader*. New York: Norton, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo, SP: Boitempo, 1998.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983].
- MEDEIROS, Carlos Aguiar; FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª Ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984 [1975].
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização. *Ensaio de Opinião*, No. 2-3, Rio de Janeiro, 1977.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Prefácio. In: BELLUZZO, L. G. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução. In: Fórum Gazeta Mercantil. (Ed.) *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo, SP: Ed. Gazeta, 1983.
- MELLO, João Manuel Cardoso. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, Campinas, (9): 159-64, 1997.
- MELLO, João Manuel Cardoso. In: MANTEGA, G.; RÊGO, J. M. (Org.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso; TAVARES, Maria da Conceição. The capitalist export economy in Brazil: 1884-1930. In: CORTES-CONTE, R.; HUNT, S. J. (Ed.) *The Latin American economies: growth and the export sector 1880-1930*. New York, N.Y: Homes & Meier, 1985, p. 82-136.
- MORSE, Richard M. *O espelho de Prospero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à Época da Independência: um estudo. In: MOTA, C. G. (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1972.
- NOBRE, Marcos. Da “formação” às “redes”: filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, SP. Nº 19, Jan-Jun. 2012, p. 13-36.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª. Ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1995 [1972].

- OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Campinas, SP: 2010 (tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003 [1985].
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis, SC: Insular, 2014.
- PAULA, João Antônio de (Org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.
- PAULA, João Antônio de, PAULANI, Leda; COUTINHO, Maurício Chalfin (Org.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.
- PAULA, João Antônio. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História econômica & história de empresas*. No. 5, Vol. 1, 2002, p. 7-39.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1999.
- POLANYI, K. Book Review: Studies in the Development of Capitalism. *The Journal of Economic History*, v. 8, n. 2, p. 206–207, 1948.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012a [1944].
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2012b.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004 [1966].
- PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001 [1933].
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008 [1942].
- PRADO Jr., Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1999 [1968].
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, p. 479–502, 1986 [1949].
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1995.
- ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. 4ª Ed. Revisada e ampliada. São Paulo, SP: Ed. Nacional 1977.
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: historia da ideia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- RUBIN, I. I. *A History of Economic Thought*. London: Ink Links, 1979.
- SAMPAIO JUNIOR, Plinio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado a crítica do capitalismo dependente*. 1997. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- SANTOS, Fabio Padua dos. A Economia Política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 8, 2013, p. 17-42.
- SANTOS, Fabio Padua dos. *Crise e(m) desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas*. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia,

Campinas, SP.

- SANTOS, Fabio Padua dos. *Desigualdade da renda no Brasil em perspectiva histórico-mundial, 1839-2001*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Economia, 2008.
- SANTOS, Fabio Padua dos; FRANCO, Thiago Fernandes. Diálogos indispensáveis: uma tentativa de aproximação entre as teorias clássicas do imperialismo e a perspectiva dos sistemas-mundo. In: *VII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: desigualdades internacionais na atual crise sistêmica*, Florianópolis - SC, 2013. Disponível em: < http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/vii_coloquio_ANAIS_09-12-2013.pdf>.
- SANTOS, José Luis dos. *O que é Cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.
- SANTOS, Ronaldo Marcos. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.
- SANTOS, Theotonio. Subdesarrollo y dependencia. In: LÖWY, Michael. *El Marxismo en América Latina*. 1ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Liberalism in Brazil. In: BLACHMAN, Morris J.; HELLMAN, Ronald G. (Ed.) *Terms of Conflict: Ideology in Latin American Politics*. Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1977, p. 1-38.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Historia da análise econômica*. Vol.1 Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1964.
- SCHWARTZMAN, Simon. Resenha de Richard M. Morse, O Espelho de Próspero. *Novos Estudos CEBRAP*, 22, outubro de 1988, p. 185-192.
- SICSÚ, João, PAULA, Luiz Fernando R. de; MICHEL, Renaut (Org.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro, RJ: Manole: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SILVA R. F.; NOVAIS, F. A. Introdução: para a Historiografia da Nova História. In: SILVA, R.F.; NOVAIS, F.A. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo, SP: Cosac Naify. 2011, p. 6-70.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo Regime Português, 1750-1822*. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.
- SILVA, Ligia Maria Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 74, p. 151-194, 2008.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1976.
- SILVA, Sérgio. Sobre a estrutura de produção no Campo. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vol.2. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983 [1981].
- SKOCPOL, T. Wallerstein's World Capitalist System: a theoretical and historical critique. *American Journal of Sociology*. Vol. 82, nº.5, March, 1997, p. 1075-90.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (Coord.). *Households and world-economy*. Hans-Dieter Evers. Bervely Hills: Sage, c1984.
- SMITH, Joan.; WALLERSTEIN, Immanuel. (Coord.) *Creating and transforming households: the constraints of the world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da*

- terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- SNOW, C. P. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo, SP: EDUSP, 1995.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro, RJ: UFMG: IUPERJ, 2006.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ª ed., Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1974].
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. 3ª ed.. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978].
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. São Paulo, SP: Edusp, 1996.
- VALENTE, Marcos Alves. *Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana*. 256 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.
- VIEIRA, Pedro A. O nacionalismo metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação. *Estudos do CEPE*, v. 42, p. 78-94, 2015.
- VIEIRA, Pedro. A. A Economia-Mundo, Portugal e o “Brasil” no longo século XVI (1450-1650). In: VIEIRA, P.A.; FILOMENO, F.A.; VIEIRA, Rosângela de L.. (Org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.
- VIEIRA, Pedro. A. A Inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar”. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 499-127, 2010.
- VIEIRA, Rosângela de Lima. “A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929.” In: VIEIRA, P.A.; FILOMENO, F.A.; VIEIRA, Rosângela de L.. (Orgs.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (Ed.) *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. Mexico: Siglo veintiuno editores, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *After liberalism*. New York: New Press, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2001a.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century (The Modern World-System Vol.I)*. New York : Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Centrist liberalism triumphant, 1789/1914 (The Modern World-System Vol.IV)*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-system*. Cambridge [England]: Cambridge University Press, 1991b.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004b.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o Século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2001b.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. Cambridge [England]:

Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York : New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations: essays*. Cambridge [Cambridgeshire]: Cambridge University Press, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge, MA: Polity Press in association with B. Blackwell, 1991a.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004a.

WHITTAKER, Thomas. *Comte and Mill*. New York, Dodge Publishing company [19--?].

ZOLBERG, A. Origins of the Modern World System: a missing link. *World Politics*. Vol. 33, n. 2, January, 1981, p. 253-81.